António Baptista Lopes



Proto-história e Romanização do Baixo Minho

I

DCTP
FLUP
2003

António Baptista Lopes

Proto-História e Romanização

O Baixo Minho

I

Dissertação de Doutoramento em Arqueologia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Orientação do Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva

Porto 2003

ÍNDICE

Introdução p. 4

1.O Baixo Minho p. 7

2. Antecedentes Pré-históricos p. 33

3. Proto-história e romanização p. 73

3.1. Referências étnicas p. 75
3.2. Habitat e Povoamento p. 92
3.3. Ergologia p. 134
3.4. O mundo dos mortos p. 195

4. Observações finais p. 201

Bibliografia p. 217

Introdução

O desenvolvimento da investigação proto-histórica e da romanização do Noroeste Peninsular alcançou notória expressão no quadro do processo de (re)definição identitária, nacional, regional e local, sequente às mudanças de regime ocorridas em Portugal e Espanha na década de setenta; como claramente ficou denunciado nas sínteses apresentadas no Colóquio de Homenagem a R. Serpa Pinto, organizado pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Aí se estabeleceram quadros sistematizadores sobre a evolução do habitat, que propiciaram novidades interpretativas que, a pouco e pouco, vêm problematizando, sobretudo com os contributos da Nova Arqueologia, muitas das referências ao mundo indígena e à sua aculturação.

E, se este panorama se pode genericamente observar por toda a região, o Baixo Minho terá sido das regiões mais privilegiadas por este renovado interesse científico, que a ele lhe vêm dedicando estudos sistemáticos, muitas vezes com antecedentes desde os pioneiros da Arqueologia nacional.

Para este contributo específico, serão de sublinhar os campos de trabalho do Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva na Cividade de Âncora e no Castro do Coto da Pena, Vilarelho, Caminha, e os do Professor Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, particularmente os que organizou em Vila Nova de Cerveira. Ao Professor Armando Coelho, cumpre-me agradecer toda a sua disponibilidade e orientação.

Havidas como estações paradigmáticas para a definição de parâmetros cronológicos e culturais da cultura castreja e da romanização do Noroeste de Portugal, constituem um sólido *corpus* de informação, a que se poderão associar sobretudo os resultados da investigação de outros docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, designadamente dos Professores Doutores, C.A. Ferreira de Almeida, R.M.S. Centeno, T. Soeiro e, da Universidade do Minho, das Professoras Doutoras Manuela Martins e Ana Bettencourt, Manuela Delgado, sem referir outros numerosos trabalhos de outros investigadores, quer sobre a inventariação de sítios, quer de estudos de materiais que lhes dizem respeito.

Far-se-ão referências aos vestígios paleolíticos, que assinalam os primeiros passos da presença humana e às marcas territoriais da sua fixação testemunhada pelos monumentos megalíticos erigidos pelos mais antigos agricultores da região e a numerosos dados calcolíticos e da Idade do Bronze, por nos transmitirem relevante informação sobre a rede de povoamento, que se veio a conformar durante o primeiro milénio a.C. e se desconcentrou com os modelos romanos, modelando a paisagem e organizando o seu perfil demográfico.

Muitos dos elementos assinalam pervivências tradicionais; outros são resultado de manifestas importações, como resultados de intercâmbio de longa distância ou de trato regional, que evidenciam formas de assimilação por parte do mundo indígena, cuja interpretação entendemos aplicar sobretudo ao conjunto de materiais que globalmente testemunham as diversas formas da ergologia.

As dificuldades da identificação étnica das comunidades proto-históricas, evidenciadas nos numerosos estudos especializados sobre o tema, considerando a exiguidade dos dados das fontes clássicas e da epigrafia, poderão não ficar muito mais esclarecidas. No entanto, o confronto que em parte se tornou possível com a ergologia das estações fronteiras da Galiza permitirão certamente observar um fundo comum partilhado por ambas as margens com particularidades de cada lado.

Neste sentido, para o desenvolvimento deste nosso projecto, optamos por utilizar como documentação base, o universo dos materiais proto-históricos e da romanização procedentes do Castro do Coto da Pena, em Vilarelho, e da Cividade de Âncora, Caminha, a cuja direcção das intervenções estive associado, que representam um notável volume de dados, enquadrando-os no contexto do povoamento regional.

Procurar-se-á, assim, ampliar a inventariação do habitat castrejo e romano, com recurso a estudos de microtoponímia e de prospecção programada no terreno, para detecção de indícios e testemunhos de qualquer natureza relacionados com a proto-história e a romanização, apoiado na exemplaridade das estações a cujos materiais tive acesso, aclarar os padrões de povoamento, estudar o seu processo evolutivo, as matrizes e a dinâmica de ocupação na área contígua à Foz do Minho, procurando esclarecer a originalidade do mundo indígena e as diversas formas de aculturação ocorridas desde o Bronze Final até à Romanização.

Na análise dos materiais arqueológicos de uma e de outra margem, tentar-se-ão evidenciar analogias e diferenças que permitam a determinação das suas afinidades.

A natureza e diversidade do espólio arqueológico requereriam um estudo de carácter interdisciplinar que permitisse conhecer o paleoambiente, a paisagem botânica e zoológica, a disseminação de espécies de animais bravias e domésticas, na tentativa de estudo da evolução e expansão de produção de alimentos, o levantamento dos recursos naturais, dos percursos de bens de complementaridade, das redes de comunicação e trocas de *know how* nos contactos havidos. Seria um programa vasto, a exigir estudos de especialistas em diversas áreas, muitas delas obviamente além da minha área de intervenção.

Serão tidas em devida conta as obras dos investigadores que mais particularmente se tenham debruçado sobre a zona, em especial, de Francisco Martins Sarmento, Christopher Hawkes, Abel Viana, Armando Coelho Ferreira da Silva, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Carlos Brochado de Almeida, entre outros, não esquecendo os proto-historiadores galegos, procurando-se num cotejo combinado reunir toda a informação disponível sobre a Cividade de

Âncora, o Castro do Coto da Pena, Vilarelho (Caminha) e Santa Tecla (La Guardia) e de outras estações da área em questão.

Foi promovida a participação de alunos na minha investigação, dando-lhes ocasião de prática aprendizagem, iniciando-os nas técnicas e metodologia de análise, inventariação, classificação e cartografia. Para os que comigo colaboraram, agradecidamente, bem hajam.

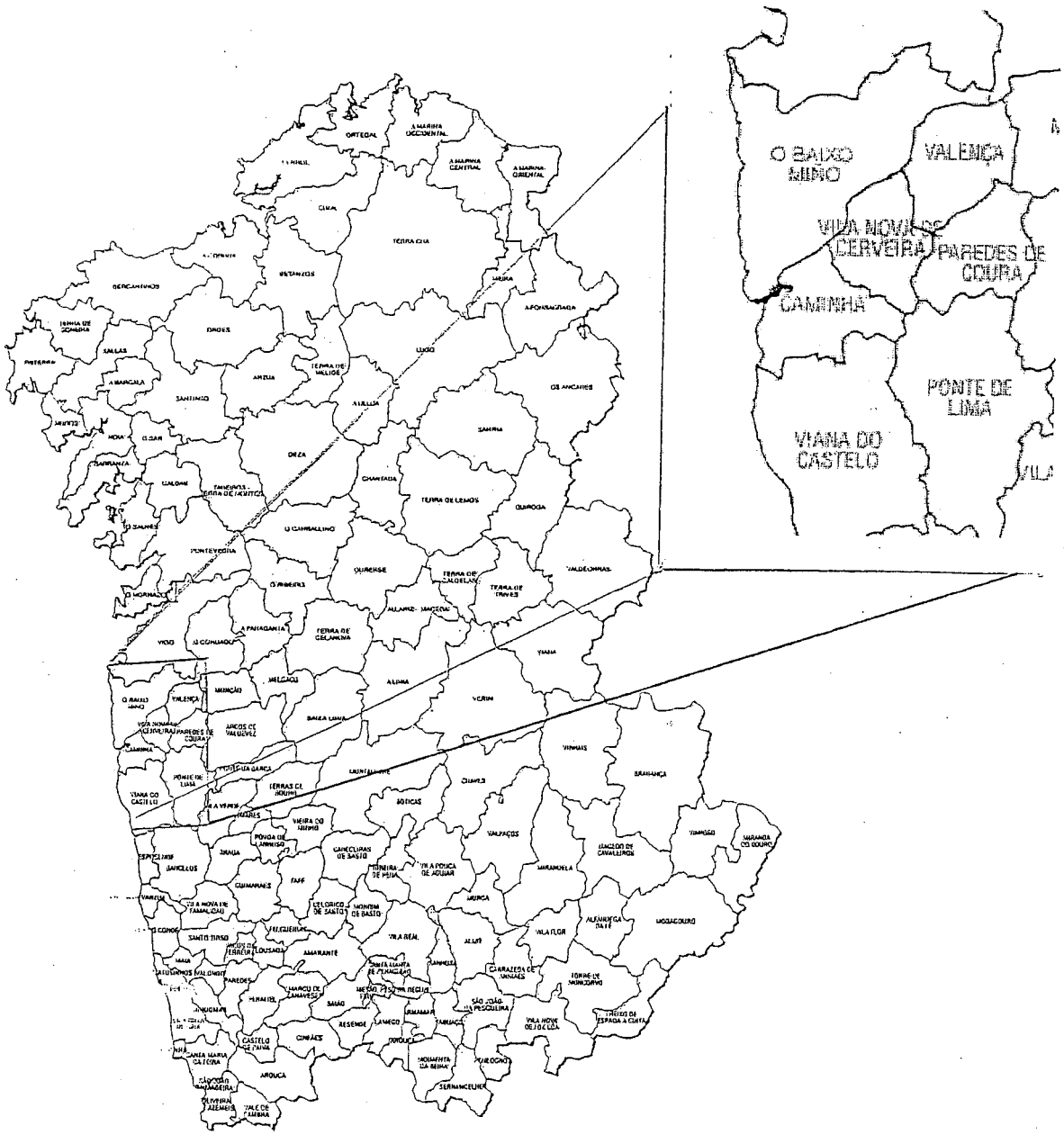
O vasto acervo de dados tem permitido inúmeras abordagens e publicações. Esta oportunidade que me foi oferecida de análise conjunta, nas duas margens do Minho, dos respectivos espólios é motivo de grande gratidão a, além de A. C. F. Silva, também aos arqueólogos galegos que investigaram em Santa Tecla, que me abriram algumas portas e facultaram dados. O interesse em me associar à corrente de estudiosos que fizeram conhecida esta zona, uma e outra "ripa" da foz do Minho, foram razão da escolha deste projecto.

A metodologia seguida e dimensão do espólio impuseram uma certa contenção nos limites geográficos do estudo, procurando que a área escolhida perfizesse uma unidade com características físicas, geo-climáticas, sócio-económicas e culturais definidas e confrontáveis.

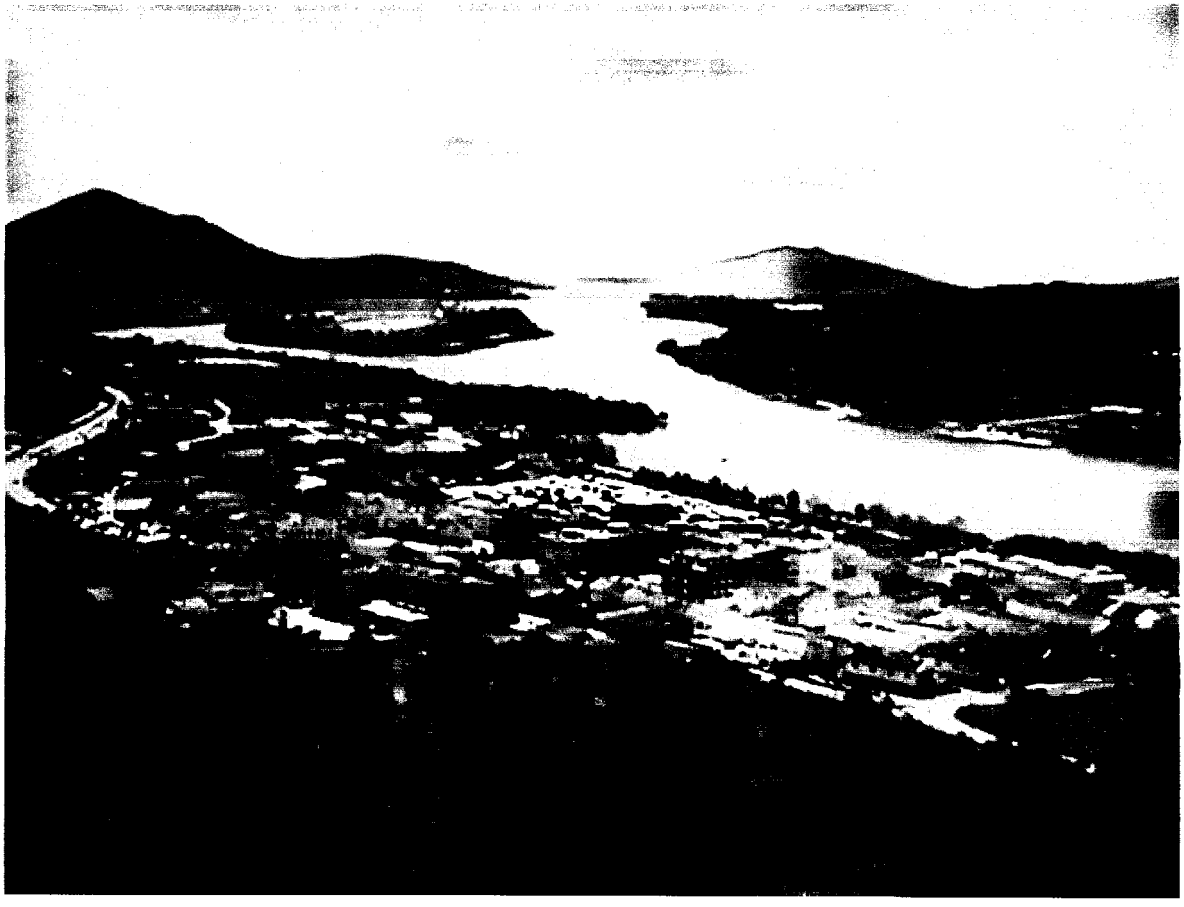
Por isso, foram estabelecidos como parâmetros da área em análise, a Oeste a linha de costa atlântica, a Leste o meridiano situado a 8º 38´ MG, a Norte o paralelo situado a 42º, e a Sul o paralelo a 4º 46'.

Para um melhor entendimento, em torno da área nuclear, foram abrangidas zonas de aluvião enquadradas pelas serras de Arga nos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura (Viana do Castelo) do lado português, e, na Galiza, serão tidas em conta as estações publicadas nas zonas de Tomiño, encostado à Serra de Argallo ou Lousado, O Rosal e A Guarda. Referências mais alargadas geograficamente no catálogo (v. III) serão feitas para demonstrar o enquadramento numa região mais alargada nos horizontes culturais e de povoamento que se sucederam ao longo dos tempos.

Como parâmetros cronológicos, estabelece-se o Bronze Final e a Romanização, com os antecedentes pré-históricos que justificam o tipo e densidade de povoamento.


O BAIXO MINHO
VALENÇA
VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
CAMINHA
PONTE DE LIMA
VIANA DO CASTELO

O Baixo Minho



1. O Baixo Minho

É, no presente, do lado português, bem manifesto o dinamismo da pesquisa arqueológica que, prosseguindo o esforço de consagrados investigadores, sobretudo ligados às universidades, com realce para a do Porto e do Minho, vem contribuindo para um melhor conhecimento do Norte de Portugal, incluindo a região minhota que, com relações à Galiza, se circunscreve no nosso trabalho.

Sucessivas intervenções de campo têm ampliado o volumoso conjunto de dados arqueológicos adquiridos. Os epigrafistas revelam documentos inéditos procedem a revisões e lançam inovações interpretativas e pondo-nos à disposição um indispensável instrumento de trabalho para o conhecimento do mosaico étnico, da cultura e mentalidade dos povos peninsulares, a que se pode somar um maior interesse pelo conhecimento das fontes clássicas, continuamente revistas.

Vestígios da Antiguidade pré-romana e romana, vêm, desde há muito, sendo inventariados, com estudo incrementado pelas correntes humanistas de cultivo da literatura e história clássicas, empenho que chegou aos nossos dias ampliado pela curiosidade generalizada de revisitar o passado e culturas diferentes, fenómeno que alimenta grandemente uma indústria nova, o turismo cultural.

Do reinado de D. José, o meritório esforço de recolha, em todo o país, dos informes de vestígios da antiguidade, do Padre Luís Cardoso, entre outros, que, não abalado pela perda documental no tremendo cataclismo de 1755, a renovou em inquérito posterior, deixando-nos as "Memórias Paroquiais", bem úteis para guiar a pesquisa actual nesta área. Teremos de juntar-lhe o nome de D. Jerónimo, Contador de Argote, em cuja obra encontramos referências cuidadas ao Norte do país, cobrindo a Arquidiocese de Braga, e o do P.e Carvalho Costa.

Desde o século XVIII, é notório este prestar atenção aos testemunhos arqueológicos do passado, restaurando-se monumentos mais emblemáticos no país e, até, criando-se instituições específicas para o seu estudo, como a Sociedade Arqueológica Lusitana em Setúbal (1849-1857), esta com intuito de valorização e fruição da estação romana de Tróia[1].

Criou-se na sociedade portuguesa o desejo de revisitar o passado, estimando os seus vestígios, interesse incentivado pelo príncipe consorte D. Fernando II.

[1] Fabião, 1999, p. 72.

Estas manifestações de atracção cultural têm, no entanto, carácter regionalista e procuram prestigiar localidades e atrair atenções através do seu património monumental e cultural particular.

Embora essas iniciativas regionalistas não tenham vingado nem alargado ao todo nacional, o país ficou consciente de que alguma coisa devia ao seu passado remoto, nomeadamente à antiguidade clássica. Só o estado de pobreza cultural e pequenez de recursos, neste ambiente de propícia admiração dos vestígios arqueológicos, obstava a que se lhes desse a atenção devida, contrariando a "consciência social", que recomendava diferente atitude[2].

Na época oitocentista, são expoente dessa consciência nacional que impunha a preservação dos vestígios arqueológicos, Estácio da Veiga, este por incumbência do Estado, e Francisco Martins Sarmento por iniciativa e a custos pessoais.

Esse interesse de estudo do passado, que acompanhou a renovação da História e a valorização das ciências auxiliares, levou a um efectivo progresso na metodologia da investigação, em que enfileiraram os pioneiros cultores da Arqueologia. Alguns deles, centralizando as suas propostas de explicação da origem do povo português em filiação recente, eram contestados pelo então ainda jovem Leite de Vasconcellos, argumentando com a distinção entre fundação política e génese da Nação.

Ilustre mecenas, talentoso e empreendedor, Martins Sarmento, investindo a sua inteligência e os seus bens no desenvolvimento do conhecimento arqueológico, reuniu em Guimarães um acervo notável de artefactos e bibliografia, criando relacionamentos com estudiosos que fizeram voltar para a zona Norte de Portugal as atenções da comunidade científica europeia, e exercendo influência motivadora sobre os arqueólogos que lhe sucederam, nomeadamente Leite de Vasconcellos, e sobre os associados da Sociedade Carlos Ribeiro com quem colaborava.

Se, numa primeira fase, objectos e estruturas do passado eram apreciados bibelots que, expostos, causavam a admiração, apelando para uma identidade própria respeitável e matriz original cujo ponto de partida se procurava, com o avanço do conhecimento sobre a génese dos povos europeus, da extensão da informação disponível e a divulgação científica cada vez mais facilitada, os pólos de interesse da investigação e a sua problemática reformularam-se, reinterpretando-se os dados anteriores, por contraste entre as fontes clássicas e as descobertas da Arqueologia. Produziu-se, entretanto, nova documentação, inventariando-se sítios arqueológicos a permitirem uma leitura panorâmica da estratificação cultural de diversas épocas e áreas, formando conjuntos de dados e elaborando cartas arqueológicas e etno-culturais num contínuo aperfeiçoamento, embora de carácter regionalista.

Neste ambiente de retorno às origens, potenciado por diversas formas de Romantismo, foi acalentada a pesquisa nascente e tiveram campo aberto e

[2] Fabião, 1999, p. 93.

aceitação eruditos locais, por todo o país, mais ou menos relacionados uns com os outros por convergências de estudo, amizades e, uma ou outra vez, por formas mais ou menos disfarçadas de bairrismo ou até antagonismos, confrontando-se os de tendências centralizadoras, apoiados pelo poder governativo, com os de tendência mais regionalista (L. de Vasconcellos em Lisboa, Rocha Peixoto no Porto, M. Sarmento em Guimarães).

Papel preponderante tiveram as instituições, entre elas a Academia Portuguesa de História (1936) que substituiu o Instituto Português de Arqueologia fundado por Manuel Heleno, sucessor de L. de Vasconcellos. Agremiando e incentivando investigadores, levaram à constituição de acervos documentais valiosos em museus e publicações, fizeram despertar no país o sentimento de respeito pela sua identidade e, não menos, pelo valor dos seus arqueólogos.

De grande interesse os primeiros relacionamentos entre Viterbo e Argote, posteriormente, entre Sarmento e Hübner, este e Herculano, assim como entre Jalhay, Paço e Viana, que denunciam um profundo gosto humanista que alimentava a persistência e emulação na investigação histórica.

A maior parte da detecção dos vestígios do passado resultou, porém, do meritório trabalho de eruditos locais muitas vezes traduzidos na produção de inúmeras monografias. Mesmo assim, muitos dos sítios descobertos, foram perdidos da memória, porque a este trabalho valioso nem sempre assistiu preocupação orientada da necessária localização cartográfica e correcta classificação. E esquecidos, muitos dos lugares foram sacrificados a um progresso desrespeitador do seu valor patrimonial, vindo outros mais tarde, por felicidade, a ser redescobertos acidentalmente.

É de sublinhar que, na época oitocentista já Estácio da Veiga, o primeiro arqueólogo profissional português, tinha considerado ser necessária, para uma correcta cartografia de sítios, uma eficiente descentralização e regionalização da investigação arqueológica[3].

Os mais ilustres, ou melhor relacionados com centros de investigação, e aqueles que conseguiram fazer a síntese das descobertas de uns e outros e souberam interpretar e transmitir o conhecimento arqueológico de qualidade são considerados como pioneiros da Arqueologia e criaram, em torno da sua área privilegiada de intervenção, uma riqueza de conhecimentos que contrasta com áreas desertas que só o são, não por inexistência de vestígios do passado, mas, sobretudo, por falta de investigadores.

Neste enquadramento, cabe recordar, no Norte do país, Martins Sarmento que iniciou escavações arqueológicas em Briteiros (Guimarães) em 1874, tentando, na "cidade berço" reunir os indícios das origens do povo português, que em 1880 atraiu os congressistas do IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica de Lisboa, a visitar esta cividade, e os nomes do grupo da "Sociedade Carlos Ribeiro"[4], 1898, com a Revista de Ciências Naturais e Sociais,

[3] Fabião 1999, p. 94-95. Paleoethnologia, antiguidades, monumentos do Algarve, 1886-1891.

[4] Fundada em 1898 em homenagem a Carlos Ribeiro por um grupo de investigadores do Porto a que pertenciam Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso e José Fortes.

dirigida por Rocha Peixoto e Ricardo Severo e onde colaboraram Francisco Martins Sarmento, Santos Rocha, Fonseca Cardoso, Figueiredo Guerra, e os homens da "Portugalia" (1889-1908), onde escreveram Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, F. Martins Sarmento, Santos Rocha, José Fortes, Alberto Sampaio, Vieira da Natividade, José Brenha, Pereira Lopo, José de Pinho, Sousa Maia, sem esquecer Leite de Vasconcellos, que pontificava em Lisboa, e "O Archeólogo Português", que marcaram o panorama cultural da sua época.

Algumas das publicações tiveram, infelizmente vida efémera, enquanto, duraram os colaboradores.

Sobressaem, entre todos, os nomes de José Leite de Vasconcelos, que mantinha regulares contactos epistolares com M. Sarmento sobre interesses e de carácter diversificado, sobretudo etnográfico e arqueológico, e de Mendes Corrêa. Com Mendes Corrêa, o Museu e Laboratório Antropológico transformaram-se no Instituto, de que é patrono, e criou-se a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

À volta da forte personalidade de Mendes Corrêa juntou-se um notável grupo de discípulos a quem a Arqueologia muito deve e cuja influência persiste: Rui Serpa Pinto (1907-1933) que com ele trabalhou em Muge, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior e Fernando Russell Cortez[5].

Acontecimento marcante do prestígio dos investigadores portugueses foi a realização no Porto (e Coimbra) do XV Congrés Internacionale d'Anthropologie et Archeologie Pré-historique.

Na região minhota, que polarizou o trabalho de muitos deles, A. Paço e A. Viana surgem, este com certo ar de contraponto a M. Sarmento, igual amor à descoberta das raízes mas, denotando uma pretensão de maior rigor na investigação que se impunha, a possível no seu tempo, para além da simples detecção, embora com minucioso registo, e coleccionismo e que, por amizade com Zbysewski, recolheu no Museu do Instituto Geológico e Mineiro de Lisboa inúmeros espécimes exumados nas estações arqueológicas do Minho.

Antevia-se já a necessidade de uma metodologia de escavação que prevenisse a situação relativa dos materiais a exumar, a sua estratigrafia, preocupação aliás já demonstrada por R. Serpa Pinto, que ilustra os seus estudos com minuciosas estratigrafias (Serpa Pinto , 1928[a]).

Com ou sem vaidade, A. Viana é cortesmente crítico em relação à metodologia de F. Martins Sarmento, que, apesar de tudo, mostrou ser de rara perspicácia e, sobretudo, foi muito aberto e com uma facilidade de relacionamento e de progresso na compreensão das explicações arqueológicas, que surpreende, a par de um vasto e profundo conhecimento da literatura clássica. O contacto com os grandes vultos do conhecimento arqueológico permitiu-lhe fazer da cidade de Guimarães um dos mais significativos repositórios do património arqueológico nacional e reunir, na biblioteca da sua Sociedade, um precioso conjunto de

[5] BRANDÃO 1985.

raridades bibliográficas e notabilizando-se, nas suas publicações, pela procura das raízes da Nação, numa perspectiva páleo-etnológica.

Seguindo os passos de Sarmento, A. Viana calcorreou o Minho e deu-nos uma primeira carta arqueológica da zona, materializando no Norte o que Estácio da Veiga fizera no Algarve.

Foram, por vezes, circunstâncias fortuitas que desencadearam operações de utilidade. O contacto com alunos, naturais e conhecedores de vestígios do passado com arqueólogos interessados, informações de amigos, o estanciamento nas praias, que nessa altura não teriam os atractivos de permanência de hoje, acompanhando familiares doentes, como foi o caso de M. Sarmento, na procura do ar iodado para acalmia dos seus achaques, levaria investigadores, cansados das tarefas ordinárias, a actividades diversificadas, mais a seu gosto, a deambularem pelas redondezas dos locais onde sediavam.

As margens do rio Minho, de magníficas praias, frequentadas por eruditos veraneantes, estão também ligadas à investigação arqueológica inicial pela presença de estabelecimentos jesuítas, congregação a que pertencia E. Jalhay, instalada numa e outra banda do Minho e que em Caminha tinham colégio, e mostrou a categoria dos seus mestres na prestigiosa revista *Brotéria.*

Do lado português do rio Minho, foram momentos grandes e determinantes para a Arqueologia os levantamentos de Sarmento, a intervenção de Rui Serpa Pinto, esta em especial dedicada ao estudo de materiais atribuíveis à Pré-história, as escavações e inventários de A. Viana. Mas foi Christopher Hawkes e sua equipa, com o prestígio de professor universitário, o primeiro, em 1959, a entregar-se ao estudo das estações proto-históricas da Cividade de Âncora/Afife e do Castro do Cútero com objectivos e processos mais actualizados, a que, porventura, não terá correspondido igual esforço na publicação dos resultados.

Após prolongado período de letargia, a investigação foi retomada na década de 70 por C. A. Ferreira de Almeida, A. C. F. Silva, C. A. B. de Almeida, com metodologia renovada e experiência acumulada no campo arqueológico e no ensino da Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com papel relevante no panorama da investigação arqueológica no Noroeste do país. A. C. F. Silva (1986) tornou as estações por ele intervencionadas padrões de confronto, tendo apresentado a cartografia do povoamento proto-histórico, análise do espólio material e proposta de periodização cronológica, fundamentais para estudos posteriores.

"*A cultura castreja no Noroeste de Portugal*" de A. C. F. Silva, se fez ressaltar um património cultural comum na génese do Noroeste de Portugal, não estabelece barreiras no Minho, antes fazendo referências que supõem, ao tempo forte ligação entre ambas as margens.

Do lado galego tinha-se verificado o mesmo interesse no conhecimento e na busca das origens e da explicação da natureza da convivência milenar com os vizinhos da nossa margem, da outra "ripa", ora amigos ora rivais, mas sempre irmãos, juntos nas boas e más horas da História na terra a que os liga um

sentimento de pertença que advém da nebulosidade dos tempos, e, por isso, vão matando saudades escrevendo na mesma língua sobre assuntos e riquezas comuns.

Em 1913, a abertura de uma estrada florestal de acesso ao Monte de Santa Tecla que pôs a descoberto estruturas de um povoado no sítio que a tradição chamava "casiñas dos mouros" deu, a Ignacio Calvo e a seu colaborador Domínguez Fontella, ocasião de uma intervenção arqueológica prolongada, de 1912 a 1914.

Perante os relatos de I. Calvo (1914, 1920, 1924) e de D. Fontella (1914), Mergelina e Jalhay chamaram à atenção para a semelhança das estruturas encontradas em Santa Tecla com as da cividade de Briteiros e Sabroso (Guimarães), atraindo o interesse dos arqueólogos para a situação particular deste povoado da margem direita do rio Minho.

De 1983 a 1987 A. Peña Santos fez em Santa Tecla nova intervenção com grupos de investigadores da Universidade de Madrid e de Santiago de Compostela, colaborando com ele R. Patiño Gómez.

A estação de Santa Tecla e o estudo do valioso espólio recolhido no museu da Sociedad Pro Monte têm merecido numerosos estudos, sendo referência os de López Cuevillas do Instituto Padre Sarmiento de Santiago de Compostela, e os dos associados do grupo "Nós" da Coruña e, mais recentemente, de destacar os de Xulio Carballo Arceo e de Martínez Tamuxe, entre outros investigadores.

Factor de progresso na pesquisa arqueológica foi o papel desempenhado pelas Universidades na procura de novos dados, análise crítica da informação publicada. Sem o seu concurso e das informações dos seus docentes, o panorama do conhecimento arqueológico do Norte do país era bem diferente e seria mais difícil uma eficaz defesa do património, facto que leva muitas autarquias ao estabelecimento de protocolos de colaboração com ela.

É reconhecido o dinamismo da investigação pré e proto-histórica e de civilizações clássicas na Universidade do Porto.

A estruturação de cursos específicos de Arqueologia e de Museologia pela sua Faculdade de Letras, agora integrados no Departamento de Ciências e Técnicas do Património, relançou o interesse pelo estudo das fontes clássicas, incrementou a análise da documentação bibliográfica, com a formação de bancos de registos, renovação da problemática e metodologias, estabelecendo vectores prioritários de pesquisa. Com a formação de investigadores e a publicação de revista creditada, a Portugália, nova Série, promoção e organização de mesas redondas, seminários, colóquios e congressos, muito fez progredir o conhecimento arqueológico. Desenvolveu, além disso, um papel polarizador

através do relacionamento cultivado entre os seus docentes e os de outras universidades nacionais e estrangeiras.

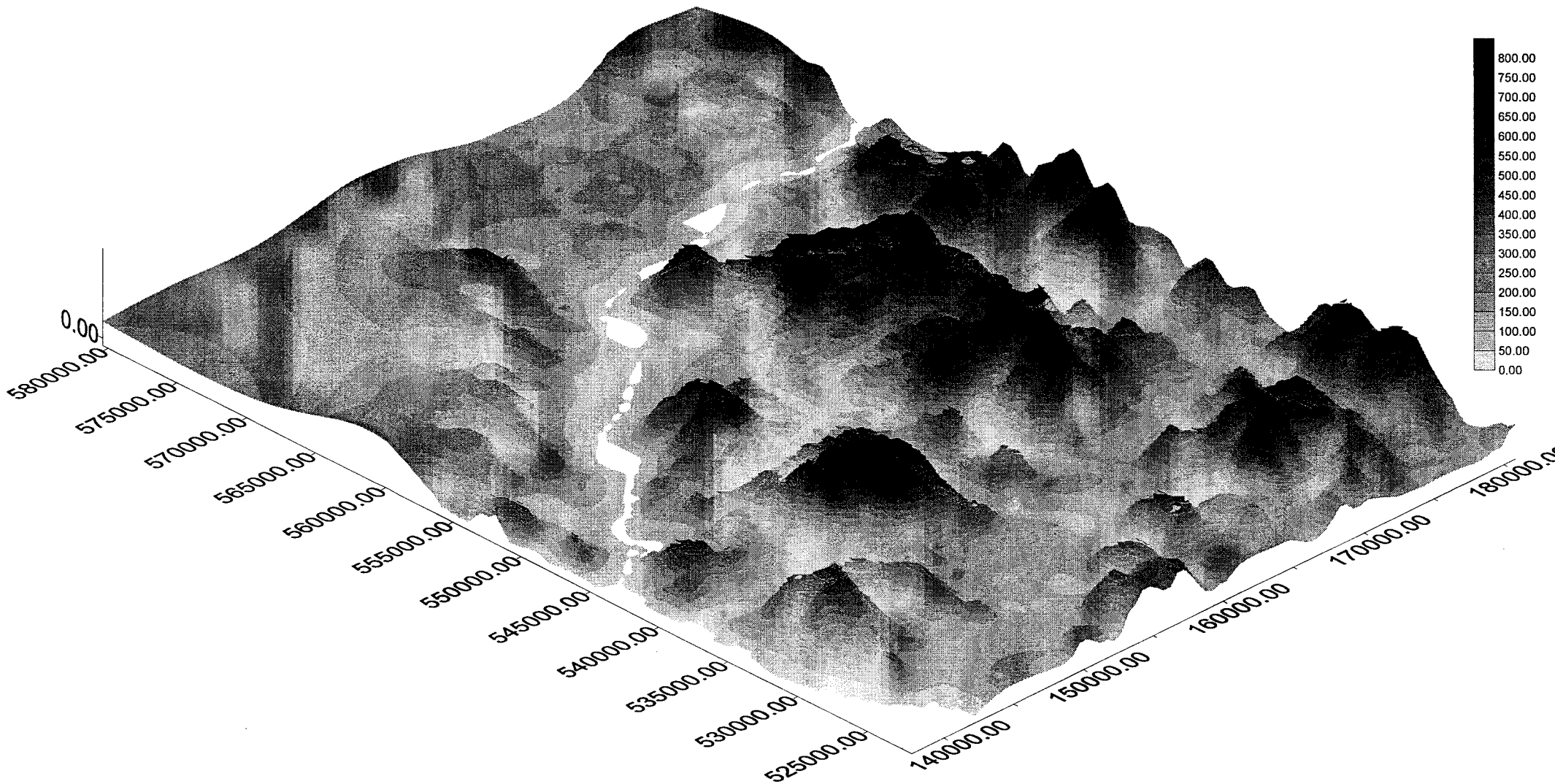
De lembrar, ainda, o papel de ilustres investigadores agremiados no Centro de Estudos Humanísticos e na Sociedade Portuguesa de Etnologia e Antropologia e outros, patente em prestigiadas publicações.

Comemorações de fastos regionais, inaugurações de museus, ou homenagem a figuras pioneiras da Arqueologia, lançamento de publicações monográficas, foram pretexto de estudos locais do património arqueológico. Os bons resultados levaram algumas autarquias a repetir experiências e a promover, dentro dos seus quadros, a investigação e a defesa dos testemunhos do passado. Situação exemplar disso foi, nesta zona, a Comemoração do VII centenário do Foral de Caminha.

O Arqueólogo Português, fundado por J. Leite de Vasconcellos, a Portugália (1ª e 2ª séries), Revista de Guimarães, Lvcerna, Studium Generale, Revista de História (FLUP), Arqueologia, Cadernos de Arqueologia, entre outras prestigiadas publicações, têm nestes eventos fontes que lhes permitem perpetuar-se e satisfazer com interesse a procura de informação e formação arqueológica.

A Universidade tem, igualmente, respondido, directa e indirectamente, pelo incremento e progresso na ciência dos materiais. Passada a fase de recolecção de objectos descontextualizados das primeiras colecções arqueológicas, organizadas com múltiplas motivações, pobres de discurso interpretativo, estas análises vêm avançando em progressos multidisciplinares. O poder de análise do instrumental de que dispõem as ciências físico-químicas na avaliação das propriedades dos materiais expandiu-se e permitiu conclusões impensáveis pouco tempo atrás.

A necessidade de um discurso explicativo, que reponha materiais, exumados em campanhas arqueológicas, dentro do contexto etno-arqueológico consequente, fez avançar as técnicas de musealização e a linguagem museográfica, didáctica sem prejuízo do discurso científico, circunstância que levou à modernização de museus e chamou a atenção do público para a fruição do património histórico, para isso contribuindo a criação, dentro do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, de uma Secção de Museologia, com resultados consequentes na criação do Museu Municipal de Caminha que, com o Museu de Santa Tecla, são interfaces da importância da investigação pré-histórica, proto-histórica e da romanização da área nuclear deste estudo.



Modelo digitalizado dos vales do Minho e do Lima. Coordenadas de Gauss

Por Baixo Minho entendemos a área irrigada por este rio no seu curso terminal, assumindo, para toda ela, a partir de Valença, a designação que é dada ao território fronteiro da sua margem galega.

Limite noroeste da Província do Minho é uma região por todos reconhecida pela beleza singular da sua paisagem. De uma densidade demográfica alta e povoamento disperso, a sua população, de temperamento activo, ocupa as inúmeras veigas e várzeas, irrigadas por numerosos regatos, subsidiários do Minho, Coura e do Âncora, em verdadeiros nichos ecológicos abrigados por montes e outeiros de média altitude, explorando com denodo inúmeros minifúndios.

Actualmente, confrontada com o resto do país, a província do Minho em que se insere, com solos mais acidentados que os do Sul do território, é zona preferencial de *habitat*, sendo a intervenção humana empenhada que vence a natureza pedregosa do solo, tornando-a menos agreste e aproveitando-a nas mínimas potencialidades. E parece ter sido assim desde a Antiguidade, como é demonstrado pelos índices do povoamento proto-histórico, com efectiva e estratégica ocupação do território a Norte do Douro, na área litoral, com os povoados estabelecidos em altura, relacionando-se e intercomunicando visualmente e com uma densidade que denota longo período de formação.

A favorecer a acção modeladora da paisagem pelo homem há razões de natureza climatérica de que sobressai a circunstância de forte e proverbial pluviosidade que alimenta os cursos de água e fez, através dos séculos, refluir para os vales torrentes de férteis aluviões que o homem procurou aproveitar e estabilizar com inúmeros muretes de contenção, aumentando a área cultivável.

Não há, por enquanto, no estado actual de investigação, número suficiente de estações arqueológicas intervencionadas, nem área bastante representativa de escavações metodologicamente aceitáveis, entre as realizadas, a permitirem generalizações sobre a antiguidade deste fenómeno de intensidade de povoamento. Mas os indicadores dos dados que vão sendo lentamente coligidos são no sentido de um povoamento ancestral, com estabilidade de ocupação

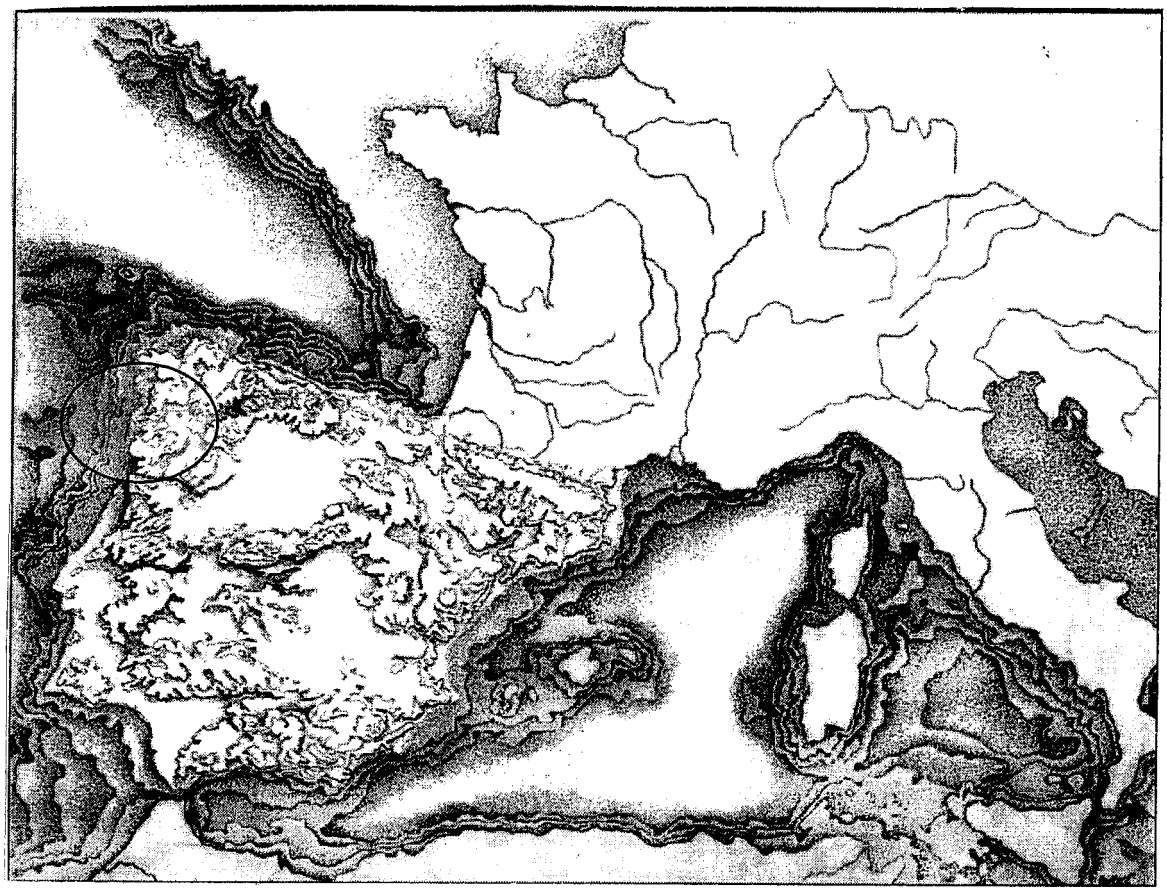
melhor conhecida desde o Bronze Final, na continuidade de uma anterior, denunciada por dispersão espacial de inúmeros instrumentos atribuíveis ao Paleolítico e outros materiais de períodos subsequentes, sendo certo que a área estava estrategicamente habitada, como demonstram a densidade e estruturação do povoamento nas zonas melhor estudadas.

Um território densamente habitado impunha a necessidade de organização e consequente hierarquização. Nem teriam sentido nem explicação a reacção prolongada à dominação romana, a existência de povoados castrejos fortemente amuralhados, com defesas conhecidas nalguns casos como datáveis desde o Bronze Final, com perímetros só possíveis de defender com inúmeros e esforçados braços, com chefias obedecidas e conhecedoras de estratégias e tácticas de empenhamento, pese embora a convicção dos autores clássicos de ignorância suprida pelo ímpeto, para fazer face a exércitos superiormente organizados e profissionalizados como os romanos.

Desde o Bronze Final, os povoados foram progredindo ao sabor das facilidades climáticas e consoante os recursos da agricultura que progredia com a fertilidade dos campos, introdução de sementes e novas técnicas de cultivo e de colheita, e com os melhoramentos tecnológicos que o domínio da metalurgia propiciava, como se comprova pela frequente presença de foices de bronze, de talão e de alvado e variedade de sementes carbonizadas de gramíneas e de cereais. Complementava o homem essa riqueza de facilidade de subsistência com produção e armazenamento de excedentes, com criação de gado e recurso, em alturas de falha de produtos agrícolas, à pesca em rios acessíveis, na actualidade ainda abundantes em espécies piscícolas. Os habitantes da zona mais litoral tinham, além disso, para diversificarem a dieta alimentar, a vantagem de lhes ser possível a recolecção de marisco, circunstância documentada nos detritos de concheiros dentro dos povoados de que é informação exemplar a encontrada no Coto da Pena, Vilarelho, Caminha, Coroa de Carreço[6], onde a variedade de espécies malacológicas utilizadas na alimentação continua existente e de consumo generalizado[7].

A amenidade do clima, a fertilidade dos solos, a riqueza dos rios, a existência de recursos mineiros, aliadas à posse da tecnologia da exploração e tratamento dos metais, propiciaram a criação de elites que se impuseram em momentos críticos, levaram à necessidade de estabelecimento de hierarquias, com fundamentos, porventura, diversos, mas em que os mais naturais se baseavam na voz do sangue e na necessidade de defenderem os bens. Estrabão dá-se conta desse sentimento de respeito hierárquico pelos mais velhos, manifesto até no serviço da alimentação, na ordem por que se sentavam em convívios[8].

[6] C.A. B. Almeida 1996.
[7] CABRAL, J., textos explicativos e classificação de espécimes malacológicos expostos no Museu Municipal de Caminha.
[8] STRABO, III, 3, 7.



O Noroeste peninsular, zona geográfica em que se insere o Baixo Minho, não era desconhecido nem estava à margem do evoluir mediterrânico. Sob a designação de Oestrimnia, expressão referenciada em Avieno e Homero[9], considerada detentora de fabulosos recursos em virtude das potencialidades em matérias-primas estratégicas, estanho e ouro, e, ocasionalmente, até de refúgio, podendo ser, pelo menos, indirectamente atingida pela cadeia de reacções às movimentações mediterrânicas que não poderão ter deixado de ter tido ressonâncias nestas paragens.

Por curiosidade científica e outras motivações, filósofos, naturalistas e geógrafos clássicos, na elaboração das suas teorias cosmológicas, procuravam aproveitar das viagens de navegantes que se aventuravam a comerciar nestas paragens, actualizando o somatório das suas informações. Não só a geografia física lhes interessava, mas, sobretudo, o inventário dos recursos económicos e das características das populações autóctones eram tidos em consideração.

Políbio[10], na Corografia da Europa, referindo a exploração marítima do massiliota Píteas, e ele mesmo sendo encarregado de fazer uma viagem de

[9] DUBOIS 1891; TOZER 1935.

[10] Políbio escreve nos meados do séc. II a C. Originário de uma conceituada família grega, deportado para Roma, torna-se familiar de Cipião Emiliano. Como historiador é considerado como tendo atingido o máximo do espírito científico grego.

reconhecimento cautelar da costa africana de influência cartaginesa, após a destruição de Cartago. Possidónio[11], relatando a tentativa de circum-navegação da África por Eudóxio de Cízico, e Éforo[12], descrevendo a repartição dos povos, são exemplo da preocupação em estender ao máximo o conhecimento geográfico destas zonas remotas e dos respectivos recursos.A navegação para a orla atlântica peninsular era facilitada por correntes marítimas favoráveis, sendo, por isso, mais conhecida que a costa africana banhada pelo Oceano, de difícil acesso até épocas modernas[13].

Com Hiparco tomara corpo uma Geografia apoiada na Geometria, estabelecendo-se paralelos e meridianos, calculando-se com alguma dificuldade as longitudes, mas, com surpreendente aproximação, as latitudes, a partir do paralelo de Rodes / Bizâncio.[14]

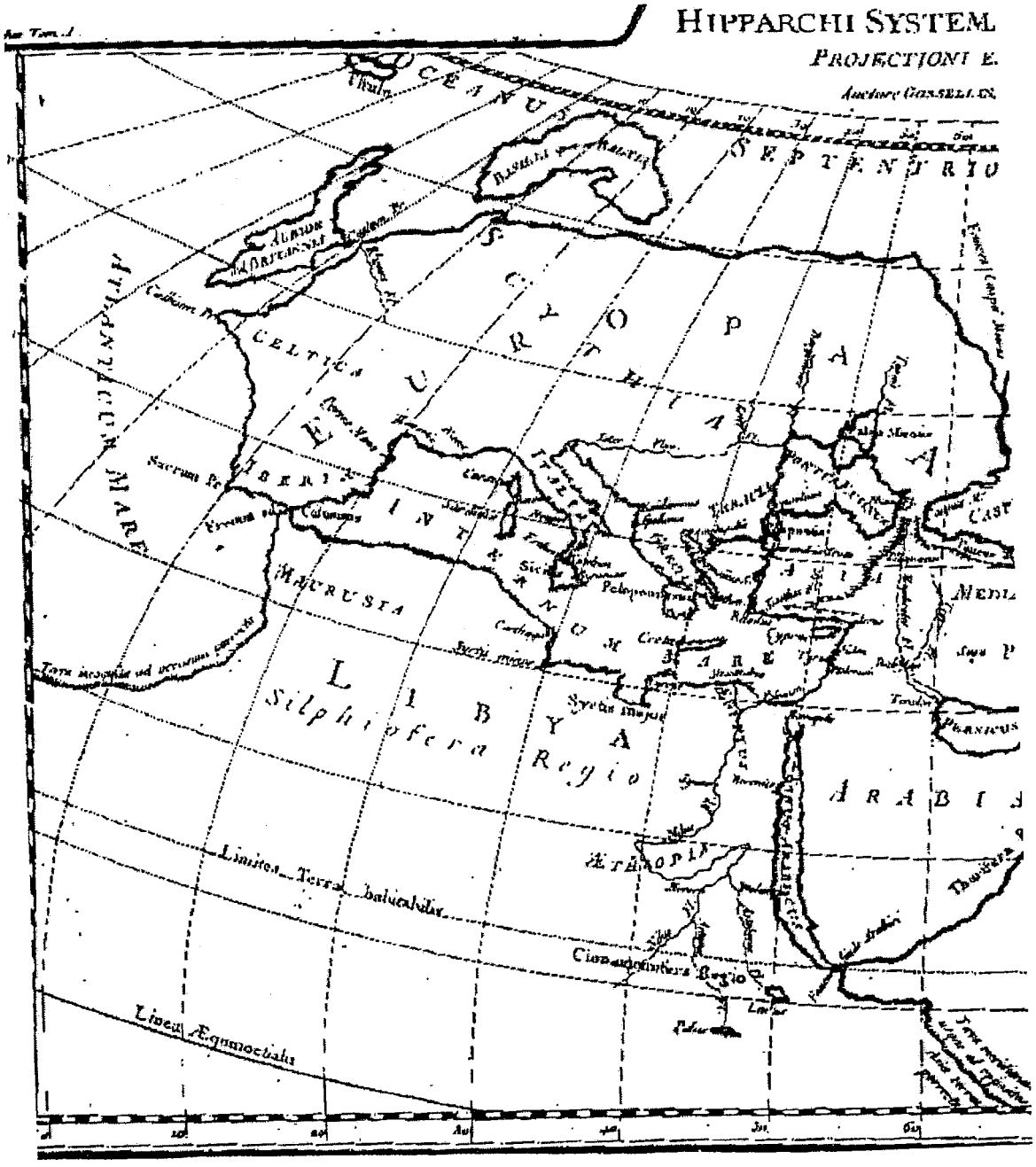
Numa altura em que para Eratóstenes, Políbio e Estrabão o movimento da esfera celeste era dado adquirido e em que, desde Anaximandro, se conhecia a obliquidade da eclíptica e, desde Pitágoras, se dividia o ano em 365 dias, se promovia o estudo da esfera celeste, com observações feitas em diversos lugares, sobre a posição relativa das estrelas e medição da altura do Sol que era já calculada para construção de relógios adequados a cada lugar, tinham-se adquirido as ferramentas necessárias para razoável representação da Terra, sendo, assim, natural o desejo de ampliar o seu conhecimento ao extremo oeste.

As referências geográficas excediam por largo a costa peninsular. Para Estrabão, o mundo habitado era, seguindo Homero quem, "em primeiro lugar, representou o mundo habitado banhado pelo oceano por todos os lados, o que é rigorosamente verdade", localizado no espaço limitado a Norte pelo paralelo que passava por Ierne (Irlanda). A exploração de Píteas e a de Himilcão deixaram a convicção de impossibilidade de vida mais a Norte nesse clima de frio máximo. O extremo sul habitado situar-se-ia no paralelo que passava abaixo dos Somális[15], seguindo-se um espaço árido, para além do qual o calor dificultaria a vida. A viagem de Hanón com sessenta navios a circum-navegar a África, impossível de conciliar com o relato existente da viagem, nada deve ter acrescentado ao conhecimento para além da costa da Maurúsia,[16] nem tão pouco a viagem de Políbio, decalcada na de Hanón e por ela influenciada, a avaliar pelo paralelismo dos relatos a sugerir forte contaminação textual. A Oriente, o meridiano extremo passava pela cadeia montanhosa do Taurus (o monte Imeu, o Himalaia). A Poente, o limite era assinalado pelo meridiano que passava pelo promontório *Sacrum* (Sagres) e se cruzava com o paralelo da terra mais a Norte e passava no extremo peninsular que recebeu o nome expressivo de Finisterra.

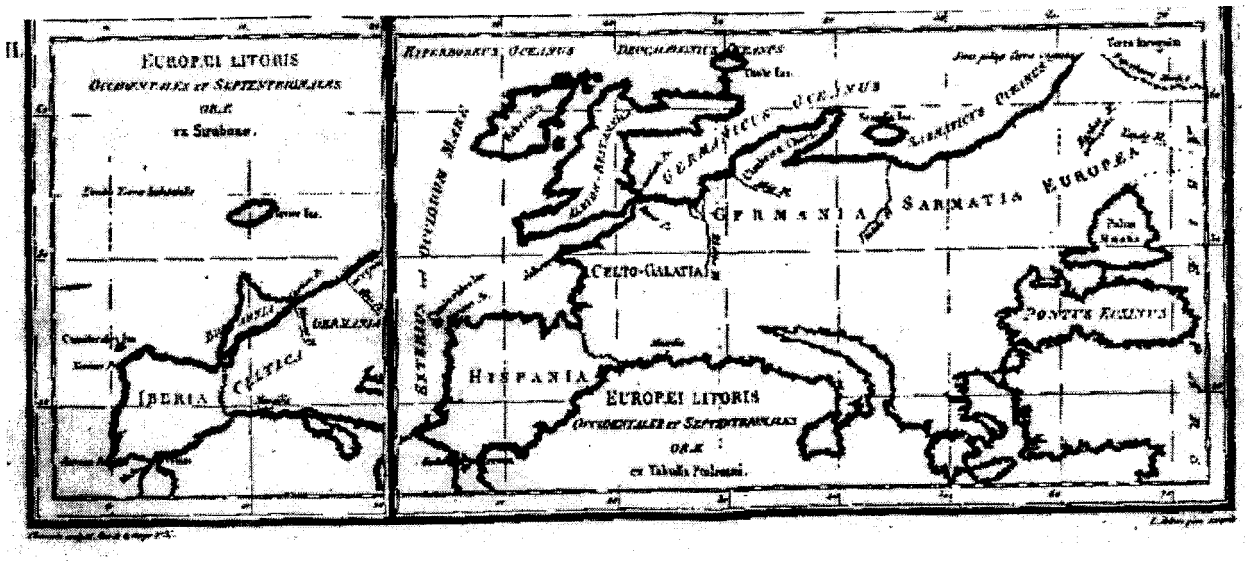
---

[11] Possidónio de Apameia. 137-57 a. C.
[12] Éforo, meados do séc. II a. C.
[13] Acontecimentos trágicos recentes, em 2001, ocorridos no Douro no desabamento de uma ponte, com consequente encontro de salvados na Galiza, confirmam essas correntes.
[14] O paralelo fundamental usado era o de Rodes - 36° N (Estrabão, II, 5, 16) onde se cruzava com o meridiano de Rodes/Bizâncio.
[15] STRABO, I, 1, 3; II, 5, 16.
[16] GROSSELIN, ano VI (aprés la Révolution). São dele os mapas históricos apresentados.

O Noroeste Peninsular ficava, assim, dentro dos parâmetros do mundo conhecido.



A projecção do mundo conhecido, segundo a visão de Hiparco



Cartografia peninsular segundo a visão de Estrabão e Ptolomeu

A sobriedade como a forma da Hispania era grosso modo descrita por Estrabão assemelhando-a a uma pele de vaca distendida, não representa desconhecimento do perfil litoral; com igual metodologia descritiva assinala o da Grécia, sendo grego, que compara, pelo recortado da costa, a uma folha de plátano e a Sicília a um triângulo.

Com tal critério geográfico e modelo simplista de descrição não admira que maldissesse do rigor matemático procurado por Hiparco, que fez tabelas de latitudes, para a época excepcionais de observação e cálculo, a quem acusa de se achar superior a Eratóstones, o máximo no seu conceito[17].

No livro III da Geografia, indispensável para nos esclarecer sobre a visão que do extremo peninsular se tinha no centro do mundo culto, resumindo os dados acumulados até à sua época, pela análise que faz, Estrabão demonstra a qualidade dos conhecimentos e a precisão relativa que, confessadamente, procura, permitindo-se correcções a Aristóteles e não escondendo um certo orgulho da supremacia da informação grega e do seu fundamento científico. É no entanto vaga a informação que tem do interior desta parte do Noroeste, facto notório quando fala da nascente do Minho e da sua dimensão, mostrando hesitações sobre qual a direcção e extensão do percurso principal.

É, todavia, notável, pela relativa exactidão de posicionamento, a cartografia clássica da costa atlântica peninsular como chegou até nós.

Ao confrontar-se a visão ptolomaica do perfil peninsular atlântico com a sua representação hodierna, ressalta, de imediato, a par da distorcida posição do *Promontorium Sacrum*, avançando pelo Atlântico em cunha e com a costa litoral alentejana contígua mais inclinada para NNE, uma minúcia descritiva resultante do somatório de experiências e dados acumulados. Não difere em muito das cartas quatrocentistas.

[17] STRABO, III, 2, 10; II, 1, 23. Erastótenes (235 a. C.) tinha calculado, com o auxílio do gnómon de Siene e um obelisco de Alexandria, o perímetro do círculo equatorial como distância correspondente a 39. 690 km. Surpreende a aproximação do que hoje se calcula ser 40.000 km.

Enquadrada neste ambiente, com as dificuldades da época no concernente à navegação atlântica, fora da cabotagem em águas tranquilas como as do Mediterrâneo, os contactos, não exclusivamente mediterrânicos, tinham atractivos celebrados pelos autores da antiguidade. Recursos de enriquecimento e curiosidade científica trouxeram até ao Noroeste Peninsular viajantes e comerciantes, que se revezaram na consecução dos seus interesses, nem sempre pacíficos.

A Ibéria, península ligada por um istmo à Gália, posicionava-se num espaço conhecido e concorrido; as dificuldades de a circundar eram supridas e complementadas pela possibilidade de se lhe aceder por terra. A face ocidental desse quadrilátero era constituída por extenso corredor litoral, relativamente plano, permitindo acesso e deslocação, com entradas por rios navegáveis, sendo único impedimento a ocupação estratégica pelos povos indígenas que, evidentemente, teriam vantagens nos contactos exteriores, mas não desejariam ser desalojados.

A costa hoje portuguesa era frequentada, os seus rios registados por nomes etimologicamente concordantes com os actuais, avaliados nas suas dimensões, extensão de navegabilidade e potencialidades económicas, o que supõe serem percorridos, bem como conhecidos os territórios por eles irrigados e povos que sediavam nos seus percursos. Nem faltam relatos das características e hábitos de conduta dos moradores. Disso nos dá conta Estrabão, coligindo informações. Os contactos exógenos de cronologia remota, mesmo de longa distância e de diversa origem, são também confirmados pela arqueologia, uns de influências directas, outros através de agentes interpostos.

Por aí serem localizados os vestígios de antropização considerados de maior ancianidade de ocupação, para se entender a estratigrafia dos achados, e interpretar o ambiente em que se processou o povoamento, é relevante atender à geomorfologia da berma litoral à foz do Minho e área envolvente, que, segundo a Carta Geológica de Portugal[18], apresenta diversos depósitos antigos e modernos de praias, ao longo dela. O mesmo sucede nas margens dos rios Âncora e Lima e de outros cursos de água menos importantes, onde se acumulam cascalheiras modeladas pelo mar ou pela actividade fluvial.

Além das "areias que cobrem grandes extensões da faixa litoral, sobretudo a Ocidente de Anha e Darque, na região entre Âncora e Areosa, A Carta Geológica assinala a "existência de areias de dunas de praias antigas no Alto do Faro de Anha a 160 m de altitude"[19].

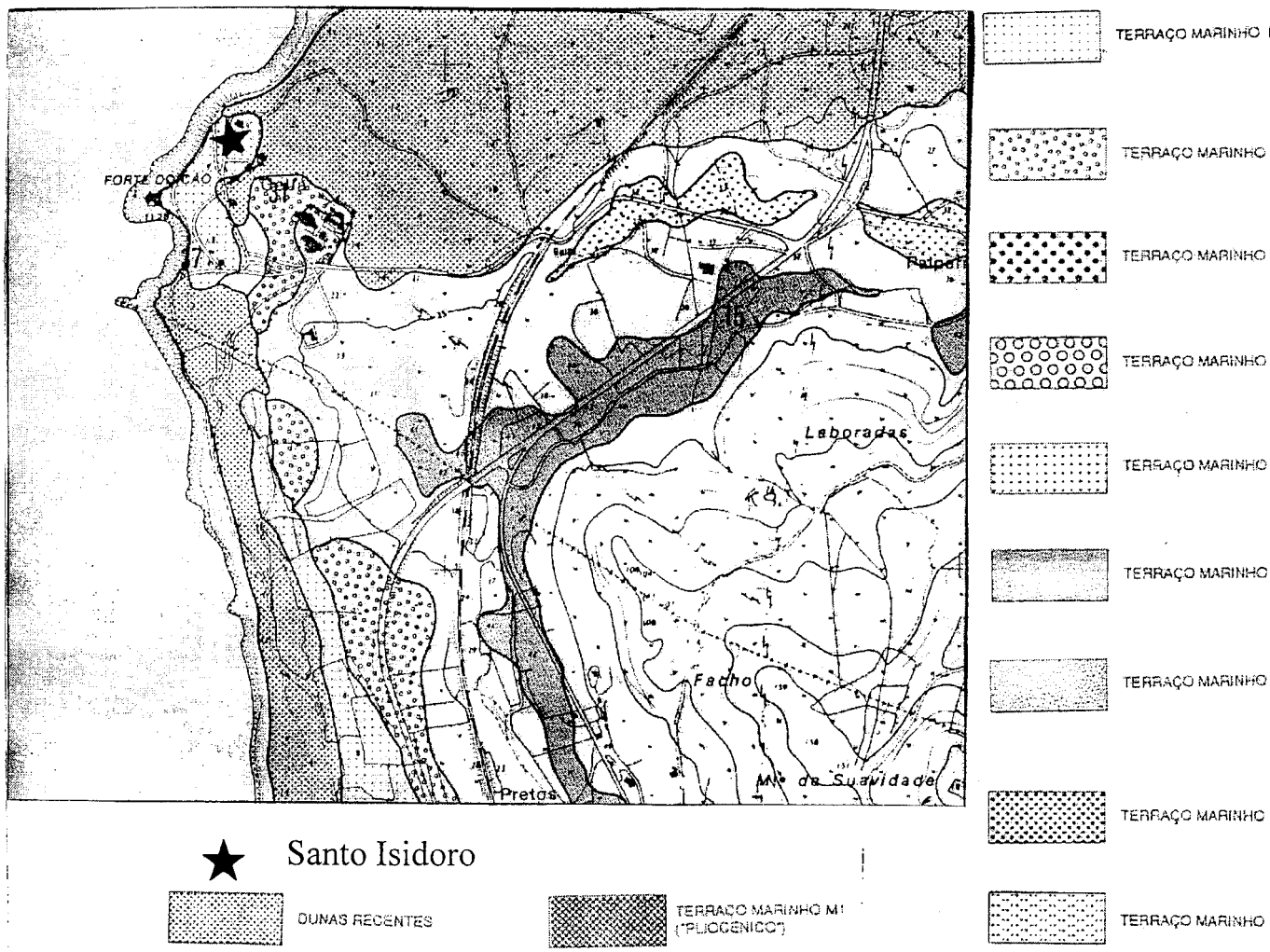
Outros depósitos de praia antiga são referenciados a Norte de Esposende, numa planura encostada a arriba fóssil, e a Norte de Viana do Castelo, no percurso da Estrada Nacional, a níveis entre os 5 e 10 metros. Acima do traçado da via-férrea, entre os 15 e 20 metros entre Carreço e Montedor, podem, igualmente, observar-se depósitos areníticos e de cascalheiras[20].

[18] TEIXEIRA 1961; ASSUNÇÃO 1961; MEDEIROS 1972;COELHO 1972.
[19] TEIXEIRA 1972.
[20] TEIXEIRA 1972.

São conhecidos, também, ao longo do rio Lima, terraços ao mesmo nível, entre 5-10 m de altitude, em Paraíso e na Quinta da Boa Esperança, e na margem direita do rio Âncora.

Outras planuras sedimentares se documentam, entre os 20-25 m, em Gândara e Antarelinha e na Barrosa.

No estudo geológico do litoral minhoto, em resumo, constata-se a existência de sucessivas plataformas de abrasão com testemunhos dos respectivos terraços marinhos, localizando-se gradativamente nas cotas entre os 3-5m (TM10 / o do Forte do Cão), 8-14 m (TM9 / o de Marinho), 18-22 m (TM8 / o de Vilares), 25-27 m (TM7 / de Estela), 31-36 m (TM6 / de Bouro), 41-45 m (TM5 / de Montedor), 48-54 m (TM4 / de Darque), 63-67m (TM3 / de Pinhote), 80-88 (TM2 / de Laúndos), 100-140 m (TM1 / de S. Félix).[21]



Estratigrafia dos terraços litorais em frente da Cividade de Âncora, abrangendo no extremo Norte a zona de Santo Isidoro, segundo a Carta das Formações Quaternárias Litorais Serviços Geológicos de Portugal (Teixeira 1972)

[21] MEIRELES; TEIXEIRA 1993.

A transformação quaternária das formas de relevo no litoral tem vindo a ser de intensidade desigual. Várias extensões planálticas conservam ainda um modelado muito próximo do que teriam na época terciária, outras paisagens foram profundamente modificadas, nas zonas de montanha, por deformações tectónicas e por acção das glaciações.

O Noroeste é, para além da faixa litoral, escalonadamente montanhoso, com terras profundamente modeladas pela erosão constante de uma atmosfera húmida, com pluviosidade e actividade fluvial forte.

Nos vales da faixa litoral, as causas da formação de terraços foram múltiplas: variações do nível dos oceanos por causas tectónicas e, além do levantamento progressivo do continente em relação ao mar, por modificações climáticas que interferiram significativamente na capacidade de erosão e de deposição de materiais transportados pelos rios.



Bacia hidrográfica do rio Minho

Neste ambiente se integra o rio Minho que, no seu terminus, corre da terra chã, extensa gândara, em grande parte lagunar, na linha de pregas antigas, com percurso paralelo a outros que desaguam na costa oeste, no Atlântico, como dizia Estrabão:

"Há ainda outros rios e a seguir, o Letes, a que alguns chamam Limea (Lima) e outros Belião. Também este corre do país dos Celtiberos e dos Vaqueus. Depois deste vem o Bénis, alguns chamam-lhe Minius, de longe o maior dos rios da Lusitânia, também navegável até oitocentos estádios. Mas Possidónio diz que este rio corre do país cantábrico[22]*. Diante da sua foz existe "uma ilha com dois molhes*[23] *que formam docas. Possui uma disposição natural notável; as águas correm entre arribas escarpadas e capazes de receber nos seus leitos o mar nas marés altas, de modo que nem extravasam nem inundam os campos marginais*[24]*. O rio Minho foi o termo da expedição de Décimo Júnio Bruto. Mais para além ainda há outros rios paralelos aos atrás citados."*[25]

Com razão os galegos chamam de Baixo Minho a sua zona marginal à foz desse rio. De facto, o rio Minho, sob cuja denominação estamos habituados a pôr toda a região litoral a Norte do Douro, em rigor, pouco tem a ver, fisicamente, com a província assim chamada. Da sua bacia hidrográfica é mínima a porção de terra portuguesa dele tributária.

Assente na região de Orense, para o seu talvegue confluem as águas da serra de Meira, a Noroeste, de Trasparga a Oeste, nele confluindo as águas do Tamboga, do Parga, do Narla, do Ferreira, do Neira e Sarria, que lhe engrossam o caudal, e recebe em reforço substancial, antes de entrar em Orense, as águas do Sil, captadas por ele e seus inúmeros afluentes da parte Sul da cordilheira Cantábrica (dando razão a Possidónio) e do lado Oeste das montanhas de León. Já no troço final, confluem nele os vales de O Rosal com o rio Tamuxe, de Goyán, do lado galego, e apenas do rio Coura na margem portuguesa.

Como se constata na cartografia, a margem esquerda do Minho, sobretudo no que diz respeito a território português, constitui uma estreita faixa com a Serra da Peneda a Sul, onde só o rio Coura lhe é expressivamente subsidiário do seu caudal, disputando-lhe o Lima as águas de Orense e desviando-lhe para o seu curso mesmo as procedentes de Noroeste e Oeste da Serra da Peneda.

Seria navegável, segundo Estrabão, 800 estádios (entre 147, 2 km e 153, 816 km, conforme se refira a estádio de Olímpia ou de Atenas[26]), embora na realidade o seja só até Valença. É estranho e suspeito o paralelismo, se não contaminação textual com o afirmado pelo mesmo autor a respeito do Douro.

---

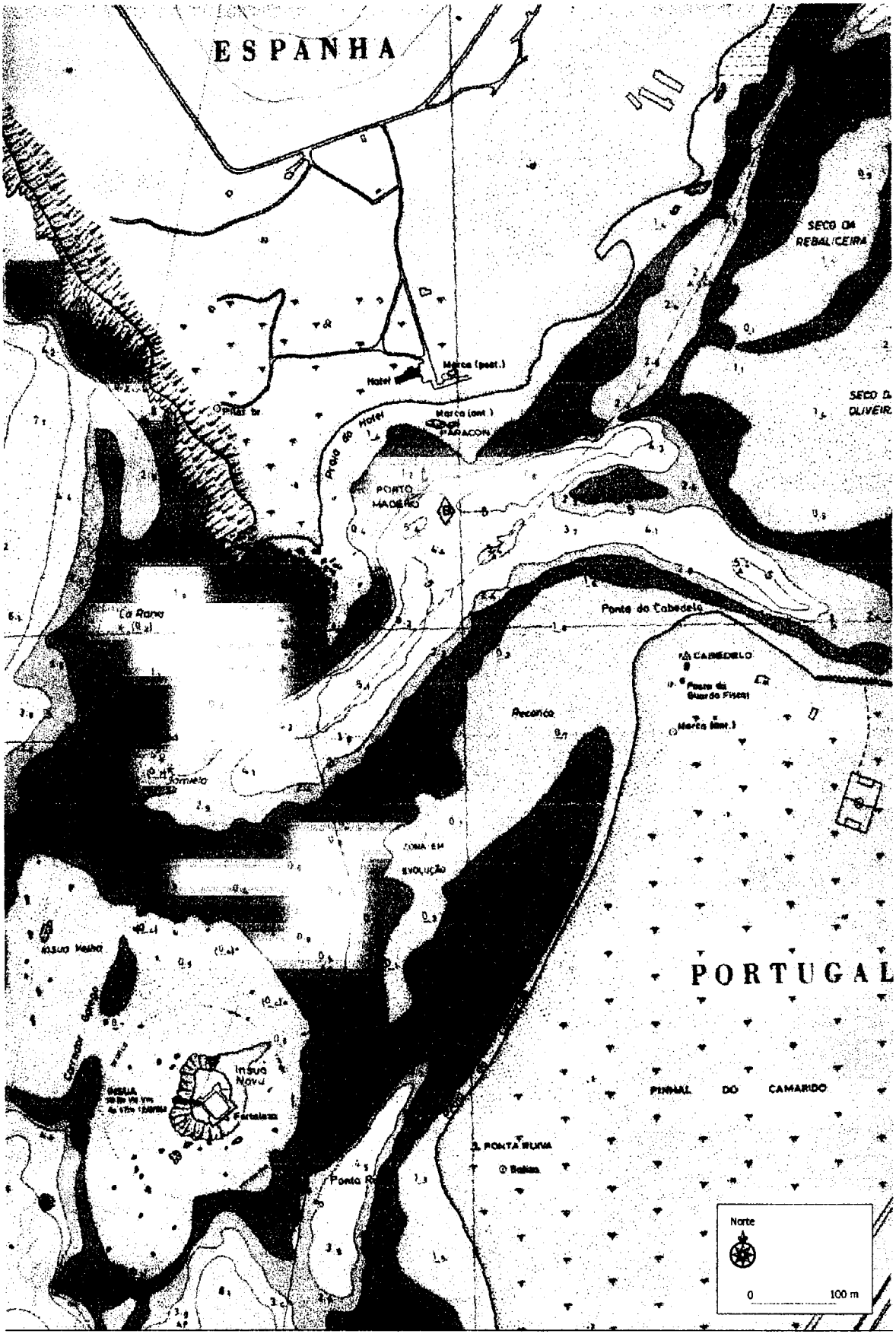
[22] É naturalmente difícil para a época, devido a multiplicidade e extensão dos afluentes, distinguir, sem profundo conhecimento do interior, qual o ramo principal da rede hidrográfica.

[23] BLÁZQUEZ 1900 [tradução parcial de Estrabão]. Alguns traduzem: "dois penhascos". Junto da actual Ínsua, com que se pretende identificar a referência estraboniana, há de facto uns rochedos, geralmente submersos onde já se tentou edificar uma fortaleza, durante a ocupação filipina, que a bravura do mar não consentiu se preservasse.

[24] Esta entrada do mar concorda com a existência de água salgada num extenso percurso do rio Minho, tendo existido salinas em Seixas, em Marinhas e num largo esteiro do rio Coura.

[25] STRABO III, 3, 3.

[26] *Estádio* de Olímpia equivalia 184 m; o *estádio* de Atenas media 192, 27 m.


ESPANHA
PORTUGAL
SECO DA REBALCEIRA
SECO D. OLIVEIR
Marca (post.)
Hotel
Marca (ent.)
PARACON
Praia do Hotel
PORTO MADEIRO
La Rana
Ponta do Cabedelo
CABEDELO
Posto da Guarda Fiscal
Marca (ent.)
Pecorico
ZONA EM EVOLUÇÃO
Insua Nova
Farolim
PINHAL DO CAMARIDO
PONTA RUIVA
Norte
0
100 m

A realidade actual do aspecto físico da embocadura do Minho coincide com o relato de Estrabão. O geógrafo menciona os dois acessos possíveis de entrada no rio, separados por uma ilha.

Entre tantas ilhas semeadas pela costa, uma é curiosamente especificada. Tinha uma *insula* e dois molhes na embocadura - diz Estrabão. Talvez a versão mais correcta das suas informações fosse, em vez de dois molhes ou dois penhascos, duas barras na embocadura, que é de facto o que se verifica. Na linguagem marítima, a expressão "fechar a barra" de um porto equivale a dizer que está impedido o acesso. Ladeando a ínsula, há duas únicas entradas por entre baixios mal visíveis, causadores de inúmeros desastres e naufrágios[27], que guardam a entrada do rio, deixando estreitos caminhos livres, balizados, que os pescadores e mareantes bem conhecem, guiando-se por pontos fixos no litoral, árvores, marcas, sendo necessário tomá-los nos pontos exactos, colocando os barcos no seu enfiamento. Fugir dessas rotas e sair desses corredores é expor-se ao perigo.

Não sabemos até que ponto se poderão interpretar como marcas assinaladas para a navegação sítios altaneiros com gravuras rupestres, como, por exemplo, as de Cristelo, destacados da paisagem por outros sinais mais visíveis do mar[28].

As marcações actuais de orientação às embarcações estão sensivelmente ao mesmo nível.

Outro ponto estratégico da costa, para aviso aos mareantes, na acrópole de recinto castrejo, aparenta ser o Corucho dos Mouros, em Riba de Âncora, com seu torreão troncocónico, em jeito de farol, com a coroa rodeada de muralha ciclópica e onde foram encontradas moedas romanas.

Acidente geográfico que identifica e caracteriza a paisagem, referência personalizadora de vasta região, via mais que fronteira, apesar de tudo o Minho é um obstáculo que exige meios para se transpor. Talvez, por isso, ou por outras razões estratégicas, terá sido o termo da expedição de Décimo Júnio Bruto.

O texto de Avieno[29] lembra um tipo de barco original usado no Atlântico e na travessia dos rios que nele desaguavam, provavelmente também no Minho: *"junto desse promontório abre-se aos habitantes o mare oestrimnicum, onde ficam as insulae oestrimnicae, com planícies largas e ricas de estanho. Este povo poderoso e de coração forte, enérgico e industrioso, negoceia em tudo. As suas barcas navegam ao longo do agitado braço de mar e no oceano cheio de monstros marinhos. Eles não constroem as carenas com pinho e.... não encurvam a madeira como é costume. Mas, coisa maravilhosa, fazem os seus navios de*

---

[27] O cartório dos frades franciscanos da Ínsua, existente no Arquivo Distrital de Braga, relata alguns deles e são ainda visíveis, na maré vazia, destroços de um navio afundado no fim da 1ª Grande Guerra.

[28] Estão nessa situação as gravuras da "Casa das Micas", ao Moinho, recentemente redescobertas sobre Moledo/Cristelo, no enfiamento geológico da Ínsua. A primeira referência sobre a sua existência deve-se a Martins Sarmento, *vide Antiqua: apontamentos de Arqueologia*. Guimarães, 1999, p. 238, fig. 425.

[29] AVIENUS, V, 102-8.

peles cosidas unidas e é sobre couro que eles percorrem frequentemente o mar largo". Estrabão[30], ao fazer referência à navegação fluvial do Minho, confirma a permanência em uso dizendo que *" antes da expedição de Décimo Júnio Bruto, barcas navegam ao longo do agitado braço de mar e no oceano cheio de monstros marinhos. Eles não constroem as carenas com pinho [...] e não encurvam a madeira como é costume. Mas, coisa maravilhosa, fazem os seus navios de peles cosidas unidas e é sobre couro que eles percorrem frequentemente o mar largo".* Estrabão, ao fazer referência à navegação fluvial do Minho, confirma a permanência em uso dizendo que *" antes da expedição de Décimo Júnio Bruto, usavam embarcações de couro através dos charcos causados pelas inundações; mas hoje até barcos feitos de um só tronco são já raros",* dando a entender que dos últimos ainda persistiam testemunhos no seu tempo.

Sidónio Apolinário fala da frequência de embarcações de couro nos povos mais a Norte dizendo que os habitantes de *Brigantium* viviam em constante cuidado das rapinas dos saxões, também peritos a navegar em barcaças de couro cosido para fazerem rápidos assaltos.

Embarcações monóxilas foram ultimamente detectadas nos areais do rio Lima. Havidas como medievais, mesmo assim, poderão representar casos de pervivências. Uma delas, alongada piroga de 4, 40 m, retirada dos areais de Geraz do Lima, pertence à C. M. de Caminha que a adquiriu em Viana, salvando-a de perda.[31] Circulavam, certamente, também neste vasto estuário, ligando as duas margens. Mais recentemente mais uma encontrada tendo fornecido a datação de 200 a.C. (CNAS).



Piroga monóxila da C. M. de Caminha29

Região de paisagem física e humana singulares, com características demográficas, sócio-económicas e culturais individualizadas, o Baixo Minho depende de um rio que, pela sua dimensão, posicionamento e recursos condiciona a actividade e a maneira de ser, de viver e de relacionamento dos povos das duas margens que andaram sempre empenhados na mesma

[30] STRABO, III, 3, 7.

[31] Foi encontrada em Março de 1985. Permaneceu muito tempo em depósito particular tendo sido adquirida a João Ramos pela Câmara Municipal de Caminha. Desde então está em restauro para ocupar o seu lugar no Museu Municipal de Caminha.

[32] Foto de F. S. Alves, 1986, p. 215.

estratégia de povoamento, posse efectiva e intensiva da terra, com densidade suficiente para assinalar e desarticular intrusões, só possível se unidos numa defesa complementar, baseada na mesma comunidade de interesses e provavelmente de sangue, enquanto base de confiança. E, à medida que se progride para montante, mais se vão desvanecendo as diferenças entre as duas margens.

São naturais as facilidades de navegação e de contacto neste rio, porta de um grande acesso ao interior, coalhado de pequenas embarcações, sucessoras das antigas pirogas e barcos de couro, relembrados por Estrabão[33], onde galegos e portugueses, partilhando problemática e interesses comuns, sempre fizeram parcerias para exploração de recursos vitais, aquinhoaram os pesqueiros por costumeira imemorial, fazendo do rio mais estrada e via de acesso e encontro do que separação, que é cada vez menos.

Na contínua procura de com que prover às suas necessidades primárias, o homem, mesmo nas épocas de maior rigor climático encontrou aqui, no meio ambiente, condições especiais de garantir a subsistência e estabilizar a implantação do seu habitat.

Da recolecção primitiva, que continuava a poder praticar, documentada por abundante e específica indústria lítica, tinha ambiente propício para evoluir para processos de conservação e produção de alimentos que obviassem aos momentos de carestia e de impossibilidade de colher.

Da domesticação de animais mais dóceis ou sua introdução e consequente criação em cativeiro e pastoreio, com o conhecimento de processos de selecção e multiplicação de plantas úteis, cedo deve ter sido levado a aproveitar-se de terras tão férteis para escolha e conservação de algumas, durante um longo período pré-agrícola.

Num lento processo de sedentarização, em terrenos geralmente aluvionares, mais adequados ao aparecimento e crescimento de plantas comestíveis, aceita-se que tenha inicialmente praticado uma agricultura itinerante, aproveitando a fertilidade provocada por queimadas, ou acompanhando as deslocações e estacionamentos prolongados dos rebanhos.

A excepcional fertilidade de algumas terras facilitou a sedentarização, a introdução da cultura de gramíneas e cereais, o progresso da tecnologia agrícola, a implementação do regadio, o aproveitamento hídrico.

A água é o recurso que vem à cabeça como dos mais necessários à vida e, por isso, necessariamente cultuável. Condicionante do estabelecimento humano, estava presente com qualidade e abundância.

[33] STRABO, III, 3, 7

A associação da agricultura com a pastorícia permitiu melhorar a dieta alimentar, garantindo-a fora dos momentos de colheita, e deu azo à descoberta de processos de fertilização.

Por todo o Baixo Minho estavam, assim, presentes as condições ideais para surto e expansão agrícola nos terraços de erosão marítima e fluvial de acentuada fertilidade.

De facto, a diversidade de solos, planos, protegidos por montes que impedem de ser varridos pelos ventos marítimos, soalheiros, com índice de pluviosidade muito grande, permitia culturas de regadio em terrenos fáceis de agricultar intensivamente, sendo os mais húmidos lugares de proveitosa exploração de gado graúdo, como o sapal do Âncora. Áreas montanhosas, agrestes, onde só é possível vingar a floresta ou o mato, eram pasto para gado miúdo, e entremeiam-se com as menos rochosas, eventualmente, aproveitáveis para culturas de sequeiro.

A pluviosidade proverbial do Noroeste, que, por vezes, não coincide temporalmente com o calendário da evolução da vida vegetativa, em geral é benéfica e sinal disso é a forte densidade populacional. Acresce que, no litoral o papel moderador do mar na estabilidade térmica e higrométrica[34], é factor favorável à prática agrícola a ter em consideração[35].

O aproveitamento das condições climáticas e geológicas propícias a um desenvolvimento da criação de gado e a uma agricultura incipiente atraiu o homem para as planícies que, na orografia do Minho, são férteis nichos ecológicos. Aí se encontram instalados dólmenes, nas gândaras da Barrosa e de Afife e outras, protegidas dos ventos por serras de meia altura, onde restam vestígios dos mais belos exemplares da arquitectura megalítica.

[34] O regadio à beira-mar é menos premente; até certa distância, dizem os agricultores que "é o mar que rega".
[35] LEVEAU; SILLIÈRES; VALLAT 1993, p.15.

2. Antecedentes pré-históricos

2. Antecedentes pré-históricos

O ambiente do estuário do rio Minho, as suas virtualidades climáticas e geológicas e, sobretudo, a abundância de recursos alimentares de fácil recolecção, fazendo das férteis gândaras de aluvião e da riqueza piscícola do rio local ideal, dotado de possibilidades não só de sobrevivência mas de adaptação e desenvolvimento de extensas comunidades humanas, nem sempre foi um óptimo climático como hoje. Permitiu, porém, desde a antiguidade pré-histórica, notáveis condições de permanência e de expansão demográfica e das actividades então comuns de recolecção, mariscagem, pesca e caça, sem dispêndio de grande esforço na procura, de cujo exercício a Arqueologia vem recolhendo constantes indícios.

A análise da estratégia usada pelo homem no aproveitamento dos recursos, que aí lhe eram propiciados, fornece indicadores da evolução das comunidades humanas, do seu relacionamento com o ambiente, a organização do trabalho, complexidade social, o progresso na civilização.

A água é um grande regulador térmico. Por isso, no Paleolítico, as comunidades terão procurado na foz do Minho, junto ao mar, o ambiente favorável para recolha dos nutrientes de que necessitavam, no marisqueio e na pesca. Abrigos temporários tinham-nos de sobra, nas lapas dos morros graníticos em que se protegiam e que procuravam acomodar, utilizando meios de aquecimento externos, com o fogo.

As temperaturas extremas, com a descida da frente polar até ao Cabo Ortegal, obrigavam o homem a abrigar-se e a vestir-se convenientemente para resistir[36]. A fauna propiciava-lhe alimentação e agasalho. Levariam uma vida semelhante à dos actuais esquimós, em zonas de frio intenso, com paralelo tipo de alimentação rica em gorduras, e vestidos de peles. Mais a Sul, J. L. Cardoso refere a presença da pequena foca árctica e do pinguim gigante entre as espécies encontradas na gruta da Figueira Brava (Arrábida). [37]

Com o fim da economia de recolecção, procurando condições ambientais que lhe disponibilizassem variedade de vegetais e de animais, que entretanto domesticou, evoluiu para uma economia de produção garantindo estabilidade de recursos que aprendeu a gerir. Pôde expandir-se territorialmente para o interior

[36] BELO DIÉGUEZ y PEÑA SANTOS 1995.
[37] CARDOSO , J. L., 2002, p. 86.

mas, sem trocar pelo contingente, a alimentação certa que o rio e o mar lhe serviam, não se distanciou demasiado dessas fontes de recursos.

O modo de vida, o que se come e veste, o tipo de relação com os outros são expressão de civilização. Para os autores clássicos, eram selvagens os habitantes da fria *Ierne,* que julgavam antropófagos e herbívoros, e os somális que nada vestiam no tórrido equador.

Nos terraços, rechãs ou patamares de formação sedimentar, de origem fluvial ou marinha, que se individualizam nas vertentes dos vales e nas descidas para o mar, são frequentes, desde Montedor até à foz do Minho, e, para além da foz, em considerável extensão do litoral galego, instrumentos líticos de diversa morfologia de cuja intencionalidade se não pode duvidar. Arqueólogos e geólogos unem-se, deduzindo cronologias da conjunção dos seus critérios, para os caracterizar e interpretar.

Estudos direccionados para o período da Pré-história das margens do Minho por consagrados investigadores, entre eles os de J. Meireles (1992) da Universidade do Minho, intervenções fortuitas no leito deste rio, para extracção de inertes e obras de regularização e de abertura de vias, e análise da formação estratigráfica de terrenos depositados ao longo de milénios, têm sido oportunidade para detecção de informações e recolha de materiais arqueológicos de utilidade para determinar momentos de antropização desta área, durante um longo período de tempo, e de nos apercebermos do processamento das estratégias de gradual assenhoreamento territorial e exploração dos recursos de sobrevivência e económicos.

Como resultado dessa pesquisa, é notável a colecção de instrumentos líticos depositados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro de Lisboa, Museu Municipal de Viana do Castelo, Museu Municipal de Caminha e em colecções particulares, referentes à Pré-história da berma litoral em questão.

Entre os mais antigos que se reportam a esta zona, há referências a instrumentos do Paleolítico, encontrados aquando da construção do cais na confluência do Minho com o rio Coura, e, no desassoreamento de 1997, para desimpedimento de um canal de circulação do ferry boat, entre a avalanche de materiais de mistura com areia, foi recolhido um pico de talhe rudimentar bifacial, [38]sugado do leito pela draga. Um pouco mais a montante, no Portinho de S. Sebastião, Seixas, Caminha, A. Viana tinha já recolhido um outro biface e há notícia de que instrumentos similares, bifaces e percutores, terão sido encontrados em Monte da Rapada, Vilar de Mouros, e no rio Coura. Por todo o distrito de Viana do Castelo muitos são os achados divulgados, mas são sobremodo frequentes, nas cascalheiras das praias do Baixo Minho, os picos talhados unifacialmente, núcleos de quartzito e inúmeras lascas, com cuidado retoque algumas delas (III, 1-11). O estudo mais específico deve-se a J Meireles (1992) que realizou escavações programadas, analisando diversos terraços marinhos na costa de Viana do Castelo, em Marinho, Montedor, Gelfa, Santo Isidoro, Moledo, Moinho, Gândara, S. Sebastião, Rio Alto, Forte do Cão, Vila

[38] Depósito arqueológico do Museu Municipal de Caminha.

Praia de Âncora, S. Domingos, Praia de Carreço, tendo publicado os respectivos materiais no seu contexto crono-estratigráfico. [39]

Os habitantes do litoral atlântico podiam com esses instrumentos procurar nos rochedos das praias e destacar daí o sustento diário de entre uma enorme população de crustáceos, moluscos e restante fauna marítima, que nas águas do Minho encontravam melhor ambiente de proliferação que em ambientes mais a Norte, utilização que lhes era atribuída por A. Viana, ou empregá-las-iam em tarefas mais diversificadas, segundo S. Pinto.[40]

De diversa tipologia, correspondentes a longo período de ocupação, muitos estão publicados pelos respectivos investigadores que na maioria tiveram o cuidado de estabelecer paralelos culturais e enquadramentos cronológicos, alguns questionáveis.

O Minho anda, assim, ligado aos alvores do povoamento do nosso litoral por importante indústria lítica, atribuída por alguns arqueólogos ao *Acheulense*, documentada pela presença de bifaces, lascas, e de inúmeros outros instrumentos, os picos, cuja tradição perdurou pelo Neolítico e idade dos metais, em coexistência com outros utensílios que o homem foi introduzindo para executar as suas tarefas e de que se serviu para potenciar as capacidades de intervir no meio, na procura de alimento e defesa.

São os artefactos de pedra, porque menos perecíveis, os mais antigos informes disponíveis que nos chegaram do Paleolítico. Para os produzirem, gozaram da preferência dos utilizadores as rochas de maior dureza, menor friabilidade, com tipo de grão adequado às finalidades pretendidas e de clivagem susceptível de obtenção de gumes mais cortantes, recorrendo, para isso, à sua procura em diferentes ambientes geológicos e a aquisição a distância.

Nas margens do Minho e zonas adjacentes, o homem pré-histórico tinha à sua disposição variedade de matéria-prima, trazida pelo caudal do rio e pelo mar, e ambiente para a afeiçoar e lascar, atingindo o artesanato da pedra grande perfeição, e produzindo instrumentos com tecnologia de excepcionalmente longa pervivência.

A forma já modelada e a proximidade em que se apresenta a matéria-prima nas penedias do litoral, na sortida cascalheira de quartzitos das praias onde ainda hoje se acumulam, nos lugares de vazadouro das ressacas, e a fácil adequação a utensílios tidos como úteis para a prática da mariscagem nos locais onde esta se fazia, condicionou a morfologia simples desses instrumentos, os mais rudimentares conhecidos, que deram à Foz do Minho notoriedade.

Asturiense[41] foi a designação aplicada por Conde de la Vega e H. Obermaier a essa indústria paleolítica por ser documentada pela primeira vez nas Astúrias (1914-1916).

---

[39] MEIRELES, 1992, p. 649-763.
[40] MEIRELES ,1992, p. 205.
[41] PINTO, R. S 1928, p.7.

Na sua opinião, os picos quartzíticos, objectos predominantes dela, apresentam uma vasta área de dispersão pela costa envolvente do Golfo da Gasconha, desde França, e se prolonga pela costa ocidental galega, conhecendo-se mesmo exemplares do outro lado da Mancha, no Sul da Irlanda[42].

E. Jalhay, em 1925, identificou exemplares *asturienses* na costa galega, confirmando a opinião de La Vega e de Obermeier[43].

Nesse mesmo ano de 1925, Serpa Pinto encontra em Âncora, Caminha, materiais líticos que identifica como similares aos descobertos por E. Jalhay em La Guardia, Pontevedra no mesmo ano. A publicação por E. Jalhay, em 1928, das peças que encontrara levaria Serpa Pinto, consciente da importância da sua investigação, a dar-lhe continuidade.[44]

Prosseguindo a sua investigação, delimita a área de presença desta indústria lítica, cartografando achados em Afife (Viana do Castelo), Âncora e Moledo (Caminha), e considera zona de maior incidência a área entre a capela de Santo Isidoro e o Penedo do Raio (ou Penedo Frechado, rochedo hoje desaparecido) para o lado da foz do Minho, em Caminha.[45].

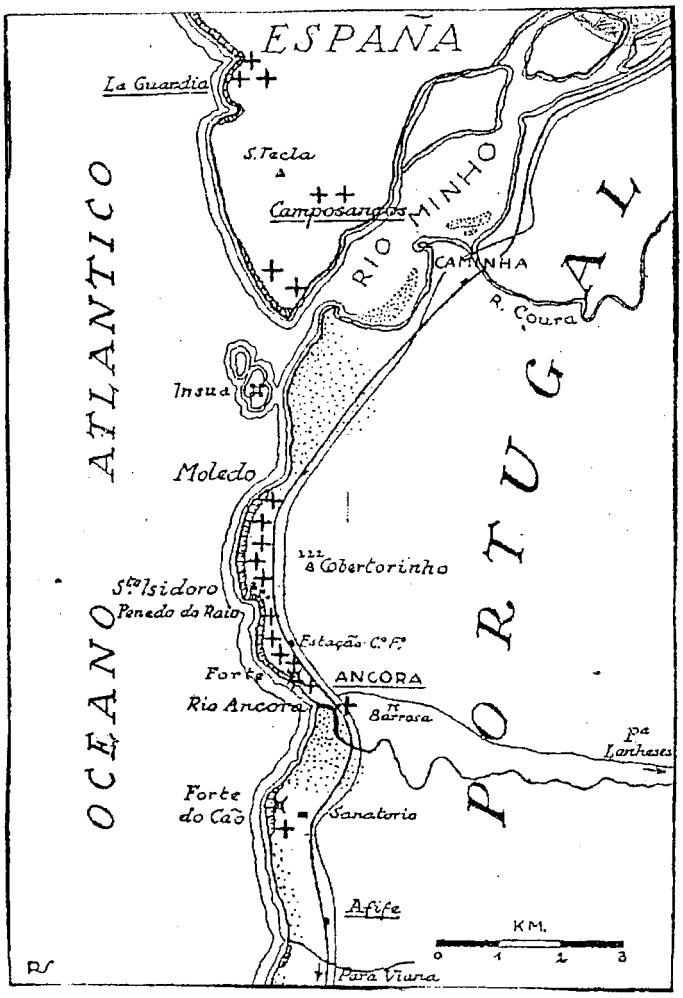
[42] Peças procedentes da ilha de Magee, condado de Antrim, existem no Museu de Dublin. PINTO, R. S. 1928, ,p.37.

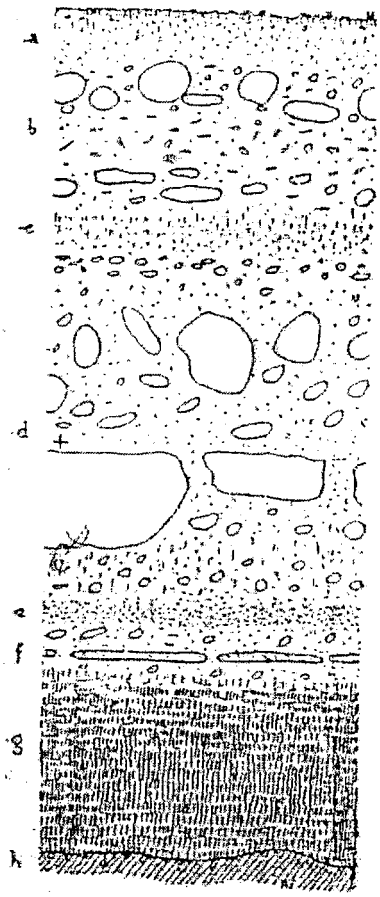
[43] JALHAY 2002. Alguns antropólogos galegos, revendo os materiais de Jalhay, atribuem-nos ao castro da Forca, em cuja proximidade foram encontrados, negando por isso que se reportem cronologicamente para além do calcolítico, não negando contudo uma indústria mesolítica ou até paleolítica mais a montante do Minho, longe do mar (M. Sobrino Blanco, informação pessoal).

[44] Meireles, 1992, p. 203.

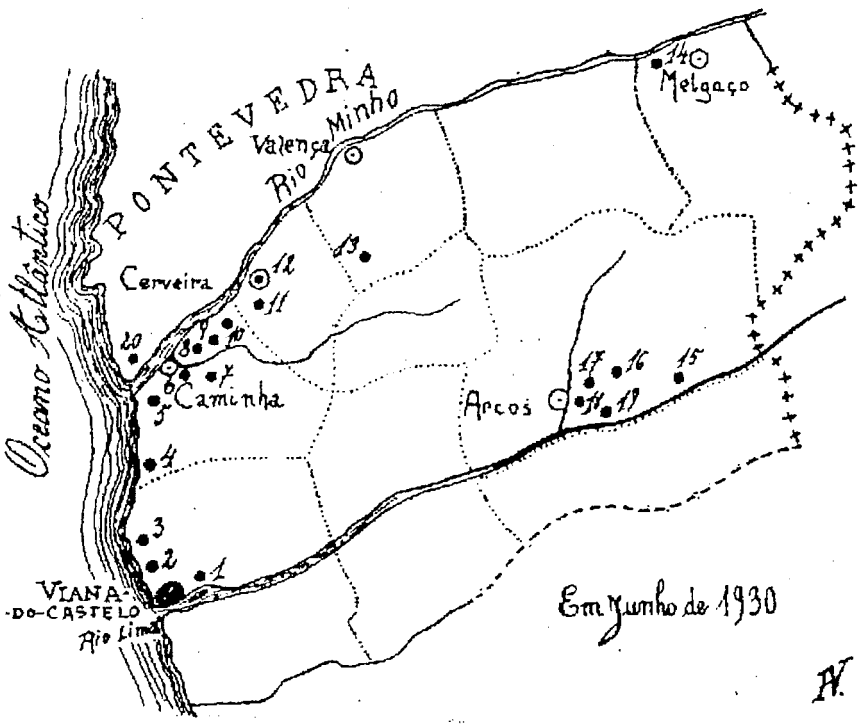
[45] Continua sendo de grande densidade a presença de picos no sítio referido. O mar renova a cascalheira transportando para lá material das praias antigas imersas.

1. Cartografia do Asturiense e estratigrafia de escavação segundo R.S.Pinto.





Carta Paleolítica



2.Carta do Paleolítico segundo Abel Viana.

1 Portuzelo
2 Areosa
3 Carreço
4 Âncora
5 Moledo
6 Vilarelho
7 Argela
8 Seixas
9 Vilar de Mouros
10 Lanhelas

11 Gondarém
12 Cerveira
13 Fontoura
14 Peso
15 Ermelo
16 Estorãos-Maior
17 Grade
18 Giela
19 S. Jorge
20 Camposancos (Eg.)

Anotando semelhanças e diferenças entre os picos ditos *asturienses* e os numerosos que aqui encontrava, atribuiu-lhes uma designação epónima, apelidando-os de *ancorenses*.

A estação estudada por Serpa Pinto, entre Moledo e Âncora, é descrita em pormenor na sua estratigrafia, de que apresenta desenho esquemático do respectivo corte que fez. Numa minuciosa observação de estratos, oito ao todo, assinalando-os com letras de *a* a *h*, verifica em *d* a presença de um "pico grosseiro"; nos estratos inferiores, detecta, em *f*, um lajeado de placas de xisto, "pedra vinda do interior", e, numa zona contígua, lajeado de granito. Explica essa presença artificial como possíveis fundos de cabana de "época imprecisa".

Ao malogrado investigador talvez tenha passado despercebida, então, a correcta interpretação deles, podendo ser parte das estruturas da enorme extensão de tanques lajeados, salinas pré-romanas e em exploração romana, que substituíram ou mesmo coexistiram com pias amovíveis, de baixa profundidade, de produção doméstica de sal, onde se deixava evaporar a água recolhida no mar. Existem numerosos desses tanques, desde Moledo até Camarido, em Caminha, no sítio por S. Pinto investigado, e, mais recentemente, identificadas por A. C. F. Silva e sua equipa[46] e por C. Brochado de Almeida, que lhes determinou a extensa localização na costa atlântica, cujo estudo inclui na sua tese de doutoramento[47].

Pena que possam subsistir dúvidas sobre a antiguidade do estrato, superior aos lajeados "de época imprecisa", donde o pico foi exumado por S. Pinto.

Recentes alterações no perfil das praias, num ano excepcionalmente pluvioso (2001), permitem-nos ser reticentes quanto à natureza das estratigrafias de beira-mar.

[46] Documentação in Museu Municipal de Caminha.

[47] C. A. B. Almeida, 1996 e 2003, p. 101, 147; 2003, p. 257.

Os picos *asturienses* têm, segundo R. Serpa Pinto[48], interpretando Conde la Vega, o lascado dos dois bordos a unir-se numa aresta média, dorsal, que apresenta, a maior das vezes, um comprimento superior a metade do comprimento total do pico, sendo, por isso, o talão ou córtex pouco desenvolvido. Os perfis laterais da área talhada são, geralmente, côncavos. Os picos *ancorenses*, no universo por ele estudado, são produzidos em seixos curtos e, em cerca de 40%, com a superfície rolada do talão prolongando-se no sentido da extremidade do pico, isto é, com talão desenvolvido.

Variante dos picos *ancorenses*, com exemplares em Âncora e La Guardia, é aquela em que a aresta dorsal é substituída por uma faceta média, na zona de talhe, circunstância também verificável em exemplares *asturienses*.

De tal sorte convivem as duas diferentes tipologias com os subgrupos que as integram que a pesquisa posterior tem diluído as distinções entre as diversas formas, havendo tendência a reduzi-las a um único conjunto, englobante de todos os outros, o *Asturiense*.

A cronologia do *Asturiense*, assinalada para a costa cantábrica, enquadra-o numa região costeira *post-azilense*. O fóssil arqueológico principal seria o pico; a cerâmica estaria ausente. Segundo Serpa Pinto, o *Asturiense* corresponderia cronologicamente a um "optimum climático" pós-glaciário (7.000/6.000 a.C.), tendo em consideração os informes de ambiente arqueológico faunístico: presença de *trochus lineatus*, não existente no paleolítico superior; ausência de *littorina littorea* e de *mytillus edulis*, espécies que aparecem e se desenvolvem em período mais avançado[49].

A abundante documentação existente destes materiais na costa galaico-portuguesa faz sugerir que se esteja numa zona nuclear típica do *asturiense*[50].

É de notar, neste passo, a opinião de Mendes Corrêa em "Novas estações líticas de Muge" que admite, reforçada a sua convicção por achados líticos de feição paleolítica do Cabeço da Mina, que haja uma migração da indústria dita *Asturiense* de Sul para Norte. Assumindo o carácter plistocénico das indústrias líticas no Cabeço da Mina, admite que no Paleolítico inferior meridional tenha surgido um "*Pré-asturiense*", certamente anterior aos concheiros mesolíticos aí detectados; " Ce Pré-asturien aurait émigré au Nord, donnant l'Asturien proprement dit, et cédant la place dans la région, à la culture des concheiros"[51] .

M. Corrêa atribui uma cronologia epipaleolítica para o *Asturiense* do litoral minhoto, explicando a presença de formas paleolíticas como pervivência

[48] PINTO, R. S. 1928, p. 18. Cartografia de A. Viana.
[49] PINTO, R. S. 1928, p. 38.
[50] PINTO, R. S. 1928, p.39.
[51] BREUIL, H; ZBYSZEWSKY, 1943, p. 323.

tipológica como nota J. Meireles.[52]

Entre estes instrumentos atribuíveis ao Plistocénico, Pré-asturienses, e os picos asturienses na verdadeira morfologia por que é conhecida esta indústria cantábrica, Joaquim Fontes (1925), devido às suas descobertas em Camposancos, La Guardia, entremeia o "Camposanquense" que põe ao nível do Languedocense[53].

Em 1929, o estudo deste material lítico leva R. S. Pinto, A. Viana e A. Paço a alargarem a zona de prospecção, mais para Sul, em Carreço, Viana do Castelo.

Em publicação de A. Viana (1929) aparece um plantel variado de instrumentos (picos, machadinhas, coups de poing, pesos de rede, discos, raspadores, arpões e lâminas, apontando-se-lhes a vaga cronologia de pré-neolíticos e indicando-se-lhes como utilidade exclusiva a recolha de marisco.[54]

A. Paço (1929), do material recolhido em Carreço, destaca *coups de poing,* discos e pontas moustierenses. Considera que esse material se reporta à presença das 3 primeiras idades do Paleolítco: Chelense, Acheulense e Mustierense; nada teria encontrado na estação de Carreço que indiciasse pertencer ao Paleolítico Superior. [55]

Na Galiza, M. F. Costas (1929) retomou os estudos de A Guarda e de Camposancos. Como resultado da sua investigação considera os materiais líticos exumados de grande amplitude cronológica.[56]

Na mesma linha A. Paço, em 1930, publica materiais asturienses de Carreço e neles inclui alguns que designa " de tipo Camposancos" que, segundo ele, se encontrariam também, em estações castrejas .

Nesse mesmo ano de 1930, A. Viana, faz o apanhado de todas as estações, omitindo, em Areosa, a de Carreço e as afirmações da publicação anterior de A. Paço.

A presença de material similar ao *Asturiense*, foi detectado por C. B. Whelan (1930) na costa irlandesa, no Condado de Autrin. Explicou o fenómeno como fruto de difusão Sul-Norte, pré-neolítica.

Serpa Pinto (1931), admitindo um estádio pré-asturiense no Norte de Portugal e na Galiza, reconhece uma pervivência até ao Neolítico Antigo. A ele se deve a paternidade da designação "Ancorense" que considera cronologicamente Pré-asturiense. [57]

E. Jalhay (1933) segue S. Pinto na cronologia apontada para o "Ancorense"

---

[52] MEIRELES, 1992, p. 205.
[53] BREUIL; ZBYSZEWSKY , 1943, p. 324.
[54] MEIRELES, 1992, p. 206
[55] MEIRELES, 1992, p. 200
[56] COSTAS 1929, p. 14
[57] S. PINTO 1932; MEIRELES, 1992, p. 209.

de Pré-asturiense, e distancia-se de A. Viana na interpretação dada à utilização dos instrumentos. Segundo Jalhay seriam aplicados no desbaste de madeira, associando essa actividade à construção de embarcações.[58]

A esses instrumentos têm, assim, sido conferidos enquadramentos cronológicos diversos, alguns de certa ancianidade, muito mais recuada do que as propostas por Serpa Pinto, assumindo outros mais moderada posição[59].

Âncora participa, pois, da celebridade como estação epónima desta indústria lítica, de características singulares, embora não exclusivas da sua área, o que lhe perpetua o nome nos meios científicos da Arqueologia, entre os investigadores[60] do nosso Paleolítico (ou do Mesolítico, conforme a cronologia assumida) que dedicaram a melhor atenção a estes artefactos, procurando estabelecer os parâmetros da sua tipologia e cronologia.

Conhecidas as notas individualizantes que o pretendem diferenciar do seu congénere *Asturiense,* ou sucedâneo (S. Pinto 1931, 1932) desde R. S. Pinto a A. Viana, têm-se esforçado os arqueólogos, investindo na sua caracterização, no estudo de dispersão, e no dos restantes instrumentos a ele associados, como lascas, raspadeiras e núcleos. Nas praias onde abundam, infelizmente para os investigadores, convivem os mais antigos com produções recentes, aí elaboradas ou para aí transportadas e acumuladas em épocas diferentes, acrescendo que a vizinhança do mar funciona como elemento perturbador destas associações; demais, a tecnologia da sua produção e utilização teve, nestas zonas litorais, uma vigência multissecular.

O avanço e maior exigência da prática arqueológica e a necessidade de encontrar picos e outros instrumentos líticos estratigrafados com clareza em estratos fiáveis cronologicamente e a verificação da presença e utilização de materiais de tradição pré-histórica, tipologicamente análogos, em épocas proto-históricas, e o seu possível transporte para a praia onde contaminariam os mais antigos, mesmo provenientes de praias de profundidade, levaram os investigadores que se dedicam ao Paleolítico, a renovarem a análise com maior prevenção, nos mesmos locais de beira-mar e no interior com leitura estratigráfica, em ambientes e a altitude conveniente, de acordo com o que se sabe da evolução geológica e alterações do nível do mar[61].

Os estudos dos pioneiros da Arqueologia, embora não desprezassem informações estratigráficas, referentes às jazidas onde se encontravam, baseavam-se, sobretudo, no perfil tipológico de exemplares, na maior parte dos casos, recolhidos nas cascalheiras litorais.

---

[58] JALHAY, E., PAÇO, A. 1941.

[59] Vg., Leroi-Gourhan individualiza o asturiense, no seu dicionário de Pré-história, apontando-lhe uma datação mais tardia, entre 7340, ± 440, e 4850, ± 160 a. C., no Mesolítico.

[60] MENDES CORRÊA; CARLOS RIBEIRO; AFONSO DO PAÇO; EUGÉNIO JALHAY; H. BREUIL; G. ZBYSZEWSKY.; JOAQUIM FONTES.

[61] MEIRELES, J. 1992; 1994, p.20.

Com metodologia renovada, tem sido, ultimamente, entre nós, dinamizador deste estudo José Meireles[62], bom conhecedor da evolução morfo-sedimentar e pedológica da zona minhota e que, no concelho de Caminha, escavou terraços na Gelfa e em Santo Isidoro, para esclarecimento da problemática do Paleolítico na região.

Identificou aí materiais, nas formações marinhas recentes (M9b e M10, segundo designação constante na sua representação gráfica de acordo com a carta síntese das formações quaternárias litorais marinhas e eólicas do Minho) que insere no enquadramento "cronoestratigráfico do Plistocénico da fachada atlântica europeia".

Os seus estudos, em terraços seleccionados, permitiram-lhe identificar sucessão de ritmos dinâmicos diversos na formação da costa, em que momentos climáticos rigorosos alternaram com outros de maior amenidade, uns e outros deixando marcas na morfologia estratigráfica do solo.

José Meireles situa os primeiros vestígios de presença humana, na região de Caminha, baseado em dados de escavação, integrados na sequência litoestratigráfica regional, incluídos "no seio da penúltima unidade sedimentar de origem marinha" (estrato M9b) com vestígios arqueológicos que atribui à indústria *Acheulense*, com cronologia entre 250.000 e 200.000 B. P., datação ainda não pacificamente aceite por todos os pré-historiadores.

A presença de *homo sapiens Neanthertal* (com mais de uma dezena de indivíduos cuja datação se aceita ser de 300.000 BP) em Atapuerca, Burgos, dá uma certa consistência à presunção de cronologias tão recuadas, num momento em que, pela Europa, já se notam indícios de uma ocupação humana mais evidenciada. Teríamos, assim, o homem ainda durante o final do Paleolítico Inferior Pleno, no Minho, a lucrar das suas potencialidades para garantida sobrevivência.

Outros pré-historiadores, como L. Raposo, assumem posição mais moderada na datação dos artefactos.

J. Meireles coloca o *Ancorense* na "fase de degradação climática do último período glaciar", o Würm, na transição para o Holocénico Inferior[63].

Na caracterização do instrumental lítico desta indústria, uma *pebble culture*[64] com as reservas que os termos *pebble* e *culture* aconselham, há uma certa preferência pelo talhe unifacial dos utensílios, estandartizada no litoral minhoto, que é notada, segundo as suas observações, desde o Plistocénico Superior (formação marinha M10), acrescentando que a simplicidade do seu talhe não representa sinal de arcaísmo, mas ser, antes, uma opção devida à adequação funcional de determinado tipo de material do modo julgado mais eficiente.

---

[62] MEIRELES, J.1992.

[63] MEIRELES 1992, p. 478.

[64] RIBEIRO, J.P. 1990, p. 31.

L. Raposo, embora admitindo como possível uma indústria Pré-acheulense, remete a indústria lítica presente na área do Minho para o "homem moderno" do Paleolítico Superior Pleno, não considerando existirem fósseis directores suficientemente válidos que apontem para o Paleolítico Inferior nem mesmo para o Paleolítico Médio[65].

Segundo síntese recentemente apresentada, J. L. S. Cardoso historia esta problemática da abordagem às comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico no quadro da Pré-história de Portugal[66]. Apontando para o Paleolítico Médio a expansão de Sul para Norte do Neandertal, coloca no final do Paleolítico Superior as indústrias macrolíticas da zona do Minho (o *Ancorense)* relacionando-as com as microlíticas, de que as mesolíticas são continuidade.

Luís Cardoso[67], seguindo Zilhão, aceita a "fronteira do Ebro" e a cordilheira cântabro-pirenaica como tampão de encontro entre Neanthertais mustierienses a Sul, Portugal incluído, e a Nordeste com o "homem moderno". Com a degradação climática iniciada por volta de 30.000 B.P., o "homem moderno", mais habituado ao rigor do frio das regiões mais a Norte "competiu" vantajosamente com os Neanthertais a Sul, "extintos" por diversas razões, debilidade imunológica, de organização, infertilidade, ou outras[68].

Esta disparidade de evolução humana, mustieriense a Sul, aurignacense a Noroeste, tem paralelo na continuidade, por razões climáticas, da fauna no ocidente peninsular, com presença do *elephans antiquus* no centro e sul.

Sobre a discussão acerca da maior ou menor antiguidade da presença do homem na Península, e do encontro do Neanthertal com o "homem moderno" esclarece as tomadas de posições, em evolução, entre os arqueólogos portugueses ou que trabalharam em Portugal, na questão do Pré-*acheulense*, considerando, em resumo:

Zbyszewski e H. Breuil, nos seus trabalhos de 1941-42, não atribuem cronologias pré-acheulenses às indústrias paleolíticas estudadas. Breuil, 1940, admitia que indústrias antes detectadas em Magoito, Sintra, pudessem ser Pré-*acheulenses*, anteriores à indústria dos bifaces; esta posição não colheu, então, por não fundamentada em argumentos geológicos e faunísticos.

A multiplicação de dados novos, na década 1970 (Alto de Leião, Paço de Arcos), alterou a posição cautelosa dos arqueólogos portugueses, inclusive a de Zbyszewski[69].

As descobertas avolumaram-se e Zbyszewski, com a publicação dos resultados detectados em Seixosa, Mafra, adere definitivamente à tese de

[65] RAPOSO, L 1993, p.75.
[66] CARDOSO 2002, p. 47-49; 130-132.
[67] CARDOSO 2002, p. 99.
[68] CARDOSO 2002, p. 100.
[69] CARDOSO 2002, P. 56.

reportagem cronológica da presença humana, no território português, ao período pré-acheulense.

Em finais de 1989, no Simpósio de Paris, "Les premiers peuplements humains de l'Europe", E. Bonifay e B. Vandermeersch recuam a presença humana na Espanha para 2 ou 2, 5 milhões de anos, posição sem adesão de muitos investigadores.

As últimas descobertas em Espanha, na região de Burgos, vêm relançar a discussão sobre anteriores trabalhos, sendo hoje mais propícia a aceitação de cronologias *pré-acheulenses.*

As descobertas no Vale do Côa (1990), gravuras e utensilagem reportando a ocupação para o interior ao início do Gravetense e até Madalenense, são um elemento recente que esclarece a evolução da ocupação humana do território português[70]

Alguns pré-historiadores defendem uma "regressão" tipológica do *Acheulense* para o *Asturiense/Ancorense*, redução do talhe bifacial, passagem dos bifaces para os picos.

Em estudo recente, J. Meireles defende essa evolução local do biface *Acheulense* para o pico, que localiza cronologicamente entre 19.000 / 18.000 BP, durante o pleni-glaciário do Würm. L. Cardoso, não negando valor à hipótese, não a segue. Considerando o complexo desta indústria como fenómeno de grande diacronia e remetendo para o final do Paleolítico a sua maior incidência.

A posição de J. Meireles é, no entanto, acompanhada por algumas cronologias da Galiza, onde, também, entre os investigadores, o desconcerto de datações para estes objectos igualmente se verifica, sendo colocados desde no Paleolítico Inferior ao Mesolítico e, até, na Idade do Ferro como defendia Mergelina (1939-40) que considerava alguma utensilagem galega, tida como acheulense e asturiense, como presente nas escavações que efectuava em Santa Tecla.[71]

Aceites de pertencerem ao *Acheulense* são citados sítios como Chan do Cereixo (Portavedra), Louselas (Ribadeo), Pazos (San Cibrao das Viñas, Ourense) e Budiño (Porriño). Nesta última estação Alvarez Blázquez recolheu numeroso espólio, em 1962. O sítio foi intervencionado posteriormente, por uma equipa multidisciplinar de arqueólogos e geólogos, constituída por E. Aguirre, Biberson e por K. W. Butzer. Foram recolhidos mais de 700 objectos estratigrafados, parte deles em estrato que Butzer datou de 28.000 anos, do período mais frio do Würm, época caracterizada por grande amplitude térmica, verões quentes e invernos rigorosos; nestes se incluindo bifaces, picos, denticulados, buris, não obtidos por técnica levallois, entre outros. O conjunto, atendendo à tipologia do espólio, seria Acheulense, que, se do Plistoceno Médio, se situaria em período antes de 120.000 B. P.

---

[70] CARDOSO 2002, P. 107.

[71] MEIRELES, 1992, P. 210.

Em Budiño (Porriño), porém, fizeram-se análises de C- 14 a cinzas, de que resultaram datações de 26.700 + 3. 600 – 2.500 BP e 18.000 ± 300 BP, que confirmaram as posições de Butzer.

Por volta de 18.000, houve uma vaga de frio que parece ter feito desaparecer a tartaruga terrestre, considera L. Cardoso, por análises da Gruta Nova de Columbeira, Arrábida[72].

No final do Paleolítico, num interestádio tardiglaciar 11.000 -10.000, caracterizado por resfriamento na Península por descida da frente polar que se situava então pelo paralelo do Cabo Ortegal, terá havido alterações climáticas que influíram na cobertura vegetal do solo, redução da floresta e consequente degradação dos solos por erosão[73] Jazidas deste período foram submersas por estratos de aluvião e esperam ser descobertas para colmatar a falta de informação arqueológica. Desta época é considerada a estação de Fiales (Pedornes, Oia, Pontevedra). Entre outros materiais líticos foram aí encontrados picos, mas não estratigrafados.

Resumindo as posições em presença sobre o estudo dos materiais líticos presentes no litoral minhoto e galego em que se inserem, entre outros, os picos, designados por nomenclatura diversa, "asturiense", "camposanquense", "ancorense" e até "portuense", segundo J. Meireles (1992),[74]

são incluídos alguns deles no Paleolítico; perturba, porém, essa atribuição a mistura com instrumentos posteriores;

admitem alguns pré-historiadores que o "asturiense" minhoto é coetâneo e da mesma tipologia do cantábrico;

há ainda quem considere esses instrumentos coetâneos das construções megalíticas e até da Idade do Ferro.

Zbiszewski, em Vila Praia de Âncora e Carreço, analisando os materiais sequencia-os, marcando a evolução do Paleolítico ao Mesolítico no litoral minhoto. Considera que do período interglaciar Mindel-Riss e do glaciar Riss já se documentam seixos talhados no litoral minhoto, atribuídos, portanto, ao Acheulense: proto-picos, protótipos dos picos asturienses. Teriam evoluído chegando ao tipo asturiense.

Situa o Camposanquense ou Languedocense durante a glaciação Riss, evoluindo durante a glaciação Würm.

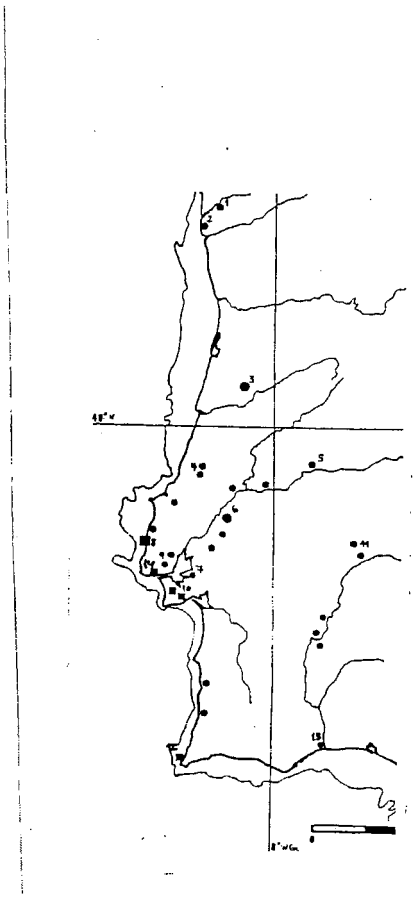
---

[72] Cardoso, 2002, p. 88.

[73] Bello Diégues y Peña Santos 1995.

[74] Meireles 1992, p. 212.

Para Zbiszewski justifica-se a designação Ancorense para uma indústria proto-asturiense no litoral minhoto,. Teria surgido no período interglaciar Riss-Würm e radicaria os seus protótipos no Acheulense Antigo, evoluindo durante a glaciação Würm.
Na Galiza seguem Zbiszewski, J. M. Blásquez e Bouza-Brey (1949), atrbuindo ao Paleolítico Inferior materiais acheulenses e camposanquenses, estes relacionando-os com o Languedocense, e faseados:
Camposanquense Inferior, equiparado ao Mustieriense (desde o Würm antigo, sobrevivente até ao Würm superior[75]);
Camposanquense Médio, equiparado ao Paleolítico Superior Europeu;
Camposanquense Superior, situado no Mesolítico.[76]



• – estações arqueológicas do Paleolítico Inferior Pleno (Acheulense)
■ – supõe-se serem sítios arqueológicos reportáveis ao Paleolítico Inferior Arcaico (Pré-Acheulense).
1 – Cerdal e outros lugares na margem do Minho.
2 – Litoral minhoto.

Paleolítico Inferior em Portugal segundo L. Raposo 1993 [77]

A metodologia de abordagem também tem evoluído. Da análise morfotipológica de Serpa Pinto, A. Viana, A. Paço, completada com observações de natureza estratigráfica, à de Zbiszewski com estudo comparado de instrumentos e sítios europeus, estratigrafia do depósito e características físicas

[75] J.. L. CARDOSO 2002, p. 77.
[76] MEIRELES, 1992, p. 213-214.
[77] SILVA, A. C. F; RAPOSO, L .; SILVA, C. T, 1993, p . 109.

dos objectos (desgaste, patine) e, recentemente, com estudos mais intensivos na orla litoral e reanálise dos dados anteriores, há notável progresso.

Na caracterização dos instrumentos líticos, os investigadores têm procurado estabelecer uma definição correcta e o máximo perfeita e exclusiva, agrupando-os tipologicamente, fundamentando-se na análise das notas individualizantes das matérias-primas, da forma dos objectos, baseada em observações tipométricas, ou ainda no estudo de técnicas operativas para sua obtenção.

Estes processos, longe de se excluírem, são complementares, embora, por vezes, sejam singularmente apresentados como mais válidos, consoante pontos de vista dos diversos autores.

Afirmando perseguir objectivos diferentes, procurando descortinar perspectivas comportamentais do fabricante dos objectos em análise, a base de observação tipométrica não difere a de uns da dos outros senão no rigor processual e na determinação das singularidades melhor individualizantes dos instrumentos em questão[78].

Continuam a considerar-se como diferenças tipológicas observáveis nos artefactos líticos para os extremar e seriar, o recorte do seu perfil, a morfologia do gume, presença de retoques, ângulos de fractura, aspectos de erosão e degradação de arestas, a patine, os indícios de reutilização ou longo manuseamento.

Para confrontar a informação publicada com as observações do material lítico ainda existente em sítios anteriormente estudados, recolhemos uma amostra de mais de uma centena de picos, na cascalheira da praia de Santo Isidoro, Moledo, Caminha, a referida por Serpa Pinto (III,1-10). Pertencentes ao mesmo ambiente arqueológico de reduzida extensão (200 m), este universo apresenta-nos uma variedade morfotipológica de picos, com zona descortificada mínima e máxima, de aresta dorsal e de plano dorsal na área lascada, com gumes espalmados e apontados, e informações cronológicas diversas, denunciadas pela erosão das arestas. A nosso ver, podemos seriá-las em quatro escalões de gradativa erosão:

1 - picos de arestas vivas (III,1,IV, nº 13-16),
2 - com pouco desgaste (III, 1, III, nº 9-12),
3 - de grande desgaste, embora ainda visíveis (III,1,II, nº 5-8),
4 - muito erodidas e apenas perceptíveis pelos planos de fractura (III,1, I, nº 1-4).

Na série exemplificativa de tipos que apresentamos, nas colunas primeira e segunda estão colocados picos *asturienses* de talão reduzido; na 1ª com aresta dorsal, na 2ª com plano dorsal. Nas colunas terceira e quarta, os *ancorenses*; na

[78] Gomes 1998, p. 32.

3ª com aresta dorsal, na 4ª com plano dorsal. De cima para baixo, estão colocados por ordem decrescente de desgaste erosivo.

Sendo do mesmo material, quartzitos, e de igual dureza, em similares condições de localização e exposição à erosão, estes instrumentos representam diferentes tempos de exposição ao ataque modelador do mar, o que nos leva a concluir que são produto de uma indústria de larga pervivência. A amostragem que apresentamos (III,1), na variedade morfológica existente num mesmo local, também nos prova a fragilidade de divisão entre *asturienses* e *ancorenses.*

De facto, a tecnologia da produção de instrumentos líticos persistiu com análogas soluções para as mesmas finalidades em épocas posteriores; por isso, picos congéneres, mas bem distintos na morfologia e no grau de erosão, abundam nos povoados, muitos séculos depois, convivendo com os utensílios metálicos, colmatando a sua escassez, ou mesmo substituindo-se-lhes na eficiência em determinadas tarefas.

A operacionalidade e utilidade destes picos também é questionada, conforme atrás se apontou nas diferentes explicações dadas por A. Viana e E. Jalhay. Para alguns antropólogos, não deixa de causar certa estranheza a presença de tão numeroso espólio nas cascalheiras de beira-mar, não se descortinando a real funcionalidade de tais instrumentos, que consideram inadequados para destacar dos rochedos as lapas, os moluscos mais acessíveis e mais difíceis de colher pela forte aderência à pedra, sugerindo até uma funcionalidade diferente, mesmo uma presença de carácter simbólico ou cultual[79]. Mas outros seres vivos, e, até, de grande porte, poderiam ser procurados no litoral para cuja caça serviriam.

Reduzindo, para simplificar o confronto, já que são raros os maximamente erodidos, os graus de erosão a três escalões, respectivamente, muito erodido, medianamente erodido e vivo, num universo de 113 picos, 61 são muito erodidos, 50 medianamente e apenas 2 de arestas vivas (III, 2-4), abonando as cronologias mais antigas e evidenciando dois momentos de grande utilização e um de repentino abandono, que corresponderá ao deslocamento das populações para estabelecimentos interiores com outro tipo de actividades de subsistência.

Pelas dimensões do talhe, comprimento e perímetro vemos que há uma maioria a tender para talões reduzidos, não sendo, por isso, de agrupar à parte o *Ancorense*, baseados numa característica minoritária, segundo esta amostragem.

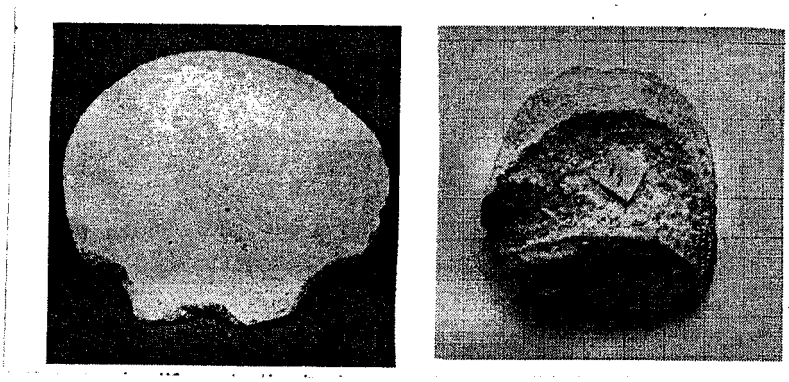
A secção triangular na zona descortificada com aresta no dorso prevalece (III, 2-4), sendo, na amostragem, superior ao dobro das situações em que há plano dorsal, sendo, nesse caso, a secção trapezoidal. Pode tratar-se de utensílios para funções diferenciadas. Uns e outros actuam de ponta, sem gumes laterais utilizáveis Os segundos, semelhantes a espátulas, de dorsos planos e gumes alargados, bem podem funcionar como goivas ou formões.

O peso é de considerar nesta espécie de instrumentos, pois os torna mais ou menos eficientes. Uma notória preferência por picos com massas entre 250 gr

[79] M. S. Blanco, da Universidade Complutense de Madrid (inf. pessoal).

a 500 gr. é patente, aproximando-se os que, tendo peso superior, não excedem 750 gr. Isto pode significar que a manuseabilidade era tida em conta.

Instrumentos laminares não são raros na estação de Santo Isidoro, onde aparecem lascas de quartzito com e sem retoques, por vezes, denticuladas no gume, embora de notória escassez em relação aos picos. De diversa tipologia, seriam instrumentos úteis, e, certamente, as que eram obtidas na manufactura dos picos seriam aproveitadas depois de sujeitas aos necessários afeiçoamentos e retoques.



Exemplares de lascas de diferente tipologia, encontradas na Praia de Santo Isidoro, Moledo, Caminha, entre o conjunto de picos da amostragem.

A cartografia das estações assinaladas pela presença de materiais líticos coloca-as na berma litoral e nos esteiros de alguns rios.

Os indicadores de antropização vão mostrar, nas etapas seguintes, uma deslocação para o interior, certamente devido à mais favorável aptidão para estabelecimento de abrigos naturais, adequação ao tipo de actividades e implantação de habitats, o que explica o crescendo e a dispersão de ocupação do espaço do panorama posterior.

Terminada a glaciação do Würm, no começo do Holoceno, as populações especializaram-se, adequando aos recursos do meio ambiente as suas actividades predadoras para subsistirem.[80] As lascas de dorso abatido e de gume denticulado, macro utensílios anteriormente apresentados, demonstram bem uma eficiência já procurada e ficariam bem neste período inicial do Epipaleolítico datável entre 9.000/8.000 - 6.000 BP.[81]

O Mesolítico é aparentemente de menos espectaculares produções de objectos, mas mais sofisticados. Uma eficiente adaptação ao meio e de rentabilização na selecção e gestão das matérias-primas para produção de utensílios é notória, resultando instrumentos compósitos com engenhosa aplicação de micrólitos, característicos, em arpões, tridentes, entre outros artefactos.

---

[80] JORGE, S. O.1990, p. 76-101.

[81] JORGE, S.O. J 1990, p. 79.

Rareiam as estações deste período, na área em estudo, de que se conhecem, pela análise de concheiros dos acampamentos que sazonalmente frequentavam, no Sul (Muge, Cabeço da Amieira), aspectos de organização e mentalidade particulares, patentes nos rituais funerários com inumação de adultos e crianças, por vezes de singular aparato, em "camas" de conchas por abrir, e na delicadeza e especialização da cultura material, fazendo supor uma população organizada tribalmente, igualitária e violenta [82].

O termo do último período glaciar, o Würm, provocou uma elevação lenta da temperatura, degelo e aumento gradual do nível médio da água do mar. Entre 13.000 e 11.000, o nível marinho, elevando-se por volta de 60m, inundou vastas regiões; a linha de costa distaria da actual uma média de 50 km. [83]

Continuando a subir a temperatura até ao nível actual, afluíram e desenvolveram-se populações de crustáceos, facilitando a subsistência dos recolectores que viviam no litoral e nos estuários.

Uma indústria de lascas de quartzito identificadas como Languedocenses, técnica de vasta cronologia, do Paleolítico Médio até ao Mesolítico, e de picos de recorte singular, cuja presença no estuário do rio Mira lhes deu o nome de "Mirense", documenta-se também na Foz do Minho.

J. L. Cardoso relaciona esta indústria com o "Ancorense" de Vila Praia de Âncora, e com razão como se demonstra com exemplares encontrados de mistura com exemplares "Ancorenses".[84] Não segue plenamente a posição de J. Meireles de colocar em período anterior, no final frio pleniglaciário würmiano, entre 19.000/18.000 como já era admitido por Jalhay, Breuil e por Zbysewski no estudo que fez de Carreço (tendo-a como evolução do Acheulense)[85].

A conjunção da utilização de recursos aquáticos e litorais é explicável por aumento de pressão demográfica que dificultava a obtenção de alimento e que aí podia associar a caça, a pesca, a recolha de marisco, facilidades que convidavam a maior grau de permanência, de sedentarização.

[82] CARDOSO 2002, p. p.151
[83] CARDOSO 2002, p. p.128
[84] CARDOSO 2002, p. p.131.
[85] CARDOSO 2002, p. p.131

Mais frequentes e visíveis, no Baixo Minho, são os vestígios de humanização da paisagem no Neolítico.

É o anúncio de nova era com recurso a novas estratégias de obtenção transformação de alimentos, e de alteração nos comportamentos interpessoais. Desse momento são muitos os testemunhos da intervenção do homem na paisagem, onde actua, transformando-a.

A fisionomia do litoral no Minho, com recôncavos planos abrigados por serras, de grande fertilidade, constituídos por rechãs de origem aluvionar, deixadas pelo abaixamento do nível de águas, atraiu a caça e depois o pastoreio, a recolha e selecção de plantas espontâneas e sementes, que procurou reproduzir, numa incipiente agricultura, no começo itinerante[86], com recurso a queimadas, com fixação temporária e aliada à pastorícia e caça, actividades de mobilidade dependente da sucessão das estações. A vida pastoril interrompia a itinerância em concentração de Inverno em clima mais ameno.

Após 6000 a.C., entra-se num período de optimização climática que se prolonga do Neolítico pelo Calcolítico e Idade do Bronze, que permite estacionamento em locais mais aptos à obtenção de recursos alimentares de origem vegetal.

Na Galiza, algumas análises polínicas[87] dão-nos conta de presença de cereais por volta de 6. 590± 70 BP (CSIC-508).

Os factores geográficos e climáticos são determinantes na fixação, interferindo sobremaneira a hidrologia nos seus modelos. Onde abunda água a fixação dispersa-se; onde falta água e só se obtém com grande esforço, concentra-se.

As planícies ou gândaras, gandarelas quando de menores dimensões, e os planaltos da Serra de Arga documentam no Baixo Minho o incremento de uma presença declarada na paisagem, com ocupação de espaços com monumentos funerários megalíticos de variada arquitectura, que chegaram aos nossos dias, evidenciando uma matriz cultural singular, capacidade de esforço conjunto, engenho empreendedor e, certamente, diferenciação social, além de, nas gravuras e pinturas que ostentam (ou ostentavam), nos transmitirem testemunhos do seu gosto estético e simbólica utilizada. Demonstram certas práticas de transformação de produtos, utilização de cereais, a par do desenvolvimento do pastoreio.

Os monumentos, característicos, que melhor documentam uma nova postura do homem com intervenção na paisagem, práticas culturais e manifestações artísticas são os dólmenes que afirmam o fenómeno megalítico

[86] O aproveitamento de solos por queimadas, que descobriram ser factor de fertilidade, é um processo itinerante de agricultura.
[87] Vasquez Varela 1988.

enquadrado cronologicamente no Norte de Portugal, no período abrangente do Neolítico Médio (4.700/4.500 e 4.200 a. C.) e Neolítico Final (4.200 – 3.500).[88]

No início, eram estruturalmente menos complexos, de câmaras poligonais, complexificando-se, depois, em tamanho, largura e altura e no acesso por corredor. Os mais tardios simplificaram-se e são, no geral, de menor altura.

Nos de corredor, encontram-se não raras manifestações de arte parietal com gravuras e pinturas[89].

Entre estes monumentos megalíticos, por melhor conservado na zona em consideração, é emblemático o dólmen da Barrosa (III,15-17), situado numa vasta e fértil planura de Vila Praia de Âncora, antiga Gontinhães.

Outros congéneres mereceram a E. Jorge Silva estudo particular, os dólmenes de Aspra e Eireira em Afife[90]. Ambos têm manifestações de arte abstracta, o primeiro com gravação de cinco linhas denticuladas, dispostas verticalmente, formando as duas exteriores, de cada lado, poligonais abertas, unidas no topo duas a duas e separadas na base, e o de Eireira com pinturas de 4 linhas de meandros horizontais, avermelhadas, alternando com linhas direitas e horizontais pretas. A decoração deste dólmen assenta numa das faces de esteio granítico de grão fino, em tronco de pirâmide, com base paralelogrâmica, medindo de altura1, 56m. A largura da face decorada é de 55cm no topo e de76 cm na base. Tem uma face aparelhada, de violação e reutilização recente, com chanfre para batente de porta. Deste dólmen, segundo o testemunho de M. Sarmento, restavam, no seu tempo, *in situ*, três pedras maiores, imbricadas de um lado e desalinhadas no lado oposto. Teria uma câmara hexagonal alongada. [91]

Continuam à espera de intervenção o conjunto do Mamoal, Riba de Âncora, e os do planalto de Cristelo, Caminha, estes últimos junto da capela de Santo Antão.

Não diverge da margem esquerda o panorama megalítico da margem galega, sendo similar a arquitectura, os espólios, a denunciar idêntica mentalidade. Mesmo na decoração é notável o paralelismo, com se nota entre a

---

[88] JORGE. V. O., 2002, p. 19.
[89] JORGE, V. O. 1988.
[90] E. J. SILVA.1991, P. 33
[91] SARMENTO.1999, P. 120,

mamoa de Aspra e a de Braña, San Paio de Refoxos, Silleda, com decoração semelhante, de linhas denticuladas[92].

Nos últimos anos, a Arqueologia vem tentando, através da análise de monumentos e materiais, interpretar não só a função prática para que serviam a determinadas comunidades humanas, mas também o conteúdo simbólico denunciador da mentalidade e relacionamento entre os indivíduos que as compunham, sendo várias as análises de Arqueologia cognitiva aplicadas ao fenómeno megalítico.

Na continuidade da mentalidade mesolítica em que nos concheiros rodeavam de especial cuidado o ambiente sepulcral[93], a morte tem nestes monumentos um tratamento privilegiado, centrando as comunidades a atenção nela, isolando-a das restantes actividades, colocando-a num plano transcendental com que comunicam através de rituais e deposição de oferendas e pertences dos mortos.[94]



Megalitismo na margem direita do Minho,
in El Museo de Pontevedra, VIII, 1954-56[95]

O difusionismo, após Gordon Childe, apontava o fenómeno megalítico como derivando dos tholoi micénicos, tese contrariada por Bosch-Gimpera que punha o centro difusor em sentido inverso, localizando a origem do centro difusor

[92] GARCÍA ALÉN e PEÑA SANTOS 1981, p. 112.
[93] CARDOSO 2002, p. 151
[94] BERMEJO BARRERA 1994.
[95] BRITO 1989.

no Norte do país. A investigação posterior revelou que tholoi foram acoplados a dólmenes (ex. Anta da Comenda). [96]

A diversidade morfológica entre os monumentos dolménicos levou V. Leisner, na continuidade interpretativa de Manuel Heleno, a admitir uma evolução entre eles, dos mais simples para os mais complexos, com abertura, com corredor.

Da análise das plantas dos dólmenes documentadas pelos esquissos de M. Sarmento, sabemos de existência no Baixo Minho de alguns com câmara sub rectangular, nomeadamente o de Vile (Caminha), considerados dos mais antigos. [97]

A sedentarização trouxe consigo estabilidade do artesanato e condições para um longo avolumar de notáveis aperfeiçoamentos técnicos. A localização dos achados em ambiente arqueológico definido é mais frequente. Materiais exógenos denunciam relacionamento a distância.

De alguns dólmenes desta área foram exumados e registados machados polidos de anfibolito, pontas de seta de sílex, de quartzo e de xisto[98].

A observação do tipo de objectos encontrados, armas e adornos, alguns vasos, conjugada com a análise da arte parietal dolménica, faz pensar que, mais do que a real utilidade que se procuraria propiciar aos mortos, era o valor simbólico que se sublinhava. A própria caça, tão representada por pinturas e instrumentos, já não seria tida como base de subsistência, mas ocupação idealizada e indiciadora de diferenciação social[99].

Machados polidos e utensílios similares são documentados em ambientes dolménicos e não só. São instrumentos de utilidade funcional que não raro continuam em uso, aparecendo em povoados castrejos, ao lado dos metais, por razões utilitárias, culturais ou, mesmo, cultuais. No Coto da Pena, Vilarelho, não são raros, e nem sempre de boa matéria-prima (III, 13).

No monte de Góios, Vilar de Mouros, Caminha, foi encontrada uma machadinha-bétilo de quartzito. A sua funcionalidade, duvidosamente utilitária, é explicável no contexto da mentalidade e convicções que perduraram até à romanização, que atribuía especial valor apotropaico às *lapides fulminis*[100], *similes*

---

[96] CARDOSO 2002, p. 186, 191.

[97] SARMENTO 1999, p. 114.

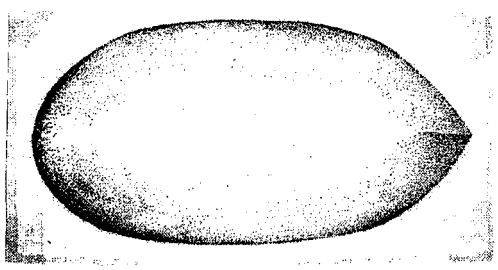
[98] A associação de pontas de seta de diverso material, algum de inferior qualidade, o xisto, no espólio do mesmo monumento é explicável pela falta de sílex na Região Norte. O quartzo substituía-o mas era de mais difícil manipulação pela natureza da sua clivagem. Na Beira Alta, onde o sílex chegaria mais facilmente, vindo do Sul, o quartzo também é empregue nesse género de artefactos e com excepcional mestria.

[99] Bello Diéguez; Peña Santos 1995.

[100] APOLINARIUS, Sidonius – *Carmen* V, 50.

securibus[101] e com que confundiam artefactos de épocas pré-históricas e até dentes de esqualos fósseis com que têm certa analogia, presentes em estratos marinhos antigos.

Esses preciosos talismãs tranquilizavam marinheiros nas suas viagens e propiciavam sono e sonhos pacíficos aos seus possuidores[102]. O aparecimento de sete machados de pedra polida num lago da região dos Cântabros foi tomado como óptimo augúrio para Galba que tomou o acontecimento como abrindo-lhe o acesso ao Império[103].



Um machado de anfibolito polido, de secção subcircular, com gume bem delineado em cunha, de 21,5 cm de comprimento, 13 cm de largura e 12 cm de espessura, de tamanho exagerado para ser manuseado, foi recolhido recentemente no rio Minho, frente à Vila de Caminha, no lugar do antigo porto, no Areinho do Ouro, frente à Porta do Marquês. *Vomer* de arado ou *rostrum* de nave, faz recordar os que Galba encontrou e que interpretou como prenúncio de lhe abrirem as portas do Império.

A utilização, nas cerimónias cultuais, dos machados de pedra viria a ser uma das tradições romanas. Por ocasião de conclusão de tratados as vítimas eram imoladas com machados de *saxo silice*[104]. O juramento solene dos feciales, era prestado no templo de *Jupiter Feretrius* sobre um machado de pedra, conservado aí e tido como garantia de que essa pedra do raio atrairia a fulminação divina aos não cumpridores dos juramentos. A pedra personificava o próprio deus, *Jupiter Lapis*[105]. Na continuidade da tradição romana, a explicação popular para esses objectos, frequentemente encontrados, é de "pedras do raio" e julgam-nas produto de faíscas que, penetrando na terra, as deixam como testemunho da sua acção, servindo estas observações para prevenir quanto à atribuição cronológica a objectos descontextualizados e explicam violações antigas.

---

[101] PLINIUS, H. N. XXXVII, 9, 51.
[102] PLINIUS, H. N. XXXVII, 9, 51.
[103] SUETONIUS – *Galba*, 8.
[104] LIVIUS, T., I, 21.
[105] CICERO, Ad fam., VII, 12. No santuário Fiduaenaearum, Sanfins, Paços de Ferreira, A. C. F. Silva referenciou um machado polido de anfibolito.

Se a natureza do solo não nos proporciona a riqueza de espólio, como ocorre noutras zonas, pela inexistência de prestigiadas matérias-primas, não deixam de impressionar as estruturas arquitectónicas das antas, no que chegou até nós, pelo esforço construtivo que representam, e variado o testemunho artístico-simbólico de algumas desta zona, menos vandalizados ao longo dos tempos. Conservaram pinturas e gravuras, de natureza não figurativa, revelando o gosto artístico, a tecnologia de elaboração e materiais empregues. No Baixo Minho poucas gravuras e pinturas resistiram à degradação, registando-se ainda, além das mencionadas, as gravuras da Anta da Barrosa, depositadas no Museu da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Esses monumentos testemunham a inserção do Norte de Portugal num vasto fenómeno de profunda alteração de hábitos e de modo de viver e de relacionamento com o meio ambiente, mudanças sócio-económicas e culturais, que aqui se desenvolveram, potencializadas, certamente, pela amenidade do clima, fertilidade do solo e riqueza quase inesgotável de recursos piscícolas dos rios, circunstâncias apelativas a mais prolongada permanência e fixação do homem pré-histórico, o que terá acontecido, em lento processo de evolução, ao longo do V / IV milénio a. C.[106], sendo os indígenas agentes na dinâmica do seu progresso como pretendem C. T. da Silva e J. Soares[107]

A planície do Vale do Âncora, no concelho de Caminha, outro tanto se podendo dizer da do vale do Coura, é uma vasta extensão de solo de primeira qualidade, resultante da erosão marítima e da posterior sobreposição de estratos aluvionares das serras circundantes que a protegem dos ventos e nela permitem a concentração de calor, para aí fazem convergir as águas fertilizantes das vertentes.

Era um sítio ideal para assistir à fixação mais permanente do homem, à adopção de novo estilo de vida, de novos padrões de economia produtiva, e a mudanças sócio-económicas e culturais, à evolução de um estádio de sociedades predadoras e recolectoras para uma fase de mais garantida subsistência.

Tinham animais domesticados: o boi e o cavalo (o cão já era anteriormente conhecido nos concheiros mesolíticos) e complementavam a mariscagem abundante e a pesca com apascento do gado e iniciando o cultivo das primeiras sementes na terra produtiva, "regada , e fertilizada pelo mar" cuja proximidade lhes proporcionava humidade atmosférica suficiente para não os obrigar a contínuas regas e, além disso, quando descobriu processos de fertilização do solo que lhes proporcionava melhores colheitas, lhes fornecia adubos naturais, o sargaço.

---

[106] A investigação realizada ao longo de anos na Serra da Aboboreira, Baião, por V. Oliveira Jorge e sua equipa, permite situar o fenómeno megalítico desde os meados do IV milénio a C. e seguir a sua evolução até ao início da Idade do Bronze, com variedade de situações monumentais, representativas de diversas etapas.

Estes pastores–agricultores, no Neolítico antigo, nos finais do V milénio a. C. estavam implantados no território; no Neolítico Final praticavam a tracção animal e transformação de produtos, a"revolução dos produtos secundários".

Ocuparam o seu ambiente, de modo manifesto, com monumentos de finalidade transcendente, demonstrativos do seu engenho, capacidade técnica, organização do trabalho, de hierarquização e domínio territorial, aspectos que manifestam uma evolução de mentalidade e atitudes culturais na arte e nos enterramentos.

O mais completo de todos, na envolvência da Foz do Minho, é o dólmen da Barrosa ou Lapa dos Mouros, primeiramente referido por José Caldas em *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Âncora (III, 15-17)*[108].

Foi estudado por Martins Sarmento, veraneante de Âncora, pertencendo, então, a propriedade a Jacinto Santos e seu filho Rodrigo, moradores junto da capela de S. Sebastião, em Vila Praia de Âncora.

Anota que do *tumulus* ainda conservava vestígios, como vemos em fotografia da época, e dele dá as dimensões[109]. Então, o pavimento da câmara distava do tecto 1,56m.

Sarmento, ao escavá-lo, encontrou, à entrada da câmara, no corredor, um fragmento de machado polido de diorito, simétrico em relação ao plano do gume, fracturado lateralmente, facas e pontas de sílex.[110]

Do espólio que recuperou refere, também, uma conta de azeviche com perfuração irregular, uma ponta de seta de sílex e fragmentos cerâmicos, cuja descrição faz suspeitar serem romanos, um fragmento de ferro, alguns destes objectos testemunhando, obviamente, muito antigas violações[111].

A pedra de cabeceira estava enterrada no solo 1,22m, emergindo 1,34m; não tocava na cobertura, havendo entre elas um vão de 0,40m. Sarmento soube, também, aquando da escavação de que fez planta sumária[112], que tinha sido violado recentemente, havia doze anos[113]. No esquisso assinala uma câmara hexagonal de esteios imbricados e um corredor na sua continuidade, com seis pedras de cada lado.

---

[108] CALDAS, J. (sem data).
[109] SARMENTO 1999, p. 101, 117, 118.
[110] SARMENTO 1999, p.102.
[111] SARMENTO 1999, p.103.
[112] SARMENTO 1999, p.118.
[113] SARMENTO 1999, p.105;118.

A sua importância tem-lhe merecido a melhor atenção dos investigadores, desde A. Viana, Castro Nunes[114], V. O. Jorge a E. J. Silva,[115] .

Apresenta ainda, no estado actual, a câmara funerária, com a pedra de cabeceira larga, de 2, 12 m, fracturada transversalmente na parte superior. Seis esteios imbricados, três de cada lado, sustentam a laje de cobertura. A balizar o que seria extenso corredor de implantação indiferenciada da câmara, dois alinhamentos de esteios menores, também imbricados, mutilados, vão estreitando o espaço no sentido da entrada. Do lado sul estão ainda seis; do lado norte, apenas quatro.

A planta do espaço interno reproduz o modelo 4, segundo tipologia de V. O. Jorge, com as paredes do corredor, divergentes para a câmara e em continuidade com os esteios dela[116].

O eixo longitudinal do monumento está orientado segundo a direcção Norte / Sul. Persistem vestígios do *tumulus* que cobria o monumento, que a erosão e a desastrada intervenção humana danificaram.

Susana de O. Jorge (1986, 2002) e Domingos Cruz (1991) referem nele a presença nele de cerâmica campaniforme de pontilhado geométrico.

Além de Aspra e Eireira, outros dólmenes se assinalam na vizinhança. Por M. Sarmento estão referenciados: o de Vile[117], o das Laboradas com dois alinhamentos paralelos de esteios e pedra de cabeceira[118], o *cairn* (?) da Portela, o "montinho dos mouros" que ainda contava três pedras fixas de cutelo de um lado, e de outra paralela no lado oposto.[119]

Embora com um povoamento incipiente e mal definido ainda, dá-se conta de uma dispersão dos dólmenes e expansão para terrenos de natureza diversificada, com aproveitamento de potencialidades diferentes, na planície da Barrosa e no planalto de Santo Antão, o que nos mostra o exercício de uma economia em que tinha lugar o pastoreio, praticado na serra, e um iniciar de proveitosa estadia na várzea, associando a exploração animal com a recolha e cultivo de algumas gramíneas.

---

[114] Procedeu a várias intervenções arqueológicas entre o período de 1951-55.

[115] JORGE, V. O. 1982, Fig. 2, 16, 33, p. 807, 829. SILVA, E. J. 1991, p. 33.

[116] JORGE, V. O., 1982, p. 807, 829.

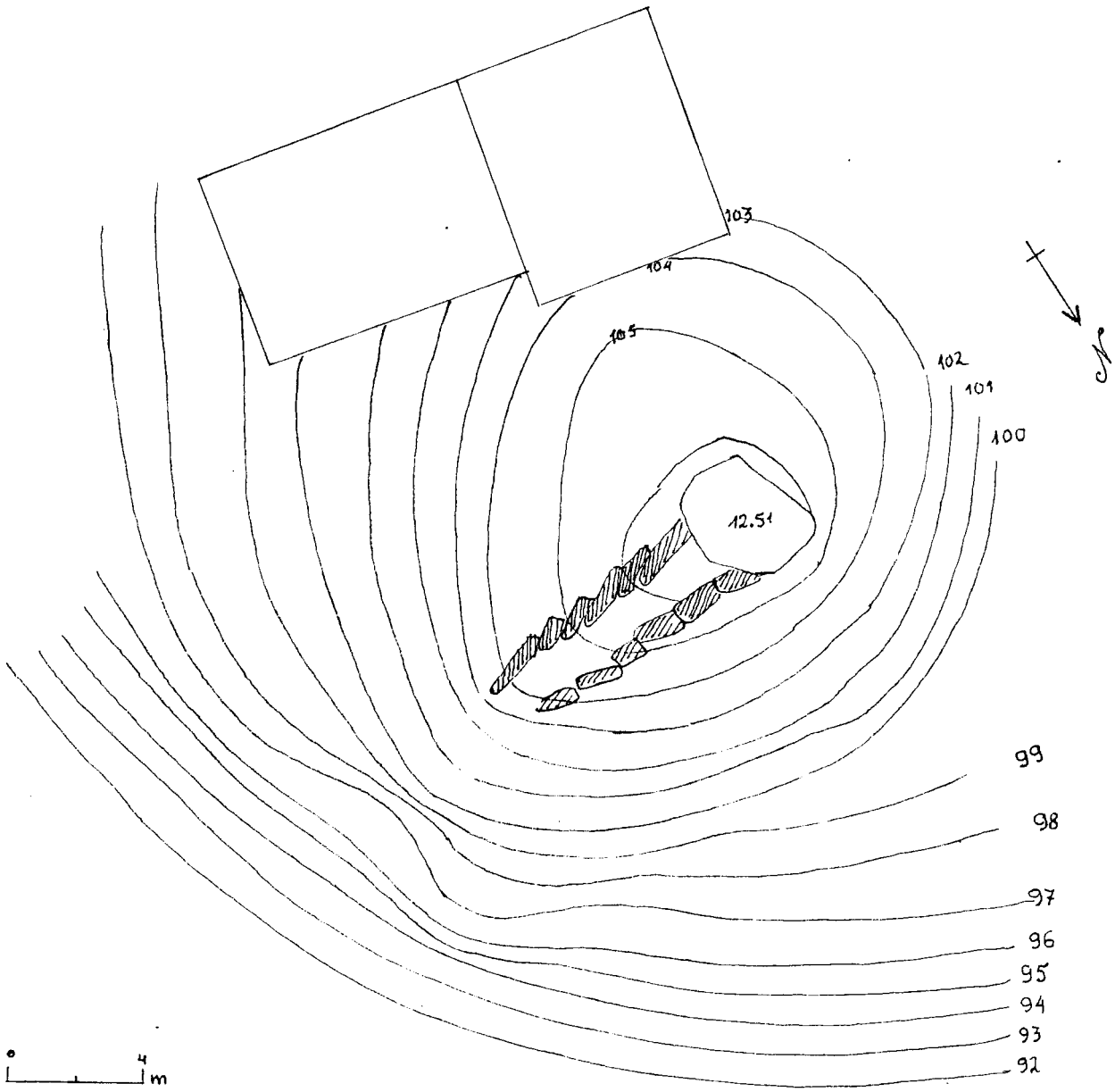
[117] SARMENTO 1999, p.12.

[118] SARMENTO 1999, p.116

[119] SARMENTO 1999, p.114.







Equidistância o,o2m

Dólmen da Barrosa como o viu Sarmento e com as mutilações actuais.
Na altimetria da planta ainda se podem notar vestígios do *tumulus*.
Muitos mais se documentam, uns ainda existentes, outros destruídos (vide mapa do Megalitismo)

A intensificação económica criou riqueza e a correspondente expansão demográfica determinou necessidades crescentes e novas e originou competição. Daí a necessidade de defesa e de coesão social para a efectivar, de chefias que originaram hierarquização e diferenciação, e de concentração do povoamento.

No III milénio a economia agro-pastoril tinha-se apropriado das terras mais produtivas. Das sementes que nos chegaram carbonizadas temos testemunhos de espécies que vão ser encontradas em períodos posteriores, do Bronze e Ferro em vários povoados (v. g., Coto da Pena, Vilarelho). A bolota, a fava (*vicia faba sp.céltica nana*), o trigo (*triticum spherococcum globiforme*) a cevada (*hordeum sp.*) eram fornecedoras para matéria para farinação. Havia, linho (*lineum humile*) e "pesos de tear" de quatro furos, que melhor se interpretariam como separadores de urdidura, são frequentes nos ambientes habitacionais a documentarem a confecção de vestuário.

Nesta sequência, surgem na região as primeiras manifestações de metalurgia no Calcolítico, cujos parâmetros cronológicos se poderão estabelecer, para o norte de Portugal, entre 3.500 e 2.300 a. C., segundo datações de C 14[120], em ambiente que nos aponta já para um desenvolvimento de produtos secundários.

As populações, na sua evolutiva adaptação ao meio, atingem um nível que lhes permite a utilização mais sistemática dos recursos com complexificação da organização social, especialização de funções, um certo grau de hierarquização, com chefias, e acomodação a uma convivência de um incipiente proto-urbanismo.

Assiste-se ao desenvolvimento e inovação tecnológica, com a primeira metalurgia, do cobre, que, pela sua função de fornecimento de bens de prestígio e de poder mais que do que utilitários, deixou informações de diferenciação de estatuto.

A alimentação continuava a basear-se nos recursos presentes em abundância na região, associando a pesca, o marisqueio e a caça com uma agro-pecuária em desenvolvimento (III, 22).

Sarmento dá-nos referência a um concheiro entre a Cividade de Âncora e o castro de Santo António que, pela sua dimensão, bem poderia reportar-se a este período. As gravuras rupestres de ambas as margens descrevem cenas de caça e, na sua linearidade, identificam os animais disponíveis, cervídeos, leporídeos, canídeos, gado muar e cavalar, ilustrando cenas de caça e de reprodução.

As cerâmicas indígenas são de pastas grosseiras, umas lisas e outras com decoração característica de *tipo Penha*, aparecendo-nos, de origem forânea, mais tardiamente, cerâmica campaniforme que é referenciada na Anta da Barrosa, Âncora, nas mamoas de Aspra e de Eireira, Afife, na mamoa de Chafé, Viana do Castelo, no Castelo de Fraião, Valença, na mamoa da Portela de Pau, em

[120] V. O.JORGE 2002, p. 19; S. O. JORGE 2002, p.35.

Melgaço, e na Chã de Arcas, Arcos de Valdevez[121]. O fenómeno campaniforme dá-se num período final do Calcolítico de descompressão e abandono de lugares.[122]

O Baixo Minho era, realmente, uma área propícia para a eclosão e desenvolvimento da metalurgia.

O ouro e a prata estão aqui presentes em significativa abundância. Apesar de uma exploração secular, ainda no século XIX foram registados vários pedidos de exploração desses metais à entidade que então tutelava as licenças, como consta do assento " Municipalidade de Caminha. Registo da descoberta de minas deste Concelho"[123], iniciado em 7 de Outubro de 1876.

Além das conhecidas minas auríferas de Covas (C.A.B.Almeida 1996[124]), actualmente freguesia do concelho de Vila Nova de Cerveira, exploradas na romanização, há registos de encontro de filões de ouro e prata, com pedidos de reserva de exploração, na Cobradoura[125], Rio de Argela, no Poço do Inferno, no Moinho do Ribeiro, em Argela, e nas Portelas de Ribô, em Riba de Âncora.

Outro minério importante no iniciar da metalurgia foi o cobre. Presente em pirites arsenicais, para sua exploração foram registados pedidos de pesquisadores que as descobriram em Covas dos Mouros, em Giesteira, na Arga de Cima, e na Giesteira da Arga de Baixo, sendo de notar a presença do arsénio a ele associado, observação que nos deve prevenir quanto à interpretação da composição física das primeiras ligas metálicas.

O problema dos carvões para a fundição, cuja boa qualidade era necessária para obtenção de temperaturas suficientemente elevadas, tinha no local possível solução. Há carvão mineral em Riba de Âncora no Caminho das Tintas.

No mesmo lugar e justificando o nome, há manganés, usado para tingir e para catalizador, o que não seria despiciente em metalurgia. O manganés regista-se em Vilar de Mouros, à superfície.

A prática acumulada dos primeiros metalurgistas na fundição de ouro e cobre levou à associação de metais e à descoberta das diversas propriedades das ligas, quanto a endurecimento, elasticidade e resistência à fractura.

Assim surgiram os diversos tipos de bronzes para que tinham abundância de recursos em estanho, de que se documentam, só em Caminha, 35 pedidos de registo de reserva de exploração mineira de cassiterite.

E o chumbo, que também está presente nalguns produtos, nomeadamente em machados de alvado, com ligas ternárias, existe na galena nas minas Covas dos Mouros da Arga de Cima e na Giesteira, da mesma freguesia. Havia estanho

---

[121] JORGE, S. O. 1986; JORGE, S. O. 2002, p. 36; CRUZ, D. J. 1991.

[122] CARDOSO, J. L.., 2002, p. 248

[123] Vide listagem no catálogo.

[124] ALMEIDA, C. A. B. , 1996, p. 25, 26; 2003257, 308.

[125] Um dos registos encontrava-se em nome de JOHN BURRY HARRINSSON.

em Covas e maciçamente no vale do Lima, segundo testemunho de C. A. B. Ameida.

Neste ambiente de presença de recursos metalíferos, que exemplificámos numa área restrita, à foz do Minho, mas que é análoga na zona envolvente, o estudo do dealbar da metalurgia tem grande significado.

H. Obermeier foi iniciador na investigação deste tema[126], abrindo caminho a estudos mais profundos de F. López Cuevillas[127], de L. Monteagudo [128] e despertou a tenção de P. Harbinson[129] e de R. Harrison[130] para o estudo da Idade do Bronze peninsular.

M. Almagro Gorbea[131] e L. Monteagudo[132], este com a publicação de um *corpus* dos machados de bronze, deram grande impulso ao conhecimento da Idade do Bronze na Península (III, 76)[133].

Posteriormente, M. L. Ruíz Gálvez, A Coffyn e Comendador Rei marcam o progresso de análise interpretativa, procurando avaliar as implicações de carácter cultural relacionadas com a evolução tecnológica, lucrando-se agora dum melhor conhecimento dos materiais e da sua dispersão, após escavações e os estudos de Ph. Kalb, de V. O. Jorge e S. O. Jorge, A. C. F. Silva, M. Martins, Ana Bettencourt e outros arqueólogos[134].

O avanço de análises laboratoriais, sobre materiais anteriormente exumados e em objectos contextualizados em escavação, permitiu reformular a periodização da Idade do Bronze.

No período que seria compreendido entre 2.300 – 1900 a.C., partindo dum horizonte calcolítico, com a população já dispersa em ambientes diversificados, em planaltos, em encostas, junto aos rios e no litoral, conforme o tipo de economia a que se dedicavam, o registo arqueológico dá-nos conta, nesta fase, da introdução de cerâmica lisa que vai substituindo a cerâmica decorada *tipo Penha* e campaniforme mesmo em utilização ritual, nos enterramentos.

Este período é considerado o ponto fulcral de desenvolvimento da metalurgia calcolítica de tradição campaniforme, aparecendo entre os registos pontas *tipo Palmela,* punhais de lingueta, alabardas, machados trapezoidais, de cobre arsenical.

As estruturas sepulcrais são, agora, constituídas por cistas de pedra de sepulturas individuais integráveis no "círculo de ritos funerários Vilavella-Atios"[135] com *tumulus*, na continuidade da tradição anterior, ou sem *tumulus*, certamente algo posteriores.

---

[126] OBERMEIER 1920.
[127] LÓPEZ CUEVILLAS 1953.
[128] MONTEAGUDO 1953.
[129] HARBINSON 1967.
[130] HARRISON 1974.
[131] ALMAGRO GORBEA, 1976.
[132] MONTEAGUDO, 1977.
[133] SUÁREZ OTERO, J. 1997.
[134] RUIZ GÁLVEZ, M. L. 1984 ; COFFYN 1984. KALB, Ph 1980; JORGE 1988.
[135] Brandherm 2000, p. 60.

Do lado português, a principal estação conhecida do Bronze Inicial é a Quinta de Água Branca[136], donde procede um tesouro de composição heterogénea, encontrado nessa quinta do lugar de Breia, Lobelhe, Vila Nova de Cerveira, que está depositado no Museu Nacional de Arqueologia (MNA, 1993, Cat. I, 87 e 103);(III, 18,19).

O tesouro constava de um diadema de ouro, encontrado junto com crânio, de fita laminada, repuxada com decoração geométrica, aplicada pelo reverso, eventualmente sobre madeira, e vincada pelo anverso, com orla em ziguezague entre caneluras, picotada no perímetro exterior por finas punções, com desenho procurando simetria. Num dos terminais o recorte da placa excede o desenho para permitir a sobreposição do extremo oposto. A junção em aro era efectuada por fio para cuja amarração serviam perfurações sobreponíveis nas duas extremidades; a que ficava por baixo tinha duas séries de perfurações coincidentes para permitir duas posições de aperto, com maior ou menor diâmetro. Tinha de comprimento 44,20 cm, e de largura média 4, 5 cm[137].

Havia, ainda, dois anéis de ouro, espiralados com tês voltas, de espessura e recorte irregular, com terminais em lingueta, e dois anéis de ouro de argola contínua.

À esquerda dos restos do corpo, estava uma adaga pistiliforme de cobre, com gumes laterais chanfrados, podendo ferir de ponta e de corte, de 36 cm de comprimento.

A veneração do cadáver, sepultado com símbolos de poder e de prestígio, demonstra além do aspecto relevante de mentalidade, o nível de organização e complexificação social no Noroeste peninsular, na emergência do Bronze Inicial.

Estes objectos de prestígio, indiciadores de hierarquização, existência de chefaturas, de sociedade diferenciada, eram o testemunho do *status* de um homem, como pôde verificar-se pela análise antropológica das ossadas.

De tão importante achado, J. Fortes fez o levantamento da planta e corte transversal da sepultura. Tratava-se de uma fossa rectangular, com 2,05 m x 0, 65m, revestida lateralmente e nas cabeceiras por lajes dispostas de cutelo, e coberta com finas tampas de granito, não normalizadas, sem vestígio de *tumulus* (Est. XVIII).

Nesta área este tipo de enterramentos tem paralelos, num e outro lado do Minho, integrado no *facies* galego de Atios[138], em que se poderão integrar os depósitos de Samieira e da Costa da Seixeira da Península de Morrazo, Pontevedra.

---

[136] JOSÉ FORTES 1908c; Segundo descrição de Constantino Costa, a descoberta aconteceu numa tarde de inícios de Fevereiro de 1909, ao rasgar de um caminho na Quinta de Água Branca, pertença então de José Mendes Ferreira, numa bouça junto da extrema que a separa de caminho vicinal a que chamam Cacharola. Sob laje de 0,5 m, enterrada no solo, o encarregado dos trabalhadores, António Martins Conde, encontrou uma estrutura formando fossa. Dessa câmara sepulcral extraiu um rico e variado espólio.

[100] JORGE, V. O. 1982, fig. 61, 62.

[138] Suárez 2002; Brandherm 2002.

Do lado português, além de Água Branca, há mais algumas situações exemplares reportáveis ao Bronze Inicial.

Um braçal de arqueiro, de ouro laminado, de perfil bicôncavo, das perfurações entre punções profundas, aplicadas pelo reverso e umbilicadas com sublinhado de fino pontilhado pelo anverso, é do mesmo horizonte cronológico e cultural do Bronze inicial. Não se sabem as circunstâncias do achado, mais do que é de Cerveira e foi adquirido por Leite de Vasconcellos.

Do mesmo género poderá ser considerada também, uma sepultura do Vale de Flores, Lobelhe, Vila Nova de Cerveira, que foi encontrada ao abrir a Estrada Nacional em 1930-1940, e de cujo espólio (desaparecido) constavam objectos de ouro, havendo ainda notícia de vestígios de ossadas humanas.[139]

O paralelo mais próximo e melhor documentado, apareceu no Vale do Neiva na necrópole da Chã de Arefe, Durrães, Barcelos, com duas sepulturas também individualizadas, em caixas graníticas similares, rodeadas de uma protecção de rochedos, *stone rings*, e que se insere no mesmo horizonte (Est. XX).

Uma delas, descoberta por abate de árvore, revelou uma fossa em caixa, lajeada com pedra no lastro, medindo 1,2 m X 1m, no centro de um recinto ovalado, limitado por rochedos, uns naturais, outros postos a completar a cercadura, tinha no seu interior uma laje, disposta de cutelo, com 90 cm de altura. Do espólio constou uma ponta de lança de cobre com vestígios de arsénio, ferro e níquel, um braçal de arqueiro rectangular de xisto, com duas perfurações, e um vaso não decorado, troncocónico, de fabrico manual, de perfil irregular, revestido interior e exteriormente de almagre (III, 20,21).

Uma segunda sepultura, também enquadrada por recinto ovalado de rochedos, medindo 2,80m X1,90m, cavada no saibro e orientada na direcção E-W, estava dividida internamente em duas zonas, separadas por laje disposta de cutelo. No interior, *in situ*, havia um braçal de arqueiro (III, 20,21).

A acidez do terreno não permitiu que vestígios osteológicos permanecessem.[140]

Mas, foi em Balugães, Barcelos que se encontrou um tesouro análogo ao de Água Branca, com espólio igualmente precioso.

Consta de um diadema de ouro, um braçal de arqueiro de ouro, pontas de lança de cobre arsenical[141], de *tipo Palmela*. O diadema ou bracelete, é de fita repuxada, com terminais alargados em discos. O aro, rasgado longitudinalmente, permitindo melhor dobragem, é constituído na zona média por seis fitas caneladas, aproximando tipologicamente esta jóia de outras, na Galiza, em Cícere e Monte dos Mouros, na Coruña, e em Goyás, Pontevedra. Na Bretanha

---

[139] Oliveira 1994.

[140] Silva et al, 1981.

[141] Já foi apontada, anteriormente, a existência de pirite arsenical nas minas da região.

(Morbihan, Charente, Deux-Sèvres e no Loire), igualmente, estão presentes exemplares, paralelos directos[142]. No Sul de Portugal, em Almoster, existe também um exemplar, numa mostra alargada dos circuitos de intercâmbio atlântico.

A extraordinária riqueza em ouro desta zona, que viria a justificar a vinda de Plínio, para curar da exploração, terá sido o motor do progresso metalúrgico e de complexificação social no Bronze Inicial, como indicam estes singulares bens de prestígio, em situações tão perto umas das outras, e acusam, tipologicamente, relacionamentos a longa distância, cada vez melhor conhecidos, e um comércio transregional atlântico-mediterrânico em que a posição da costa portuguesa, com bons acessos fluviais, serviu de entreposto e de fornecedor de matérias-primas, provenientes da crescente exploração mineira.[143].

Após o Bronze Inicial, há uma etapa de transição, em que a cerâmica campaniforme desaparece e nota-se aperfeiçoamento nas ligas de bronze.

Esta etapa, de passagem para o Bronze Médio, é marcada por arcaísmo, mas já denunciando inovações técnicas na fundição.

No Bronze Médio, situável entre 1750 – 1250 a C. é colocada a estação galega de Portocelo da península de Morrazo. Caracteriza-se este período por uma evolução técnica, o uso de ligas binárias, e tipológica das armas, mais funcionais e sublinhando com mais evidência, o prestígio do guerreiro, agora munido de espadas e de machados de gume alargado. A presença destes últimos indicia desflorestação e consequente progresso agrícola.

Os povoados aparecem em encosta e esporões, abertos, e com estruturas de armazenamento. Dada a facilidade de obtenção de recursos, continua a ocupação das terras baixas e do litoral.

Em termos culturais há um processo de regionalização e isolamento. As cerâmicas são lisas e de produção local.

As tumulações seguem os padrões antecedentes. Cistas anteriores são reutilizadas, mas com incineração. Esta é feita em fossas, com ou sem urna.

Em Reboreda, Vila Nova de Cerveira, Sarmento noticia a existência de uma fossa funerária quadrangular, aberta na pirraça, à profundidade de 3 a 5 metros, com urna grosseira de cerâmica cordada. Seria, porventura mais uma situação a considerar, mas é escassa a informação que deixou e se resume a mera notícia[144].

O povoamento continua de assentamento diversificado, havendo casos de reocupação de abrigos rupestres.

---

[142] SILVA, A C. F. 2003.*(no prelo)*

[143] CARDOSO, 2002, p. 249

[144] SARMENTO 1999.

No final do II milénio a. C., entre 1.250 - 1 000, Bronze Final I, nota-se nova fase de transição, em que o registo arqueológico se dá conta de conjunção de tendências conservadoras e de inovação, aceitando influências vindas do exterior, de origem atlântica umas, outras de procedência continental.

O povoamento diversifica-se, continuando a reocupar-se abrigos e grutas, e é, por vezes, de carácter transitório. O ritual de enterramento, com incineração, aparece-nos em fossas ovóides.

O grupo *arte galaico-português* (III, 22-37), pelo sinal de estabilidade que dá nas composições geométricas e naturalistas, é atribuído a esta época, embora cobrindo etapas do Calcolítico à Proto-história.

O estudo dedicado às gravuras rupestres tem longa tradição entre nós. Desde António Carvalho da Costa[145], João Pinto de Morais e António de Sousa Pinto, sucederam-se no rastreio e tentativa de interpretação numerosos investigadores que deram notoriedade à grande riqueza destas manifestações simbólicas desta época, existentes no nosso país.

A natural dificuldade em descodificar este género de mensagens simbólicas, que resistiram séculos às inclemências do tempo, dispersas um pouco por todo o país, foi desafio não enjeitado por nomes ilustres, Leite de Vasconcellos, Virgílio Correia, Rui Serpa Pinto, Mendes Corrêa, Alberto Souto, Martins Sarmento, Abel Viana, Eugénio Jalhay, Amorim Girão, Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), Santos Júnior, sendo de lembrar, na área em estudo, mais recentemente, o esforço de inventariação e caracterização de V. O. Jorge, Martinho Baptista, E. Jorge Silva, entre outros.

Tinham-se já debruçado sobre este tema Abbé H. Breuil, Cabré, Obermaier, V. Leisner, Anati, tendo havido preocupação de cadastro e elaboração de *corpus* como os realizados por Breuil (*Les peintures schématiques de la Péninsule Ibérique*), e por Ramón Sobrino Buhigas (*Corpus petroglyphorum Calaeciae*)[146].

Do Baixo Minho, na Província de Pontevedra, A. García Alén e A. Peña Santos fizeram um minucioso levantamento bibliográfico e iconográfico em que as reproduções das gravuras nos retratam, com realismo, o cenário de uma época, a vida pastoril, a guarda e reprodução animal, aleitamento das crias, a utilização de montadas, processos de caça e as armas (III, 22).

Seguindo Martins Sarmento, Abel Viana[147], do lado português, foi quem mais detalhadamente as documentou. Estanciando em Seixas e Lanhelas pelos anos de 1922 e 1931, foi a partir daí que, "em febris jornadas", entusiasmado pelos incentivos dos contactos que mantinha com Florentino López Cuevillas, entre outros, que lhe fez chegar um exemplar de *Os Oestrimnida* e os *Saefes* e *Ofidiolatria na Galiza*, lançou numa tarefa afanosa de prospecção.

---

[145] COSTA 1706. Vol. I, p. 436.
[146] In Seminário de Estudos Galegos. BUHIGAS 1935.
[147] VIANA 1929, p. 282-290; 350-356.VIANA 1960, p.209-231.

No *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, tomo XX, em volume de homenagem a Florentino López Cuevillas, faz um rastreio das gravuras rupestres que então conhecia e dá-nos desenho delas, permitindo-nos avaliar o número das desaparecidas.

Parte das gravuras do grupo galaico é de arte figurativa naturalista, ilustrando a persistência de uma actividade de prestígio, a caça, e o desenvolvimento da agro-pecuária com representações que, embora sumárias e estilizadas, permitem a identificação dos animais: corças, veados, cavalos, coelhos (?) e cães (III, 22).

Sem esquecer as actividades de prestígio, a caça ao veado, assinalam o desenvolvimento da agro-pecuária em cenas de pastoreio de ovinos e caprinos (III, 22, 32, 35), animais pouco exigentes de pasto e de serra, e de gado vacum com alusão à cobrição e acompanhamento das crias. Documentam o uso de animais auxiliares, na caça e deslocação, inclusive de tiro (III, 22, 5; 33, 1; 36, 1), o cão e cavalo. Este serve de montada (III, 22, 5, 7; 33, 1; 36), demonstrando situação de prestígio, de riqueza e domínio do espaço.

Desenhados sempre de perfil, padronizado, sem rigor anatómico, os animais são representados parados, na maior parte das vezes. Processos de tradução de movimento não estão de todo ausentes e são: o adiantamento das patas traseiras, arqueamento das dianteiras, a torção da cabeça, alongamento do colo, a posição oblíqua dos perfis. Raramente há individualização das quatro patas.

Os antropomorfos (III, 22, 3, 5, 7, 10; 33, 1; 34), diferentemente dos animais, aparecem exprimindo movimento, de frente, em estilização linear, com as mãos, no geral, ausentes, mesmo segurando objectos ou armas, raramente indicando os dedos[148].

A flora tem também lugar nas representações, expressando a atenção dada para outra fonte de subsistência, a incipiente agricultura (III, 37).

Além de retrato físico, o retrato social é manifesto.

No seu conjunto ilustram uma época, o ambiente, as actividades e os recursos da agro-pecuária e, até, da metalurgia nascente, nas armas, cuja importância as faz tema de representação (III, 22,10), e até documentando processos de deslocação a cavalo e de carro (III, 22,5,7; 33, 1; 36).

O homem sempre em posição de prestígio, caçador com armas, pastor com cajado, montando muares e conduzindo-os pelas rédeas, numa demonstração de estabilidade social, que também é sugerida pelo número e dispersão de manifestações de arte rupestre, em especial as geométricas, circunstâncias que fazem com que à maior parte das gravuras lhes seja atribuída uma cronologia correspondente ao Bronze Médio[149].

---

[148] GARCÍA ALÉN ; PEÑA SANTOS 1981, p. 22, 61.

[149] SUAREZ OTERO, P.58.

Entre as gravuras coexiste, nos mesmos ambientes, a arte naturalista com a arte geométrica, abstracta (III, 25; 27).

Numa rudimentar geometria são usados pontos, as fossetes, segmentos de recta perfazendo reticulados, linhas sinuosas, círculos simples ou múltiplos e inscritos, círculos divididos em sectores, e labirintos. Estes elementos aparecem-nos em composição diversificada: em aparente desordem, ou geometricamente alinhados; isolados, ou associados a outros.

Pela simplicidade e frequência são identificáveis as covinhas, com uma dispersão larga. Isoladas ou agrupadas, sinalizando ou evidenciando lugares, rochedos, santuários, simples pontos notáveis. As interpretações criadas dificilmente creditam consensos.

Paralelos entre as figurações nas duas margens do Minho são evidentes nos motivos, na composição e no processo de gravação, quer com desenho linear quer por traço interrompido, de punções[150].

A serpente é um dos elementos figurativos, na Galiza e Norte de Portugal, que mais se tem prestado a considerações interpretativas[151].

Para algumas representações de ofídios parecem reunir-se certa plausibilidade e consenso. Acontece isso nas representações serpentiformes da Laje das Fogaças, Lanhelas, Caminha, e nas da Serra de Argallos, que apesar da sua linearidade, em geral dotadas de simulacro de cabeça em fossete, ocupam uma região onde alguns pretendem colocar a Ofiusa da literatura clássica.

É difícil saber-se o que é ou não representação de serpente. Não raro muitas gravuras rupestres tidas por serpentiformes só o são por constarem da sua composição linhas curvas, por vezes com gramática mais complexa. Peña Santos[152] (1995) apresenta apenas a Pedra da Boullosa, em Campo Lameiro, como exemplo seguro.

Um certo preconceito de procurar obter prova material de certas passagens literárias clássicas fazem reforçar a boa vontade de construir explicações pouco convincentes. O facto de na literatura das religiões a serpente gozar de estatuto de parceiro na história da humanidade, materializando o mal e até a salvação, mensageira do mundo visível com o mundo oculto e subterrâneo, o seu carácter de animal estranho e misterioso, conduziu à sua identificação fácil com algumas representações, abonadas pela linearidade do seu aspecto físico.

Elaboradas com instrumentos rudimentares e, quando em suporte granítico, numa base constituída de aglomerado de minerais de diferente dureza, em rochedos expostos à degradação natural pelos fenómenos meteorológicos e catástrofes, em clima de forte pluviosidade e amplitude térmica, circunstância

[150] GARCÍA ALÉN ; PEÑA SANTOS 1981.
[151] BOUZA-BREY 1959, p. 294.
[152] GARCÍA ALÉM e PEÑA SANTOS 1955.

aceleradora da desagregação dos granitos associada à ocorrência de ventos e salinidade ambiental, só em circunstâncias especiais e por acaso se conseguirá um estudo completo da natureza do traço e da temática da composição.

A necessidade de comunicar, de expressar sentimentos, mensagens, assinalar acontecimentos, notar lugares desafiou o espírito inventivo do homem até à descoberta da linguagem escrita, onde desembocou uma milenar experiência de representação iconográfica. A dificuldade que sentiu em comunicar fora de presença e de recordar factos seria tão grande como é a nossa em descodificar hoje as suas mensagens, permitindo-se sobre os mesmos fenómenos múltiplas explicação.

Tem-se pretendido delimitar territórios onde a frequência de determinadas figuras é notável, a própria designação de grupo galaico de arte rupestre a isso nos remete.

A complexidade do desenho e da composição das gravuras rupestres, se dificulta a interpretação, por outro lado facilita o relacionamento da composição com paralelos, porque mais exigente de dependência e de contactos na elaboração. Permite descortinar tendências regionais a sugerir uma homogeneidade identificativa de expressão territorial, o que se verifica na temática decorativa e processos de gravação em ambas as margens do Minho.

No entanto, dá-se conta que muitas gravuras, fora desta área, são notoriamente paralelas. Na Beira Alta, por exemplo, há gravuras que, pela concepção, gramática de composição e elementos figurativos, não destoariam se encontradas neste ambiente do grupo especificado: o labirinto de Ribafeita, S. Pedro do Sul, ao lado da via romana, as gravuras de Ferronhe, Viseu, junto da IP 5, com círculos e quadrados inscritos como as da Casa das Micas de Moledo, e os serpentiformes do Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul, com paralelos no coto da Pena e em Santa Tecla.

Embora essa região Centro tenha na simbólica usado de associações específicas, v. g. , alinhamentos de pegadas múltiplas, e outras, revela evidentes pontos de contacto.

Afinal, a extensão do espaço da cultura castreja que se estende até ao Vouga, assenta num substrato comum muito anterior que a explica, manifesto, também, nestas expressões artístico culturais[153].

Se a simbólica de carácter abstracto nos dá indicações sobre possibilidades de unidades étnicas revendo-se em representações do mesmo padrão, as elaborações representativas de animais, atenta mesmo a dificuldade de identificação zoológica, por imperícia ou sumaridade do desenho, esclarecem-nos sobre a existência de alguns animais, das actividades do homem no seu relacionamento com eles, ou até indicações de carácter etnológico, de que é expressão de grande valor o conjunto de gravuras rupestres de Lanhelas, Caminha.

[153] George Bain 2000.

Os núcleos mais importantes de gravuras rupestres na margem esquerda, à foz do Minho, pelo número de rochas insculturadas, processo de gravação e natureza da composição, são:

a) O do Monte de Fortes, Taião, Gandra, Valença, datadas do Bronze Médio/ Final[154]. Constam de múltiplos círculos inscritos de grande tamanho e têm paralelos do outro lado do Minho, no castro do Couço, Toutón (III, 30,1,2,3).

b) O do Alto do Crasto de Vila Nova de Cerveira, com dois rochedos, um com decoração figurativa, outro com abstracta-geométrica [155](III, 25,.1,2; 37).

c) As gravuras de Lanhelas/Vilar de Mouros com cervídeos, cavalos, serpentiformes e decoração abstracta, livremente disposta em superfície (III, 28, 34, 35,36).

d) O da "Casa das Micas" de Cristelo/Moledo com decoração abstracta organizada linearmente. Estas últimas, recentemente redescobertas, merecem menção especial. A razão do nome de Casinhas das Micas vem-lhe de assim serem chamadas as cabras que aí se apascentam. Perto, há vestígios de cabanas para recolha de fatos (III, 29).

O Penedo das Micas I situa-se sobre o Castro de Cristelo, perto do lugar do Moinho, entre ele e a Mãe-de-água, a uma cota superior, num pequeno esporão de afloramento granítico da serra de Santo Antão, na vertente virada ao mar e sobranceiro ao oceano, com as diaclases orientadas no sentido da Ínsua.

A laje suporte é granítica, de grão grosseiro, e está ao nível do solo, bastante horizontalizada. No seu campo é decorado com composição ordenada, aproveitando para isso veios quartzíticos paralelos, mais salientes na superfície porque mais resistentes à erosão, e, entre eles, apresenta alinhamentos lineares simples de quadrados inscritos, numa barra; em noutra, paralela, de círculos concêntricos.

Conhecidas de Sarmento, o que veio a ser confirmado com a publicação de seus apontamentos pessoais em *Antiqua* (1999), apontamentos de Arqueologia[156], passou a sua existência despercebida a Abel Viana e à sua tentativa de as inventariar na totalidade[157].

e) O conjunto de Feixieiro de Soutelo de natureza geométrica, em composição livre, com espirais, reticulado, círculos concêntricos, é reportável à Idade do Ferro, os elementos decorativos usados estão presentes na cerâmica da fase II.

f) As gravuras de Carreço, já mais afastadas para Sul, têm representações figurativas abstractas e zoomórficas. Na praia de Fornelos um animal é gravado a pontilhado.

---

[154] SILVA, E. J. et al. 1980.

[155] Publicadas nas Actas de Homenagem a Manuel Boaventura por Virgílio Hipólito e Maria Adelaide Recarey.

[156] SARMENTO, 1999, p. 238, fig. 425.

[157] A redescoberta deve-se a Raul Reis de Sousa e esposa e à classificação e estudo a A.C. F. Silva e a A. Baptista.

Nem é raro encontrarem-se instrumentos líticos no ambiente de gravuras, como é o caso do penedo da "Casa das Micas" e do Cruzeiro da Gelfa onde tais objectos foram encontrados, embora o relacionamento não seja necessário (III, 11, 1,2).

O domínio do espaço como denota a dispersão das gravuras por tantos sítios de natureza e potencialidades tão diversificado, deu ocasião a um melhor conhecimento dos recursos de subsistência e, sobretudo, dos de prestígio, em especial da existência de minerais metalíferos. A sua exploração acelerou a diferenciação nas actividades e nas relações, fomentando o desenvolvimento e a organização do poder.

A dispersão das gravuras, na zona de beira-mar, em Carreço e Montedor, na beira-rio, com as Soutelo do Freixieiro à beira do Âncora, nas encostas de Moledo e de Vila Nova de Cerveira, e nos planaltos das serras, na Coroa da Serra de Arga, nas Cortelhas, em Azevedo, e na Armada, mostram expansão demográfica e a progressão do povoamento que nesta fase ocorre em toda a área do Baixo Minho, em zonas de diversa altitude.

Na margem direita verificava-se evolução paralela com as encostas e planaltos da serra abundantemente sinalizados, com manifestações de arte rupestre em Santa Tecla, no planalto de Santa Columba, na Serra de Argallos, igualmente em planaltos, encostas e beira-rio.

A temática, quando figurativa, referente à caça e com expressão pastoril muito expressiva, ilustra o tipo de actividades que levavam a este domínio espacial.

Rebanhos de ovelhas e cabras, manadas de vacas eram pastoreadas, exigindo largueza de pastos e justificando delimitação de áreas de utilização e influência, e estabelecimento de poder, que vai mostrar novas conformações durante a Proto-história e a Romanização.

3.PROTO-HISTÓRIA E ROMANIZAÇÃO

3. Proto-história e Romanização

Procurámos, ao abordar os antecedentes do povoamento e o estádio tecnológico e cultural atingido na zona em estudo, estabelecer o ponto de partida que justifica a densidade de povoamento das épocas posteriores, e a evolução verificada na zona nuclear do nosso estudo.

Vimos como nas margens do Minho e dos seus afluentes e no litoral onde desagua tinham os recursos necessários as primeiras populações, que aí se proviam recolectando e exercitando cada vez melhores processos de aprovisionamento e de captura. Evoluíram de uma economia de recolecção, de marisqueio e pesca, sedeados em zonas próximas do mar e dos talvegues dos rios, onde deixaram vestígios abundantes da sua presença, para posições mais no interior, com a descoberta das potencialidades das encostas e planaltos que lhe possibilitavam novo tipo de actividade, o pastoreio. Garantiam, assim, sustento mais programado, evoluindo para uma um tipo de vida com actividades diferenciadas, tornando-se produtoras, praticando uma gestão organizada dos alimentos, dos produtos transformados, vestuário, utensílios e armas.

O trabalho organizado ia conduzir ao exercício de chefias pelos mais competentes ou ousados, evoluindo para modelos primitivos de sociedade, deixando testemunhos culturais demonstrativos da aquisição de conhecimentos na movimentação e resistência de materiais, equilíbrio dos espaços, condução da força de trabalho e aspectos singulares de mentalidade, no relacionamento com a morte.

As populações, incluídas e dependentes de um ecossistema favorável expandiram-se, e assenhorearam-se de um espaço necessário para o tipo de vida que os agregados levavam, sem deixarem de se prover dos recursos naturais que o ambiente proporcionava, vegetais e animais do meio terrestre e aquático.

O relacionamento interpessoal foi-se, pouco a pouco, complexificando. A descoberta e prática da metalurgia acelerou a diferenciação social e possibilitou aos chefatos excepcionais demonstrações *status*, singularizando-os mesmo após a morte.

O rio que cumpria a função de ministrar os recursos que alimentava evoluiu também no tipo de utilização que lhe era dada. Cedo o homem aprendeu a viver e a movimentar-se nele, utilizando-o como estrada, pelo menos, aproximando as margens, como vimos no Bronze Inicial, na relação de Água Branca com Atios, com a presença dos mesmos rituais funerários e produtos, numa e noutra margem.

A progressiva posse da terra deu ao homem novos conhecimentos das suas potencialidades e recursos Dessa lenta aprendizagem, participando das descobertas que a sua vida de itinerante e de contactos lhe permitia, na troca de excedentes e de produtos especialmente procurados, tirou benefícios, absorvendo tecnologias e padrões de vida.

A complexidade social já vem explicitada desde o Bronze Inicial com documentação arqueológica que abona o prestígio dos chefes, a tecnologia alcançada na metalurgia, o relacionamento com áreas distantes, a Sul e a Norte, documentando com o paralelismo de produtos que o rio não era fronteira.

3.1. Referências étnicas

Entre as referências clássicas que se reportam ao conhecimento mais antigo da costa peninsular e descrição dos acessos de acostagem e penetração para o interior, o rio Minho é um dos que mereceram especial menção.

Constando da lista de nomes de Plínio, em Estrabão é descrita a morfologia da sua embocadura, com uma *insula* a separar as duas barras, das margens que o confinavam, aspectos nada despicientes para o relacionamento com o comércio mediterrânico que veio a concorrer e a substituir outros relacionamentos norte-atlânticos.

De Bénis muda de nome para Minius, o que de algum modo atrai mais atenção, pela explicação que pede a alteração, a existência de mínio. Discute-se sobre a localização da nascente, o seu percurso, mas dão-se informações precisas sobre acesso, navegabilidade e recursos.

A minuciosa análise de Estrabão do potencial de riqueza económica não especifica, por razões óbvias do interesse romano, o principal recurso. Sal, peixe e derivados, cavalos seriam produtos bem-vindos ao comércio romano. Mas era, sobretudo, a riqueza metalífera o grande motor de colonização, aliada a um povoamento denso capaz de fornecer a mão-de-obra necessária à exploração, com garantida subsistência por recursos alimentares abundantes, de pesca, marisco, caça e produtos agrícolas,

O rio Minho foi na romanização, a estrada do ouro e do estanho. Por alguma razão Plínio é enviado a estas paragens em missão oficial.

Desde Ourense, Las Medulas e Covas são sítios exemplares da presença de materiais estratégicos para manutenção da presença romana.

A listagem das potencialidades mineiras de ouro e caciterite em ambas as margens, até à foz, como se documenta por explorações arqueológicas e reservas actuais, mais que justifica a estratégia de ocupação romana, com índices de profunda romanização indígena, como se deduz da análise da cultura material.

O acesso comercial a estes recursos estratégicos, mesmo a partir do Mediterrâneo, é anterior à romanização. Disso são testemunho materiais de tradição púnica e gregos em Santa Tecla , Coto da Pena, entre outros lugares.

Os indicadores de povoamento do Baixo Minho, pelas razões apontadas, favoráveis a expansão demográfica, permitem-nos determinar diversos níveis de ocupação, estabelecer horizontes culturais que ilustram a sua evolução nesta zona:

São, como vimos, muitas e de diversa natureza as informações arqueológicas que temos de antropização do Noroeste.

Também a identificação e o posicionamento dos povos que habitavam as margens do Minho durante a Proto-história tem merecido a melhor atenção de diversos investigadores, que procuram nas fontes clássicas abonar as suas opiniões, tentando reconstituir o enquadramento dos povos, assinalando-lhes uma posição na cartografia da região.

A *Ora marítima* de Avieno, pese embora a discussão sobre a antiguidade das suas fontes, poucos topónimos nos fornece que ajudem a esclarecer o mapa de povoamento em torno do Minho.

Estrabão dá-nos melhor ajuda para a compreensão do mosaico de povos local. Na descrição do extremo ocidental atlântico, partindo do Sul, depois de descrever a região banhada pelo Tejo, e das circunstâncias de apoios logísticos firmados por D. J. Brutus na sua progressão para Norte contra os Lusitanos, fortificando "*na foz do rio (Tejo) Olissipo (Lisboa) para ter livre a navegação e o transporte de provisões*" e estabelecendo apoio estratégico de retaguarda " junto de *Morão , cidade num cerro perto do rio (Tejo)... que Décimo Júnio Bruto utilizou para guerrear os Lusitanos, que derrotou".*

E continua em 3,3, 2: *"Dos povos que habitam para cima das partes mencionadas são os Oretanos os que vivem mais a Sul e se estendem até à costa compreendida dentro das colunas de Hércules . A seguir a estes estão os Carpetanos, para Norte,; depois os Vetões e os Vaceus, através dos quais corre o Douro, que é atravessável a vau por altura de Acóncia, cidade dos Vaceus".*

Na área litoral que nos diz respeito afirma: " e os últimos são os Calaicos, que ocupam em grande parte as montanhas. E foi por isso que, tomando-se mais difíceis de combater, deram o cognome de Calaico ao vencedor dos lusitanos, e fizeram com que se chamassem Calaicos a maior parte dos Lusitanos. As cidades mais poderosas da Oretânia sãoÓria e Castulão".

3, 3, 3 "No entanto, o que está do Tejo para Norte é a Lusitânia, a maior das nações ibéricas, e a guerreada pelos Romanos durante mais tempo. O lado Sul desta região é cingido pelo Tejo, o ocidental e norte limita-os o oceano; na parte oriental estão os Cântabros, os Astures, os Vetões e os Vaqueus, povos bem conhecidos, não merecendo referência os demais, pela sua pequenez, embora, ao contrário do que é corrente, hoje a todos esses povos se dar o nome de Lusitanos.

O país de que falamos é próspero. Grandes e pequenos rios atravessam-no, todos vindo das bandas do nascente e paralelos ao Tejo. Na maior parte deles são navegáveis e têm pepitas de ouro. Depois do Tejo os rios mais conhecidos são o Munda navegável em pequenos trechos, e o Vácua em idênticas circunstâncias.

Depois de descrever por largo a região, volta a atenção para o Noroeste:

"E a seguir está o Douro, que, vindo de longe, corre perto de Numância e de muitas outras cidades dos Celtiberos e Vaceus e é navegável por barcos de

grande porte num curso de cerca de oitocentos estádios. Há ainda outros rios e a seguir, o Letes, a que alguns chamam Limea e outros Belião. também este corre do país dos Celtiberos e dos Vaceus. Depois deste, vem o Bénis, alguns chamam-lhe Mínio (Minho), de longe o maior dos rios da Lusitânia, também navegável até oitocentos estádios.

Mas Possidónio diz que este rio corre do país cantábrico. Diante da sua foz existe uma ínsula com dois molhes que formam docas.

Possui uma disposição natural notável; as águas correm entre arribas escarpadas e capazes de receber nos seus leitos o mar nas marés altas, de modo que nem extravasam nem inundam os campos marginais. Este rio (o Minho) foi o termo da expedição de Décimo Júnio Bruto. Mais para além ainda há outros rios paralelos aos atrás citados. Os últimos são os Ártabros, que habitam na vizinhança do cabo que chamam Nério e é o termo dos lados oriental e Norte. Perto deste mesmo cabo vivem ainda os Célticos, parentes daqueles outros que habitam na cercania do Anas ".

Explicando a presença de gente do Sul continua:

Na verdade diz-se que estes (os Célticos) e os Túrdulos, após terem atravessado o rio Limea numa sua expedição (contra estes povos), ali se rebelaram e, que, após a rebelião, como o chefe se perdesse, por ali mesmo ficaram dispersos, por esse motivo se chamou ao rio (Lima) Letes. Têm os Ártabros muitas cidades estabelecidas numa baía, a que os marinheiros que a frequentam dão a designação de Porto dos Ártabros. Actualmente os Ártabros chamam-se Arótebros.

Temos pois, no parecer de Estrabão, além dos supervenientes célticos e túrdulos, os indígenas de que sublinha:

"Tal é a vida dos povos montanheses que, como disse, habitam o lado setentrional da Ibéria a saber: os Galaicos, *os* Astures *e os* Cântabros *até aos* Vaceus *e os* Pirenéus, *já que idêntica é a vida de todos eles".*

Os *Calaici*, etnónimo maior, estariam na margem direita do Douro, desde a Foz do Sousa onde a ara a *Calaiciae* de Sobreira, Paredes, os posiciona assim como uma epígrafe em Valongo a *Calaeciae* (A. C. F. Silva 1986, p. 277; Alarcão, 2003, p.122).

Estrabão é intencionalmente parco em informações de carácter etnológico sobre o painel de povos menores desta zona peninsular do Baixo Minho.

Desagrada-me citar mais nomes, fugindo à sua escrita desagradável, porque a ninguém agrada ouvir falar de Plentauros e Barduetas, e Alótrigas, e outros nomes piores e mais obscuros que estes".

Estrabão abstém-se de os mencionar e dá exemplos com paronímia mal sonante : Plentauri parecido com πληγκη΄, ferida, desgraça; e Barduetas apelaria

a βαρεω, estar carregado de vinho ou sono. Alóbrigas seria ainda pior, α+ λοβος, sinistro, agoirento.

Plínio Velho, conhecedor do local que visitou e onde esteve em funções oficiais durante Tito e Nero, em *Naturalis Historia*, XXIV, refere-se à extracção de metal e aos contactos comerciais com gregos[158], relatando o transporte de produtos até às naves dos gregos pelos indígenas, em barcos de couro cosidos com linho e não com esparto, encanastrados com vime. E é mais explícito colocando nesta zona de dez a catorze *populi* costeiros (NH, 4,111), embora não devendo ser entendido como seriando linearmente por ordem topónimos litorais (Guerra 1998, p. 66):

" *a Cilenis, conventus bracarum, Heleni, Grovii, Castelum Tyde, graecorum sobolis omnia* (todos descendentes de gregos) *insigne oppidum Abobrica Minius* (*N. H.* Lib. IV, XXXV, p.21).

Temos pois, além de Abobrica, identificável com Santa Tecla, *cileni*, *heleni*, *grovii* e um *Castelum Tyde.*

A rara epigrafia não ajuda muito no esclarecimento do posicionamento destes povos:

Cileni

Celenas, cidade episcopal da Galécia, é identificada como Aquas Cilenas, que Argote pretende situada em Fão, talvez levado pela etimologia de *fanum* e *spondendum.* C. A. F. Almeida e Jorge Alarcão colocam *Aquae Celenae* junto ao Minho.

Heleni (poderá ser má transmissão do patronímico Cileni).

Helene, cidade episcopal suévica, é por Argote posicionada em Pontevedra. De lembrar que Estrabão, grego, tem estes povos como de origem grega, manifesta em alguns costumes. Alarcão (2003, p.122) também os coloca junto da ria de Vigo.

Grovii

Em Rasas de Cima, Vila Mou, Viana do Castelo, na igreja paroquial foi encontrada, durante obras em 1892, uma ara que se refere a um Grovius. A povoação dista uns 500 metros de minas antigas, em ambiente de romanização:

RVFI . GROVIVS. VOTV
M. IOVI . OP
TVMO . M
AXVMO[159]

O etnónimo deste Gróvius não é necessariamente indicação de ser um alienígena.

---

[158] O Cardeal Saraiva valoriza a observação de São Jerónimo que tem Tartessus como fundada por gregos jónios. Migrações deles para Norte poderão explicar a referência de Plínio de ascendência grega, *subole grecorum.*

[159] GUERRA 1900,177; Ephemeridis Epigraohica, IX, 268. Desaparecida, também transcrita , divergindo de Argote: ---- RUFI • GRO / VIUS • VOTU / M • IOVI • OP / [T]UMO • [MA] / [X]UMO ----

Pomponius Mela (III, 8) coloca Túrdulos Velhos nas margens do Douro[160], celtas por toda a costa e posiciona os Gróvios no espaço onde correm o Ave, o Cávado, o Neiva, o *Oblivio* e o Minho. A observação dele tem certa força depois de confirmada documentalmente a presença que refere de Túrdulos Velhos na margem esquerda do Douro (Silva 1986, p.281; p. 310, nº 563)

Existem os topónimos Grove, em Fontoura, Valença; e Grovelas, freguesia de Ponte da Barca. Na margem direita do Minho há a serra de Gróbia.

J. Alarcão (2003, 122) posiciona os *Grovii*[161]na margem direita do Minho, enfrentando os *seurbi* da margem oposta. Mais ajustada ao afirmado por Mela, é a posição de A.C. F. Silva que situa os *grovii* em ambas as margens, incluindo os *seurbi* neles. A presença dos *Seurbi* na margem esquerda coaduna-se melhor com a toponímia actual.

Castelum Tyde (Plinius IV, 112) será Tuy, por consenso.

O Itinerário de Antonino, que marca as *mansiones* de repouso e aquartelamento, destaca *Tyde* na estrada XIX de *Braccara Augusta*, *Limia* (Ponte de Lima, *Tyde*, *Lucus* .

Leuni e *Lubeni*

O Contador de Argote (XIII, 257), comentando o Itinerário de Antonino, diz que habitavam a foz do Âncora os *Leuni,* e em XIII, 259, os *Lubeni* referidos por Ptolomeu (II,6). A observação da persistência da localização das paróquias suévicas e a estruturação administrativa dos julgados medievais, leva a situá-los melhor, em espaços modulares, ao longo do Minho. Firmín Pérez Losada (2002, p.65) coloca os *Leuni* contíguos aos *Seurbi* mais para o interior, encostados ao Minho.

Turduli e *Seurbi.*

Argote (XIII, 264), na zona de São Martinho de Lanhelas, pretende ver a cidade de Lais onde posiciona os *Turduli* , o que não é seguido depois de publicadas as *tesserae* de Vila Nova de Gaia (Silva 1986 p. 310, nº 563), junto dos *Seurbi* (Argote XV, 321).

A.C.F. Silva 1986, na área de Cerveira, coloca os *Seurbi* e admite a possibilidade de uma consonância significativa entre o nome actual e o dos antigos habitantes que teriam como designativo totémico o veado (*cervus*).

Veados em gravuras rupestres, no Monte Crasto de Vila Nova de Cerveira, justificam o nome.

Existem os topónimos Serves (freguesia de Cristelo, Caminha), e Cerveira.[162]

---

[160] A. C. F. Silva, 1986 confirma com documentos arqueológicos (cerâmicas a torno em estratos anteriores à sua generalização em Romariz) e epigráficos (menção dos *turduli veteres* nas *tesserae* de Vila Nova de Gaia) a justeza da afirmação de Mela.

[161] ALARCÃO, 1990, p. 265.

[162] VASCONCELLOS 1931.

Limici

M. Sarmento soube, por professor primário, da existência de ruínas em Ponte de Lima, num outeiro a Sul da Vila de Correlhã, no lugar de Barcos. Detectou aí casas de alvenaria cuidada, trícelos e cerâmica. Pretendeu aí colocar o *forum Limicorum* do *Itinerarium Antonini* [163]. J. Alarcão (2003) coloca-os na zona de Xinzo de Lima, na nascente do rio Lima.

Coroq(ui)

Com territórios demarcados dos PRAEN(i) na veiga de Chaves, a eles apelam as raízes da onomástica das inscrições do "guerreiro de Meixedo" (III, 71).

De facto, esta estátua, agora no Museu de Viana do Castelo, nas duas inscrições refere numa *L. Sestius* e *L. Coro*cudius e noutra *Clodamus Coro*caudi(i) (A. C. F. Silva 1986, p. 293). Meixedo, donde as informações disponíveis pretendem que seja originária, é povoado da bacia do Âncora.

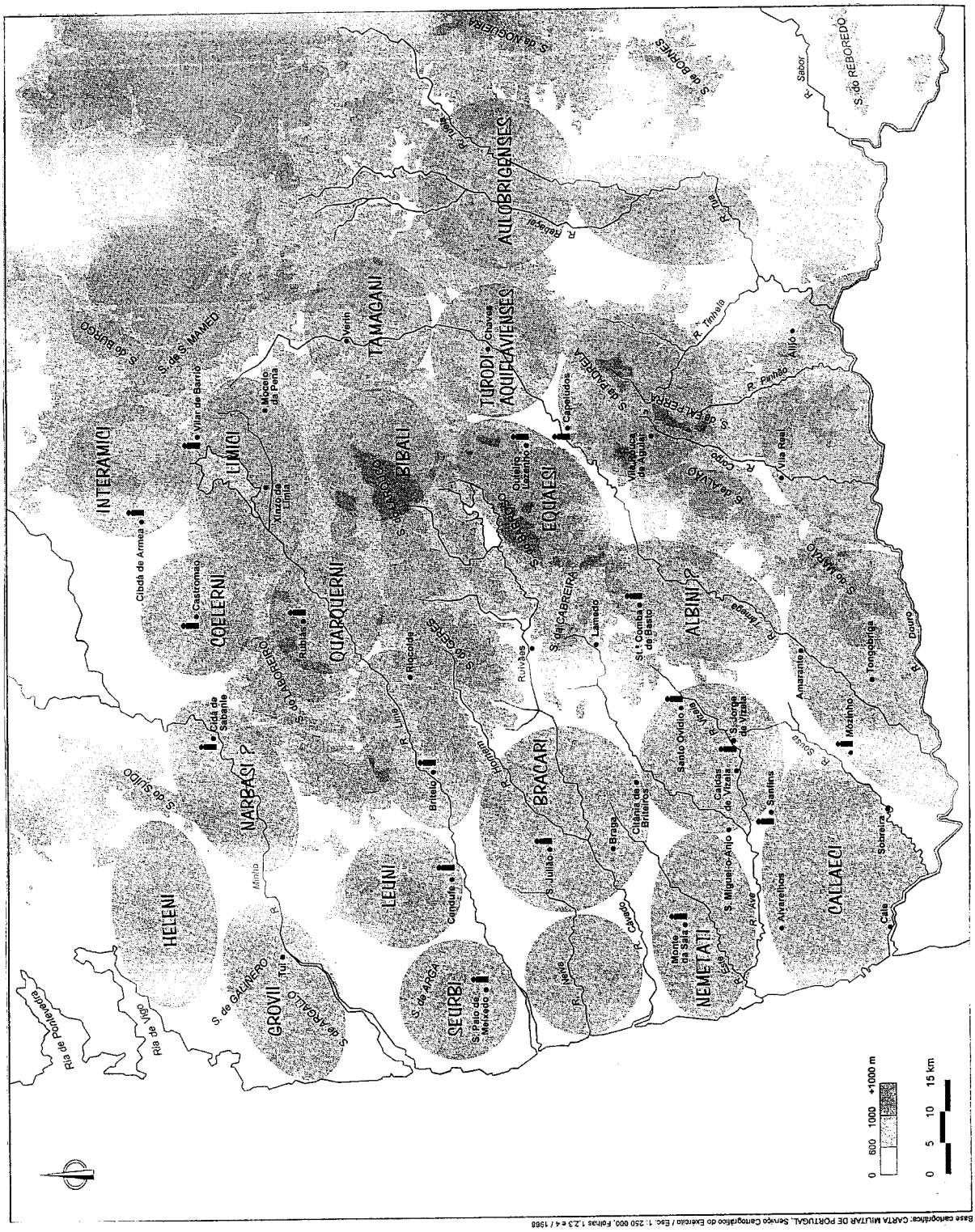
Κορος, significando jovem guerreiro, e *cora*, povo em armas, seria condizente com a natureza da estátua e do retratado e, sendo foneticamente aproximado de Coura, não tem relação necessária com os *Coroqui* daárea flaviense.

A muitos comentários se tem prestado esta estátua de guerreiro não só quanto à sua procedência como a interpretação das suas legendas que a partir de A. C. F. Silva 1986 se reconheceu serem duas e não apenas uma como anteriormente se julgava[164].

O somatório das referências clássicas, os contributos dos dados epigráficos e a presença de estátuas de guerreiros, se interpretadas como representações de chefes indígenas e entendendo-se o poder como exercido em sede fixa, têm servido de base a algumas propostas, nem sempre com total consenso.

Assim, J. Alarcão 2003 justifica a sua proposta de cartografia de povos, entre o Douro e a Ria de Vigo, posicionando, na zona que nos diz respeito, em concordância A. C. F. Silva (1986, 280), os *Seurbi* entre Lima e Minho no litoral (Plínio IV, 112) e, mais para o interior, os *Leuni* (Plínio IV, 112), acantonando os *Heleni* junto da Ria de Vigo, seguidos dos *Grovii* na margem direita do Minho, atendendo à ordem seguida por Plínio.

[163] SARMENTO,1999, p. 59/60.
[164] Hübner 1861, col. 187-193.



Proposta de distribuição territorial dos *populi do conventus Bracaraugustanus,* segundo Alarcão (2003, p. 122).

Sugere que as estátuas são testemunhos de poder localizado, embora confessando dificuldades em relacionar algumas com a comparativa pequenez dos sítios onde foram encontradas.

Assim o guerreiro atribuído ao castro de São Paio de Meixedo seria indicação territorial dos *Seurbi*. A. C. F. Silva (1986, 280) já lhes tinha assinalado a presença na margem esquerda do Minho, entre ele e o Lima, realçando a indicação toponímica de Cerveira.

Mas será tal estátua de Meixedo? Ficando este castro no vale do Âncora, restará, pelas voltas que deram a estátua e outras pedras lavradas[165], a dúvida se não será, porventura, originária da Cividade de Âncora, sugerindo-se esta estação como mais apropriada a lugar central deste povo.

O guerreiro de Meixedo, segundo J.Alarcão (2003) seria datável de época posterior a Augusto, até aos Flávios. Isso significaria permanência consentida de chefatos indígenas na administração, com continuidade, pelo menos honorífica nos filhos, no caso do guerreiro de Meixedo. Mas, se é presunção não provada ser a estátua anterior a Augusto, também o é serem as duas inscrições contemporâneas uma da outra e, também da escultura.

Pelo menos uma delas é posterior à outra e ambas poderão ser posteriormente apostas à estátua. Assim, quem é o retratado? O pai ou o filho? Poderá ser uma representação de chefe mítico (Tranoy 1988, 226), ou uma mensagem para o exterior das muralhas sobre a capacidade defensiva dos habitantes.

Exaltar o valor guerreiro de pessoas concretas, depois de vencidas, não seria a melhor homenagem aos chefes a quem continuaram ligados pela *devotio*.

Tranoy (1988, 230), tem o fenómeno destas representações como de diacronia mais alargada, desde o séc. II a. C. Estas representações têm até antecedentes mais antigos na tradição indígena, nas estátuas-menires e estátuas-estelas do Marco, Vila Pouca de Aguiar (A. C. F. Silva; Centeno et al 1994), de Faiões, Chaves (V. O. Jorge 1979 et al.), de São João de Ver, Vila da Feira (Jorge – Jorge 1990), da Ermida, Ponte da Barca (M. Baptista 1985).

Tomá-los como indícios de individualização de povos, pelo aparato e dignidade que dariam a alguns sítios não parece desajustado. Porém, Meixedo não tem a proeminência de Âncora, nem de Tecla para sede fixa de um núcleo decisório. De resto outros elementos são aduzidos como a presença de determinado tipo de jóias, estruturas arquitectónicas, se o poder não fosse itinerante.

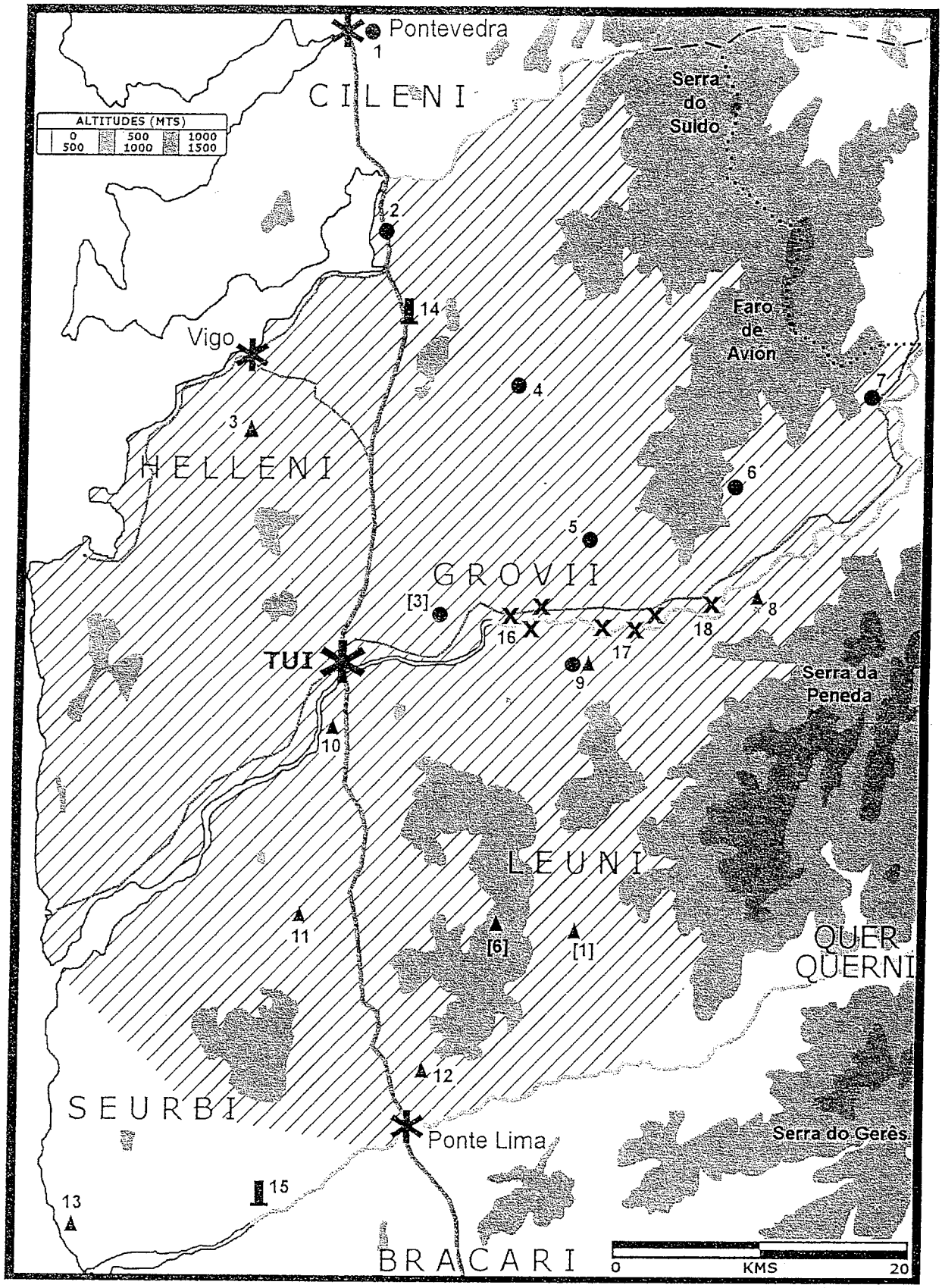
Outra questão no posicionamento dos povos é saber o relacionamento e dependência entre eles; quais os que subtenderiam, quais os subtendidos, quais os iguais.

---

[165] Uma cabeça de pedra, de homem, foi transformada em estatueta feminina, mais tarde, em marco divisório de concelhos, Caminha e Viana do Castelo, em Soutelo, no vale do Âncora.

Para A. C. F. Silva, nesta parte do litoral Noroeste, seriam três as entidades maiores. A Sul do Douro, os *Turduli* têm presença confirmada pelas fontes clássicas (Plínio N. H. IV, 112; Mela, Chorografia, III, 8) e documental pelas *tesserae* de Monte Murado (Vila Nova de Gaia); ocupariam a região entre Vouga e Douro. Os *Bracari*, posicionar-se-iam entre o Douro e o Lima. Os *Grovii* teriam um território de correspondente extensão; ocupariam uma zona mais deslocada para Norte do que a assinalada por Mela, entre o Lima e a Ria de Vigo. O centro de maior visibilidade dos Grovii seria Santa Tecla, na margem onde há maior incidência toponímica. Estariam estabelecidos em diversos *castella*, à direita e à esquerda do Minho *castella*, entre eles, a Cividade de Âncora e mesmo Santa Luzia.

Estas três entidades *Turduli, Bracari* e *Grovii* assumem importância relevante pela epigrafia, pela toponímia, pelas sequelas do seu domínio perdurante.



Límite Convento Lucense/Bracarense

Límite da diócese e antiga provincia de Tui

Territorio político da Civitas Tudensis

Vía XIX

Camiños comarcais

Asentamentos

Epígrafes

Explotacións mineiras

Parroquias suevas (sg. Fdez. Rguez.)

Parroquias suevas (sg. Almeida Fdes.)

Distribuição de *populi* segundo Firmín Pérez Losada (2002, p.65)

Firmín Pérez Losada (2002, 61) destaca a importância de Tuy que assumiu durante a romanização, reconhecida pelas menções de Plínio Velho na *História Natural* (70 d. C.), de Sílio Itálico na *Púnica* (fim de séc I d. C.), de Ptolomeu na *Geografia* (II d. C.), do *Itinerário de Antonino* (séc.III/IV d. C.) e do Anónimo de Ravena(IV/V d. C.):

"A seguir aos Cilenos, vem o conventus dos Brácaros com os Helenos, os Gróvios, o castellum de Tyde, todos eles descendentes de Gregos" (Plínio IV, 112).

"*E os que agora, chamados Gróvios, por corrupção do nome Gregos, da casa* (descendência) *de Eneias e da Etólia Tyde...*"(Sílio Itálico, III, 366)

"*Etólia Tyde, fundada pelo errante Diomedes*" (Sílio Itálico III, 368).

"*Grouvion; Toudai, 8º 20'; 41º 45'*" , « *Tyde* (cidade) *dos Gróvios*, 8º 20'; 41º 45'» (Ptolomeu, II, 6, 44).

"*...Limia m. p. XVIII, Tude m. p. XXIIII, Burbida m. p. XVI...*" (Itinerário de Ant., 429,7).

"*...Limea, Tude, Bonisana,...*" (Anónimo de Ravena, 307, 17).

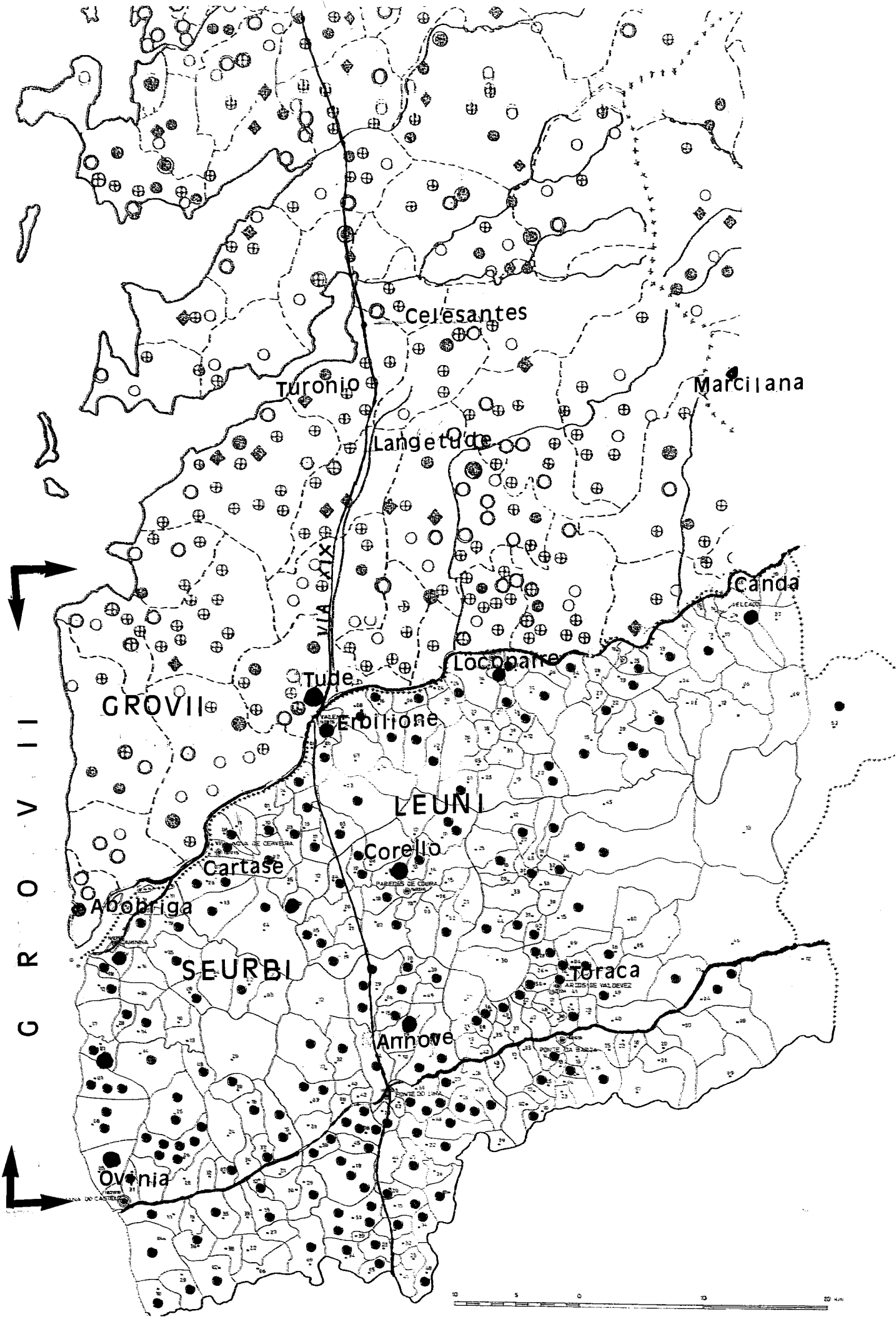
O *Paroquial Suévico* (572-582), confirma-lhe o domínio nas duas margens do Minho, mencionando, na listagem das dezasseis igrejas que pertenciam a essa diocese, oito identificadas na margem esquerda (A. Fernandes 1997) que continuaram dependentes de Tuy e refere algumas na margem esquerda do Minho por) e por M. Fernández (Pérez Losada (2002):

" *ad Tudensem* (sedem) *ecclesiae qui(?) in vicino sunt: Turedo, Tabulela, Lucoparre, Áureas, Langetude, Carisiano, Marciliana, Turonio, Celesantes, Toruca. Item pagi: Aunone, Sacria, Erbilione, Cauda, Ovinia, Cartase".*

O esquecimento de Abóbriga e de outras referências pré-romanas a favor de Tuy, sugere que o poder regional até aí repartido por diversos *castella* dos Gróvios de um e de outro lado do rio, terá sido absorvido por Tuy em época romana que assim se tornaria a sede do domínio. Havendo o precedente destas dependências da margem esquerda, compreender-se-á a futura posição hegemónica de Tuy, que conservou até ao fim da Idade Média, beneficiando do seu estratégico posicionamento no "centro de um contacto cruciforme" segundo a expressão de Jaime Cortesão em "Factores democráticos da formação de Portugal", no entroncamento das vias fluvial (o Minho) e terrestre (a via XIX).

A cultura material abona ainda mais a irmandade das duas margens do Minho, com circulação de produtos e pessoas, intensificada com a romanização, sobretudo após as reformas flavianas na região.

Numa certa continuidade histórica, A margem esquerda do rio Minho permaneceu dependente eclesiasticamente de Tuy até ao século XV.


Celesantes
Turonio
Langetude
Marciana
Canda
Locoonaire
Tude
GROVII
Erbilione
LEUNI
Corello
Cartase
Abobriga
SEURBI
Toraca
Annove
Ovenia
VIA XIX
G R O V I I

A localização de igrejas de um e de outro lado do Minho, nos povoados e no campo, vinculadas ao bispado de Tuy, segundo a listagem do Paroquial Suévico, supõe em ambas as margens um substrato comum, abonando a opinião do estabelecimento dos Gróvios em ambos os lados.

São mencionadas as seguintes:

Tude = Tui

Turedo (leitura de P. David), = Touredo Loureda, A Caniza. *Corello* (leitura de A. Fernandes) Corelo, Vascões, Paredes de Coura (A. Fernandes 1997, p. 78).

Tabulela (leitura de P. David), Tabolela = Taboexa, Entre Monção e Puenteareas.

Lucoparre (leitura de P. David), *Locoparre* = Longovares, Longos Vales, Monção.

Aureas = ?

Langetude, = Langude, Pias, Ponteareas.
= *Longe Tude* a parte mais afastada da diocese de Tuy (A. Fernandes 1997, p. 79).

Carisiano, = ?

Marciliana, = Marcillá, Filgueira, Crecente.
Marzá (de Marzán), Rosal, La Guardia (A. Fernandes 1997, p. 79)

Turonio, = Vigo. Turoña, Entieza, Salceda de Caselas (M. Fernández).
Turonho, Vigo (A. Fernandes 1997, p. 79).

Celesantes = Cessantes, Redondela.

Toruca (leitura de P. David) =Turoqua, actual Pontevedra (M. Fernández)
Toraca = Taranca, Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez . A *civitas* de *Toraca* onde se localiza o castelo de Valdevez alterou o topónimo *Taranca* séc. XIII) para *Villa Tranca* (A. Fernández 1997, p. 79).

Aunnone (leitura de P. David), *Annove* = Anova, a Nova, designação actual, da *civitas vetus* no século XII. Calheiros, Ponte de Lima (A. Fernandes 1997, p. 80).

Sacria, = *?*

Erbilione = Ervelho, Cristelo Covo, Valença do Minho.. *Erbilio* ficava junto do morro onde se fundou Valença (A. Fernandes 1997, p. 80)

Cauda (leitura de P. David), Canda (A. Fernandes, p. 81) = Alvaredo, Melgaço. Perto da Cividade de Paderne, existiu. Antes da nacionalidade, a igreja dedicada a Santa Maria Canda (A. Fernandes).

Ovinia, = Vinha, antiga designação de Areosa, Viana do Castelo. Nos PMH, *Inquis.* na p. 330, em 1258, vem ainda mencionada como "parrochia Sancte Marie de Vinea". A *Civitas Ovinia* estaria na "Cidade Morta" de Santa Luzia (A. Fernandes 1997, p. 81).

Cartase =Cartas, Mentrestido, Vila Nova de Cerveira. O topónimo fica perto da Cividade do Cossourado (A. Fernandes 1997, p. 82).

Firmín Pérez Losada (2002, 64) realça, assim, a posição atingida por Tuy no relacionamento com os *castella* vizinhos, alguns também mencionados por Plínio e depois esquecidos: Seurbi, Leuni.

Após os Flávios, a influência do *castellum Tyde* estabilizou dominando vasta área do Baixo Minho com vários *castella* cuja identidade se diluiu à medida que Tuy crescia no esquema administrativo romano e dele ficaram dependentes em continuidade histórica.

É sintomático que de dezasseis paróquias suévicas dominadas por Tuy oito, identificadas como sucedâneas de castros de expressiva dimensão, estejam na margem esquerda. As restantes oito ou são galegas ou sem identificação conhecida no território português.

A epigrafia destaa esta zona e as referências clássicas foram tratadas em tese de doutoramento de A. Guerra (1992). No catálogo transcrevemos as informações nele recolhidas.

É de notar que alguns clássicos estendem a Céltica ao Norte peninsular, considerando, entre outros argumentos, o testemunho de Heródoto; mas, é verosímil que, nessa altura, a indistinção cartográfica e a falta de viagens de medição de coordenadas confundisse o extremo bretão do golfo de Biscaia com o extremo da Ibéria. Note-se, a esse respeito, o perfil apresentado por um geógrafo do século dezanove que, compulsando os textos dos seus parceiros clássicos, e tendo em conta os dados comparados de dias de viagem, latitudes e longitudes, apresenta a evolução do conhecimento do perfil da costa europeia (I, 21)[166].

A toponímia tem fornecido indicadores linguísticos, terminações de palavras, raízes e significado, vestígios gramaticais, usados em abono de celtismo.

Também para os termos Galiza e Galaicos se pretende que provenham de *Galli* como preferem alguns, sobretudo galegos, o nome latino dos Célticos.

[166] Confira-se a abordagem feita aos textos dos clássicos em GOSSELIN, P. F. – *Recherches sur la Geographie systématique et positive des Anciens, pour servir de base à l'Histoire de la Geographie Ancienne*. J. Paris, 1813.

Vindos uns do Norte Atlântico por via marítima ou bordejando, por terra, o Golfo de Biscaia, aqui teriam chegado em diferentes fases; mais tarde, de além Tejo, vieram foragidos alguns dos referenciados, após o desastre de Alália, certamente não os primeiros nem os últimos.

Mas poderá provir de *Calle*; sendo transposição para a outra margem de uma denominação nascida junto ao Douro, na margem direita, onde se sediavam os calaicos de Calle.

Essas movimentações de Célticos, provenientes do Sul, que fizeram incursão a Norte de parceria com os Túrdulos na sequência de acontecimentos desfavoráveis, são uma vaga conhecida de celtização, mas que não explica tudo. As *tesserae* encontradas em Vila Nova de Gaia, estudadas por A. C. F. Silva, ao referirem aí a presença de Túrdulos Velhos, supõem distinção dos Novos, e situação paralela devia suceder com os seus parceiros Célticos. Vindas anteriores a eles, por via continental, teriam chegado ao Noroeste, trazendo novos modelos culturais. Levas posteriores de novos célticos ter-lhes-ão sucedido, enquadradas no relacionamento com os povos do Sul a que não será estranha a pesquisa de minérios para abastecimento do comércio mediterrânico.

A par de notória identidade de cultura material, expressa no espólio arqueológico de uma e outra banda do Minho, há, no entanto, alguns objectos que, por demasiado característicos, se estranha aparecerem num lado, por exemplo em Santa Tecla e no mais distante Castro de Viladonga, e não deste lado, em Coto da Pena ou Cividade de Âncora ou em castros mais a Sul no território onde se documenta a presença de túrdulos; são, além de alguns elementos decorativos figurativos, as espadas de antenas, similares às encontradas no Sul do país, v. g. Alcácer do Sal, da zona donde terão imigrado os foragidos de Alália, Túrdulos e os Célticos (III, 81, 5, 6).

Na sequência das abordagens litorais gregas, sem penetração profunda para o interior de que pouco sabemos, do relacionamento com cartagineses e do confronto de Roma com estes resultou uma divisão pragmática entre duas potências que disputavam entre si os recursos peninsulares, estabelecida no Ebro, chamando os romanos à parte oriental, do seu lado a que chegavam mais depressa e mais cedo, Citerior, e à outra a Ulterior. Esta zona Noroeste era considerada, conforme as conveniências administrativas, ora de uma ora de outra.

Não tendo vingado os tratados, no segundo conflito, os romanos ultrapassaram o Ebro, expulsaram os cartagineses e incluíram na Citerior regiões aquém desse rio, para Ocidente, ficando sem significado a anterior divisória. A divisão administrativa não foi permanente e variou ao sabor das conveniências e oportunismo romano. Estrabão na *Geografia* escreve: " *Romani totam regionem promisque Iberiam et Hispaniam nominantes in Citeriorem et Ulteriorem dividunt, sed tamen accomodata temporum rationibus administratione alias aliter dividunt*"[167].

[167] Segundo citação de Argote da Geografia de Estrabão, da Impressão Grecolatina real de Pariz, p. 166.

Numa segunda divisão da *Hispania*, de Augusto (27 a C.), a região entre Douro e Minho, Galiza, bem como Trás-os-Montes, Astúrias, Navarra, Biscaia, parte de Castela, Catalunha, Aragão, Valência, Múrcia, parte de Granada, ficaram englobadas na Tarraconense.

Nesta divisão de Augusto a Lusitânia perdeu as terras a Norte do Douro, a favor da Tarraconense.

Um alinhamento, do Guadiana ao Cabo da Gata dividia a Tarraconense da Bética a Oriente, incluindo a Andaluzia, sendo limitada a Ocidente e a Norte pelo Guadiana, a Sul desde o Guadiana ao Cabo da Gata.

O restante território ficava para a Lusitânia, separada da Tarraconense pelo Douro até à confluência do Pisuerga de que saía um alinhamento com o Guadiana a separar a Lusitânia da Bética.

Sendo divisão artificial veio a criar confusões, pois os escritores romanos conservaram em uso a divisão entre Citerior e Ulterior, entendendo por Citerior a Tarraconense, e por Ulterior a Bética e a Lusitânia. Mas muitas terras flutuam entre uma e outra das partes dessa divisão. A *Gallaecia* nas campanhas de *D. J. Brutus* e, mais tarde, nas de *Caesar* vem dada como pertença da Hispania Ulterior, e, depois, aparece-nos metida na Tarraconense, da Citerior.

Uma terceira divisão, com Adriano, criaria seis províncias: Tarraconense, Cartaginiense, Bética, Lusitânia, Galécia, Tingitânia, voltando a Galécia a individualizar-se.

Posteriormente, em 216 d C, Constantino viria a criar a Prefeitura das Gálias a que ligou a Diocese da Hispania.

Refere Argote em *Memórias*, I, 2, 32, a opinião de Isaac Vossio, que não partilha, de ter havido, entre outras divisões, uma em tempo de Teodósio, tendo, nessa altura, a Lusitânia recuperado terras a Norte do Douro, ligando a si a Galécia e as Astúrias.

Com a romanização a textura étnica tornou-se mais esclarecida, individualizando-se diversas comunidades, em virtude do testemunho epigráfico dos novos dominadores e dos romanizados.

O corredor litoral era caminho de fácil acesso para legionários romanos, se respaldado pela retaguarda por via marítima; tê-lo-ão atravessado em ataques de surpresa a povoados[168] dispersos pelo território. Se a *Brutus* lhe estorvou a progressão no terreno a interposição desses destemidos habitantes, conhecedores do terreno, que preferiam morrer a entregar-se-lhe, a maioria das populações devia fazer estratégia de terra queimada e fugir, pelos montes, a confrontos directos com um atacante que lhes destruiria as habitações.

[168] ORÓSIUS, Paulus

Foram postos à prova na luta tenaz contra Roma que só vingou mais do que pelo potencial bélico e organizativo, pelo sucesso de absorção cultural. Uma convivência de progresso falou mais alto que as armas, fruto da estratégia inteligente e programação romanas, intencional como se pode ver em Estrabão que considerava benefício civilizacional a dominação romana, admirando em Roma " *o ter criado laços, inexistentes anteriormente, entre os povos e ensinado às populações selvagens a vida em sociedade*", chegando-se a distribuir terras aos vencidos[169] por razão não de puro altruísmo, mas por estratégia de pacificação e imposição empresarial de gerir as conquistas com vantagem para Roma, que ficava com os recursos e a mão-de-obra necessária para os explorar. Foi de facto prática seguida, não aniquilar, mas conquistar as populações[170]. Até com Viriato os romanos tinham sido cavalheirescos; *Q. Fabius* fez a paz com ele "*aequis conditionibus*[171]", o que não impediu que fosse morto à traição a conselho de *Servilius Caepionis*, permitindo os romanos, no entanto, que fosse "*...ab exercitu eius multum comploratus ac nobilissime tumulatus*"[172].

Realçar a categoria do vencido amplia as vitórias e exalta o prestígio do vencedor, na altura do triunfo. No caso peninsular, tamanha e tão longa resistência não foi esperada pelos romanos, julgando o caminho aberto com a derrota de Cartago.[173]

Com o progressivo conhecimento e domínio militar da Península, uma política de gestão baseada numa divisão administrativa foi imposta pelos dominadores.

As últimas resistências à dominação romana verificaram-se no extremo Noroeste peninsular com levantamento de Cântabros e Astures; só 15 anos antes da era cristã a Península estava submetida ao poder unificador de Roma.

A evolução no sentido de absorção romana foi de tal ordem que a *Hispania* se assimilou culturalmente a Roma e viu surgir no seu seio personalidades de grande talento; no séc. I, em Córdova, nasceu Séneca, tio de Lucano; Quintiliano, em *Calagurris* . À morte de Nero foi em Espanha que Galba tomou o nome de César e originários dela são os imperadores Trajano, Adriano, Marco Aurélio (talvez) e Teodósio.

O Cristianismo favoreceu a unificação. É notório um relacionamento das comunidades do Noroeste com as do norte-aricano, no Baixo Império, expresso por inúmeros produtos materiais do relacionamento comercial.

Após o édito de Galério (311) que pôs termo às perseguições contra os cristãos, de especial violência com Diocleciano, a Península foi, então, campo fértil para a expansão do Cristianismo. Com a conversão de Constantino a pacificação e romanização incrementaram-se. A Igreja de Espanha de grande vitalidade adquiriu notoriedade; foi em Granada (306) que se reuniu o concílio de

---

[169] FLORUS – *Epitome altera Rerum Romanarum*, liber LV, resc. J. Georgii Graevii, Amstelaedami, 1702 :" *iis , qui sub Viriato militaverant, agros oppidumque dedit* (D. Junius Brutus) , *quod Valentia vocatum est*,,,"
[170] FLORUS – *Historia romanorum.*
[171] FLORUS – *Epitome rerum romanarum*, Liber, LIV
[172] FLORUS – Epitome, Liber, LIV.
[173] LÍVIUS., XXX, IV, 18

Iliberis (Elvira); um bispo hispânico, *Osius* de Córdova, presidiu ao concílio de Niceia (325) cujo credo foi aceite no concílio de Toledo (400). Desde 366 era papa o hispânico S. Dâmaso, sob cujo pontificado foi condenado Presciliano, bispo de Ávila, nos concílios de Saragoça (380) e de Bordéus (384), e mandado executar à ordem do imperador Maximino em 385.[174]

[174] A questão do priscilianismo continuou em debate, pois que dela se tratou em 560 no concílio de Braga (não falta quem queira ver sepultado em Santiago de Compostela a Prisciliano em vez do Apóstolo).

3.2. Habitat e Povoamento

Evolução, pervivências e ruptura

Chegados ao Bronze Final as populações estavam estabilizadas nesta área, com domínio efectivo do território, como demonstram povoados já posicionados em altura, com protecção procurada e reforçada, como é o caso de Coto da Pena, com estruturas pétreas de defesa do Bronze Final, e de Santa Tecla.

No início desta época, obtida a tecnologia de produção de instrumentos e armas de maior resistência e eficácia, com o domínio das ligas metalúrgicas, nota-se uma alteração no tipo de economia praticada, manifesta no fenómeno de intensificação agrícola, potenciado por melhor conhecimento da terra e do benefício que, para a vida vegetativa, representava o seu revolvimento pelo arado de tracção animal.

A pressão sobre a terra, de que se pretendia tirar o maior proveito, denuncia aumento demográfico, e não é alheia à formação de elites, dos melhores conhecedores dos ciclos vegetativos e controladores da força de trabalho, com o consequente reforço de diferenciação social.

O metal é, assim, posto ao serviço do homem na tarefa que representa, de certo modo, uma revolução económica e nas técnicas de produção (III, 73-75).

Foices de talão e de alvado, documentadas em Coto da Pena (III, 80) e em Santa Tecla, de modelos padronizados atlânticos, atestando a procura de eficiência nas tarefas incómodas das ceifas, machados de bronze de talão, que permitem melhor encabamento e reforçam o esforço humano na desflorestação, são frequentes indícios nos povoados desta época. A evidente semelhança de modelos típicos e a sua dispersão demonstram forte relacionamento no quadro de uma vasta área norte-atlântica e uma sociedade de organização económica e social paralela.

Entre 1200 – 1100 a.C., Chegam à nossa área, provindos de ateliers britânicos espadas de empunhadura e espadas de coroa de cravos a que se associam as espadas de proveniência centro-europeia, as pistiliformes. A forma lanceolada de dois gumes e apontada, e o tipo de empunhamento possibilitavam ferir de cutelo e de ponta.

Às espadas pistiliformes sucederam as de língua de carpa, de ponta bem destacada.

Alguns dos artefactos demonstram um parentesco tipológico e têm uma dispersão por zonas delimitadas; as espadas pistiliformes aparecem-nos na costa atlântica peninsular, nas Ilhas Britânicas e costa Bretã, o que não acontece com outros objectos.

Há pontos de encontro culturais entre a costa atlântica e a Irlanda a outros níveis, por exemplo práticas funerárias. Certamente houve contactos e

transmissão de tecnologias. Os machados de talão tipo galaico podem ter surgido devido a estímulos exteriores de origem norte-atlântica e disseminaram-se, depois, para Sul e Mediterrâneo (III, 76-79).[175]

A padronização do armamento demonstra organização técnica e táctica que evidencia o papel organizativo das chefias

Entretanto, uma abertura a relacionamentos com o mundo mediterrânico e a contactos e trocas com o Sudoeste hispânico, por volta de 1100 até 700 a C. , origina avanços técnicos, atingindo-se, então, o ponto alto da metalurgia do Bronze com correspondente desenvolvimento económico.

Abandona-se a fundição de machados trapezoidais de bronze, de fio alongado, tipo Barcelos, vindos do Bronze Médio e sucessores dos machados planos de cobre anteriores, substituindo-os por machados de talão e argolas, e a seguir de alvado (ou de cubo) e de machados com apêndices laterais, uns e outros feitos, no geral, em ligas ternárias de bronze com inclusão do chumbo[176].

O encontro, nos mesmos sítios, de materiais de tradição mais antiga, de cobre e de bronze, com machados de argolas, elucida-nos sobre o lento progresso da tecnologia metalúrgica, em que os artífices foram experimentando, durante séculos, nos mesmos lugares, as possibilidades de fusão dos minérios, a dosear as misturas de minérios, atendendo às características resultantes, aprendendo a seleccionar o carvão, a forma e localização dos fornos.

Sintomas de influências exógenas, vindas do Sul, são indiciados, a partir do séc.VIII a.C., por uma certa retracção na qualidade dos produtos da metalurgia do bronze, que mais parecem reciclagem de objectos anteriores. Isso é explicado por uma carestia de matéria-prima, devido à concorrência do comércio dos fenícios que, desde então, cruzam o estreito e desviam o sentido da corrente comercial do Atlântico para o Mediterrâneo. Essa actividade será, igualmente, razão do aparecimento, entre nós, dos primeiros objectos de ferro[177].

Na metalurgia experimentam-se novas ligas, ternárias, com associação do chumbo ao cobre e estanho.

O Noroeste peninsular, com abundância de cassiterite, não totalmente desprovido de cobre, estava em posição vantajosa para efectivação de novo modelo de economia de trocas. A padronização dos machados e a sua concentração em tesouros com numerosas unidades, como em Senhora do Crasto, Vilar de Mouros, alguns ainda com jitos a impedir o seu correcto encabamento, sugere que tenham sido tomados como lingotes padronizados, em armazenamento para o comércio metalífero, como matéria semi-elaborada (III, 79).

---

[175] MEIJIDE CAMESELLE 1994, p. 197.
[176] COMENDADOR REY 2000.
[177] BELLO DIÉGUEZ; PEÑA SANTOS 1995, p. 166

As lâminas de alguns machados, porém, foram rebatidas e alargadas por martelagem, sinal de utilização. Este trabalho, certamente, era feito a quente, para evitar fracturas, alterando-se, na dilatação e brusca retracção, a estrutura molecular das matérias, endurecendo-as. Efeito semelhante era obtido na adição de outro metal, na prática de ligas ternárias.

Os produtos de bronze tornam-se mais complexos na composição e, também, mais especializados.

O bronze serviu, também, para confeccionar objectos de adorno, estruturalmente semelhantes a jóias de ouro. Há pingentes de bronze em Santa Tecla, em Coto da Pena e em outras estações que faziam parte de adereços compósitos, de estrutura morfologicamente análoga aos de ouro do Tesouro do Gaio, Sines (III, 88,1-3).

Xorcas são igualmente frequentes, dando-nos estes adereços informação de uma mentalidade que cultivava o aparato pessoal e indicações de cronológicas.

Fase I

O início da metalurgia, nesta zona, representado pelo horizonte de Atíos /Água Branca, com evolução tecnológica e desenvolvimento de organização e hierarquização social, denunciadas por tumulações individuais ricamente guarnecidas dos símbolos do poder, armas de cobre e esplêndida ourivesaria, vão permitir que entre cerca do ano 1000 a.C. e 500 a.C. se desenvolva um processo de formação de um modelo de vida com características específicas no assentamento dos povoados, na gestão do espaço e domínio territorial, com posse efectiva por povos identificáveis, relacionados entre si e com forte coesão a diversos níveis, familiar, de povoados e de conjuntos de povoados, com chefias obedecidas.

Coto da Pena (Vilarelho, Caminha) e Santa Tecla (Pontevedra) documentam no Bronze Final, uma continuidade no relacionamento das duas margens, entre si, com o Norte-atlântico e o mundo mediterrânico, ilustrando a fase IA (A. C. F Silva 1986) nesta área.

Este período de formação notabiliza-se pelo incremento dado à metalurgia. Novas ligas e diferentes tecnologias de fundição que permitem obter lâminas com elasticidade suficiente para aplicação em fíbulas de molas (tipo Alcores e Acebuchal em Coto da Pena, III 86). O facto de algumas peças não terem bolhas resultantes de gases da fundição indica que os técnicos metalúrgicos usavam barros porosos na moldagem, o que se confirma pela natureza das coquilhas que têm aparecido em escavação (III73,74) .

Estruturas pétreas defensivas nos povoados, cerca do ano 1000-900 a.C., já se documentam em alguns castros, v. g., em Coto da Pena, Caminha, e não parecem desprovidas de funcionalidade ou simplesmente honoríficas.

As habitacionais mostram já uma tendência para o circular, com muros espessos e sólidos, de pedra miúda, assente em barro.

A listagem em catálogo, de estações e sítios de achados, dá uma ideia de incremento demográfico já no Bronze Final, prenúncio do panorama posterior.

Cada vez melhor se conhece a estruturação espacial do conjunto dos povoados, à medida que vão sendo mais os intervencionados arqueologicamente.

Com o evoluir do povoamento, já, no final da Idade do Bronze, são mais nítidas e padronizadas as preferências para assentamento dos povoados.

A fase IB, seguindo a mesma periodização, de desenvolvimento tecnológico e de maior relacionamento com o interior e Sul, estaria bem patente no Castro de Torroso.

No Baixo Minho, surgem *habitats*, povoados alcandorados em morros defensáveis e amuralhados, perfazendo uma ocupação com posse planificada da costa e do território interior, vigiando as vias de penetração, explorando e sobrevivendo dos recursos diversificados, como um corpo orgânico que se defende, com hierarquização incipiente, numa situação em que, a não ser por posição privilegiada, como, por exemplo, Santa Tecla, nenhuma proeminência distingue qualquer povoado.

Além dos factores determinantes na escolha de posições de defesas naturais aproveitadas e reforçadas, com finalidade estratégica e também honorífica, com comunicabilidade com outros povoados, vigiando as vias e os acessos, num sentido de solidariedade e entreajuda, eram preferidos sítios com habitabilidade, exposição ao sol, abrigados dos ventos, com aprovisionamento de água, perto e dominando a exploração de recursos agrícolas ou outros, base da subsistência.

Os povoados eram sustentados por uma economia de base agro-pecuária, em desenvolvimento, e continuando a dispor de pesca, marisqueio e recolecção, os situados na área litoral.

A ocupação sistemática das planícies férteis que permitia a prática de agricultura sedentária, mesmo que com recurso a alternância de lugares a cultivar para, com o pousio, a terra recuperar fertilidade, ou de agricultura contínua em terrenos de grande fundo, cedo deu lugar a uma estratégia de ocupação desses espaços, e de vigilante posicionamento em altura para os defender

Os povoados, na generalidade, envolvem as veigas cultiváveis.

Cinturas protectoras de muralhas, não raro aproveitando refúgios naturais, como sucede na Coroa da Arga de Cima e no Alto do Cobertorinho e Coto da Pena reforçam o posicionamento defensivo (III, 42, B2/1').

A adopção de *habitats* defensivos implicou uma posição de união e participação na defesa, reforçando a estruturação hierárquica, mais patente nas sociedades castrejas que, por mais ameaçadas, mais fortemente se vinculavam a um chefe.

Cinturas extensas não são sustentáveis sem inúmeros defensores nem chefia, orientação e responsabilização, divisão de tarefas, sem hierarquização.

Paulo Orósio lembra a grande dificuldade em defender eficazmente muralhas extensas[178].

E quanto às chefias, poderiam ser geradas espontaneamente, perante perigo eminente, e reconhecidas pelas capacidades de inteligência e dotes de valor demonstrado na defesa da comunidade de eventual perigo, como sucederia mais tarde no caso da aderência a Viriato.

Com a subida para posições de altura, vigiando o espaço de exploração económica vital, beneficiavam também de melhores condições de salubridade, com o afastamento de águas paradas.

O pastoreio, que continuava a praticar-se, exigia grandes áreas e pastos renovados, a tal ponto que se necessitava de fazer transumância para longas distâncias, em grupos para se defenderem e aos seus bens, e com garantia de retorno cíclico à origem. São relativamente bem conhecidas as transumâncias modernas; das antigas há exemplos literários que ficaram célebres por disputas de pastagens e divisão de áreas de exploração.

A ocupação efectiva do espaço era estratégia de povoamento e garantia de sobrevivência dos agregados que, quanto maiores fossem e mais coesos, mais estruturados e com melhores condições de recursos, melhor vingavam, mais se expandiam. A coesão é manifesta nos amuralhamentos, na padronização da construção, nos contactos de proximidade que impunham a convivência sem anular um certo grau de privacidade, na implantação dos povoados com mútua vigilância visual.

Como os requisitos defensivos nem sempre coincidiam com a facilidade de acesso a bens essenciais, entre eles a água, implantavam-se na sua proximidade e implementavam-se processos de a conservar no *habitat*, depositar a que havia em cisternas, de procurar nascentes.

Os povoados desta fase que representam a ocupação humana durante o Bronze Final, Santa Tecla, na margem direita, Coto da Pena, Senhora do Crasto, Cobertorinho, na esquerda diferem no posicionamento em altura; Tecla pela

[178] OROSIUS, P.

monumentalidade e relativo afastamento de zonas agricultáveis, Coto da Pena e Senhora do Crasto com planícies rodeando-os. Mostram afinidades na posição defensiva, na cronologia do assentamento desde o Bronze Final, nos contactos exógenos e nas actividades neles desenvolvidas, em especial,com fortes indícios de prática metalurgia.

As foices de talão, de tradição atlântica estão em ambos os lados em Tecla e em Coto da Pena (III, 80), documentando o horizonte do Bronze Final em ambos, acrescendo em Santa Tecla um conto de lança (III, 81, 4) tipo Senhora Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), e em Coto da Pena (Vilarelho, Caminha), rebites de caldeirão de bronze (III, 81, 1-3) e fíbulas Alcores e Acebuchal (III, 86, 1,2).

De um lado e de outro fundia-se o bronze; a comprová-lo ficaram os cadinhos (III, 73, 2,3) e coquilhas (III, 73, 1; 74, 1-5; 75, 2-5) e os produtos: foices e machados, documentados em numerosos sítios.

Apesar de posição periférica em relação ao mundo conhecido e à origem das fontes que se lhe referem, cujo ponto de vista se centrava no Mediterrâneo, no extremo ocidental da Ibéria, a zona do Baixo Minho, mercê do óptimo acesso que constituía o seu estuário e reservas de recursos estratégicos, demonstra, no seu progresso, acompanhar as correntes tecnológicas das demais regiões, com contactos exógenos da mais variada procedência. Os norte-atlânticos são assinalados pela presença abundante de machados e foices de talão, cuja tipologia foi metodicamente organizada por L. Monteagudo. Elaborados em ligas de bronze ternárias, certamente funcionais, pois alguns deles denunciam martelagem e remodelação, serviriam para abate e desbaste de madeiras e, padronizados na forma, de lingotes para comercialização.

Na Serra de Argallos tive ocasião de encontrar, *in situ,* guilhos espalmados de bronze, introduzidos nos lezins de rochas graníticas, que não conseguiram ser eficientes em parti-las nem puderam ser retirados, ficando séculos abandonados; seria essa uma outra utilidade dos machados de bronze.

Relações mediterrânicas, de longa e média distância e desde tempos recuados, são representadas por adereços, pendentes de arrecadas com paralelos no sul de Portugal com igual procedência (tesouro do Gaio), nos processos tecnológicos de fundição e vestígios de cerâmicas importadas(III,304, 306).

A presença e dispersão de instrumentos metálicos, sobretudo, adereços, pingentes (III; 88, 1-3), xorcas (III, 88, 4,5) e fíbulas (III, 86, 1,2), é o melhor indicativo dessa época e a sua dispersão dá-nos imagem de adensamento do povoamento.

Além dos adereços mencionados, pingentes e xorcas em Santa Tecla e Coto da Pena, existem braceletes de bronze de Santa Tecla e da Senhora do Crasto, no Monte de Góios; fibulas Acebuchal e Alcores em Coto da Pena, também a confirmar relacionamentos com o Sul e o interior.

Migrações de diversa procedência aqui acharam recursos a explorar e condições de intercâmbio e de fixação.

Os antigos fenícios e gregos tinham receio de navegar para Ocidente, para o extremo da Ibéria, mesmo para comércio, por causa da pirataria dos tirrenos. Mas só há piratas se há barcos com riquezas a assaltar[179]. Apesar da oposição dos Tirrenos, as tentadoras matérias-primas levaram os gregos a expandir-se para Ocidente, com mais força após a fundação de *Massília* (600 a C.), atingindo as colunas de Hércules, na rota da cassiterite.

Estrabão atribui aos fenícios os primeiros contactos com o Ocidente peninsular, e refere-se, a propósito do secretismo com que eram guardadas as rotas das fontes de abastecimento de minérios, ao episódio do navegante fenício que, espiado por gregos, encalhou o barco, sendo depois indemnizado pelo erário público, em reconhecimento do seu patriotismo[180]. Originários de regiões áridas e de reduzida dimensão, deram-se à colonização, mesmo agrícola, implantando-se na costa atlântica. Desses entrepostos foi-lhes mais fácil a expansão dos seus produtos para que tinham clientes, e que aparecem disseminados nas estações arqueológicas nortenhas em contacto com o mar, testemunhos da sua presença, se não por comércio directo, pelo menos através dos cartagineses.

Da estruturação dos povoados nesta primeira fase, são poucos os indícios, já que alterações posteriores alteraram profundamente o esquema inicial.

Dispersos por outeiros de média altura, sem evidência de preponderância de algum deles sobre os outros, cobriam estrategicamente o território.

Além da certeza de existência neles de cinturas amuralhadas, funcionais na defesa e honorífica individualização do povoado, por raros sítios sem alteração na ocupação posterior, sabemos que havia recintos sub circulares, com lareiras centrais de barro amassado com fragmentos cerâmicos como sucede em Baiões, S. Pedro do Sul. No Coto da Pena (Caminha), em campanha de A. C. F. Silva, foi detectada uma estrutura doméstica de perfil curvilíneo do Bronze Final, com material cronologicamente correspondente no seu interior (III.

A cerâmica desse período, no Coto da Pena e em Santa Tecla, merece referência. Os vasos deste período, não são muitos, tendo em conta que se trata de povoados de longa pervivência em que se destruíram os estratos mais antigos.

Entre eles há panelas de fabrico manual de perfil em s, de leve estrangulamento no colo, de barros com pastas arenosas no cerne, com rara mica residual. Os engobes delas são depurados, de cor castanha escura e boa cozedura (III98-102). Algumas formas carenadas e outras não carenadas, de asas

[179]STRABO, VI, 6, 2.
[180] STRABO, III, 5, 2

simétricas, cerne arenoso e engobes castanho claros, encontram paralelos em Baiões, S. Pedro do Sul (III,99).

Em vasos de fabrico manual partidos, que eram úteis e não substituíveis sem grande dispêndio, são documentados restauros por diferentes processos de união: com gatos metálicos abraçando as partes fracturadas, e com espessamentos de argila interiores e exteriores, preenchendo perfurações de ambas as partes, com recozedura posterior (III,101, 2-3).

A cerâmica seria cozida em soenga, mas com circulação de ar, em ambiente oxidante. A cor enegrecida de alguns vasos, sobretudo panelas, foi produzida pela contínua exposição ao fogo, com posterior redução pelo negro de fumo, na utilização.

Ao contrário do que sucede noutras estações do centro-norte do país, a cerâmica é parca em decoração, mas não ausente de todo; há o típico golpeado dos bordos, caneluras irregulares feitas à mão, raros mamilos, superfícies penteadas e alinhamentos de punções.

Fase II

Na fase anterior, o povoamento, embora com domínio territorial mais ou menos homogéneo, era dependente de assentamento natural, numa ocupação por descontracção dos povos ao sabor da pressão demográfica, sem deixar vazios territoriais que permitissem infiltrações incómodas; os povos teriam uma importância igualitária.

Nesta II fase, alguns vão sobressaindo, quer pela posição estratégica de assentamento, quer pelo prestígio dos chefes, ou pela riqueza dos seus recursos. Era uma fase de formação.

O relacionamento com o Mediterrâneo, sobretudo através das correntes de procura de minériosde estanho, e alterações políticas e económicas a Sul, depois do sucesso da batalha de Alália (535) e 1º tratado Roma/Cartago (509), tiveram consequências a Norte, com novos contactos e imigrações, detectáveis na cultura material do Baixo Minho, por assimilação de novas tecnologias. Movimentações dos célticos e túrdulos (Estrabão, 3, 3, 5; Mela, 3, 8; Plínio, 4, 112-113) trazem consigo uma cultura celtizante que deixou marcas nas zonas onde se implantaram, os célticos entre o Lima e a ria de Pontevedra.

Segue-se um período de grande originalidade demonstrada na planificação da arquitectura doméstica, na exuberância decorativa, quer nos ornatos em pedra na casa, quer da cerâmica utilitária e de prestígio.

A arquitectura dos povoados mostra organização e divisão do espaço, fazendo recordar um substrato cultural comum a outros povos, como os romanos que quadriculavam o espaço dos assentamentos, embora sem o rigor dos gromáticos.

A casa, enquadrada na estrutura alveolar do castro ou cividade, murada e com entrada para arruamento, é de construção é de construção complexa que se desenvolve em torno de um átrio, com edifícios modulares independentes que se completam, cada um com a sua função. Confirmando a informação de Estrabão, nela havia um módulo com bancada corrida, em redor dos muros, no interior para acomodação das pessoas, salvaguardando o máximo de espaço disponível.

Trícelos decorativos, de desenho diversificado, parecem identificativos de núcleos familiares, numa sinalética individualizante. Alguns edifícios têm portas decoradas com cordados, similares aos apostos em cerâmicas, e com encanastrados.

A observação das cerâmicas, onde é introduzida a técnica da estampagem, dá-nos conta de relações muito alargadas, porventura, circulação de matrizes metálicas decorativas para impressão.

Há evidentes contactos alargados com o Sul, Centro e Norte, manifestos pela reprodução das mesmas figuras em zonas que vão desde Baiões (S. Pedro de Sul), Baiza (Vila Nova de Gaia), Tecla, Caldelas de Tuy. Matrizes idênticas são aplicadas tanto no barro (III, 103, 1) como na ourivesaria e no bronze, mais confirmando a sua natureza metálica.

Na decoração por estampagem de escudetes, nesta fase, há no Coto da Pena e em Santa Tecla paralelos directos em vasos e cossoiros que se manterão inclusive na tradição decorativa nas viseiras de capacetes metálicos (III, 82) e em jóias de épocas posteriores.

Aos motivos decorativos triangulares, preenchidos com segmentos lineares ou com besantes geometricamente alinhados em superfície, em número de 6, 3, ou 1, mais dois se lhes associam: círculos concêntricos e ssss encadeados (III, 83; 83; 115, 4; 117, 2; 118, 2; 119, 2-5; 120, 1, 121, 1-3, 5,6; 123, 1; 124; 125, 1-4; 127, 1-3).

Uma cerâmica com grande divulgação, em ambos os lados do Minho, tida como frequente nas Rias Baixas, consta de urnas de barro, cuidadamente decoradas com alinhamentos de esférulas estampadas (III, 108, 1-3; 109, 1-4; 110).

Destes vasos há diversas versões, coincidindo no tipo de decoração, no facto de procurarem ser de tapagem hermética, serem destinados a suspensão, dotados, simultaneamente, de perfurações e de asas múltiplas, indicando ser destinados a conteúdos com muito peso. Têm, além disso, a característica de ter pé alto, em larga fita.

Estes vasos originais peloo barroquismo da forma e da decoração permitem pensar que façam parte do ritual familiar.

A sua morfologia e a preocupação de os conservar suspensos e bem fechados, para preservar o conteúdo do ataque de insectos e de animais predadores, poderão sugerir uma outra aplicação: serem contentores de mel. Há certa semelhança entre eles e vasos com esse destino, alguns com gola em canal, circundando o colo para evitar escorrências (III, 121, 1, 2; 122, 5) .

As pastas são, no geral cinzentas claras, cozidas em ambiente pouco redutor, e não aparentam, pela riqueza decorativa e patine, terem servido ao fogo.

Os vasos congéneres da margem galega são, mais abundantes, de maiores dimensões e de mais cuidado fabrico, permitindo se interpretarr a margem a Norte do Minho como o centro de produção e, aí, a maior incidência da sua utilidade.

A outro modelo cerâmico pertencem urnas de grande e média dimensão, algumas excedendo 30 cm de diâmetro, feitas à roda, de barros claros, com espessos engobes avermelhados, aplicados à espátula, e de colo canelado verticalmente (III, 104; 115-138).

São, no geral, profusamente decoradas nos ombros com incisões, estampagens de círculos, sss encadeados, escudetes, medalhões, e alguns são impermeabilizados.

O perfil globular da pança, o colo retraído evoluindo para uma forma cilíndrica, parece indicar que teriam uma cobertura em forma de campânula.

Nesta II fase, a cerâmica é sólida, com preocupações estéticas na forma e decoração, e os vasos maiores têm paredes espessas e toros de reforço, não raro em corda, ou ornamentados com motivos simples, ex. XXXXX, em repetição linear, ou emoldurados com alinhamentos decorativos estampados de círculos concêntricos.

Nestes vasos, o próprio tratamento do engobe tem intenções decorativas, na aplicação e na cor; é espesso e distribuído à espátula, sem alisamento. Na cozedura, em forno aberto, em ambiente oxidante, foi procurado que as cores do barro, vermelho e alaranjado, não sofressem alteração.

A fase II A, é bem representada nas estações de Coto da Pena (Vilarelho, Caminha, (A. C. F. Silva 1986) e no lado oposto, pelo Castro da Forca e Troña (Hidalgo Cuñarro 1996).

Produtos gregos continuam a chegar através do comércio púnico. Importações itálicas (pré-campaniense; A. C. F. Silva 1986, Est. LXXX, 16) no Coto da Pena (Vilarelho) e em Santa Tecla comprovam novos relacionamentos comerciais.

O fim da 2 ª guerra púnica (201), prenuncia mudanças que para A. C. F. Silva justificam uma fase IIB.

Fase III

Foi-se, naturalmente, estruturando o tecido de uma efectiva ocupação, com supremacia de um povoado que assume uma importância de capitalidade, pela presença do chefe que, se itinerante, não daria importância permanente ao povoado, ou pelo valor estratégico da sua posição, vigilância de vias, maior domínio visual, ou presença de recursos de especial interesse ou até concentração de habitantes.

Mas o acontecimento mais marcante que anuncia o interesse romano pelo Noroeste vem a ser, em 138 a C., a expedição de D. Júnio Bruto.
Âncora (Caminha), Santa Tecla (Pontevedra), Santa Luzia (Viana do Castelo), entre outros grandes povoados, surgem na intenção de responder, por junção de forças em aglomerados concentrados e organizados espacialmente, a interesses de domínio exógeno, o que implicaria reforço na tendência de hierarquização dos povoados e ordenamento de estratégico domínio territorial. É o início da fase III, divisível em duas etapas, IIIA e IIIB (A. C. F. Silva 1986) pelas guerras cântabras (27-19) e vindo a terminar com a dinastia dos Flávios (69-96).

Este fenómeno de agrupamento defensivo de povoados indígenas menores em grandes *oppida*, tem paralelos pela Europa, no final de La Tène e constitui reacção natural a movimentações exógenas de ocupação, entre nós, as campanhas sertorianas, as de César e as de Augusto (A. C. F. Silva, 1999, 45), momentos de perturbação marcados por enterramento de tesouros monetários (Centeno 1987.

Santa Tecla, neste panorama, ocupa uma posição de expressivo interesse. Por isso se lhe tem sido atribuída a localização da cidade de Abobrica (III, 57,1; 58; 59).

Na margem portuguesa, perpetuando na toponímia o nome de "cividade" temos a de Vila Praia de Âncora / Afife (III, 46-53). A sua vigência como cividade vai de meados do século II a.C. até aos quartos finais do séc I. d. C. Após os Flávios (69-96 d. C.) esmorece o povoamento, não se notando uma presença de tão continuada romanização como no Coto da Pena

Tem ar de capitalidade pela posição de assentamento, extensão e pré-urbanismo visível nas suas ruínas.

Alguns povoados amuralhados, de grande dimensão, com pré-urbanismo têm no seu substrato indícios de ocupação incipiente no Bronze Final, Por motivos estratégicos e de estruturação hierarquizada, agremiaram, posteriormente, outras unidades populacionais menores, dando origem a povoados maiores.

Nesta fase, nota-se uma preocupação de domínio estratégico territorial, com um centro de decisão e uma certa complementaridade dos povoados na dominação física do espaço, nas actividades e na optimização de exploração dos recursos, um deitar mão de todos os condicionalismos favoráveis de subsistência,

desenvolvimento económico e fixação em permanência, manifesto até no ordenamento pré-urbano.

A exploração de recursos críticos ou sazonalmente procurados e a necessidade de se acomodar ao espaço disponível levou população a arrostar com situações menos favoráveis e a adaptar-se ao ambiente. O aprovisionamento dos povoados junto do rio era mais garantido que o dos povoados do interior. Podiam aliar, em complementaridade, a exploração piscícola e marisqueio à agricultura e pastorícia.

Cada situação implicava uma adaptação ao tipo de economia mais adequada. A situação litoral, aliada a condições climatéricas favoráveis, fomentou a expansão demográfica.

Certas actividades exigiriam apreciável quantidade de mão-de-obra; outras requereriam menos braços: o pastoreio, o artesanato, a construção não simultânea. Uma actividade de especialização, salvo raros casos de localização e de intensa procura (sal e minérios), não se desenvolveria em exclusividade pelo povoado, o que implicaria uma complementaridade muito exigente em frequência de trocas e circuitos comerciais.

A fundição de metais cuja tecnologia já dominavam, documentada na maioria dos povoados escavados, era uma actividade mais exigente de espaço para fornos e depósito de minerais e combustível, e de conhecimento técnico do que de braços para laboração. Mas seria muito requisitada a prática metalúrgica, para obviar à conveniente defesa, fornecendo armas ofensivas e defensivas, a permitir a oposição a atacantes bem munidos delas, e para produzir instrumentos mais eficientes nas tarefas agrícolas e artesanais.

O panorama da existência de focos metalúrgicos não seria muito diferente do dos tempos modernos. Até há bem pouco tempo, as aldeias do interior eram auto-suficientes, com o seu carpinteiro, o seu ferreiro, por área de concorrência quando muito por freguesia, com artesanato ambulante que lhes supria algumas necessidades, deslocando-se a centros de maior dimensão onde podia abastecer-se de bens cuja produção não era economicamente viável para pequeno mercado, e com o grosso da população no cultivo dos campos e o gado entregue a vezeiros e não raro aos menos hábeis para as outras tarefas.

Porque se trata de assentamentos do litoral, um recurso importante ou principal, além do sal, seria o pescado. Mas mesmo a pesca não absorveria grande mão-de-obra e só um sector minoritário da população seria capaz de a praticar e se dedicaria a ela a tempo inteiro. Quando muito, no fim da faina juntar-se-iam pescadores e não pescadores para puxar as redes e arrecadar e a distribuir o fruto da faina. Na orla marítima de penedia, tradicionalmente a mariscagem seria praticada pela população de capacidade indiferenciada que aí se podia prover, com relativa facilidade, de alimento; é sintomática a abundância de vestígios e de referências a concheiros.

Outras necessidades mais gerais tinham de ser assumidas por toda a colectividade, a agricultura e, nomeadamente, a participação na defesa,

actividade altamente agregadora de interesses de grupos mais pequenos, das famílias, e para cuja preparação se orientavam outros exercícios físicos desempenhados por homens, por exemplo a caça, que mantinham em forma os encarregados da protecção dos povoados, os defensores.

A arquitectura dos recintos familiares aparece-nos com algumas alterações. A casa continua de composição complexa, com unidades complementares. Vários tipos de edificações, de planta circular, elipsóide, quadrangulares de cantos arredondados, se associam em volta de um pátio murado.

O desenvolvimento demográfico e a necessidade de abrigar animais e a produção agrícola obrigou a ocupar espaços mortos, ligando edifícios, vedando e ocupando vãos intermédios e mesmo ampliando o número de bancos de modo a comportar mais gente.

A presença no povoado é mais contínua, facto que leva a soluções arquitectónicas que permitissem trabalhar ao ar livre, com mais luz e em quaisquer condições climatéricas, anexando-se átrios às unidades de planta circular, defronte das portas, e cobrindo com tectos de colmo os espaços dos ângulos do murado circundante, suportados por estruturas cuja existência é indiciada pela presença de muretes e colunelos (III, 48, VI A; XIII).

Não deixa de ser surpreendente, na análise da arquitectura dos povoados, uma normalização agregadora contrastando com uma divisão murada, propiciadora de intimidade doméstica que bem pode traduzir a personalidade destes povos na sua solidariedade e *devotio* aos chefes e de extremado individualismo.

4. Romanização

Fase IV

Esta fase começa partir dos Flávios vai até ao estabelecimento dos Suevos em Tuy (411).

A ocupação romana, dada a natureza acidentada do território, estabeleceu estratégias de domínio no condicionalismo possível. Os castros continuaram habitados ,destruídas as suas posições defensivas, e novos povoados surgem a menor altitude, castros agrícolas (C. A. B. Almeida 1996), explorando os terrenos aluvionares de boa aptidão agrícola, sem abandonar locais onde a reserva de mão-de-obra era necessária para as tarefas de extracção mineira

Os centros de comando, na romanização aparecem com mais força na margem direita do Minho, vindo Tuy a tomar a hegemonia como cabeça de território que detinha na chegada das invasões germânicas e que conservou até alta Idade Média

Da natureza do domínio romano desde a versão de moderação e entendimento até crueza de trato têm-se feito valer diferentes posições.

A arqueologia dos povoados do Baixo-Minho e a análise da cultura material mostra pacífica evolução: alargamento de casas sem alterar função, reaproveitamento de estruturas, imitação de modelos cerâmicos, utilização de adereços romanos, assimilação de tecnologias. Orósio (Histórias VII, 41) porém, como lembra A González Blanco (1984, 59-60) na catequese dos cristãos invadidos, faz ressaltar uma sensação de castigo divino aos romanos pelo mau trato das perseguições durante duzentos anos, e até de uma certa boa vontade dos invasores que, a troco de terras e de dinheiro, até deslocavam, se assim o queriam, os indígenas, pacientes e obedientes aos desígnios divinos, para outros lugares mais seguros. A opinião de Orósio não parece estar muito de acordo com a destruição verificada na *villa* romana de Afife e por um conjunto de entesouramento escondido de moedas dos séculos IV/V.

A romanização conduziu à unificação da cultura, da língua, do modo de viver e esbateu as barreiras individualizantes de muitos povos, agremiando-os, segundo as conveniências administrativas de Roma, *manu militari.* Com a crise da anarquia militar do século III d. C., o poder enfraquecido deixou de ser tão intervencionista; rarearam as ordens vindas de Roma. Houve um certo ressurgimento e progresso cultural, detectável nas estações à beira do Minho; melhores produções cerâmicas, dispersão do povoamento pelas terras agricultáveis.

A imagem da Galécia no século IV, antes das invasões bárbaras era favorável, segundo a descrição da "Expositio totius mundi et gentium": *A seguir à Gália vem a Hispânia, terra vasta e grande, rica em homens doutos e em todos os negócios de que mencionamos parte: exporta, suficiente para todo o mundo, azeite, garum, vestuário variado, toucinho, e montadas. (...)*

Sobretudo exporta esparto, o melhor da terra pela qualidade, necessário porque salva todo género de barcos". [181]Novos produtos entraram na estratégia de colonização e desenvolvimento.

Na generalidade os povoados castrejos foram romanizados, deixando-se seduzir pela cultura do colonizador, perdendo, a pouco e pouco, a sua originalidade, com sujeição, e interpretação dos modelos impostos e propostos. Surgiram novas formas de organização de povoamento, podendo distinguir-se genericamente, diversos tipos de aglomerados populacionais, desde as *civitates* entendidas como cidades capitais, sucedâneas dos "lugares centrais" dos *populi*, os *vici*, muitas vezes fundados pela transferência das comunidades castrejas denunciadas na onomástica e os castros que perviveram, nomeados *castella* pelas fontes clássicas e pela epigrafia; podendo distinguir-se, no povoamento rural, as *villae,* como sedes de exploração agrária, as granjas e os casais.[182]

Neste passo, merece particular consideração a surpreendente organização espacial da vila de Caminha. A sua planificação perfeitamente ortogonal, sobrevivente da estrutura medieval, a que o amuralhamento afonsino ou dionisino com troços ainda existentes, disfarçados pelo casario, não alterou a feição, é por alguns considerada, por esse motivo, de origem romana (Pinho Leal) Na Ínsua da Senhora de Carmes (dos Cânticos <*carmen*) como é chamada, crê-se também ter existido muralha romana. Mas nenhuma escavação se fez na Ínsua e das feitas dentro do perímetro da vila de Caminha tão pouco são conhecidos materiais que a essa data possam ser atribuídos, se bem que se conheça o testemunho de P.e Rocha Morais que diz que na Porta do Sol, no nicho de Santo António dos Esquecidos, havia uma inscrição ilegível romana.

Pelo contrário, os montes sobranceiros às veigas de aluvião mostram uma surpreendente riqueza de materiais romanos atestando fortes contactos, aliás concordantes com a referência do conhecimento que do Minho tinham os romanos, segundo Estrabão, que, entre tantas ilhas, distinguiu a *Insula,* e que deu indicações precisas para o acesso ao estuário por embarcação.

Na procura da antiguidade da origem do topónimo Caminha, tem-se alimentado a polémica dos que querem que provenha do grego Καμινος, e dos que o derivam do baixo latim *Camenae.*

O paroquial suévico chama-lhe Santa Maria de *Camenae* e *Camina* e dela fariam parte as antigas freguesias de S. Martinho de Lanhelas, Santa Ovaia de Vilar de Mouros, S. Jacob de Cristelo, S. Paio de Moledo, Santa Marinha de Vilar de Âncora, e Vilarelio onde se encontrava sedeada a "collatione de Sancta Maria de Camina", ainda hoje considerada a igreja-mãe, a "igreja velha".. Embora sob a égide de Tuy, sede da diocese, O castro do Coto da Pena de Vilarelho apresenta ter, então, mais importância do que a Cividade de Âncora

[181] Ed. G. Lumbroso, Roma, 1903, p. 78-80
[182] ALARCÃO 1998 e 1999.

Edrici, Ben-Abdala-Ben Edrisi, na Geografía de España, p. 60, em tradução de D. José Maria Condé, refere um castelo em ilha a montante da foz do Minho e outro mais acima do precedente, chamado Abraca, em Camgmena, que foi utilizado em 716 nas incursões árabes contra Tui.

Uma tradução recente do texto de Edrisi, em vez de "Abraca", traz "Boega", posicionando na ilha assim chamada a fortaleza.[183]

Plínio Velho, com funções oficiais durante o império de Tito e Nero, superintendendo a extracção de metal, fala da navegabilidade do Minho onde circulavam barcos de couro cosidos com linho e não com esparto, encanastrados com vime, transportando produtos até às naves dos comerciantes, manobrados por indígenas, todos considerados descendentes de Gregos " a Cilenis, conventus Bracarum, Heleni, Grovii, Castelum Tyde, graecorum sobolis omnia insigne oppidum Abobrica Minius (*Naturalis Historia*, Lib IV, XXXV, p.21).

O *Oppidum Minius* referido poderá ser ou não Santa Tecla. As minas de ouro romanas mais perto da foz são as de Covas a que se acedia pelo Coura. E "Abraca" não andará linguisticamente muito distante de "Abobrica", sem pretender infirmar a sua identificação com Santa Tecla mais do que fez Ignacio Calvo (2001, p. 41), que prefere para ela a identificação com *Medullius*.

O rio Minho, que banha Orense e Lugo, era uma importante via dava acesso às campanhas das legiões romanas, aos mercadores que abasteciam e se aprovisionavam nas suas margens. A sua maior valia era, certamente, de servir de escoamento de minérios, por via fluvial, em especial de ouro de que havia exploração nas duas margens, nomeadamente em Covas, entre Caminha e Vila Nova de Cerveira.

A ocupação romana, dada a natureza acidentada do território, estabeleceu estratégias de domínio no condicionalismo possível. Os castros continuaram ocupados, novos povoados surgem a menor altitude, castros agrícolas (C. A. B. Almeida 1996), explorando os terrenos aluvionares de boa aptidão agrícola, sem abandonar locais onde a reserva de mão-de-obra era necessária para as tarefas de extracção mineira.

Os centros de comando, na romanização aparecem com mais força na margem direita do Minho

Tyde, que se situava no cruzamento das vias terrestre e marítima, sendo uma das *mansiones* referidas no Itinerário de Antonino, de *Braccara* a *Lucus* por *Limia*, vem a lucrar dessa posição invejável para se tornar a central de decisão como cabeça de território que dominou as duas margens no final do Império e durante a Idade Média.

[183] JOAQUÍN BOSQUE MAUREL y JOÁN VILÁ VALENTÍ, 1989, p. 39.

Denota a importância estratégica do rio Minho não ter sido esquecido nas campanhas de *Brutus*, nem depois nas de César.

Decimus Junius Brutus (137-138 a.C.) não ultrapassa o Minho. *Caesar* ultrapassa-o na segunda e terceira campanhas, estacionando junto do Sil, zona aurífera, não a única nas margens do Minho.

Caesar Augustus (27a.C.) submete a zona e, apoderando-se da riqueza aurífera, navegando até *Tyde* e *Auria*, mesmo até próximo de *Lucus,* se os 800 estádios apontados por Estrabão são 150 km, não dizendo a que tipo de embarcações.

Estas referências à navegabilidade são importantes, testemunhando o interesse económico e estratégico da sua posição que, certamente, era defendido com fortalezas a vigiarem o seu percurso; no povoado Senhora do Crasto, Góios (Vilar de Mouros) de uma delas que desempenharia a mesma função, restam os fundamentos ortogonais que se implantaram sobre estruturas castrejas que cortaram (III, 55).

Em Cerdal, Valença, Russell Cortez detectou acampamento militar romano.

Mais tarde a capital dos suevos, antes de se estabelecer em Braga, sedear-se-ia em Tui (411), que já então era dominante, tendo-se esbatido a posição dos povoados da margem esquerda. A vila romana de Afife, nas Baganheiras, destruída no século V, como se deduz do tesouro monetário aí encontrado de que consta uma moeda dessa data, deve o seu fim aos Suevos[184].

Acontecimentos como o domínio dos Suevos por Leovigildo, rei dos Godos (585), e mais tarde incursões normandas como a que obrigou o bispo de Tuy, Náustio, a fugir para o mosteiro de Labruge (*España Sagrada*, de Flores, doc. II), tiveram impacto na margem esquerda.

Na História Composteliana, II, apêndice, p. 29, doc. XV, refere-se que "Romarico, conhecido pelo nome de "cerva" ou veado, se apossara de várias vilas naquelas partes do rio Minho, subúrbios de Tuy, e que esta extrema ia de Tuy até à povoação situada na boca da foz do Minho".

Caminha ficava entre os dois grandes *conventus*, Lucense e Bracarense; pertencendo ao segundo servia os dois como porto de mar. Note-se que a margem esquerda é mais abrigada pelo Cabedelo que a oposta, sendo, desse lado mais usada a enseada de A Guarda, virada para o Atlântico.

Orósio *in Historiarum adversus paganos*, Livro VIII, XXI, ao referir-se à III campanha de César Augusto realça, no cenário dos combates, um monte iminente, "*mons Minio flumini iminens*, o *Mons Medullius*, colocado por alguns na Serra de Arga e por outros perto de Tuy, entre outras propostas.

[184] CENTENO, R., em publicação (inf. pessoal)

Valorizando a posição de Caminha, Alarcão cita a partir de *Limia* (Ponte de Lima) como derivante da estrada de Braga a Lugo, apresenta uma alternativa, *per loca maritima,* que ia direita a Caminha que se identificaria com *Aquis Celenis* ou *Aquis Benis*. Era essa a opinião de C. A. F. Almeida expressa na cartografia da sua tese de licenciatura em 1968.

Plinius na *N. H.* refere um cabo *Caput Minii.* Seria só cabo>caput ou povoado, *Caput Minii,* que originaria o topónimo? Em documento de contestada autenticidade que refere a divisão de condados do território entre Douro e Minho por Fernando Magno aparece essa referência a *Caput Mini(i).*

Rodrigo Mendes Silva, in *Poblacion General de Espanha*, dá um justificativo diferente para o nome de Caminha, atribuindo a Caminio, fidalgo galego, senhor da Casa do Caminho, a *reedificação* de Caminha em 950, dele provindo o nome.

Mesmo sem filiação lendária, certo é que na foz do Minho os cartagineses substituíram os gregos[185]na sua actividade comercial, comprovadas estas presenças por vestígios cerâmicos de uns e outros.

Jaime Cortesão, em *Atlantização do povoamento*, deprecia um tanto o litoral ao comentar o percurso interior de uma das vias de Braga a Tui, o que seria, segundo ele, sinal de pouca importância da zona costeira.

O topónimo Caminha que já existia no século X não só tem merecido a atenção de eruditos, historiadores e filólogos, mas até foi ocasião de polémicas que levaram a um esclarecimento e depuração de asserções menos fundamentadas[186].

Segundo Alberto Sampaio as antigas vilas romanas assumiam o nome do proprietário com a terminação *anus*; as vilas fundadas na reconquista assumiam o nome do fundador em genitivo - *vila Camini(i)*; por esse motivo, para ele, o nome era de origem posterior à romanização.

A posição de Caminha junto ao rio Minho contaminou a interpretação do topónimo, levando Luís de Figueiredo Guerra a propor como sua origem *Caput Minii*, escudado em Pita Leite[187], J. Avelino de Almeida[188] e em frei Pedro de Jesus[189], explicação que não contentou o sábio filólogo Leite de Vasconcellos, nem os abonos aduzidos, dando origem a polémica nem sempre sustentada nos melhores termos pelo seu proponente.

---

[185] SERRÃO, V. – *História de Portugal*, vol. I, p. 43.
[186] Caminiana. Caminha. 10 (1984).
[187] Escreveu uma obra sobre Caminha.
[188] Autor de um dicionário geográfico.
[189] Cronista da sua Ordem.

A sustentar tal opinião, seria argumento de maior peso para F. Guerra a passagem da Crónica de Idácio na *Hispania Illustrata "primus comitatus ad locum Caput Minii oritur, inde ducitur ad ostium fluminis Limae, in ripa maris"* e a presença da mesma designação na divisão de condados de Fernando Magno em 1064[190], embora considerada apócrifa por Argote e desprezada por Herculano, pretendendo que os documentos aduzidos queriam significar nome de povoado e não só a simples acidente físico, descrição de um limite.

Escorados em documentos medievais, vêm sendo apresentados nomes do lugar, fazendo-se valer a sua constância e explicando a evolução:

Em 1064 seria "*caput Minii*":
1068[191] " *testavit ibidem sua neta Elvira Baltariz in Caminia...suos quiniones*";
1220, Caminia[192];
1258, Camina[193], Camya, Camia[194];
1202, Camya (F. Guerra);
1275, Camanya (S. de Carvalho);

Aviz de Brito faz derivar o nome de *Caput Minii*; Serra de Carvalho, de *Káminos*, "chaminé", alusão topográfica ao cone de Santa Tecla na margem oposta, fazendo interferir indevidamente na etimologia *caput Minii*, Camenae, Camgmena; Xavier Fernandes deriva o topónimo do nome de fidalgo galego Camínio, seguindo Alberto Sampaio.

César Varela prefere a origem do nome em Cambinha - pequena praia - aceite com reservas, não de impossibilidade de evolução fonética (rara embora possível como em *tam bene* > tamém), e contra o sucedido nos casos de presença de r póstero, em que o b, em vez de elidir-se, se adiciona por epêntese (como em câmara > cambra, humeru > ombro) mas, sobretudo, por julgar ser mais acertado falar-se em grande camba e não cambinha[195].

E há ainda quem pretenda que provenha de *cais Minii*, sem outro fundamento linguístico que não seja *cais* > *calle*, molhe (correspondente ao *quai* francês).[196]

---

[190] Fernando de Leão, em 1026, na divisão de condados entre Douro e Minho refere-se-lhe como *Caput Minii*. Transcrição do doc. na Bibl. Nac. "Anno de 1064 - Divisão da provincia de Entre Douro e Minho em doze condados no reinado de Fernando Magno de Leão.
"O primeiro condado principia no lugar de *Caput Minii* onde este rio entra no mar e o rio Froylano (Coura) entra no Minho e dali vai correndo pela costa do mar até à foz do rio Lima acima até Britinia, antes Britónia, (Britiandos). Dali segue por Pena Mayor em direcção a cidade de Labruja (Romarigães) e daqui seguindo a margem do rio Froylano até Castelo Pequeno de Tuy que se chama Valença. Dali, pela corrente do rio abaixo até a *Caput Minii* onde começamos. E este distrito (colacção ou termo) assim demarcado pertenceu antigamente à cidade de Britónia, hoje destruída.
Agora pertence parte à *Caput Minii*, parte ao castelo de Cerveira e parte ao lugar de Lima (Ponte de Lima?) excepto o grande Couto que os reis antigamente concederam ao Mosteiro Máximo sito no alto Monte Arga, e o Couto de S. Pedro da Torre que também não entra nesta divisão, e o Couto de Covas e o Couto de Vilar de Mouros que é da Igreja de Tuy; e do mesmo modo o Couto de S. Cláudio pertencendo pouco ou nada a esta divisão, é dos monges que ali vivem desde há muitos anos". 24, nº 8, p 26, 27.
[191] AZEVEDO, Rui – Revista Portuguesa de História. III, p. 268-270; GUERRA, F. - Arquivo Vianense, p. 5-7.
[192] *Portugalia Monumenta Historica*, p. 27.
[193] *Portugalia Monumenta Historica, Inq.* , p. 348 s
[194] *Portugalia Monumenta Historica, Leges*, p. 691(foral de Viana); *Portugalia Monumenta Historica, Inq.*, p. 304.
[195] Caminiana. 10.
[196] Opinião do agrado de M. S. Blanco, a quem aproveito para agradecer ter sido excelente guia na margem direita do Minho.

Entre tantos alvitres, é também apontada a presença de elemento pré-romano, existente em *Cam(*alus), e em palavras como *cam*inho (lembrar que o inglês *to come* e *caminho* se interpretam como evocando a vinda de celtas) e presente em *cami*sa (vestimenta dos celtas?). Witcom considerava esse radical como significando *local sombrio,* partindo da imaginativa interpretação do seu próprio nome, em que andava associado a *wit - esperto- > vate. Witcom significaria adivinhação ou culto em matas sombrias.* A corroborar esta sugestão (*Caminiana*, n.º 10, p. 37), lembra a presença do topónimo *Cam*arido, mata densa próxima de *Cam*inha[197].

Será, talvez, preferível a derivação do latim *caminum* – fornalha, justificando-o a intensa actividade metalúrgica local e nos castros circundantes, e não o aspecto de chaminé vulcânica do Monte de Santa Tecla.

A densidade de povoamento e a participação na defesa impunham a necessidade de organização e consequente hierarquização. Nem teriam sentido nem explicação a reacção prolongada à dominação romana, a existência de cividades e castros fortemente amuralhados, com defesas conhecidas nalguns casos como datáveis desde o Bronze Final, como no Coto da Pena (Caminha), com perímetros só possíveis de defender com inúmeros e esforçados braços, com chefias obedecidas e conhecedoras de estratégias e tácticas de empenhamento, pese embora a convicção de sua ignorância suprida pelo ímpeto[198], para fazer face a exércitos superiormente organizados, profissionalizados, como os romanos.

Essa estruturação de domínio territorial terá surgido quer de expansão natural numa adequação ao ambiente das comunidades humanas, quer de planeamento, tendo em conta a optimização da defesa e a detenção complementar dos recursos vitais para ela necessários, fontes de produção e abastecimento e recursos mineiros. A guerra e a defesa faziam-se com alimentos e armas. São sugestivas as apropriações e destruições de silos de cereais mencionadas pelas fontes clássicas[199]. Desarmar e desapossar do território um inimigo que se escapulia pelas montanhas impenetráveis era, por vezes, tarefa que se obtinha indirectamente, asfixiando-o, reduzindo-o à míngua e destruindo-lhe os povoados, impedindo-o de se fixar.

A malha de povoamento, a partir do Bronze Final, impressiona pelo domínio territorial e o seu adensamento posterior prenuncia e explica o panorama demográfico actual.

O território estava efectivamente ocupado, segundo é conhecido pelo panorama de dispersão do povoamento castrejo nas margens do Minho.

---

[197] Não esquecer que a planta camarinha se desenvolve no litoral e poderá a sua presença ser uma explicação mais aceitável para este topónimo.
[198] HACQUARD.; DAUTRY.; MAISANI, 1952 , p. 69.
[199] APPIANUS, 75.

As fontes clássicas dão-nos uma visão nada simples, pretendendo elucidar sobre localização de povos, conformando-se com a visão administrativa da altura das referências, não destrinçando totalmente o relacionamento entre os povos que referem, se há étnicos que incluem ou estão inclusos, e falando de longe, por informações.[200].

Apiano Alexandrino, ao relatar na Guerra céltica (VI, 71) a campanha punitiva contra os habitantes a Norte do Douro até ao Minho, motivada pela ajuda prestada aos Lusitanos nas acções empreendidas contra eles por *Q. Servilius Caepio*, confiada por Roma a *D. Junius Brutus* (139 – 136 a. C.), faz transparecer uma certa depreciação da resistência dos galaicos a *Brutus* em contraponto ao valor demonstrado pelos *braccari* e, sobretudo, pelas *braccarae* que combatiam ao lado dos maridos. Parece distingui-los etnologicamente dos *callaeci*, menos valorosos.

Estrabão tem uma visão mais indistinta que Apiano. Engloba nos *Callaeci* todos os povos a Norte do Douro (" ...e os últimos são os *Calaicos*, que ocupam em grande parte as montanhas. E foi por isso que, tornando-se mais difíceis de combater, deram o cognome de Calaico ao vencedor dos lusitanos, e fizeram com que se chamassem Calaicos a maior parte dos Lusitanos"[201].

Mas, adiante, estabelece alguma confusão, admitindo que "Depois deste – o rio *Limea* -, vem o *Bénis;* alguns chamam-lhe *Minius* (Minho), de longe o maior dos rios da Lusitânia".

Calle vem sendo admitida como situada a Norte do Douro, localizada na margem direita. A extensão dos lusitanos tão a Norte não está de acordo com o objectivo da missão de *D. J. Brutus* e é entendida como consequente de divisão administrativa posterior.

D. Junius Brutus, ao atravessar o rio Lima, *Oblivionis* para Tito Lívio[202], numa guerra de surpresa, *"quamvis incautos circunvenisset"*, saqueando de improviso povoados entre Douro e Minho[203], efectuando uma repressão de extrema dureza em que as mães indígenas eram levadas a preferir subtrair-lhe os filhos, matando-os e suicidando-se de seguida para lhe escaparem ao furor, numa guerra feroz para os próprios legionários que, no dizer de *Velleius Paterculus*, faziam testamento quando mobilizados para combate com os povos nortenhos,

---

[200] STRABO., I, 210 [...] O próprio Hiparco, que faz da linha traçada das Colunas de Hércules à Cilícia uma recta em direcção ao levante do equinócio, não a estabeleceu integralmente por meio de instrumentos e por recurso à geometria: quanto à parte que vai das Colunas de Hércules até ao Estreito da Sicília, ele fiou-se nos marinheiros.[...].

[201] *Ibidem,* III, 3, 2.

[202] Sérvio Honorato (séc.IV) divulgou textos desconhecidos de Salústio e entre comentários marginais a propósito da Eneida põe na boca de Virgílio, no verso 267, *"cui nomen oblivionis condiderant"*. Outra expressão referida pelo mesmo Sérvio , a respeito do canto VII da Eneida, verso 728, refere um povoado chamado *Cale*. Desde Vóssio (séc. XVII) tem circulado a presunção de que *Cale* estaria nas margens do Douro, o que não é pacificamente aceite por todos os historiadores, alguns dos quais apontam outra localização para *Cale*, na Gália onde Perpena teria participado nas lutas entre Mário e Sila. Essa *Cale* viria a ser confundida com outra *Cale* mencionada no *Itinerarium Antonini* que arrastou indevidamente para a sua proximidade o rio *oblivionis*, opinião do agrado de Leite de Vasconcellos e Herculano, seguindo a opinião de Vóssio e Maurenbracher, embora seja difícil transpor o teatro das lutas sertorianas para tão a Norte, mesmo que se refiram à expedição de Metelo de 78.
Posto que as referências da Eneida não tenham a ver com o Lima e Douro, Salústio também refere a campanha de Decimus Junius Brutus como tendo chegado ao Minho, ultrapassado o Lima, o Belião ou Obelion ou Oblivio, por deturpação que a tradição manteve como Letes e onde, por isso, teve dificuldades de condução dos soldados, como bem explica Estrabão. Na nascente do Lima persiste o topónimo Beion.

[203] APPIANUS , VI, 71.

castigou a ajuda que os *callaici* tinham prestado aos lusitanos[204].Isto entende-se como estabelecendo diferença entre galaicos e lusitanos.

O Contador de Argote era um dos que confessava sérias dúvidas sobre a amplitude territorial dos *callaici.* É que, antes da expedição de *D. J. Brutus*, a região a Norte do Douro era chamada também Lusitânia[205]. Estrabão na Geografia, 3, 3[206], parece peremptório: "*Horum prior cum duabus cohortibus custodit totum trans Durium versus septentrionem tractum qui* olim *Lusitaniam,* nunc *Callaica dicitur*". E o geógrafo, que pretendia como um dos objectivos dar correcta informação etnológica, já tinha antes dito em 3, 3, comentando Possidónio: "*Apud Artabros autem, qui Lusitaniae, versus Occasum et Septentrionem ultima habent, eflorescere, ait, terram staneo aureo alvo*".

Depois da Reforma de Augusto, Estrabão continua a considerar que "*contermini Lusitani sunt versus ortum, Callaici Asturibus, et Iberis, reliqui Celtiberis*"[207] .

Mas o próprio Estrabão não é constante ao pôr ao mesmo nível em 3, 3, 2: *Bracari, Gallaici, Turduli,* etc.

Lucius Florus (2, 17) diz que *Decimus Junius Brutus* dominara os *"celticos Lusitanos et omnes Gallaeciae populos".* Se *Brutus* não passou o Minho, estamos a ver o que *Florus* entenderia por "*omnes populos Gallaeciae*".

Vencidos restava aos lusitanos virem a ser esquecidos na sua identidade sendo englobados no etnónimo de uma fracção de si mesmos pelo "*Callaicus*". "*...ei qui Lusitaniam debelavit cognomentum est Callaici ab iis inditum, et effecerunt, ut nunc plurimi Lusitanorum Callaici vocentur*". Geografia, 3, 3.

O Baixo Minho está, pois, incluso na vasta região, a *Callaecia* ou *Gallaecia*, designação entre que flutuaram os autores latinos como comentava Argote:

Paterculus, II, 32, 25, escreve *Gallaeci*; *Silius Italicus*, II, 607, refere-se ao *callaico auro*; *Claudianus*, em *Laus serenae*, verso 72, tem: *Callecia risit; Martialis*, X, *Epigramma* 37, escreve *Callaicum occeanum.* Nas *Tabulae Capitolinae* o nome atribuído a *D. J. Brutus* é *Callaicus.*

Ocupando a região entre Douro e Minho, uma inscrição encontrada em Braga, no Campo de Santa Ana (ILER 1247), transcrita por Argote, confirma a inclusão dos Brácaros nos Galaicos:

" C · CAESARI · AUG · F ·
PONTIF · AUGURI
CALLAECIA "[208]

Argote identifica este *"C(aio) Caesari"* como *sendo Caius Julius Caesar, Augustus, Felix, Pontifex, Augur,* não se rendendo à opinião dos que entendem

[204] ORÓSIUS, P, V, 5.
[205] VASCONCELLOS, 1881, p. 1
[206]ARGOTE,I, 4, 61; ESTRABÃO; 3, 3, p. 166.
[207] ARGOTE, I, 4, 61.
[208] ARGOTE., I, 4, 47.

estar em desacordo com a denominação de *Augustus*, só usada pelos sucessores dele. Contra os que pretendem ser dedicada a Caio Calígula, também Áugure[209], argumenta com a falta dos títulos então usados: *Imperator, Pater Patriae*.

Uma outra inscrição, identificada e interpretada por A. C. F. Silva, existente no mosteiro de Alpendurada, refere aí os Brácaros[210]; estender-se-iam mais para Sul, acima de *Calle* a que pertenceriam.

Do Douro ao Minho é pacífica a localização dos Calaicos, parceiros, etnicamente ou apenas administrativamente inclusos ou confundidos com lusitanos.

Para além do Minho há o facto de César os ter combatido na Corunha. Como limites orientais da *Callaecia*, Argote aponta Rio Mayor ou até Ribadeo, descendo daí para o Douro.

É *Dion Cassius* quem relata a posterior chegada de César à Península e a campanha de pacificação que, segundo o texto de Paulo Orósio não foi nada pacífica para os habitantes do Monte Medúlio (26 a. C.):

"*Medullium montem, Minio flumine imminentem, in quo se magna multitudo hominum turbantur, per quindecim millia passuum fossa circumseptum obsidione cinxerunt (Antistius et Firminus, legati Augusti) itaque ibi se gens hominum trux naturae et ferox neque tolerandae obsidione suficientem neque suscipiendo bello parem intellexit ad voluntariam mortem servitutis timore concurrit*".

Conquanto seja descrito como povoado fronteiro ao Minho, têm-no colocado junto ao Sil, afastado da foz, na serra das Médulas, em Valdeorras[211] onde há minas romanas de exploração de ouro, as descritas por Plínio na História Natural e referidas por Justino a propósito da lenda da serra que, ferida por raio, produzia o precioso metal. A engenharia romana abriu nela um túnel para desvio de águas e aproveitamento de areias auríferas, em Monte Furado. Uma situação paralela ocorre nas minas de Covas, limite de Caminha, com túnel e poço de decantação de areias auríferas, na margem direita do Coura, com idêntico topónimo de Monte Furado.

Nem é difícil encontrar situações mais literalmente condizentes com o texto de Orósio, na margem esquerda do Minho, mais " *Minio imminentes*" e mais consentâneas com o tipo de cerco e possibilidade de vala e de resistência, e igualmente com explorações mineiras, na serra de Arga ou Senhora do Crasto, Góios (Caminha).

A região era populosa e dada a contendas entre si, o que servia os interesses romanos que aproveitavam os incidentes de má vizinhança destes povos, uns com os outros, de que se fazem eco os escritores latinos, Estrabão

---

[209] Vide Suetónio na vida de Calígula.

[210] SILVA, A. C. F. 1986, Est. X, CXL,2. A C. F. Silva tem manifestado a opinião de que este documento e outros do mesmo lugar serão com probabilidade provenientes de "Tongobriga", Marco de Canaveses.

[211] GIL, 1883

nomeadamente, para justificarem a intervenção e os dominarem. Flórido afirma que César atacou os cântabros e astures a pedido dos vizinhos[212].

Vistos por um romano contemporâneo da pacificação, que espontaneamente se apercebe e relata as singulares características destes povos do *far west* comparados com o centro civilizado, apesar da visão paternalista do favor da civilização, observa procedimentos singulares que denotam existência de valores, estratificação social aceite, níveis de referenciação mesmo dentro da família. A quantidade de informações que refere denotam uma riqueza cultural específica, apoiada em estruturas físicas, que facilitam a sua manutenção. A planta circular com bancos ao redor facilita a passagem de comida de mão em mão, evidenciando, na desigualdade de assento, a posição dos mais velhos, os primeiros no serviço: A refeição em comum, a modo dos espartanos, era simultaneamente um mecanismo de diferenciação e de integração social.

Estrabão, na sua Geografia, deu-se conta de todas estas especificidades e tentou explicá-las, não se envergonhando de as aproximar de uma cultura de referência que era a sua própria. A nível familiar são monogâmicos; na Roma do século II, era dizer que eram fiéis à família; igualmente o eram aos chefes (*devotio*). Pode considerar-se que Estrabão, grego confesso, os elogia aproximando certos aspectos do seu viver à maneira dos lacedemónios[213].

Nos povos do Noroeste eram então notórios caracteres de individualidade, reconhecidos pelos estranhos e por eles próprios sentidos e estimados, uns de manifesta matriz indígena, outros, certamente, adoptados de influências exógenas, provindos de relações culturais, comerciais e outras.

A procura dessa identidade, volvidos séculos, só a podemos vislumbrar na análise e confronto dos vestígios materiais que perduraram, e na confirmação dos informes dos escritores romanos, v. g, nos comentários etnológicos de Estrabão, em que transparecem influências de diversa matriz.

Na ocupação castreja, embora mais evidenciados em fase tardia, os exemplos de ordenamento interno do povoado são por demais exemplificados com a estrutura ortogonal, paralela à dos bairros de Sanfins, Paços de Ferreira,[214] analisáveis em vista aérea, e também em Briteiros, Guimarães, e Âncora, Caminha (III, 48).

Acidentes de terreno nem sempre permitiam um estabelecimento geometrizado do espaço, organizado segundo os pontos naturais de orientação[215].

Embora demograficamente a intensidade de ocupação prenuncie, no Minho, a situação actual, era no entanto diferente na concentração dos povoados. A dispersão agora visível, com as casas construídas e disseminadas pelos

---

[212] FLÓRIDUS, IV, 12.

[213] Uma frase de interpretação discutível de Políbio, XII, pode levar a expressão de Estrabão a outro entendimento: "Chez les Lacédémoniens, c'est un coutume national et morale qu'une femme ait trois ou quattre époux, parfois d'avantage quand sont des frères, et que les enfants leur soient communs". Poliandria simultânea ou sucessiva como entre os palestinos?

[214] SILVA 1986..

[215] Os arruamentos de Sanfins, Paços de Ferreira, na acrópole, estão orientados segundo os pontos cardeais.

campos não era viável então, por motivos óbvios de defesa e poupar a terra arável. O mas o mais frequente era o povoamento concentrado; é esse o panorama actual das zonas pobres do interior e parece ser esse o apontado pela Arqueologia para o primeiro milénio a.C.

Habitat concentrado não anula a existência de povoados dispersos abertos. Exemplos de tal situação, sem defesa conhecida, quer por limitação das análises de escavações feitas, quer por natureza perecível de determinados meios de defesa, se existentes, deviam ser minoria.

Pequenos povoados castrejos do Bronze Final, a exemplo de Baiões (S. Pedro do Sul), pequeno povoado do Bronze Final com perímetro de 500 m, no interior Norte do país, tem perfeitamente definida a sua cintura defensiva, assinalada por vestígios de muros e pelo facto de nenhum material arqueológico se detectar fora da linha assinalável, em contraposição com a grande densidade de restos cerâmicos e metálicos existentes no seu interior. Outros povoados do Bronze F., à medida que vêm sendo melhor analisados têm demonstrado a preocupação defensiva que não parece meramente simbólica.

Não é, porém, de pôr de parte que as muralhas, quando existentes, tivessem, a par da utilidade defensiva física, como importante componente para a mentalidade cultural dos povos primitivos, uma função de defesa religiosa ou mesmo honorífica, concordante com o ritual de fundação, entre povos de matriz indo-europeia.

A romanização, impondo padrões de comportamento e relacionamento mais pacífico, viria a alterar o panorama de localização populacional e, consequentemente, a necessidade de fuga para as alturas desaconselhada e impedidas posições demasiado defensivas, e permitiu a dispersão do povoamento e a concentração de mão-de-obra, por vezes, satisfazendo as necessidades da colonização.

Mas, nesta zona, demasiado acidentada, os castros continuaram ocupados e novos surgiram, os "castros agrícolas", de pequena altitud (C. A. B. Almeda 1990)

Nos espaços de influência e exploração dos grandes agregados aparecem os *pagi* nas regiões mais romanizadas e os *vici* nos centros indígenas do NW. [216]

Se o termo *pagani* assumiu um certo sentido quase de oposição cultural a habitantes da cividade, com conotação religiosa mais tarde, os *vicani* e os *castellani*[217] aparecem-nos na epigrafia como colectivos assumidos e capazes de acção e procedimento comunitário, individualizando os sítios pelas intervenções dos habitantes dos *vici* e dos *castella*.

A romanização e colonização do território introduziu um novo esquema de povoamento, as *villae*, adequado à produção organizada e aproveitamento de

[216] LEVEAU 1993
[217] *castellani* , v. g. epígrafe de S. Cosmado, Mangualde, Viseu; *vicani*, v. g. epígrafe de Lebução, Valpaços, Vila Real.

recursos, em regime de policultura ou monocultura, conforme o condicionalismo local.

Os povoados de maior dimensão, castros e cividades funcionavam como entidades identificáveis, alguns referenciados na epigrafia pelo respectivo etnónimo ou pela divindade tutelar, com actividade de grupo, intervenção colectiva e interesses comuns.

A distinção entre cada entidade populacional, sob o aspecto de importância, é fluida: Ainda durante a romanização, unidades populacionais de um a dois hectares são considerados postos de vigilância, de três a cinco hectares, aldeias; de quatro a sete, aldeias grandes (J. Alarcão). Acima dessas unidades estaria o *oppidum,* o *castellum* para A. C. F. Silva.

A dificuldade de estabelecer parâmetros de superfície para caracterizar o povoamento antigo tem paralelo na actualidade. Freguesia não é a mesma coisa no Alentejo, nas Beiras ou no Minho. Neste, uma aldeia, sem ser vila é freguesia concentrada, nas Beiras cada freguesia tem dezenas de aldeias dispersas em grande área; no Alentejo, freguesia tem o tamanho dos concelhos do Norte.

Critérios de dimensão para determinar a extensão demográfica e territorial destes colectivos seriam cómodos se integralmente escavado número suficiente de estações, identificadas como materializando cada situação. Nem dos povoados maiores a arqueologia tem os dados todos, de extensão e organização, que desejaria e só muito lentamente os conseguirá. Povoados pequenos perpetuaram na toponímia o nome de cividade e de citânia, outros de grande dimensão continuaram a ser designados por castros apenas. E a importância do povoado podia advir-lhe de circunstância diferente de extensão, da presença da chefia que teria, possivelmente, para critérios dela, circunstâncias de natureza estratégica e que podia ser itinerante.

Determinar o conteúdo conceptual de cada termo e estabelecer uma hierarquia entre estes designativos de povoamento não é pacífico e não é imune a transferências anacrónicas.

Na área do Minho, são frequente apelativo a busca arqueológica a lugares denominados Cividade, Crasto, Coto, Cruito, Gurito, Coroa, Cabanas, Paredes, Pena, entre outros, no geral referindo-se a posicionamento em altura.

É notável que se tenham conseguido conservar, durante séculos, ultrapassando e acompanhando o evoluir linguístico, termos designativos de locais, cujo primitivo conteúdo significativo de povoamento foi na maioria perdido ou deturpado.

Nem todos os sítios são propícios a assentamento de *habitat* humano. Há exigências de habitabilidade dependentes de factores de subsistência, sanidade e segurança, embora, para subsistir, o homem possa mesmo ter de optar por *habitat* temporário, quer pela pobreza de recursos do ambiente, quer pelo tipo de vida e ocupações; a caça, a pastorícia condicionam a estadia em permanência.

A dependência da agricultura levou a escolha de locais propícios, estabilização e organização espacial. O espaço produtivo é cuidadosamente administrado; tem de ser vigiado de perto, não pode ser malbaratado. Assim, segundo características regionais, ainda hoje onde abunda, o *habitat* é disperso, onde falta, é mais poupado sendo o *habitat* concentrado. Na Proto-história, a necessidade de defesa estimulava a concentração.

Também não está esclarecido que quantidade de terra (e com que produções) seria necessária para sobrevivência de uma família agrícola

Procurando resposta a esta questão, encontrei em Caminha um agricultor que me elucidou; tinha sete filhos e, vivendo exclusivamente da agricultura, chegou-lhe um ha de terra arável para os fazer crescer decentemente.

No assentamento dos povoados, as condições de segurança, se naturais e conjugadas com salubridade, são aproveitadas e reforçadas com cuidados suplementares.

Esses condicionamentos e a necessidade de mão-de-obra conduzem ao *habitat* agrupado de indivíduos com interesses paralelos ou complementares. O número de componentes do grupo familiar depende desses factores; se aumenta, a preocupação de busca de mais alimentos aumenta, mas é garantida maior eficiência no encontro, na produção, na especialização e complementaridade, estabelecimento de objectivos comuns, na segurança e transmissão de bens.

A identidade de interesses é mais visível e reforçada nos vínculos de sangue que falam tanto mais alto quanto mais primitivas são as comunidades; daí que a base da textura social fosse a família extensa.

Lugares altos defensáveis, de largo horizonte visual, com optimização de condições de subsistência, a presença e abundância de recursos alimentares, água, fauna adequada, animais comestíveis aquáticos, marisco e peixe, e terrestres, caça, flora fornecedora de produtos alimentares e energéticos (combustível), sanidade, exposição ao sol e ao ar (são de lembrar as recomendações de Vitrúbio: "*Quando se quer construir uma cidade, a primeira coisa que necessário fazer é escolher um local saudável; por isso deve ser elevado...*"[218]), são factores essenciais para assentamento de povoados.

A segurança de lugares altos com domínio visual de estações a montante e a jusante do perigo, como pré-aviso de incursões, quer do litoral, dos rios ou mar, quer do interior, era propiciada pela dispersão dos pequenos povoados subsidiários, em ocupação efectiva do espaço, estratégia de comunicação entre periféricos e os pontos centrais dominantes, com informação prévia e atempada do perigo e sua origem, por comunicação a distância que era melhor conseguida se assente em pontos de intervisibilidade.

[218]VITRUVIUS (contemporâneo de *Cícero* e de *Lucretius*) – *Les dix livres d'architecture* (trad de Claude Perrault, 1673), I,

A acessibilidade condicionada através dos rios, e demais vias aumentava a segurança.

Mas outros factores eram preponderantes na decisão de implantação como a exploração de recursos singulares: minérios, sal, *garum*.

Com a romanização, a prestação de serviços em estalagens, mudas, a mão-de-obra em minas e na agricultura de *villae,* movimentavam, igualmente, populações em regime livre ou forçado.

O serviço militar nas legiões, a permanência e contacto com acampamentos, o licenciamento de tropas e pessoal auxiliar, a distribuição de terras a veteranos de campanhas e reordenamento de populações indígenas levaram à evolução e expansão dos povoados, estabelecimento de *villae*, criação e expansão de cidades.

A limitação de recursos ou seu esgotamento, elementos naturais reguladores do povoamento, a mortalidade, a doença, a guerra, a imigração voluntária ou institucional, dando lugar a efectiva colonização, contribuíram para que houvesse altos e baixos no panorama demográfico de ocupação.

Além das condições de habitabilidade e defensabilidade, natural ou criada, em locais eminentes, com domínio visual dos acessos e vias (e o Minho era excelente via), na proximidade e controle de recursos vitais, era muito importante a presença de um produto essencial, a água, necessária para a vida e higiene das pessoas, gados, para o desenvolvimento e propagação da caça, fertilizar os campos irrigando as pastagens.

O povoamento e organização social sofrem de um certo determinismo em função dela. Daí que a existência de cursos de água acessíveis fosse factor a ter em devida conta para estabelecimento de populações.

A sua necessidade origina organização para captação, manutenção de redes de distribuição.

A utilização e servidão da água implicam controlo de grupo, organização social; a luta pela sua posse sempre originou conflitos a necessitarem de solução, sobretudo em momentos de crise, carência imprevista, secas sazonais.

O excesso ou escassez determinavam actividades de drenagem ou de acumulação em barragens e transporte por aquedutos, sendo estas obras documentadas na época castreja e mais intensivamente na romanização, sobretudo em regiões mineiras e para servir grandes aglomerados.

A apropriação dos meios produtivos em posse sedentária, a percepção dinâmica das potencialidades do solo, por experiência acumulada, o conhecimento da natureza do solo, da capacidade de retenção e de restituição da água, foram determinantes na escolha de sítios e levaram à humanização da terra.

A qualidade do solo e dos recursos condicionaram o tipo de actividade (exercício da pesca, da olaria, da agricultura, do pastoreio, etc.), constituindo requisitos para fixação ou imperativos de mobilidade e sendo factores de densidade populacional.

A posse da terra como espaço ocupado, com dono, originou o estabelecimento de fronteiras, de espaço limitado pela impossibilidade de dominar tudo perante a concorrência do mais forte ou mais organizado, e a sacralização dos limites.

Territórios sem organização forte têm margens de imprecisão. Segundo o testemunho de *Dion Cassius* a fronteira dos *pagi* da Gália ou mesmo entre as unidades superiores, era uma terra de ninguém.

Fronteiras definidas supõem autoridade externa, superior, capaz de submeter o espaço a leis suas em alternativa a gerir contínuos conflitos.

Assim surgiram paisagens geográficas como "lugares apetrechados", criadas por grupos melhor evoluídos tecnicamente e atractivas ao maior povoamento.

Entre os modelos de estudo de implantação e dispersão territorial, são considerados como de utilidade os polígonos de Thiessen que pretendem demarcar territórios, áreas de influência, e a teoria dos "lugares centrais" que serve, preferentemente, de fundamento a construção lógica das áreas de mercado e de estabelecimento de hierarquia urbana[219].

"Lugar central é definido como o centro de um *hinterland* rural e serve de intermediário económico entre a periferia que dele depende e o mundo exterior". Isto implica áreas de mercado, sem espaços vazios, sem sobreposições, princípio de hierarquização, com metrópoles no vértice. [220]

Walter Christaller, geógrafo alemão, estudando as cidades modernas do sul da Alemanha, partindo da hipótese de uniformidade territorial e de densidade demográfica, apresenta como razões de espaçamento: o princípio de mercado concorrencial entre os lugares centrais, reduz o número de lugares subordinados; o princípio administrativo destaca o nível superior e multiplica os níveis inferiores; o princípio de circulação estabelece e valoriza a malha de comunicação, estabelecendo centros intermédios a meia distância dos centros superiores. A delineação esquemática do modelo de ocupação territorial seria feita por círculos ou até por hexágonos, centrados nos lugares mais importantes

Trata-se de modelos teóricos, funcionalistas e simplificadores da realidade, que necessitam ser confrontados com o mapa dos estabelecimentos reais e pouco aplicáveis em territórios com descontinuidade física e de recursos que impedem a homogeneidade de povoamento.

---

[219] CHRISTALLER 1933; LOSCH 1939.
[220] JORDAN 1973.

As críticas mais frequentes a este modelo são que os limiares de acessibilidade e dos mercados não têm o mesmo valor para toda a espécie de serviços, nem o mesmo grau de necessidade para os serviços mais raros, nem a mesma clientela e mesmo público.

É difícil estabelecer em que medida os povoados são ou não auto-suficientes e em que medida há especializações de complementaridade entre eles.

Os modelos apontados baseiam-se na concepção de que na procura dos bens do mercado os produtores e consumidores se organizam em complementaridade. Certas actividades, produtoras de bens indispensáveis, necessitam de clientela suficiente para serem viáveis.

Uma região económica, em épocas recuadas, pode não ser compreensível com demasiada geometria e em referência a modelos actuais.

E outros factores condicionam as populações que, convivem em sistemas dependentes e organizados em equilíbrio vital e natural, dependentes de mecanismos de auto-regulação demográfica.

Alterações no ecossistema conduzem a alterações nas populações. Isto verifica-se a nível dos outros seres vivos igualmente sensíveis à pressão ecológica.

Um território singulariza-se se compreende uma população, um grupo ou conjunto de indivíduos que vive num dado ambiente, ocupa determinada área, onde não estão outros.

A defesa do indivíduo, do casal, dos filhos, a procura de alimentação, as relações com os vizinhos tendem a criar uma zona de segurança, com sentimento de pertença, interesses comuns, unidade social, linguística, moral e religiosa, com modelos culturais de visão do espaço e sistema de imagens mentais, crenças, culto de antepassados.

A par das aglomerações surgidas por evoluir natural, há, por razões históricas, algumas criadas de propósito.

A diversidade de situação, a complexificação da sociedade, os contactos havidos a curta e a longa distância, por via terrestre, como as transumâncias, ou marítima com a chegada de pesquisadores de metais e comerciantes, o desenvolvimento de esquemas de trocas e o confronto com invasores impuseram o estabelecimento de relacionamentos de complementaridade, influíram na estruturação do povoamento.

Da observação conjunta de dados, a evolução é entendida, na Proto-história do Noroeste peninsular, segundo proposta de A. C. F. Silva, como tendo-se desenvolvido em três fases principais.

Numa primeira etapa partir-se-ia de conjuntos de certa paridade e homogeneidade, com a finalidade de ocupação do território.

Num segundo período agrupar-se-iam em torno de um povoado de chefia, como o domínio dos percursos ou das fontes de recursos sensíveis.

A terceira fase seria a de absorção, os castros maiores englobando os menores, assimilando-os na sua dependência económica e política.

Este entrosamento de subsidiariedade permitia que houvesse especificidade em alguns castros cujo motivo para assentamento, além dos condicionalismos apontados, seria outro, porventura mais importante e específico: a exploração de minérios, de peixe, do sal, a indústria do *garum* ou outras formas artesanais dependentes da presença de matérias-primas, exemplo caulinos de boa qualidade, v.g., Vilarelho (Caminha) determinados minérios, quando não uma posição económica ou defensiva excepcional, por exemplo Santa Tecla.

Na microtoponímia documenta-se a permanência do termo cividade sob variadas formas e corruptelas, algumas de sabor regional, desde Cividade a Suvidade, com diminutivos desde Cidadelhe a Sebadelhe e outros de maior e peregrina evolução fonética, e de preferência regional, como Cidadonha e Cigadonha.

Representaria o máximo de evolução no estabelecimento de agregados populacionais com as comodidades possíveis, a comunidade perfeita, adequada ao bem viver, segundo os objectivos e finalidades humanas; daí a obrigação dos reis construírem cidades. [221]

Da sua análise apresentam-se modelos de concretização:[222]

O modelo geomórfico adapta-se ao terreno, aos acidentes geográficos na implantação e objectivos (ex. Âncora e Santa Tecla).

Outro modelo possível é o concêntrico. Nele a cidade aparece como centro cosmológico, em volta por exemplo de um santuário, termas, um castelo.

Num terceiro, o modelo ortogonal, mais funcional e programado, se enquadra a cidade romana com *cardo* e *decumanus,* orientados segundo os pontos cardeais pelos *gromatici* que dimensionavam a cidade geométrica em áreas pouco acidentadas ou planaltos, por vezes com vasto domínio visual. Por herança, convergências culturais ou contactos, grandes aglomerados indígenas reproduzem também este esquema, por exemplo, Âncora e, fora desta zona a Citânia de Sanfins e Briteiros.

Entre os troféus de que se vangloriavam os romanos conquistadores, figuram os elementos simbólicos mais expressivos dos indígenas vencidos de que se apropriavam para celebrizar os seus feitos. Assim, nas moedas de *Carisius*, aparecem as armas específicas dos vencidos, a falcata e a lança sobre o escudo.

---

[221] Santo Agostinho, na *Cidade de Deus*
[222] MOHOLY, Sibyl e Nagy – *Urbanismo y sociedad.*

Este, além do umbo, está representado com uma decoração radial de segmentos de coroa circular, em variantes que poderemos supor com significado intencional, porque se repetem e pela semelhança que têm com os trícelos. Essa decoração simbólica nas moedas e na estatuária de guerreiros indígenas representa, a nosso ver, a cidade de que o guerreiro é chefe, elemento de união, na cidade concêntrica. É de atender que, nas moedas de centros emissores não peninsulares, o espaço-planta de decoração é quadripartido, aproximando no simbolismo de uma repartição por *cardo* e *decumanus*, enquanto que nas moedas de alguns centros emissores peninsulares, a divisão dos elementos da coroa circular que envolve o umbo são dispostos simetricamente, mas com formatação não correspondente à disposição quadripartida romana e se aproxima um tanto da expressão radial.

O facto de aparecer no escudo da generalidade de estátuas de chefes guerreiros leva a atribuir-lhe significado; não lhe ficaria mal simbolizar a união no chefe dos interesses de diversas comunidades menores de que a cividade era composta, na linha interpretativa de A. C. F. Silva, que considera, para a situação específica de Sanfins, Paços de Ferreira, uma agremiação de pequenas unidades castrejas, com espaços mais ou menos correspondentes em área, centuriados no planalto da Citânia.

A escavação dos povoados castrejos tem demonstrado reformulações e faseamentos na estratigrafia de ocupação. Em todas as épocas são naturais as alterações nas estruturas do *habitat* para melhorar e, progressivamente, optimizar as condições de vida. Porém, verificam-se algumas que não o simples alterar de casa, mas representando uma transformação radical generalizada no espaço, como acontece com reimplantações de povoados destruídos por guerras ou cataclismos.

As próprias lareiras permaneceram visíveis, na sucessão de estratos. Nas reconstruções ou se aproveitaram as estruturas preexistentes, ou se nivelaram e desconheceram para sobre elas se reconstruir sem se lhes atender (III, 48, VI, III, IV).

Na Cividade Âncora e no Coto da Pena, Caminha, também é notório um faseamento progressivo, embora não tão radical nas manifestações, mas não menos evidente aos olhares atentos da arqueologia.

Em todas as fases há preferência pela individualização das estruturas, em desfavor da sua associação com recurso a divisórias internas. Este processo construtivo, além de dificultar a propagação de incêndios, poderá ter a ver com a procura de exposição solar, facilitando a concentração de calor nas paredes de todas as divisórias. O perfil curvilíneo das paredes permitia ir recebendo, ao longo do dia, a incidência dos raios solares, melhor arejamento e, consequentemente, maior salubridade. A área interior circular é funcionalmente a mais aproveitável, sem a inutilidade dos cantos, espaços mortos.

Numa primeira fase, os edifícios componentes da casa estariam dispostos em redor do pátio central e teriam predominantemente forma circular, complementados com anexos quadrangulares de cantos arredondados, de

sistema construtivo seguro, evitando ângulos e a consequente necessidade de entrosarem as paredes adjacentes com juntoiros, melhoramento arquitectónico que só a romanização vulgarizou como se documenta nas reformulações da Cividade de Âncora (III, 48, VI, VIII).

Numa segunda fase, aos edifícios de planta circular foram acrescentados átrios em frente das portas, em avançado simétrico, que permitiam trabalhos no exterior e protecção das inclemências do tempo (III, VI A, I A, XI A). Em Âncora o murete de um avançado encobriu um trícelo cujo significado já não foi importante para os moradores de então. Casas com portas decoradas como as da Cividade de Âncora e de Santa Tecla teriam nesses avançados coberturas a permitirem a visibilidade das molduras decorativas.

Uma terceira fase é documentada na mesma Cividade em que uma casa, com bancos, de planta circular e já com átrio, vê a sua forma alongar-se para uma forma basilical, aumentando o espaço, mas perdendo o avançado característico, permanecendo, contudo, na mesma função (III, 48, VI) com maior número de assentos.

Este último momento, de menor originalidade arquitectónica, já em contacto com a romanização, mostra os cantos anteriores do edifício, voltados para o pátio central, construídos com a tecnologia de entrosamento com juntoiros, e evidencia, internamente, vestígios de desalinhamento, por não ter sido satisfatoriamente conseguida a concordância entre o semicírculo que restou na parte posterior e os muros direitos acrescentados. A própria frontaria ficou encurvada, condicionada pelo perfil do avançado sobre que assenta.

O lajeado, que continua com a sua função de espaço aglutinador, pelo seu recorte ajustado às estruturas últimas do núcleo familiar, parece ser uma reformulação e reutiliza pedras, algumas com gravuras de fossetes, e restos de mós.

A composição e funcionamento espacial do núcleo pode interpretar-se como tendo sido alterada, como se depreende de alguns pormenores dos núcleos contíguos que parecem ter sido destacados do núcleo primitivo, sugerindo parcelamento e divisão familiar ou cedência de espaço (III, 48, II).

Índice cronológico desta última fase é o aparecimento, no piso de um edifício circular, no lajeado, perfeitamente conservado, de um denário forrado de *Caesar*, de *atelier* itinerante, datado de 49-48 a C.[223]

A arquitectura dos povoados, pelo menos na terceira fase[224] indicia um forte poder centralizado, capacitado para distribuição de espaços; isso é visível nas linhas estruturais e demarcação de malha de circulação. Mas, no seu espaço, cada família, adentro do seu murado, dispunha a seu gosto os elementos da arquitectura familiar, adequando-os funcionalmente aos declives, aos rochedos, em volta do seu terreiro, isolando-se, com intimidade, do viver dos vizinhos, numa

[223] Classificação de CENTENO, R. M. S. 1986
[224] Faseamento de SILVA, A. C. F. 1986.

anarquia de disposição geométrica que contrasta com a divisão igualitária e traçado geral do povoado.[225]

A estruturação dos povoados, reflexo da organização social, denota ao mesmo tempo espírito de liberdade e organização hierárquica.

Os comentários de Estrabão dão-nos conta dessa sensibilidade contraditória de bandoleirismo e *devotio* aos chefes escolhidos por assembleias populares, de respeito pela hierarquia e pelos mais velhos, até no assento e serviço de refeições.

Dentro dos povoados há nitidamente o privado, domínio da família alargada, com divisão do trabalho, uns cuidando da subsistência, outros da defesa, num ordenamento estabelecido hierarquicamente em complementaridade social, e o espaço público, denotando a necessidade de hierarquização mais alargada para obviar às necessidades colectivas, à defesa e comando, ás necessidades sociais, ao dirimir possíveis conflitos internos, gestão de recursos comuns. Estão documentados espaços colectivos pela funcionalidade, posição e dimensão.

Entre esses têm importância os esquemas defensivos.

Num povo de guerreiros, incómodos até para com os vizinhos, a fortificação era um hábito. Isso é sugerido pela explicação de *T. Livius* sobre o facto de T. Graco se gabar de ter tomado 300 cidades que seriam simples fortificações no seu dizer (*Livius* XLI, 4).

Plutarco, mais explícito, diz que Catão conseguiu subjugar 400 cidades, levando-as a derrubar suas muralhas.[226] Não é de estranhar dada a natureza, densidade e tipologia de povoados, manifestas pela arqueologia, que a dominação romana tivesse tido sérias e prolongadas dificuldades em se impor a um povo que tinha património cultural, "*mores ritusque patrios*" afirmava aos romanos o hispânico *Indibilis* (*Livius* XXIX, 1) e que tinha o arrojo de dizer ao Senado Romano, como fizeram os embaixadores dos Arévacos, que às adversidades da guerra "todos estavam sujeitos".

Segundo Frontónio, uma cidade teria tido a bravata de avisar os romanos que, em caso de sítio, tinham mantimentos para dez anos (*Frontonius* III, IV, 2).

Até as mulheres se distinguiam pela sua bravura. *Appianus* admira a coragem das mulheres brácaras que combatiam ao lado dos maridos.
Era de tal modo conhecida a determinação de lutar com desprezo pela vida que os legionários romanos faziam testamento antes de entrarem em combate com eles (P. Velleius Paterculus II, 5).

Em contínuas brigas com vizinhos, sempre confiavam nas suas defesas para evitar desforços imprevistos de anteriores actuações de bandoleirismo.

---

[225] O exemplo mais clarificador encontra-se na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
[226] LIVIUS., XXXIV, 17.

Outros espaços de domínio público como os característicos balneários estão indiciados mas não foram ainda documentados nesta área do Baixo Minho. Na Cividade de Âncora há um espaço na linha de água da vertente norte, não escavada ainda, cujas ruínas fazem suspeitar a existência de um deles. A própria porta decorada de Âncora, poderá, eventualmente ser o pórtico de desses monumentos, a avaliar por situações paralelas (III, 46).

O planeamento urbanístico segue os padrões conhecidos desta fase de pré-urbanização, repartindo-se em unidades complexas, modulares, sendo os recintos domésticos constituídos por núcleos de construções de planta circular e quadrangular de cantos arredondados, dando para pátios lajeados, a que se acede por ruas empedradas.

Notam-se alterações nas estruturas domésticas, a primeira com junção de vestíbulos a edifícios circulares, uma segunda com alargamento de construção de planta circular para forma alongada, basilical, aproveitando o espaço anteriormente ocupado por vestíbulo. Cada núcleo familiar apresenta edifício com bancos ao longo dos muros, confirmando o testemunho de Estragão. Na fase final notam-se processos construtivos romanos, com cunhais em ângulo recto, perfeitamente entrosados por juntoiros.

As actividades domésticas e artesanais estão documentadas (cozinha, moagem, panificação, fiação e tecelagem familiares). Armazenamento de recursos e géneros dentro do recinto doméstico e sua transformação são exemplificados por uma fonte com cisterna, forno, dispensa, grandes vasos de depósito.

Na Cividade de Âncora detectaram-se recintos funerários, confirmando-se situações análogas de Terroso, Póvoa de Varzim, com necrópole doméstica de incineração contígua ao lajeado central[227].

As reformulações arquitectónicas fazem supor nesta evolução uma complexificação da vida no povoado com maior presença na casa, mais exigência de espaço ao ar livre e coberto. Edificações circulares, circulares alongadas, rectangulares, mistas e anexos convivem, para diversas utilizações.

A casa é produto e imagem da sociedade. Se na forma reflecte as condicionantes climáticas, na homogeneidade de construção simboliza ser mais representação da sociedade que do indivíduo.

Por isso, a *domus* era sólida, cuidada e com intimidade. A segurança do homem, que nela repousa e permanece nos momentos em que se encontra mais desprotegido, levava a firme construção, protecção com muros e paliçadas e a guarda reforçada com animais domesticados, que advertiam do perigo, presos nas paredes em argolas de pedra, costume que prevaleceu sempre, com o animal ou, pelo menos, mais tarde, com o aviso: *cave canem*.

---

[227] SILVA, A. C. F. 1986.

O interior da casa era construído de pedra miúda mais irregular, mas revestido com reboco e casos há com vestígios de alindamento de pintura a ocre.

Cabides de pedra facilitavam a acomodação, por suspensão, de alguns haveres. O mobiliário era simples: bancos corridos em redor dos muros. Dormiam no chão[228].

Desde 1986, com a tese *A cultura castreja no Noroeste de Portugal* de A. C. F. Silva, tem sido pacificamente aceite a interpretação, baseada na epigrafia, de que a casa castreja é um complexo de estruturas, circulares e sub-rectangulares, interrelacionadas espacial e funcionalmente, que se desenvolvem e agrupam em torno de um recinto ou pátio central.

Uma proposta de interpretação da *domus* castreja, com o restauro feito na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, faz interpretação funcional de um núcleo familiar, dimensão espacial e social, sua relação com o conjunto urbanístico centuriado, em concordância com as fontes naquilo em que se lhe referem e de acordo com os dados arqueológicos entretanto obtidos.

As premissas que levaram àquele tipo de interpretação verificam-se paralelamente na Cividade de Âncora onde os núcleos familiares consolidam o modelo de reconstituição, complementando os dados conhecidos em Sanfins com informações suplementares sobre as actividades domésticas: aprovisionamento de água, cozedura do pão e hábitos culturais, v. g. enterramento funerário ou cultuação dos parentes mortos.

Em Âncora, contíguo ao caminho de ronda que circunda a muralha interior, na acrópole da Cividade, foi individualizado[229] um núcleo familiar, fechado tal qual sucede em Sanfins, Paços de Ferreira, e em Santa Luzia, Viana do Castelo, complexo de várias edificações complementares: duas circulares, uma de planta basilical com bancos, originada da ampliação de um edifício anterior de planta circular, uma construção rectangular com forno, uma cisterna e ainda uma necrópole.

A *domus* seria um complexo voltado sobre si, como a casa mediterrânica, com edificações redondas, umas de planta circular, com átrio, outras circulares sem átrio, associadas a edificações subrectangulares de cantos arredondados, ou compostas de duas estruturas semicirculares unidas por segmentos de muros direitos. Exemplificação destes tipos de edifícios encontramo-los em Âncora e Coto da Pena, Senhora do Crasto de Lanhelas, Caminha. O mesmo se passa nos castros da margem direita.

Vem a propósito referir que a experiência dos construtores castrejos os levava à adopção do tipo de aparelho mais adequado aos materiais disponíveis, tendo sobretudo em a atenção a resistência ao derrube. O aparelho poligonal, ou helicoidal permitia que, em caso de derrocada, essa não fosse total, devido ao efeito de arco e, além disso, a utilização de blocos mais pequenos de material construtivo.

---

[228] STRABO., III, 3, 7.
[229] SILVA, A. C. F. 1986.

Várias tentativas têm sido efectuadas na restituição da casa castreja além da mencionada em Sanfins, Paços de Ferreira[230].

Em Briteiros, Guimarães, sem suporte de investigação arqueológica suficiente, em Santa Tecla; La Guardia, com excessiva preocupação da monumentalidade, numa certa confusão de fases de ocupação, sem se conseguir entender totalmente o esquema de circulação, em São Lourenço, Esposende[231] fazendo ressaltar a implantação paisagística, mas com o mérito de tentativa de determinar a altura original das paredes, através da utilização total da pedra de derrube encontrada contiguamente às respectivas paredes, e posicionamento de janela, elemento arquitectónico raro numa cultura de vida no exterior, mas que tinha utilidade para ventilação e para evitar acumulação de fumo das lareiras no interior dos recintos domésticos.

Situações de existência de bancos em redor dos muros no interior da casa castreja, em vários edifícios do mesmo povoado e em diferentes povoados, permitiram fazer considerações sobre a constituição e dimensionamento da família e confirmar a veracidade das fontes clássicas sobre costumes indígenas.[232]

A dimensão da família pode ser contabilizada pelo número de assentos nos recintos com eles dotados, partindo da hipótese de que todos, mulheres e crianças teriam o seu lugar, segundo a sua categoria. Mas os bancos são corridos e a individualização é precária. Em todo o caso serviriam para uma família "extensa".

Os etnólogos dizem que a dimensão dos grupos e a forma de *habitat* traduz a adaptação ao ecossistema. " A possibilidade de poderem dispersar-se por cisão do clan implica, por exemplo um tipo de relações de parentesco bastante fluidas e pouco vinculativas. Num contexto diferente, na ilha de Moala (Fidji), Sahlins 1969, demonstrou que, em certos casos, a estrutura das famílias podia ser directamente determinada pelas características dos ecossistemas explorados.

Algumas aldeias tinham então uma população repartida em famílias nucleares, enquanto outras, pelo contrário, mantiveram uma estrutura familiar tradicional, caracterizada pela existência de famílias alargadas. Sahlins deu conta que, no primeiro caso, os Moalas exploram um território, situado exclusivamente em volta da aldeia, no qual cultivam todas as espécies de vegetais que utilizam, enquanto as famílias alargadas se adaptam a uma produção geograficamente dispersa, porque as condições ecológicas existentes nas imediações da aldeia não permitem todas as culturas.[233]»

Talvez que, entre os castrejos da Noroeste, a mobilidade masculina de alguns sectores etários dedicados à caça e ao "bandoleirismo" seja uma situação paralela a justificar a " família extensa".

---

[230] A. C. F. da Silva e R. M. S. Centeno.
[231] C. A. Brochado de Almeida
[232] STRABO., III, 3.
[233] *Ambiente*. In *ENCICLOPÉDIA Enaudi*.

As necessidades da comunidade familiar impunham existência de espaços próprios para presença de pessoas, lugares destinados a animais e ainda sítios adequados a recolha de provisões.

Na fase de maior organização urbanística, a vida doméstica desenvolvia-se em redor do pátio central, correspondente ao *impluvium* da casa romana, placa circulatória e de acesso a todas as restantes dependências que davam para ele, onde se praticavam tarefas variadas, como no releixo da actual casa agrícola: corte e depósito de lenhas e guarda ocasional de outros haveres, com bancos a permitirem gozar da tranquilidade para fiar, moer ou piar os cereais, onde a comunidade heterogénea castreja, com velhos e crianças pequenas, além dos adultos mais activos, certamente tinha os seus afazeres e ocupações domésticas e artesanais.

Nesses recintos a arqueologia documenta a presença de bancos (Âncora, Terroso), prisões de gado e objectos diversos, cossoiros de fusos, patelas de rocas, patelas de jogos do galo, pios de piar, mós, etc.

Dando para o terreiro ou lajeado central havia, destinada especificamente a reunião de pessoas, a quadra nobre da casa, a sala, circular em regra (em Âncora uma é alongada em forma basilical, numa fase de expansão), com bancos em redor, encostados aos muros, com disposição e funcionalidade que não passou despercebida a Estrabão[234]. Nelas se realizavam banquetes com muita gente (32 lugares em banco corrido em Âncora) que se sentava por ordem de categoria social em que a idade era tida na devida conta. Comiam aí, passando de mão em mão os alimentos. Um espaço circular de ± 20 m2, impunha aquela disposição ordenada, na colocação e no funcionamento, e mostra o tipo de organização social que decorria de uma vivência comunitária com as suas exigências e limitações.

Os cereais eram os bens mais cobiçados e mais protegidos. Se guardados em ambiente húmido, danificavam-se e a experiência levou a soluções alternativas, individuais ou colectivas, com devido arejamento e segurança.

Nas cidades romanas, se havia criptopórticos, serviam de celeiros, depósito de sacos (S. Cucufate, *Aeminium*).

Matérias-primas, nomeadamente minérios, precisavam de convenientes contentores de acumulação e de transporte a embarcadouro. Ensacamento em seiras de esparto ou de outras fibras, incluindo de madeira, como a de alguns cestos que são documentados em motivos escultóricos, e ânforas, em segundo uso, seriam forma de obviar a essa necessidade. As ânforas, pela comodidade de transporte a dois pelas estreitas galerias, dependuradas de varais, e o esparto aparecem-nos documentadas em minas.

[234] STRABO ., III, 3.

Nos *habitats* romanos conhece-se bastante bem a estrutura dos celeiros[235]; tinham formato quase normalizado. Exemplos de vestígios que condizem com a sua forma podemos vê-los em Tongóbriga, Freixo, Marco de Canaveses e em Freixo de Numão nas ruínas romanas das traseiras da Casa Grande. Constam no primeiro caso de sulcos paralelos para assento de muretes na zona lateral do chamado *forum*.

Se grande parte dos membros da família levava uma vida de ar livre, a presença doméstica era sempre mais ou menos garantida por alguns dos seus elementos, maior certamente em alguns momentos do dia. A densidade de presença seria ocasionalmente diferente em zonas internas do povoado. As fontes, os fornos, os banhos, os mercados, que devia haver nas cividades, teriam a natural animação e exigência de espaços amplos .

A cobertura dos edifícios, na maioria deles, seria de colmo (" *ad incendia uti faces*"[236], material isolante que torna as casas frescas e protegidas dos ardores do Verão e quentes de Inverno. Impunha especiais cautelas para sua preservação o cuidado no uso do fogo e na localização das lareiras. As de aquecimento ou de preparação de alimentos, devidamente resguardadas, ou eram dispostas ao longo dos muros, como sucede na Cividade de Âncora, no piso, em laje horizontal com resguardo à cabeceira, ou junto ao poste central de apoio à cumeada da cobertura, aproveitando-o, associado a outros, protegidos do fogo, para lhes anexarem prolongamentos laterais em que dependuravam, sobre o lume, panelas de suspensão. Talvez seja esta a razão da descontinuidade da casa; ardendo tecto de uma divisão, seria mais fácil obstar à propagação do fogo.[237]

Outras unidades também circulares serviriam para o elevado número de pessoas do agregado familiar se recolherem de noite para dormir.

Conviviam com o homem, no recinto doméstico, em espaços apropriados, diversos animais, de companhia, utilitários e gados. Para alguns havia prisões individuais inseridas nas paredes, v. g., para o cão.

Os animais mencionados, cabra, ovelha, touros e cavalos, pouco exigentes de pastagens viçosas e que aceitam vegetação de áreas mais salinas, seriam frequentes e, excepto o cão, pelos dados osteológicos encontrados em concheiros, faziam parte da dieta alimentar.

Para os albergar seriam destinados recintos particulares e cercas; semelhantes estruturas têm sido detectadas em alguns povoados.

Em anexos, geralmente rectangulares, de cantos arredondados, acomodar-se-iam porcos, ovelhas, cabras, e, de certo, em casos onde a agricultura tivesse dimensão suficiente, bois de trabalho. Animais de grande porte, em grandes manadas, não seriam muito acomodáveis, por limitação do espaço, nos recintos

---

[235] Em Freixo de Numão, na Casa Grande existem muretes de silos; em Tongóbriga, Freixo do Marco de Canaveses, sulcos de alicerces na parte Norte do chamado "*forum*" devem , pela sua estrutura interpretar-se como caboucos de silos. A alteração da câmara de um *balneum* castrejo,. após libertação de humidade deve ter tido por objectivo transformá-la em celeiro.

[236] VITRUVIUS, II, 8.

[237] Situação paralela existe nos povoados norte-africanos, segundo o testemunho do antropólogo M. Sobrino Blanco (informação pessoal).

familiares conhecidos. Estão referenciados nas gravuras rupestres e teriam lugares adequados. Muitos deles permaneciam em manadas ao ar livre como é sugerido pelas fontes clássicas para os cavalos. A existência destes é referida como abundante, sustentando rituais de hecatombes. Na serra de Arga ainda hoje vivem em estado semi-selvagem.

Nalgumas citânias, v. g., Sanfins, há edificações que fogem à padronização do núcleo familiar, a que conviria a utilidade de albergar animais.

A criação de gado suíno e a acumulação de caça levou à descoberta de processos de conservação, para tempos de carestia, por defumação e salga.

Essencial para a sobrevivência de homens e animais era o armazenamento de alimentos, para suprir as necessidades diárias, tendo em conta que são bens escassos, que exigem trabalho na procura e que, porque muito precisos, têm de ser acautelados da deterioração e dos predadores.

Na cividade de Âncora, um recinto adaptado ao espaço entre dois edifícios tinha chave e poderia servir de celeiro (III, 48, III; 90, II).

Quanto maior quantidade desses bens houvesse, maior tranquilidade era dada à numerosa família. As tarefas principais afinal resumiam-se a produzir o máximo, para consumir ao longo do ano, tanto mais que o carácter sazonal das colheitas, as condições climatéricas impunham uma séria previsão, para evitar a calamidade da fome.

O peso e, sobretudo, o volume de alguns bens a acumular teve soluções apropriadas. Os desníveis do terreno propiciaram galerias para adegas (em Coto da Pena e Cividade de Âncora em desníveis inferiores ao pavimento foram encontrados fragmentos de ânforas). (III, 42, IV; 48, IX/IV).

Se para os líquidos, vasos apropriados, estanques e vedados serviam, a reserva de cereais e produtos agrícolas, necessária para garantia de subsistência ao longo do ano, exigia cuidados especiais de ambiente, afastamento do nível freático, secura, luminosidade, temperatura, defesa contra parasitas e roedores, como a experiência foi ensinando ao homem. Quando o terreno tinha condições geológicas de consistência e secura não são raros os exemplos de ensilagem em covas subterrâneas; são essas as soluções mais antigas conhecidas.

Plinius menciona a existência de silos na Hispania (*NH*, XVIII, 306-307) provavelmente comunitários A armazenagem colectiva se parece referir Apiano aquando da destruição de celeiros por acções de guerra, presumindo-se que seriam comunitários.[238]

[238] *C. Apiano* (75) refere a apropriação por *D. Iunius Brutus* dos celeiros dos talabrigenses na expedição militar em 136 a.C.

Em Numão (Freixo de Numão) escavações de Sá Coixão puseram a descoberto estruturas de silo, os muretes que isolavam do solo o tabuado que neles assentava. Na zona estudada não foram ainda documentadas estruturas análogas que poderão surgir nos ambientes das *villae* conhecidas.

Vasos de grande dimensão indispensáveis para reserva de líquidos aparecem frequentemente em escavação; tiveram igualmente, destino suplementar de guardar grão de cereal ou de leguminosas. Nem sempre os vestígios de conteúdo permitem esclarecer o destino, mas casos há em que essas vasilhas tiveram uso confirmado para cereais (em Olivet d'En Pujol).[239] Baterias de *dolia* são documentadas em outras zonas peninsulares[240]

Na acomodação de géneros em *dolia*, com a avanço da romanização, associaram-se as ânforas em reutilização. Sacos de linho e esparto, odres de peles seriam certamente usados, mas a sua natureza perecível não permitiu que chegassem até nós muitos vestígios arqueológicos deles.

Com a descoberta da preservação de carnes ao abrigo do ar, protegidas por gordura ou defumadas e por secagem ao fogo deu aos dolia utilidade acrescida na reserva de alimentos.

Tipologicamente os dolia mais antigos têm os bordos tendencialmente horizontalizados, paredes espessas e barras de reforço exteriores, imitando cordados quando decoradas. Teriam cobertura. A boca evoluiu para forma afunilada, por vezes com espera interior em ressalto para adequação a testo e melhor vedação (III, 105).

As bases eram reforçadas exteriormente, para evitar rompimento, quando, por serem altos, continuamente sujeitas a inclinações desgastantes no seu uso e movimentação (III, 241-243).

As forragens punham problemas de espaço de armazenamento, sobretudo o colmo. Muito útil para consumo dos animais maiores, que nem sempre, ao longo do ano poderiam procurar no exterior alimentação, servia de excelente cobertura às casas porque material optimamente isolante térmico, fácil de acomodar e impermeável à chuva, se disposto em camadas de razoável espessura. A dimensão dos povoados, que implicaria inúmeras coberturas para a multiplicidade de edifícios, surpreende os investigadores que, desconfiando de uma agricultura tão intensiva no cultivo de cereais e de produção de tanta palha, apresentam alternativas de cobertura, aliás documentáveis etnograficamente nos tempos modernos, com outras espécies vegetais, giesta, junco (este até serviria para vestuário de resguardo de chuva), por exemplo.

Os utensílios eram guardados por toda a parte onde eram utilizados. Podemos pensar que, com certo cuidado, os mais valiosos funcionalmente e os metálicos eram acautelados.

---

[239] LEVEAU 1993

[240], v. g. em Tiana, Barcelona; LEVEAU 1993.

INDIGENISMO E ACULTURAÇÃO

3.3. Ergologia: Indigenismo e aculturação

A organização dos povoados assentava na complementaridade de actividades, obedecendo a uma estruturação económica que permitia a sua subsistência e auto-suficiência, com eventual recurso a especializações dos vizinhos.

As tarefas orientavam-se para a produção de alimentos, laboração de matérias-primas para suprir as necessidades prementes de abrigo, vestuário, produção de ferramentas e utensílios, acumulação de excedentes para distribuição e troca, e defesa de pessoas e bens.

Tudo nos indica que, numa sociedade organizada segundo matriz indo-europeia, com funções especificadas para cada estrato de população, fossem também diferenciadas as actividades de homens e mulheres.

Significando estabilidade a presença mais contínua delas na casa, eram o cimento social que agregava o homem a uma família, o prendia a um grupo por laços de sangue.

A tarefa de produção de alimentos tinha por suporte a recolecção, a caça, a pastorícia e a agricultura. Homens e mulheres colaboravam nisso à sua medida, completando-se. Certas formas de recolecção, de marisco, frutos silvestres, mel, seriam efectuadas por ambos indistintamente, mas a caça, pela similitude de processos com a guerra de que era prévio exercício, conviria mais ao homem.

A pastorícia e criação de gado até nos tempos modernos empregava crianças e os menos aptos, sobretudo quando implicavam simples presença ao lado de animais pacíficos, habituados a seguir com empatia o condutor. Não é de excluir um processo de pastoreio comunitário através de vezeiros, que ficou na tradição nas zonas montanhosas e que permitia maior segurança das rezes, factor de cobiçável riqueza; o próprio nome *pecunia (*de *pecus)* denota a importância que lhe era atribuída.

A prática da transumância de gados, implicando a deslocação de pessoal numeroso e habilitado a conduzir e defender grandes rebanhos, conhecedores de caminhos e dos recursos dos lugares por onde transitavam e de destino, punha em contacto populações a grandes distância, reforçava relacionamentos e operava trocas de experiências diversas e culturais.

As contínuas guerrilhas em que viviam estes povos com os vizinhos podem encontrar alguma explicação na necessidade de domínio de espaço e acesso a pastagens. Disputas com este género de fundamento são conhecidas da literatura antiga.

Se a guarda se reduzia a acompanhamento e guia, a ordenha e confecção de derivados do leite, o abate de rezes eram tarefas exigentes de habilidade, força e destreza.

As crianças cresceriam num ambiente de aprendizagem, gradualmente integradas no esforço comum.

Actividades primárias subsidiárias da alimentação
Provisão alimentar

Além do pastoreio, para prover de recursos alimentares e também de vestuário, a prática da agricultura permitia obter, em quantidade e qualidade, no ambiente ao redor dos povoados, cereais, legumes, além de fibras para têxteis.

O seu progressivo desenvolvimento, a necessidade de acompanhar e defender o crescimento das plantações seleccionadas, obrigou a uma fixação nos lugares mais apropriados. Nas veigas férteis, os povoados assentavam-se em redor, intercomunicando-se visualmente.

A agricultura, exigente de trabalho e esforço braçal que era reforçado com ajuda de animais, o boi e o cavalo, de que haveria grande quantidade. Além do préstimo nas tarefas, alguns eram destinados a refazer os rebanhos e outros escolhidos para os sacrifícios e para alimentação.

A iconografia documenta a sua existência e, no caso dos bovinos o processo de os jungir[241].

Segundo Columella, os bois eram criados fora de portas e havia quatro raças deles. Estrabão dá a entender que os cavalos, muito velozes seriam criados em liberdade, a julgar pelo processo de fecundação que refere. Nos nossos dias, na serra de Arga, os cavalos ainda vivem em estado semi-selvagem.

Nos povoados não faltavam o porco a ovelha e a cabra.

A carne, o leite e a lã eram de grande utilidade. Matavam os carneiros e ovelhas com manchas na boca para não estragarem a lã das crias com transmissão de defeitos[242].

Os ossos longos eram afeiçoados e aproveitados para encabamentos; exemplos desta prática existem no Museu de Santa Tecla.

A combinação da actividade agrícola e pastoril originou a descoberta da utilidade de se aproveitar o estrume de animais para a *stercoratio*. Columella, II, 15, aconselha a produção de estrumes com misturas que favoreçam a fermentação. Plínio recomenda processos de os preparar e lista qualidades que a tradição e a experiência recomendavam. Os indígenas da foz do Minho tinham a mesmos conhecimentos que os naturalistas romanos vieram a transmitir, adquiridos pela prática e, além de estrumes de origem animal, fertilizavam os campos com algas recolhidas na ressaca do mar, o sargaço.

Da experiência dos egípcios, pioneiros na agricultura, cujos ensinamentos os gregos recolheram e depois divulgaram.

---

[241] Carro de Vilela, Paredes.
[242] Ainda hoje é critério de selecção animal a análise da coloração da boca, sendo considerados melhores os de coloração uniforme.

Para se saber da importância atribuída à agricultura, basta lembrar que era tema de discussão entre os sábios gregos qual o factor de maior peso na fertilidade, a propósito das inundações do Nilo; se a abundância de água, se o lodo que com ela era arrastado para os campos marginais. Na prioridade da água apostavam Aristóteles, Hipócrates e Epicuro. Este, vendo que, apesar de chuvas, a terra nem sempre produzia, concebeu a teoria da degenerescência do solo.

Poetas a começar por Homero[243], Heródoto, os sábios Alexandrinos e os Latinos cantavam as propriedades da terra negra, humosa, a qual a experiência demonstrava ser propícia ao florescer de verdejante vegetação.

Uma das razões dos gregos, para não falar dos fenícios, se atirarem a actividades comerciais marítimas foi o desconhecimento da solução e incapacidade de suster o empobrecimento dos solos por sucessivos cultivos. "Não consigo nada trabalhando a terra, e obtenho tudo do mar".

Os cretenses alinhavavam pelo mesmo mote: " a minha riqueza é a minha lança, o meu punhal e o meu belo escudo; é com isso que eu lavro, ceifo e recolho o vinho"[244].

Varro, no seu livro *De re rustica*, ao comentar a importância da agricultura, refere-se a mais de cinquenta autores gregos que terão escrito sobre essa temática[245]. Considerando a agricultura romana mais avançada, nisto concordando com Plínio, segundo ele teriam os romanos aprendido os processos de cultivo mais dos cartagineses do que dos gregos.[246]

As influências mediterrânicas foram determinantes na disseminação de sementes e nos processos de selecção e cultivo. À experiência milenar na recolha de plantas autóctones, somou-se o conhecimento importado de novas plantas e de melhoria nas técnicas aprendidas dos grandes cultivadores, os fenícios que foram os grandes propagadores dos avanços na selecção de terrenos aptos e de espécies, das técnicas de cultivo, irrigação e invenção de utensílios. Estavam estabelecidos na costa atlântica e tiveram contactos documentáveis com o litoral norte-atlântica. Daí que, já no Bronze Final, seja razoável o número de espécies recolhidas em escavações arqueológicas, de leguminosas e cereais (v. g. Coto da Pena).

A perpétua preocupação do homem em melhorar e conhecer os mecanismos da produção levou-o a acumular experiência a memorizar e melhorar as práticas, a ajuizar dos efeitos das suas diversas intervenções, chegando à alternância de cultivo com repouso da terra, restituição ao solo dos elementos dele tirados pelos cereais, deixando crescer nele leguminosas espontâneas que serviam de adubo natural.

---

[243] *Odisseia*, XIX, 111.
[244] Poet. lyr. graeci (ed. Th. Bergk) III, 65.
[245] DORIGNY, Al. Sorlin – *Diccionaire des Antiquitées grecques et romaines*. Paris. E. Saglio, p.900.
[246] CATO, *De agricultura*.

A queimada foi também um dos modos de tentar enriquecer o solo, processo descoberto, sem dúvida acidentalmente, ao tentar ampliar terrenos à custa de incêndios em florestas.

Os instrumentos agrícolas de revolvimento de solo, tarefa que Hesíodo tinha como factor fundamental de produtividade, de ceifa e arranque de ervas daninhas, têm documentação arqueológica nas estações da Foz do Minho, em Santa Tecla, Coto da Pena, do Bronze Final à Romanização (III, 90, I).

Com os romanos o plantel de instrumentos estava quase completo e, no essencial, chegaram aos nossos dias com poucas modificações: o *aratrum* – arado, *sarculum* – sacho, sachola, *pecten* – ancinho, *furca* - forquilha, a *faux* – a foice.

No castro do Coto da Pena encontraram-se, em escavação, uma foice tipo Rocanes atribuível ao Bronze Final e outra de ferro à Romanização, documentando o cultivo de cereais num largo período cronológico. Em Santa Tecla está igualmente documentado o uso de foice no Bronze Final (III, 80).

As intervenções agrícolas eram as mesmas de hoje: sementeira, irrigação, monda, arralamento (o pior infestante do cereal é o cereal) e ceifa[247].

Os romanos dividiam os solos, segundo a qualidade, em bons, ordinários e maus - *cretosa, argillosa e lapidosa*, fazendo deles cuidada avaliação de fertilidade.

O conhecimento do solo era pois tido em conta, mas um pouco a seu gosto, ou segundo as suas necessidades de utilização e não segundo a natureza[248].

A colonização romana teria, assim, incrementado a produção que era feita pelos indígenas, ampliando as potencialidades para benefício de Roma.

A agricultura caracterizada pela dureza dos trabalhos, uns de grande dispêndio de energia física, outros menos esforçados mas mais constantes, a requerem muitos e numerosos braços sazonalmente, especialmente no amanho da terra e na colheita, e não raro sob pressão de circunstâncias climatéricas adversas seria a actividade mais constante nos povoados que a maior número de indivíduos interessava. Estrabão, para justificar a intervenção romana, dá uma imagem diversa, de abandono e desaproveitamento de potencialidades compensatórias, o que parece estar em desacordo com a abundância de vasos de depósito e o uso que davam ao colmo.

A cerveja e o vinho

[247] CATO, *De agricultura.*
[248] XENOFONTE – *A economia.* XVI, 3.

O fabrico da cerveja hispânica que mereceu especial menção de *Plinius*, o *zythum,*[249]se resultado da fermentação de cereal, implicava o seu cultivo, confirmando a cultura cerealífera.

Vinho – diz Estrabão – não tinham os indígenas e o que adquiriam depressa o consumiam, em festas.[250]

Foram, pois, os romanos a exportar e incrementar o seu cultivo. A área à foz do Minho não é propícia a boa maturação de uvas; mas há no castro de cabanas vestígios de cultivo recente e uma lagareta em rochedo natural.

Até ao século II a. C. a viticultura era praticada pelos gregos. *Dionisius* era deus do vinho e da liberdade mística.

A Roma antiga não consumia muito vinho; era caro, vinha da Grécia e os romanos eram, então, de costumes austeros.

A vinha era conhecida, mas não explorada. Cnea, embaixador de Pirro, mandatado para fazer a paz (279 a. C.), queixa-se dos vinhos ásperos dos Montes Albanos.

A selecção de castas e a melhoria da técnica de vinificação alteraram os hábitos de bebida; Catão no seu *De re rustica* fala já de oito espécies de videira, dando a entender diferenças de qualidade e preferências.

Com a evolução de costumes, passaram a ser cuidadosamente feitas as vindimas, presididas pelo *flamen dialis* (flâmine de Júpiter); vinhos brancos e tintos explorados ficaram famosos, sendo relembrados na literatura os de Falerno[251],

Para a sua conservação e do aroma, Catão[252] dá recomendações práticas, aconselhando a obturação das ânforas com resina e gesso para evitar a oxidação do conteúdo.

O comércio vinícola privilegiava a procedência e, como garantia de qualidade, apunha uma etiqueta (*pittacium*) nas embalagens, indicando a origem. A produção de Marselha era muito estimada e alimentou lucrativa corrente comercial.

A circulação comercial do vinho está amplamente documentada pela presença generalizada e abundante de ânforas vinárias nos povoados, desde finais da República (III,308, 309) até ao Baixo Império(III, 315), denunciando as correntes comerciais, a capacidade dos indígenas em adquiri-lo, e o interesse estratégico romano em fornecer-lho.

O Cristianismo com a utilização do vinho como matéria litúrgica contribuiu fortemente para a sua expansão.

---

[249] PLÍNIO, *Naturalis Historia* , XXII, 164.
[250] BILIARD, R. – *La vigne dans l'antiquité.*
[251] PLÍNIO, *Naturalis Historia.* XVII, 199.
[252] CATO, 180 a C, *De agricultura*, 110.

Introduzida a vinha na Itália, a sua exploração expandiu-se em clima favorável e teve momentos de alta e de declínio. Segundo Varrão, as guerras civis provocaram um declínio profundo da viticultura, paralelamente ao da agricultura. No segundo quartel do séc. I d. C., é novamente incrementada a sua produção e comércio que teve nos castros do Noroeste clientela como demonstram os vestígios arqueológicos e as referências clássicas. [253]

Introduzida a vinha na *Hispania*, a sua exploração deixou perdurantes testemunhos em inúmeras lagaretas romanas das regiões vinícolas, algumas que coincidem com as zonas actuais[254], cavadas na rocha granítica, por vezes, quase na integridade da estrutura. Há uma lagareta em Cabanas (Caminha).

Davam vazão ao mosto por bicas para *dolia,* conforme documentam paralelos iconográficos.

Um *dolium* de Âncora, de aba bem extrovertida e de maior diâmetro que a pança, parece ter paralelo convincente na iconografia funerária para nele ser recolhido o mosto (III, 238).

A especulação e o desejo de lucro fácil levaram a estender as vinhas para terrenos menos aptos mas de mais fácil acesso ao mar, na mira de mais lucrativa comercialização, com prejuízo da qualidade.

O comércio de vinho em Roma era livre. Até Aureliano o imperador sempre se recusou a aprovisionar Roma de vinho. "O meu genro Agripa, construindo aquedutos, preveniu que ninguém sofresse sede".

Este tipo de comércio florescente originou melhor conhecimento dos terrenos, das características climáticas e seu potencial económico, levou à posse efectiva da terra, ao estabelecimento de contactos e relacionamentos de pessoas, a uma busca de mão-de-obra, e ao estabelecimento de vias de escoamento de produtos, determinando obras de regularização dos cursos dos próprios rios e montagem de embarcadouros.

Nos rios e entradas de portos, por vezes, a carga naufragava[255], não sendo raro o encontro por arrasto desse espólio nas redes de pesca. Algumas têm sido recolhidas na orla minhota. No museu de Santa Tecla, estão expostos exemplares inteiros, recolhidos no mar no arrasto da pesca.

Conserva, depósito e transporte de vinho

Para conter o vinho que os indígenas compravam serviam os dolia e as ânforas em que vinham embalados, empilhadas nos navios; com estas coexistiam os *utres* e, para grandes quantidades, os *cullei*, confeccionados de couro, com

---

[253] TCHERNIA, A. – *Le vin de l'Italie romaine.*

[254] A zona do vinho do Dão é uma das mais fornecida desses vestígios a par de outros indícios de forte romanização.

[255] No rio Minho foram detectadas, acidentalmente, ânforas por mergulhadores –salvadores que efectuavam um salvamento do corpo de uma jovem galega, em frente de S. Pedro da Torre, nos inícios de Agosto de 1998.

capacidade equivalente a vinte *amphorae* e que eram tomados como medida de capacidade, como aliás a própria *amphora* (III, 308-376).

Nos portos, se a falta de braços impedia o rápido acesso ao destino, o conteúdo era vazado em pipas de madeira transportadas em carros[256].

A arqueologia tem detectado situações de grande armazenamento em adegas onde se alinhavam as *amphorae* com o pé espetado no solo, as *cupae* e também os *dolia*[257]. No castro do Coto da Pena, na Cividade de Âncora, em Santa Tecla, são numerosos os fragmentos de ânfora, raramente permitindo reconstituição do vaso original que continha o vinho que os indígenas compravam e bebiam de só uma vez, fragmentando as embalagens. Ao contrário do que sucede com vasos pequenos que procuram recuperar, não são frequentes indícios de gatos nos fragmentos de ânfora.

Na reserva vínica distinguia-se mesmo o *vinum doliare* do *vinum amphorarium*. Nos *dolia* se deitava o mosto e o vinho novo e neles fermentava. O vinho velho era guardado em ânforas, fáceis de transportar e de acomodar em adegas e navios, e com medida padronizada para a comercialização.

Outros produtos: a manteiga e o azeite

Aos produtos susceptíveis de lucrativo comércio junta-se o *oleus.*

Os romanos preferiam o azeite. Entre os indígenas, condimentava-se a comida com gordura de porco (*strutto*), *adeps suillus.*

Será talvez esse o produto que Estrabão refere como tempero entre os castrejos, substituto do azeite: a "manteiga". O termo é equívoco; tanto pode significar derivado do leite como a gordura de porco, o unto, que, pela sua cor esbranquiçada, no interior do nosso país, nas Beiras, chamam também manteiga ou unto sem distinção.

É opinião de certos comentadores que a gordura de porco foi relegada para uso marginal das populações, mas talvez sem grande razão, pois é resultante do aproveitamento e conserva das carnes gordas, um subproduto que não seria desprezível mas teria o seu lugar na dieta alimentar e uso culinário, tanto mais que a conserva de grande parte da carne se fazia por desengorduramento ao fogo, resultando uma parte seca comestível e armazenável, os torresmos, e outra pastosa, o unto, usado como condimento, substituindo o azeite na alimentação e na iluminação. A sua qualidade de isolante do ar servia para nele conservarem carnes, utilidade nada desprezível.

Ainda hoje é usado, não em cru como o azeite, mas para tempero culinário com sabor e aplicação específica.

---

[256] DORIGNY, Al. Sorlin , p. 1038,1113.
[257] MOTA, M. A. 1998.

Foi, sobretudo, o azeite que mereceu a distinção de preferido comercialmente.

A oliveira (segundo *Cato, Plinius* e *Columella*) disseminou-se e o óleo dela extraído entrou grandemente na alimentação e na comercialização.

De tal modo se vulgarizou o seu plantio na Península que, na época de Cláudio, a *Hispania* era representada coroada de oliveira. Sendo originária do Mediterrâneo Oriental, a introdução desta lucrativa planta dever-se-á, certamente, aos fenícios; mas os romanos contribuíram fortemente para a sua expansão, tanto mais queé de fácil te+produção por estaca.. A foz do Minho não é região propícia ao seu plantio lucrativo; dá boas plantas de reduzida produção. Dá-se melhor em terrenos quentes e não tão irrigados, pelo que importaria mais que exportaria.

A foz do Minho participa ainda um pouco da celebrada acalmia das águas do mar de Vigo celebrada na poesia medieval. O oceano e o largo estuário são um manancial de alimentação em variedades de peixe, moluscos e crustáceos.

A subsistência dos povoados proto-históricos , dada a sua vizinhança do rio e do mar, tinha aqui um suprimento alimentar inesgotável.

A pesca

A captura de pescado em embarcação certamente foi precedida por processos menos arriscados de captura com arranjo de tanques no litoral, as gamboas[258], a modo de pequenas barragens que no refluxo da baixa-mar conservavam peixe e marisco cativo.

Na corda das penedias litorais de Moledo, Caminha, vestígios dessa arquitectura artesanal podem ser documentados com pedras alinhadas de razoáveis dimensões, ciclópicas, complementando e fechando recôncavos naturais, impedindo o regresso ao mar dos peixes nas vazantes.

Estes processos de aprisionamento de peixe, com barragens de pedra e de estacaria continuaram em uso por todas as épocas posteriores.

Cedo a convivência com o rio ensinou ao homem novos processos de lográ-lo como fonte de alimento e de se deslocar nele. No rio calmo aventurou, cada vez mais longe, para a foz porque mais rica, os barcos de couro e as pirogas, que perduraram até ao tempo de Estrabão, causando-lhe espanto a ousadia de navegarem com embarcações tão frágeis em águas de mar alto, lançando as redes mais longe, capturando presas de melhor qualidade e em quantidade.

Para manterem as redes em posição de funcionalidade, usavam flutuadores vegetais, lastrando-as com pesos de quartzito com entalhes para afixação dos liços da malha; muitos destes persistiram abandonados nas cascalheiras das praias, de mistura com os picos. Normalmente, são de grandes

[258] SARMENTO, F. M. – *Antiqua*, p. 98.

dimensões e mais erodidos pelo contínuo desgaste no rolamento das ondas nas cascalheiras onde foram abandonados, distanciando-se dos pesos de rede mais recentes em tudo similares aos de tear muito frequentes em habitats castrejos, sendo nestes documentados desde o B.F. [259]Em Santa Tecla há exemplares de anzóis.

Condimentos produto de actividade litoral
O sal

Para contentar as exigências do paladar, a condimentar os alimentos, várias substâncias eram exploradas junto da orla marítima, sendo a principal o sal.

A sua recolha, nas áreas onde era possível obter-se, era para muitos ocupação. O ciclo das marés obrigava a colocar as salinas ou marinhas a conveniente altura, para que enchessem na preia-mar e conservassem água salgada depois do refluxo das águas tempo suficiente para a sua evaporação, ou, possivelmente, até a transportariam para locais superiores, braçalmente. No litoral de Âncora é frequente o encontro de pias amovíveis, de rebordos baixos e de pequena dimensão que são interpretadas como salinas.

Plínio, (*N. H.* II), descreve salinas de maior estabilidade e estrutura, referindo-se às *fossae* que conduziam a água do mar ao *lacus* e das colinas de sal ajuntado nas salinas de Útica. Não deveria ser diferente o processo de obtenção na foz do Minho.

Semelhantes, alinhadas ortogonalmente, existem na pateira do Coura em frente de Marinhas (topónimo referente a produção de sal), onde há vestígios de antigo pontão de passagem do rio, e também na margem do Minho. Porém, as encontradas na orla de Moledo (Caminha), são mais rudimentares e desalinhadas, construídas ao sabor do terreno, e, segundo C. A. B. Almeida pré-romanas. A água salgada teria de ser levada para elas manualmente, em recipientes. Processo doméstico de produção de sal é conhecido; inúmeras pias de baixa profundidade, de que há exemplares nos Museus de Caminha e de Afife, existem nos castros e à beira-mar; são interpretadas como servindo para isso. (III,64) a musealzação de uma dessas pias, por Mergelina no Museo de Tecla põe essa interpretação em questão, sugerindo serem lastro onde assentariam protecções de lareiras.

A importância das salinas pode ver-se no facto de pertencerem ao Estado, como aliás as minas. As de Óstia teriam sido criadas por *Ancus Martius*, segundo Plínio. Uma das mais valias de Roma era estar colocada a dominar a *via salaria.*

Já eram conhecidas de Plínio duas variedades de sal: o *sal nativus*, o sal-gema que era talhado em pedras e até utilizado por árabes e líbios como material

[259] Ainda na actualidade os pescadores galegos lastram as redes com pesos de seixos, as "poutadas".

de construção; e o *sal facticius*, um melhores dons de Poseidon, dono do mar. O desta zona era sal *facticius*, avermelhado, ficando branco depois de moído – diz Estrabão (*Geografia*, 3, 3, 7). Esta refência denota o valor comercial do sal. A sua utilidade é bem expressa no adágio latino: *nihil utilius sole et sale*.

Além do necessário uso na alimentação, era aproveitado como remédio, entrando na confecção das medicações misturado com gordura, mel, azeite, farinha, vinho, vinagre, para bebidas, fricções e cataplasmas, etc., e com "eficácia garantida" contra mordeduras de serpentes, escorpiões, vespas, para curar verrugas, abcessos, queimaduras, males de pele e de dentes, uma verdadeira panaceia universal[260].

Plínio Novo (35, 20) refere as suas propriedades corrosivas e de purificação dos corpos, preservando-os da destruição; por isso se conservavam as carnes de porco em sal. Essas propriedades contribuíram para ter sido assumido na simbologia do baptismo cristão em que era usado como sinal de sapiência e anti-corrupção, simbologia que aliás vinha da tradição romana em cujos rituais religiosos, nenhum sacrifício se fazia em que não entrasse o sal, um bolo salgado, em Roma a *mola salsa*[261]especialidade das vestais.

O sal era ainda emblema de hospitalidade e da fidelidade à palavra dada; jurava-se por ele. A nossa tradição popular ainda o respeita, equiparando-o a bem de extrema necessidade: "a ninguém se nega a água e o sal".

O seu uso obrigatório na dieta alimentar está ligado à cultura dos cereais, fazendo contrapeso ao cloreto de potássio existente nos vegetais; a alimentação à base de carne e leite dispensa-o em grande parte. Os númidas não conheciam o sal. As carnes oferecidas aos deuses pelos gregos nunca podiam ser salgadas, sabemo-lo por Xenofonte[262]; Homero considera que Ulisses, ao ir para os infernos, há-de encontrar povos que não conhecem o sal nem, consequentemente, o utilizam segundo lhe anunciou Tirésias.

Na linguística deixou sinais da sua importância. Por constar da ração alimentar dos soldados, o *salarium,* chegou-nos com a conotação de pagamento. A palavra "*aloneton*" = escravo equivalia a "vendido por sal" (de *als,alós*).

A utilidade do sal como preservador da corrupção de alimentos, carnes e peixe, levou à sua metódica exploração, constituindo-o como produto excelente de comércio.

O seu valor económico, durante séculos, porque permitia conservar os alimentos, economia de tempo na sua procura e regular o consumo dos bens alimentares adquiridos, prologando-lhes o tempo de utilização, levou a considerá-lo bem de referência, moeda de troca e paga.

A importância da sua exploração era tal que mesmo em épocas de avançada romanização, num litoral em que a insolação não é das maiores do

---

[260] PLÍNIUS, V, 125
[261] DORIGNY, Al. Sorlin - *Diccionaire des Antiquitées grecques et romaines*. Paris: E. Saglio, p.1010.
[262] XENOFONTE, *Oeconomicae*, VIII, 9; PLÍNIO XXXI, 87.

litoral português, nas águas salgadas do Minho, desde a foz até alturas de Seixas, na confluência do Coura e em grande extensão da costa galega, são inúmeros os vestígios a documentar presença de salinas, justificando a referência de Plinio.

Esta indústria e o seu valor estratégico haviam de ser um dos factores potenciadores de contactos, rotas de comércio, ligação e entrosamento do litoral e o interior, estabelecimento de vias e surgimento de indústrias paralelas dele dependentes, a da salga e de produção de *garum*.

O garum

Outro condimento de grande expansão e valor, ligado ao sal, era o *garum.*

Veio do Oriente aos romanos o costume de consumir *garum*, em especial dos gregos. Para a sua obtenção, tornaram-se clientes dos centros fornecedores, alguns situados na costa marítima portuguesa.

Por este nome eram conhecidos vários produtos de diversas receitas de carne, de peixe e de verduras [263].

No séc. I era uma pasta de peixes macerados em salga. Muito apreciado, dava-se ao de melhor qualidade o nome de *garum sociorum*[264], da sociedade.

Ao de inferior qualidade eram adicionados aromas para disfarçar o mau gosto, mel, mosto, essências vegetais[265]

O *garum* era filtrado e a *flos gari*, o produto mais caro; o resíduo, o *alec*, ficava para os pobres que não podiam satisfazer o seu gosto senão com produto de ínfima qualidade.

Como condimento entrava nas ementas culinárias; podia até ser misturado com vinho, o *oenogarum.*

A alta estima com que era apreciado na sociedade romana, em cujos hábitos alimentares entrou, conduz à intensificação da pesca e de extracção de sal, ao aproveitamento industrial do pescado, multiplicação dos tanques de salga e de fermentação da pasta de peixe, montagem de olarias de ânforas para embalagem, construção de fornos para a cozedura delas, em suma a uma verdadeira revolução económica, com consequente movimento de população.

Certamente se organizaram verdadeiras indústrias que deram enriquecimento aos senhores das *villae* cujo levantamento a arqueologia ainda não conhece completamente no nosso litoral. Na área em estudo a grande extensão de salinas de diversos tipos, desde Moledo à foz do rio Minho, e de *tanques de salga,* a existência de *villae* em Afife[266] e Cerveira[267], a primeira com presença de volumoso tesouro monetário, são indícios de forte actividade

[263] PLÍNIUS, *Naturalis Historia* XIV, 12. APÍCIUS *De re coquinaria*, V, 190; I, 8
[264] PLÍNIUS, *Naturalis Historia* XXXI, 94
[265] APÍCIUS, *De re coquinaria.*
[266] SILVA, A. C. F. et al.
[267] ALMEIDA, C. A. B.,2000 b, p.34.

mercantil. O mesmo sucede na margem direita do Minho que lhe é fronteira, em Saa. A navegabilidade do Minho, possibilitando o aproveitamento agrícola das margens, dos valiosos recursos mineiros e os contactos entre os habitantes de um e outro lado incrementava este desenvolvimento.

Actividades domésticas
Confecção e serviço de alimentos

A procura, conserva de alimentos e sua confecção, aliada à produção de vestuário, eram as ocupações dominantes no dia a dia das populações castrejas. Destas tarefas as que se faziam dentro do recinto doméstico onde a presença da mulher era mais habitual, seriam entregues a seu cuidado, sobretudo as tarefas de moagem e transformação e guarda de alimentos.

Se aos homens competia imolar os animais, mesmo os destinados à alimentação[268], às mulheres, a confecção dos alimentos no interior das casas e, certamente, muitos outros afazeres para garantir o sustento do lar.

A farinação, a avaliar pela quantidade de mós e de alguns pios de piar existentes nos povoados e sua dispersão, era ocupação particular e familiar. Não parece ter havido, na sociedade castreja, hábito de entregar a outros a actividade de moer cereais[269]. Outro tanto não se pode afirmar da cozedura de pão em forno de grande dimensão para cujo aquecimento fosse necessária grande quantidade de material lenhoso, o que acarretaria despovoamento florestal e carestia energética. Um estudo do consumo doméstico de materiais lenhosos, numa situação o mais paralela possível do viver castrejo, apontou para um consumo de 13.628m3 / ano por núcleo familiar[270]. Haveria, certamente, número reduzido de fornos, se não comunitários, de grupos de vizinhos.

Dieta alimentar

A culinária, de necessidade básica tornada arte pelos gregos a quem teria sido, segundo a lenda, ensinada pelo fenício Cadmo, na sua evolução tornou mais complexa e exigente a função alimentar, procurando no ambiente os produtos adequados à satisfação das necessidades e ao paladar. Dependendo do meio, a alimentação teria uma ou outra componente preponderante, carne e leite entre pastores, crescida de peixe e marisco para os habitantes ribeirinhos como se documenta pelos restos de concheiros em Coto da Pena e Cividade de Âncora.

Era, no entanto, diversificada, embora frugal, segundo relato de Estrabão[271], e só com uma refeição por dia, ao contrário das três da tradição romana (*jentaculum, cena, vesperna*), dispondo o homem de alimentos, uns de

[268] Odisseia , VII, 103. *Ilíada*, XI, 201.
[269] Entre os romanos, o ordenamento de actividades de Numa por corporações não incluía confeccionadores de pão nem de vestuário, que se fazia em todos os lares.
[270] Estudo feito em Castro Laboreiro, Melgaço, por Alexandre M. R. Beites, 2001.
[271] STRABO, *Geografia*, III, 3.

consumo imediato, outros susceptíveis de serem armazenados, naturais ou transformados.

Entre estes últimos estariam os derivados do leite, a avaliar pelas queijeiras[272] detectadas em escavação. A coalhada era depositada em formas cerâmicas, correspondentes aos actuais cinchos, perfuradas para escoamento e libertação do soro e exposta a secagem; daí o nome de *formaticus ou caseus* do produto final e os termos correspondentes nas línguas românicas, o *fromage* e o *queijo*, denunciando o processo de fabrico.

Estrabão refere o consumo de manteiga entre os indígenas, raramente no uso dos romanos.

A carne aprovisionada na caça ou resultante de abate doméstico[273] era bom complemento dos géneros agrícolas. Nos restos de cozinha do Coto da Pena, Vilarelho, marca presença, ao lado da vaca, a do carneiro e do porco doméstico e selvagem (a dificuldade anatómica de os distinguir é grande, mas no Coto da pena encontrou-se um dente de javali), cuja carne entrava no consumo; deviam conservá-la salgada ou defumada. Nas gravuras de Lanhelas estão representados presumíveis cervos que seriam objecto de caça. No concheiro de Coto da Pena havia um dente de javali

Um produto natural utilizado era o mel, de exploração já documentada em pinturas pré-históricas e a cuja extracção, segundo Estrabão, os turdetanos se dedicavam[274]. Alguns vasos documentados na margem esquerda em Cividade de Âncora, Coto da Pena, e na margem direita[275] em Vigo, Nadelas, Neixón, Alobre, O Marco, A Lanzada, Montealegre,(III.121, 1-2: 122,5) A Forca e Santa Tecla, com asas, furos e asas de suspensão e de cuidados processos de obturação, parecem destinados à sua guarda e conservação.

Estrabão, tão cuidadoso na descrição das singularidades, não esclarece sobre a ementa do que "passavam de mão em mão" quando comiam. A avaliar pelo tipo de prato mais frequente, forma aberta discóide, a que os romanos chamavam mesmo *discus(* poderia bem ser o prato quotidiano, a *patina cotidiana*[276], uma espécie de pasta de cereais, as papas tão vulgares, para cuja moagem serviriam os pios de piar e as inúmeras mós encontradas.

A alimentação, segundo os informes do resto de concheiro descoberto por A. C. F. Silva no Coto da Pena, Vilarelho, Caminha, se era frugal como diz Estrabão, não era propriamente de sibaritas; com os restos de porcinos, ovinos e bovinos referidos estava presente, de mistura, um vasto espólio de marisco.

Das espécies malacológicas persistiram as conchas integras permitindo identificar as espécies comestíveis, entre elas algumas variedades de lapas e de búzios, que ainda estão presentes e continuam a ser procuradas para alimentação, na orla marítima das proximidades rochosas: *patella vulgata L.1758;*

---

[272] A arqueologia terá de se certificar se não serão de preferência filtros de bebidas.
[273] SILVA , A. C. F. 1986.
[274] STRABO, III, 2, 6.
[275] CASTIÑEIRA, Josefa Rey – *Yacimientos de la vertente atlântica.* Santiago de Compostela, 1991.
[276] *APICIUS , De re coquinaria*

patella ulyssiponensis Gmelin ,1791; patella intermedia Murray, 1857; monodonta lineata (da Costa, 1778); littorina littorea L. 1758; gibulla umbilicalis (da Costa, 1778); nucella lapillus L. 1758; patella sp.; littorina rudis, Maton 1797; gibulla sp., [277]. Em nada divergem os espécimes arqueológicos dos actuais senão no tamanho, sendo os espécimes arqueológicos notoriamente maiores, o que faz supor serem mais cuidadosos na selecção, gerindo melhor os recursos naturais.

Além de peixe, marisco, carne do rebanho e da caça, leite, cereais, leguminosas, mel a que juntavam água, consumiam cerveja.

A frugalidade dos repastos é notada por Estrabão, certamente, por destoar dos costumes vigentes entre os romanos e dos povos do Mediterrâneo oriental, que, segundo Heródoto, eram ainda bem mais complicados[278].

Numa peça de Aristófanes, uma serva de Proserpina serve a um hóspede de rara distinção, Xântias, um suculento e farto menu em quantidade a condizer com o comensal que julgava ser o próprio Hércules: duas panelas de ervilhas, um novilho inteiro, bolos, aves cozidas, frituras, peixes assados e um vinho delicioso.

Entre os gregos a cozinha era uma arte. Segundo Atticus, a actividade e arte culinária era da maior utilidade à religião. Nos santuários o tipo de sacrifícios e oferendas implicava a presença de técnicos culinários; muitas das festas gregas e romanas e, certamente as indígenas giravam, como ainda actualmente, em volta de comida e bebida.

Com o tempo, a cozinha romana ultrapassou em refinamento a grega. É, pois, natural que Estrabão, grego naturalizado romano, em comparação com a sua cultura, admire a frugalidade dos peninsulares habituados a uma refeição diária.

"Tomam as refeições sentados em bancos construídos ao redor das paredes, onde os convivas tomam os primeiros lugares segundo a idade e a categoria social. A comida circula de mão em mão". Strabo, Geografia, III, 3, 7 .

Este texto de Estrabão entende-se como relativo ao serviço e seu ordenamento, dando também indicações da arquitectura espacial.

Havia baixela adequada a conter diferentes espécies de comida e bebida, quando necessária para os alimentos não sustentáveis com a mão; a documentada arqueologicamente denota aumento de variedade de formas com a romanização, fazendo supor diversificadas funções e utilidades, índice de exigência cultural algo mais complexa.

Nos hábitos alimentares foi-se introduzindo um certo refinamento que mostra, na complexidade quase ritual de que os cerca, um afastamento da satisfação instintiva, no modo, no tempo, no lugar, no convívio, aproveitando a satisfação de uma necessidade para afirmação, no caso dos povos referenciados

[277] Identificação do professor de Microbiologia, J. Cabral.
[278] HERÓDOTUS, I, 133.

por Estrabão, de *status* social, de respeito pela idade, pela posição de chefia, denúncia do estabelecimento de uma complexa estruturação social.

Isso seria mais evidente no serviço extraordinário que constaria de banquetes, com vinho adquirido no comércio romano a circular pelos convivas, sentados em bancos ao redor dor muros da sala. Está bem patente o sentido de festa no comer em comum.

Em diversas situações têm sido detectadas, em escavação, salas com lajeados centrais de tesselos de ânforas[279]; essa visão seria para eles grata recordação de referência à solenização de acontecimentos.

Entre os Romanos, influências estrangeiras levaram a alteração de costumes de uma certa frugalidade que também reinara entre eles até ao séc. II a. C., tendo surgido então leis sumptuárias, moralizadoras de excessos na mesa. O número de convivas é limitado pela lei *Orchia* (180 a. C.). Em 161 a. C. um *senatus consultus* impunha a obrigação de jurar perante os cônsules, que, por ocasião dos banquetes das festas de Cibele (4 a 10 de Abril), os convidados não gastariam mais de 120 asses por banquete, não incluindo nesses rigores vegetais, farinha e vinho, produtos que, por entrarem no ritual da festa, não penalizava.

Não é caso de estudar os costumes de Roma, mas Estrabão, conhecedor do viver romano, não deixou de achar curiosas as refeições indígenas com consumo à discrição de vinho quando o compravam, e muitos convivas a passarem a comida de mão em mão, em contraste com a afirmação de frugalidade.

Cozinha, espaço de trabalho
Lareiras e fornos

Na Cividade de Âncora e no Castro do Coto da Pena estão sobejamente documentados os sítios relacionados com a cozinha, com lareiras sobre o solo, no chão dos pavimentos.

Em casas baixas, cobertas de colmo, não poderiam fazer grandes fogueiras e os incêndios deviam ser catastróficos e alastrariam facilmente. A repartição independente das unidades constituintes do núcleo doméstico teria como objectivo prevenir, de certo modo, esses inconvenientes[280].

Nas grandes aglomerações familiares fornos são referenciados e seriam de utilidade. Dos conhecidos, em Coto da Pena8III,
, Cividade de Âncora e Santa Tecla, é de notar a diversidade de colocação. Em Santa Tecla estão, em geral, nos avançados em "caranguejo"; No Coto da Pena e na Cividade de Âncora estão implantados em espaços amplos, fora dos átrios, sobre socos apropriados, no primeiro caso dando para um arruamento, no

[279] Em Baiza, Vila Nova de Gaia, em estratos sucessivos, e em Castro da Senhora da Saúde, Vila Nova de Gaia, e Castelo de Gaia.
[280] A mesma repartição é usada nos aldeamentos indígenas africanos.

segundo, em edifício próprio. Os de menor dimensão, teriam uso mais frequente a modo de fogões; os outros de maior lastro, fora de casa, seriam funcionais na cozedura do famoso pão de bolota referido por Estrabão (III, 50, 1; 51, 52).

Dos géneros guardados e dos que diariamente entravam no recinto familiar se confeccionavam as refeições na casa castreja, moendo-se ou piando-se cereais e frutos secos, nos átrios ou ao ar livre, produzindo farinhas que depois se coziam nos fornos e nas lareiras.

O espaço culinário era pequeno quando no interior da casa, como reduzidas são as lareiras detectadas, de preferência centrais, onde o colmo está mais distante, com as pessoas dispostas em redor, controlando-o e aquecendo-se na estação frias.

Umas pedras ao alto, para permitir a circulação de ar e a combustão, seriam necessárias.

Vasa coquinaria
Trem de cozinha

Na confecção dos alimentos usavam-se vasos de média e pequena dimensão. De mão em mão passariam sobretudo assados, que dispensavam equipamento especial, para que não haveria muito espaço.

Na cozinha, além de vasos, havia vários instrumentos indispensáveis. No Castro do Coto da Pena, Vilarelho, Caminha, pequenas falcatas e uma faca romana lembram os muitos mais que existiriam.

Desde o Bronze Final, *ollae* com evidentes indícios de carvão, de terem servido ao lume, de perfil em S sem asas (III, 93, 1; 95, 2; 96, 1) e com asas (III, 93, 3; 93,5; 94, 1-3; 94, 5) e durante o período seguinte, na fase II (III, 137, 138, 139-145,). Na fase III aumenta a diversidade das *ollae*: de perfil em s, sem asa (III, 148 ; 151) com asa (III, 150, 1-4; 151, 3).

Desde a fase II aparecem formas, em número e dispersão consideráveis, identificadas como *ollae* de suspensão. Têm permitido reconstituir o funcionamento das lareiras. Há nas variantes que permitiriam tal utilização *ollae*:

a) com asas em orelhas opostas, no prolongamento de um colo mais ou menos vertical, em fita eventualmente (III, 152-154); certamente, III, 155-164);
b) com asas interiores que, devdo ao seu, deviam ser mais de 2 (III, 165-169)
c) com asas exteriores (III, 170; 181; 192).

Nas divisórias circulares, do poste central suspendiam panelas de asas em orelha e de asas, interiores e exteriores, sobre o fogo controlado de pequenas

lareiras centrais (III, 63, 64) que utilizariam esses postes de suporte das coberturas dos edifícios, supondo existir neles braços que servissem para dependurar vasilhas com asas.

Não se documentam panelas de pernas, tão úteis nas cozinhas de lareira no chão; mas trempes de barro são conhecidas em período de romanização (Museu Pio XII, Braga).

Os vasos para confecção adequavam-se ao ambiente restrito de funcionamento da cozinha e igualmente ao tipo de alimentação que neles se produzia para comensais que se colocavam em redor dos muros, sentados, passando a comida de mão em mão.

olla	- panela (III, 159-151)
ollula	- panela mais pequena (III, !73-200) vasos de suspensão com orelhas[281] com pança bulbosa encimada por gola retraída em aro verticalizado e orelhas simétricas e opostas com orifícios de suspensão. Algumas vezes essas perfurações permitiam a passagem de vareta que impedia retirar eventual testo. É conhecido um exemplar de vaso deste tipo, de fabrico manual, em ambiente do B. F. no Castro de Baltar, Paredes, Porto, o que permite recuar cronologicamente o seu uso. Estes vasos teriam tampa para evitar contaminação dos alimentos com objectos estranhos.
Vasos de asas interiores	Em Baiões, São Pedro do Sul remontam ao B. F. Teriam mais de duas orelhas, pois com a sua forma e diâmetro dificilmente se equilibrariam apenas com essas (III, 165-169). Alguns exemplares documentados, porque formas fragmentárias, poderão, eventualmente ser modelo diferente (III, 152-152,2).
sartago (Juvenalis, Apicius) *frixorium, pullarius (Macrobius)*	- frigideira, sertã (III,220,1).
patina (Cicero)	- tacho. Alguns pratos de maior dimensão deverão, pela patine que apresentam ter servido directamente ao fogo (III, 240,6; 241,3; 242, 1-2 ; 245,1-2).
guttus olei	- almotolia (III, 289, 6-8).

Antes e depois de cozer, os vegetais, as carnes, as sementes sofriam preparos de diversa sorte. Para isso serviam:

[281] Vasos de orelha para suspensão em Allariz, Galiza; BIEITO PÉREZ; FARIÑA BUSTO, Francisco, *Excavación de urxencia na Plaza Maior de Allariz*, Bolettin Avriense, XI, Ourense 1981, p.45.

mortarium - almofariz (III, 252). Tinham , no geral , fundo e paredes espessas. O interior crespo ou com riscas para amentar o atrito, durante a trituração de plantas , frutos ou sementes.

cribrarium (III, 104)

colum ; saccus (Columela.) - coador (quando de tecido)

magida (Varro),
magidis (Plinius) - alguidar (III,252, 2-3)

Alguns recipientes eram cobertos por:

operculum - testo (III,208; 218; 220, 2-3)
testum (Cato, Plinius)
obturamentum (Plinius) - rolha

Sendo a cozinha térrea, e com os vasos na maioria em contacto directo com a fogueira, necessitavam de cobertura os pequenos vasos de cozinha; os grandes de depósito igualmente a tinham como se documenta (III, 217; 218). Nalguns recipientes, para melhor vedação, bordos e testos eram modelados para coincidirem (III, 220, 2-3). Vasos metálicos romanos tinham testos a condizer. Do mesmo material há exemplares expostos noMuseu Municipal de Caminha, um testo circular de bronze, pequena vasilha.e outro foliforme, também de bronze com charneira perfurada, para para tampa de vaso trilobado

Infundibula

O vinho servido precisava de ser coado de impurezas que lhe advinham de conservação deficiente, misturas com aromatizantes, etc. Existiam filtros ou coadores para o purificar e desembaraçar de corpos estranhos, incómodos no acto da bebida; muitas das ditas queijeiras, como tal classificadas por algumas publicações, aparentam ter melhor utilidade como filtros do que cinchos, objectos de escoamento do soro no fabrico do queijo

No transbordo de vaso para vaso usava-se o *infundibulum* (III, 375, 5).

A arqueologia tem tentado refazer o plantel dos instrumentos cerâmicos e dos ligados ao serviço da alimentação. É bem difícil saber exactamente o que seria usual. Os costumes alimentares são mutáveis e, por conseguinte, os meios utilizados para servir os alimentos.

Para o homem primitivo a mão era o instrumento universal, para segurar cortar, dividir, separar, escolher, conter, entregar, movimentar e levar os alimentos à boca. A sua eficiência é reforçada e complementada por instrumentos por ela manobrados que a imitam nas suas funções, as refinam, mostrando o seu uso atitudes de carácter cultivado, cultural e de prestígio, ter maneiras.

Haveria louça comum e outra reservada para ocasiões especiais quando não para mostrar *status* ou deferência pelos comensais, sendo de distinguir o serviço ordinário do serviço extraordinário.

Vasa mensae
Louça de serviço

Para uma família extensa como a que se presume comportar um núcleo familiar a preparação de refeições diárias era uma tarefa que implicava redobrados esforços. Só comiam uma vez, "refeição limpa e frugal" – diz Estrabão. De facto, a baixela de serviço não é por demasia complicada.

Pelo tipo de alimentos e de espólio cerâmico poderemos imaginar o cenário das refeições. Assados passavam de mão em mão, fazendo lembrar o relato de Estrabão *(Geografia, 3, 3, 7).*

Entre a baixela de serviço, capaz de conter alimentos e de os tornar comodamente acessíveis aos consumidores, são fortemente representados:

disci (Apicius) -similares funcionalmente aos que designamos por pratos[282], compreensivelmente muito frequentes nos múltiplos tamanhos que os nomes *catinulus, (Varro), catinus*[283] *(Varro), catillus, catella (Livius)* fazem supor. O nome que a alguns destes era atribuído pelos romanos faz lembrar um uso suplementar na disposição de alimentos ao protótipo do animal limpo (*catarus*) nos seus hábitos, o gato, que merecia, no convívio doméstico, a distinção de comer em utensílio a que deu o nome. De múltiplos tamanhos uns seriam individuais, outros colectivos. (III, 247-255)

Entre eles havia:

[282] DOSI, A.; SCHNELL, F., *Vita e costumi dei romani antichi,* Pasti e vasellame da tavola
[283] HORATIUS, *Serm* II, 2, 39 ; "por um prato de legumes dá um prato de peixe".

patellae (Cicero) - prato pequeno (III, 248,1; 249, 1-5; 251).

Com a romanização diversificaram-se as formas:

paterae (Cicero) -taça que aparece nas aras; de barro ou de metal, com ou sem pega de empunhar; (III, 282-294)

gabatae (Martialis) - *gavata* - popular - seria o nosso prato fundo; (III, 247-253)

De paredes mais elevadas havia:

scrutae (Plinius) - tigelas (III,256);

Denunciando, pelo tamanho, um uso quase colectivo:

Magida (Varro) - grande prato oval, também chamado *langula*[284], usado como alguidar;

Paropsis - grandes pratos quadrados, redondos ou rectangulares. Foi o termo difundido pela *Vulgata*; no diálogo da Última Ceia Judas mete a mão dentro do prato comum, ao mesmo tempo que Cristo, "*intus paropsidem*" (III, 253-255)

boletaria[285] - que deixou na linguagem o termo aboletar.

Há peças únicas feitas de propósito:

lanx - grande prato redondo com duas asas

sinus (Plinius);
sinum (Cicero) - terrina.

Havia uma certa hierarquia de pastas e de cores segundo a utilização dada aos vasos: escuros para depósito e guarda de alimentos; claros e mais cuidados para serviço de mesa; a distinção social e do momento de utilização impunha normas. O artesanato da olaria tinha nas preferências sociais e ocasionais pretexto para diferenciar a produção, para um comércio estimulado (III, 253-255).

Nos povoados castrejos, índice de aculturação é o emprego de produtos da cerâmica romana e imitações, nomeadamente de *sigillata* que nos dá indicações cronológicas de valor (III, 265-272) e sigillatae africanas (III, 246, 3-4), e de cerâmica comum (III, 246, 1-2; 247-249; 251-253; 274; 276-296).

Os romanos apreciavam boas louças e tinham como sinal de avareza os que utilizavam baratas contrafacções, embora se servissem de cerâmicas regionais em ocasiões especiais. A habilidade dos oleiros indígenas, servida, na

[284] VARRO, L. L., V, 120.
[285] MARCIALIS, *Apoph.* XIV, 101.

confluência do Minho com o Coura, de excelentes argilas, conseguiu reproduzir com fidelidade formas romanas de bom gosto(III,269, 270, 275,4; 277,1-2; 279. O cuidado posto nas reproduções mostra o grau de artesania atingido e de influência cultural exercido e absorvido.

Algum vasilhame era pintado com óxido de chumbo (*rubrica*) incluído em mais ou menos espessas barbotinas. São deste tipo as cerâmicas de "engobe pompeiano" muito disseminadas (III, 287-295). Vem a propósito lembrar a mudança de nome do Rio Minho. De *Benis* passa a *Minius* - escreve Estrabão. O *minius* é o oxido de chumbo, zarcão, o vermelhão; e bem útil seria para engobar cerâmicas como é frequente uso em imitações de *sigillatae*, sendo ainda explorado em localidade galega, Barro da Tinta, Acevedo/ Monte Redondo, Oia, nas margens do Minho.

Vilarelho, Caminha é uma zona de excelentes argilas. Tem perpetuado no tempo a arte da olaria. Foi daí que surgiu a cerâmica característica por barro e pintura que hoje é mencionada como "louça de Viana".

No plantel da cerâmica castreja não parece faltar esta nota especial de habilidade dos seus oleiros. Há nos castros uma produção de vasos de aparato, de diversos tamanhos, predominando os de maiores dimensões, de boa pasta, feitos à roda, com espesso engobe aplicado à espátula, sem preocupação de alisamento, fazendo das irregularidades da distribuição da barbotina motivo decorativo. Sobre o engobe gordo aplicam a matriz decoração geométrica, círculos (III, 114, 3, 5;116, 3, 6; 120,4), punções (III, 115,4; 118,2; 120,1-2), sss (III, 113-114), suásticas (III, 138,3), escudetes (III, 112,1; 115,1;119,1-3) e até figuras interpretáveis como peixes (III122, 2-3), em repetição linear simples e, por vezes, com métopas (III, 112,3;113,2; 114,2-3; 132, 3-4). À estampagem associam a profunda incisão de axadrezados e XXXX em barras de reforço nos ombros dos vasos, canelagem dos colos (III, 112,2-3; 114,1; 117, 2; 120,1-4; 121,1-2; 122, 2-3; 123,5; 125, 1; 127, 2-5; 134, 1ª;136, 1-2;137, 2) e caneluras horizontais feitas ao torno, nos ombros. Embelezam esses vasos com pegas tubulares, molduradas, coladas horizontalmente nas pancas (121,6 124,4-5). A cor pretendida para as barbotinas é o avermelhado, nem sempre conseguido por causa da presença ocasional de redutor no espaço de cozedura, ficando então uma tonalidade mais a tender para o castanho avermelhado. A cozedura destes vasos é boa e alguns foram impermeabilizados.

Os vasos de menores dimensões, embora participem de decorações e até de morfologia similar aos maiores, são frequentemente brunidos e decorados com estrias paralelas, verticais, em métopas nas pancas, e de paredes finas. Estes vasos estão presentes na margem esquerda e na vertente atlântica do Baixo Miño galego, com formas e decorações tão similares que pressupõem tradição comum na sua funcionalidade ou até mesmo fabricante (III; 137; 138, 2-3).

Serviço de bebida

Entre os vasos usados no serviço das bebidas, da cerveja e do vinho distinguem-se os reservatórios de armazenamento e transporte a granel, os de distribuição e disponíveis à mesa, e os de uso individual.

Começando por estes últimos, anote-se que no tamanho dos vasos de beber é de ter em conta a sua modicidade, quer para regrar o consumo de uma bebida cara, quer para obviar aos efeitos demasiado rápidos de bebidas espirituosas:

Presentes numa percentagem notoriamente elevada, permitindo deduzir desse facto, a sua indispensabilidade funcional; foram os acessórios de serviço na alimentação que pervivência mais constante demonstraram, atravessando os tempos, em utilização permanente até aos nossos dias, fabricados numa multiplicidade de matérias-primas, das mais nobres às mais comuns

Com a romanização multiplicaram-se as formas e as denominações:

poculum (Cicero)	- (pauculum>poculum> copo e púcaro) de cerâmica, madeira, metal e vidro; (III, 261-265; 296-3000)
cyathus	- outro nome dado ao copo
scyphus	- copo que começou por ser de madeira, recebeu asas e ficou como sendo atributo de Hércules que era representado com um na mão; a força do vinho, simbolizado pelo copo, potenciava a do nodoso bastão que sempre o acompanhava.
cantharus	-cálice. *Dionisius* tinha atributo mais avantajado que o de Hércules, grande cálice de pé elevado. O *cantharus* excedia em capacidade o *calix* e era menos elegante; sustinha-se pelas duas asas).
phiala[286]	- *taça* mais profunda e menos larga, mais semelhante à *patera.* (III, 267; 270)
calix (Cicero)	- taça como a nossa de champanhe, mais elegante e menor que o *cantharus,* mas com asas (III, 266)
hydria	- cântaro para transportar água (III, 295-301)
aqualis (Plinius)	- púcaro (III, 193, 1-3; 195, 1-2; 196, 1-7)
aquimanile (Varro)	- gomil para lavar as mãos(III,302,3)
lagena (Plinius)	- bilha bojuda(III, 295).
situla	
seria (Livius)	- jarro grande (III, 295,6-8)
seriola	- jarro pequeno

[286] JUVENALIS, *Sat.* , V, 39.

orca (Varro)	- jarro grande com forma que sugeriu o nome de flor que imita, a orquídea
orcula (Cato)	- jarro pequeno ; pode ser de barro (III, 284, 12-8) ou de metal. Testos metálicos existem do Coto da Pena e serviriam para os tampar (III, 85)
cadus (Plinius)	- barril; também chamam *cadus* a uma pequena *cupa* de forma barrilóide
oenochoé	- vaso trilobado(III, 302,3).

O *oenochoe é*, entre todos os vasos de cerâmica comum, um dos mais singulares devido à especificidade do perfil trilobado do seu bordo, destinado a servir com regulamento bebidas que, pela parcimónia, exigiam contenção dos bebedores; aparece-nos (como aliás a *seria* e a *seriola*) em ambiente doméstico e de espólio funerário: Na estatuária é atributo das *grandes deusas* (III, 302, 3).

A simbologia a que se reporta vem-lhe do serviço do *cycéon*, beberagem entre o fluido e o pastoso, feita à base de farinha e mentol moído, a única bebida com que Deméter quebrou o jejum provocado pela perda de sua filha, Corê, ou Perséfone, raptada para os infernos por Hades.

A própria Deméter indicara a composição da poção que ficou como função ritual no termo dos mistérios eleusinos, sendo então bebida pelos iniciados. Deméter recusara vinho para amortecer a sua dor. Hesíquio dá a receita da mistura e nela já inclui vinho, fazendo jus ao nome do vaso, e mel, além da farinha. Um discípulo de Platão acrescenta queijo ralado à receita.

Era dado a beber aos argonautas, segundo o poema de Orfeu, uma poção similar que incluía sangue de touros sacrificados. Aos vencedores de corridas também era oferecida uma bebida como a das festas de Eléusis, com mistura de queijo ralado e óleo. Daí o seu aparecimento, por tradição, em ambiente funerário.

Está este vaso, por conseguinte, associado a uma função simbólica. Além da característica singular da embocadura tem, geralmente, perfil ovalado na pança, com eixo transversal maior nos ombros. Uma asa une o lóbulo posterior à pança, que assume diversos formatos.[287]

Na iconografia das faces decoradas das aras, aparece associado à *patera* e à *patina.*

Embora seja de presença frequente nas necrópoles, nas estações em questão parece estar ausente. São, por isso, raros os fragmentos documentados e muito tardios, do Baixo-Império (III, 302.3). Sendo a presença de ânforas tão notória, com a falta destes, o desregramento da bebida, que espantava Estrabão, parece justificar-se: bebiam-no todo de uma vez, talvez passando de mão em mão as páteras de que há abundantes vestígios. De Cerveira estão documentados mais dois exemplares[288], que C. B. Almeida data do Baixo-Império. Um exemplar do Coto da Pena é paralelo do representado em X, 4 de C. A. B. Almeida 2000.

[287] LENORMANT, F. , 1886.
[288] ALMEIDA, C.A.B., 2000, p. 165, 7 - IX,7; 166,4 – X,4)

Abastecimento doméstico

A reserva de cereais e outros produtos agrícolas necessária para garantia de subsistência ao longo do ano, exige cuidados especiais de ambiente, afastamento do nível freático, secura, luminosidade, temperatura, defesa contra parasitas e roedores, como a experiência foi ensinando ao homem

Quando o terreno tem condições geológicas de consistência e secura não rareiam os exemplos de ensilagem em covas subterrâneas; são essas as soluções mais antigas conhecidas. Na época castreja a implantação de algumas casas com aproveitamento de desníveis apreciáveis, a par de extremo cuidado de isolamento de humidade e de águas pluviais leva a concluir ser muito provável a utilização dos baixos das casas como reservatório e dispensa[289] (III, 42,IV).

A acessibilidade, a fixidez ou mobilidade requeridas bem como as quantidades a guardar impunham diversas soluções. Entre estas tinha, certamente, lugar, como na actualidade, o recurso a vasos de grande dimensão já referidos (III, 228-245), alguns deles de muito grande capacidade (III, 239, 1-2; 240).

Nos *habitats* romanos conhece-se bastante bem a estrutura dos silos, construídos sobre muretes paralelos, de arejamento e isolamento fácil[290].

Seiras

Seriam de esparto ou de outras fibras, inclusive de madeira como sugerem alguns encanastrados, documentados em motivos escultóricos. A tradição artesanal conservou processos de entrelaçamento de vime, de fitas lascadas de castanheiro, em contentores utilitários, que a iconografia reporta à antiguidade.

Sacos de estopa estariam igualmente em uso, já que esse subproduto da fiação e cardação do linho não seria desprezível e podia ser reduzido a fio e a tecido mais grosseiro.

Em armazenagem colectiva referida aquando da destruição de celeiros por acções de guerra, presumindo-se que seriam comunitários[291], guardar-se-iam, também, matérias-primas, nomeadamente minérios que precisavam de convenientes contentores de acumulação e de transporte a embarcadouro. Ensacamento em esparto e reutilização de ânforas seriam forma de obviar a essa

---

[289] Vide aproveitamento de algumas edificações circulares de Coto da Pena , Vilarelho, Caminha.

[290] Em Freixo de Numão, na Casa Grande existem muretes de silos; em *Tongóbriga*, Freixo do Marco de Canaveses, sulcos de alicerces na parte Norte do "forum" devem , pela sua estrutura interpretar-se como caboucos de silos. A alteração da câmara de um *balneum* castrejo, após libertação de humidade deve ter tido por objectivo transformá-la em celeiro. Situação paralela é verificada em Freiria.
Este tipo de silos faz lembrar os actuais espigueiros onde o cereal, não raro ainda na espiga é protegido das intempéries e exposto a secagem natural por fácil ventilação.

[291] APPIANUS, C.(75) refere a apropriação por D. Iunius Brutus dos celeiros dos talabrigenses na expedição militar em 136 a.C.

necessidade. As ânforas e o esparto aparecem-nos arqueologicamente documentados em minas.

Dolia[292] *(III 228-245)*

A guarda de alimentos, sólidos e líquidos, era uma necessidade premente para obviar à manutenção diária do agregado familiar, sendo importante a função dos diversos contentores e dos celeiros. Arruinar uma povoação conseguia-se saqueando ou destruindo-os como sucedeu aos talabrigenses.

O condicionalismo da implantação e da vida nos povoados impunha comportamentos e hábitos de armazenagem de bens durante espaços curtos ou longos, e de resguardo de valores e entesouramento.

O tamanho e tipo de contentor de líquidos variava conforme os objectivos de destino, mas a matéria em que eram feitos não diferiria muito do que chegou aos nossos tempos. A madeira de arcas e as peles de odres não deixaram muitos vestígios arqueológicos; sobre eles só recorrendo à iconografia lhes conhecemos as formas. Apenas a argila tem o condão de resistir ao tempo e, como tal, trazer até nós indicações concretas de armazenamento.

Não podiam faltar contentores de água para os diversos usos diários, e para acomodar os géneros armazenados.

Para regular ao longo do ano o consumo dos recursos agrícolas acumulados procuraram-se processos de conservação de cereais e outras sementes secas, fava, ervilha, bolota, castanha que eram a base da dieta. Se ensacadas, a embalagem delas perdeu-se e só incidentes fortuitos de incêndio e consequente carbonização[293] permitiram que o respectivo conteúdo chegasse até nós. Os *dolia*, conquanto mais aptos a conterem líquidos, teriam também utilidade na conservação de cereais e outros grãos; vestígios do seu interior fazem suspeitar a utilização para conservas e curtimento de azeitona. Consoante o conteúdo a que se destinavam tomavam nome diverso: *dolia frumentaria, acinaria, amurcaria* etc..

Se o barro era fácil de obter, nem todos tinham a perícia suficiente para modelar grandes vasos. Exigia-se para isso, além de matéria-prima, saber fazer, muito tempo e disponibilidade, combustível para a sua cozedura e fornos amplos com risco de perder toda ou parte da fornada por descuido ou pressa. É normal encontrarem-se vasos consertados, grandes e pequenos, com gatos de variada natureza, de barro (III, 96, 2-3), de bronze e ferro, o que demonstra apreço e dificuldade em substituí-los.

A água era um bem de presença imprescindível, e tanto mais quanto mais distante a fonte abastecedora, para confecção de alimentos, bebida e higiene, estando com ela relacionada a presença de inúmeros *dolia*, de grande capacidade, bem como recipientes menores, *doliola* , adequados ao seu transporte, *aquamaniles* (III, 37, 1-3), a partir de fontes, cisternas, poços ou correntes.

---

[292] MOTA,1998).

[293] Vilarelho(Caminha), Baiões S. Pedro do Sul).

Para bebida de animais documentam-se pias de pedra, generalizadas no interior dos recintos domésticos.

Para guardar vinho, por não o terem, não seriam precisos grandes vasos aos indígenas; em alternativa armazenariam neles água ou *zitum*, bebida resultante da fermentação de cereais. O armazenamento em quantidade fazia-se em lugares adequados onde se alinhavam.

A capacidade de resistirem à decomposição deu-lhes especial utilidade como cofre de resguardo de valores que se podiam esconder sob o solo; há exemplos de achados de *dolia* com apreciáveis fortunas enterradas. [294]

O grande volume de água que podiam comportar dava-lhes uma natural oportunidade de uso no artesanato de ferraria, propiciando tanque de arrefecimento e têmpera de utensílios feitos pelos *fabres ferrarii*[295] e até de depósito de material fundido. [296]

Por os *dolia* poderem servir de caixa de ressonância, dava-se-lhes utilidade na construção de teatros, para melhoramento das condições acústicas. Serviam também em isolamento de pavimentos sobre terrenos de grande humidade[297].

Como contentores, emparceiravam com os *dolia* os *utres,* usados tanto para conter azeite como para vinho; a comodidade de adaptação ao dorso de muares impôs o seu uso nos transportes para o interior desprovido de vias convenientes. Uma variante do *uter*, também de couro, o *culleus*, tinha capacidade calculada, servindo também de medida de capacidade dos líquidos.

Havia ainda as *cupae,* toneis. Desde a antiguidade aos nossos dias, tiveram duas formas coexistentes e, por vezes, com dispersão e preferência mais ou menos regionalizadas.

Algumas *cupae* eram feitas de madeira, com arcos de madeira ou de ferro, e cuja forma a tradição de tumulação romana não deixou perder, reproduzindo-as em sepulcros de mármore, imitando-as na sua representação com aduelas, aros e até mesmo de batoques, em associação a cenas báquicas de produção e conservação do vinho, fonte de liberdade e analgésico das preocupações da grande viagem; outras, grandes depósitos de barro, não raro monumentais, feitas de espessos toros, sobrepostos em espiral, que necessitavam de ser transportados de carro em volta da peça a construir. Homero e Hesíodo já falam na sua utilização como contentores de vinho. Serão os mais antigos. No nosso Alentejo, ainda persistem com essa utilidade enormes talhas similares. Em Tróia encontraram-se grandes caves com alinhamentos em bateria desta sorte de depósito.

---

[294] Tesouro de mais de 400 moedas, algumas do séc.V, em casa romana de Afife, estava dentro de *dolium*.

[295] Um *dolium* a que tinham subtraído a boca e o colo, apareceu enterrado em oficina de ferreiro no Castro da Cárcoda , Carvalhais, S. Pedro de Sul. Escavações arqueológicas de Celso Tavares da Silva.

[296] Exemplifica esta situação um fundo de *dolium* em Romariz, Vila da Feira, A C F Silva 1986, Est.LXXXIII, 4.

[297] VITRUVIUS, V, 5, 8

O seu tamanho proverbial permitiu fabulosas anedotas relacionadas com a sua capacidade. Euristeu afogou-se na *cupa* de vinho onde Larissa o precipitou, e o famoso Diógenes não se contentava com menos que morar em uma[298]. Segundo testemunho de Aristófanes, a bizarra moradia de Diógenes era solução comum para os pobres de então. O representado em III, 232,1 tinha 57 cm de diâmetro na embocadura.

À *cupa*, que podia ser de madeira, com aros igualmente de madeira, quando de mais reduzidas dimensões, dava-se o nome de *cadus.*

O vinho fornecido pelo comércio e por estratégia de amolecimento usada pelos romanos chegava aos indígenas em *amphorae.* Depressa o consumiam, refere Estrabão, dando segunda utilidade à respectiva embalagem ou partindo-a.

Nas reservas de vinho distinguia-se o *vinum doliare* do *vinum amphorarium.* O dos *dolia* era novo e neles fermentava e estabilizava. O vinho velho era guardado em ânforas, fáceis de transportar e de acomodar em adegas e navios, e com medida padronizada.

Amphorae (III, 305 – 371)

Amphora, termo latinizado de origem grega *amphi+phoros* designando vaso de duas asas de preensão, simétricas e opostas, colocadas na parte superior, no colo ou ligando o colo à pança ou postas mesmo na zona superior desta: Contém no seu significado, além do processo de suspensão, o de medida de capacidade equivalente a duas *urnae*, vinte e seis litros no total (26, 264, 1[299]), o que nos reporta a uma capacidade paralela à do nosso almude.

Contentor de especial significado arqueológico, quer pelo relacionamento com a actividade de comercialização do vinho, tendo a sua imagem servido de ideograma típico a recordar aos passantes a presença de *tavernae,* tal qual, em nossos dias, o modesto ramo de loureiro, quer como índice do desenvolvimento, natureza e intensidade das actividades agrícola, piscatória e comercial, em suma, do potencial económico, e sendo ainda fóssil director de utilidade no estabelecimento de cronologias (III – 372).

A diversidade formal, a natureza das pastas, dimensões e o ambiente arqueológico permitem enquadrá-las em tipologias relacionáveis com a

[298] LUCIANUS, Quomodo Historia. Conser, 3.; Juvenal, XIV.

[299] Medidas de capacidade de líquidos:

cochleare	1/4	de cyathus	0,0114	litro
cyathus	1/12	de sextarius	0,0456	l
acetabulum	1/4	de hemina	0,068	l
hemina	½	de sextarius	0,2736	l
sextarius(sestarius)	1/48	de quadrantal	0,547	l
congius	1/8	de quadrantal	3,283	l
urna	½	de amphorae (quadrantal)	13,132	l
amphora	1/20	de culleus	26,264	l
culleus	20	amphorae	525,28	l

adequação funcional aos produtos a cuja contenção se destinavam e ao gosto e características culturais dos centros produtores.

O perfil peculiar e o tamanho, sem base de sustentação que as acomodasse na roda do oleiro e que lhes impedia serem feitas de uma só vez, ao contrário da maioria dos vasos cerâmicos, impunham serem manufacturadas em partes que, ainda frescas, se uniam. Esta manipulação de grandes peças para colagem, naturalmente, originava deformações nos elementos que se acoplavam, resultando deste condicionalismo certas irregularidades, v. g., distorções no círculo do plano bocal, desalinhamentos da pança, assimetrias axiais, marcas da habilidade e inabilidade dos artesãos.

O conhecimento da capacidade, relacionada com a densidade específica de cada produto comercializado, é um índice de grande utilidade para sustentar hipóteses de qual a natureza dos produtos contidos; mas na área estudada, são raras as ânforas completas ou reconstituíveis.

Ligadas de modo especial ao incremento da viticultura e olivicultura de que são um índice de exploração e exportação, foram usadas no transporte marítimo de *garum* e para embalagem de cereais, sendo apontado num texto de Antífilos de Bizâncio essa utilização segunda de transporte de sólidos (VI, 257)[300]. Devido à comodidade de transporte, suspensas de varais pelas asas, serviram, em uso segundo, para escoamento de minérios nas apertadas galerias das explorações mineiras.

Como embalagens tipicamente comerciais, era natural terem uma capacidade *standard*; a *amphora* romana equivalia ao volume de 26, 0928 l, segundo alguns.[301] Sendo a densidade do vinho menor que a da água, a capacidade em vinho seria correspondente à massa de 19, 5696 kg, mais ou menos um talento ático.

Na mesma época, provenientes de Rodes circulavam no Mediterrâneo *amphorae* obedecendo a dois padrões de capacidade: um em que a amphora equivalia a duas *umae* (13, 0464 + 13, 0464 l = 26, 0928 l); outro tipo não seria múltiplo da *uma*, mas sim do *prochos* :

a) duplo do *prochos* (6, 5232 + 6, 5232 l = 13, 046 l), a corresponder à *uma* romana (13, 0464 l);

b) triplo do *prochos* (6, 5232 + 6, 5232 + 6, 5232 l = 19, 5696 l).

Este tipo de *amphora* afinal tem como submúltiplo comum o *congius* romano (3, 2616 l) e é interessante verificar que, a facilitar as trocas comerciais, existia um sistema de medidas inter-relacionável no Mediterrâneo Oriental e Ocidental, através de um submúltiplo comum.

Também nas quantidades dos produtos transportados procuram os investigadores, à falta de vestígios remanescentes ou indicativos escritos, chegar

[300] TCHERNIA, André, p. 32-33.AVRAM, Alexandru; OPAIT, Andrei, 1987. 1987, p. 139
[301] Segundo OXÉ, A.; JAHRBUCHER, Bonner, 1942, p.47.

à sua identificação, tendendo a atribuir como destinadas a transporte de azeite as *amphorae* de maiores capacidades, baseados no facto de o azeite, em relação à água, ter de massa específica 9/10 daquela.

Maior quantidade não agravaria o peso. *Amphorae* com capacidade de mais ou menos 65, 232 l seriam para azeite, que, tendo cheias um peso aproximado de 58, 088 kg, seriam muito mais fáceis de transportar do que se de água ou vinho se tratasse com 65, 232 kg. Claro que esta proposta enfraquece pelo facto de o modo de transporte das *amphorae* não ser exclusivamente operado por um só homem, ao ombro.

Contudo, a observação de dezenas de asas de *amphorae*, nas estações do Coto da Pena e da Cividade de Âncora, Caminha, que não mostram desgaste interno, facto que seria natural se transportadas suspensas de cordas a varais por pares de homens, em virtude do atrito por elas originado no barro nem sempre de boa cozedura, é indicativo da probabilidade de serem carregadas por uma só pessoa e de pequena dimensão.

Quais as *amphorae* destinadas a conter vinho ou azeite e se de tipos específicos e exclusivos para cada um dos produtos é questão de difícil solução.

De facto, coexistem cronologicamente diferentes tipos e subtipos de *amphorae* no mesmo carregamento, e, na falta de grafitos e indicativos pintados, segundo alguns analistas desta sorte de contentores, é difícil basear-se com segurança unicamente na morfologia da boca a destrinça entre as destinadas a conter vinho ou a azeite ou mesmo outros produtos. Mas a maior largura da boca é indício de maior facilidade de escoamento, o que seria conveniente para vazar, por exemplo, *garum* e sólidos.

Para contentar a normalização, suposta nas trocas comerciais, procuram os investigadores descobrir, no submúltiplo de capacidade adequado ao volume total de algumas *amphorae*, a razão justificativa do conteúdo, suposto que por conveniência viajavam cheias. Por Alexandru Avram e Andrei Oppait é aduzido o caso de uma *amphora* encontrada no Mediterrâneo com indicação nos ombros de ter a capacidade de 62 *sextarii* (38, 2 l) que, se com azeite, teria 62 x 0,604 l (*sextarius* de azeite) = 37,448 l; com vinho teria 62 x 0, 5436 l (*sextarius de vinho*) = 33, 703 l e teria 4,5 l vazios o que certamente não convinha no transporte de vinho que azedaria[302].

De todos os exemplares observados, nas estações do Baixo Rio Minho não constam *amphorae* com asas sobreelevadas, "em cotovelo", originárias do Mediterrâneo Oriental; as fontes citadas documentam a sua chegada até ao porto de Lyon no final do séc. I a. C. e séc. I d. C. .

Os elementos de classificação mais abundantes existentes na área estudada são os bordos. A sua grande acumulação, em detrimento de outras partes dos vasos, leva a ter em consideração a opinião de alguns autores, que supõem ser muito frequente, após desembarque destes contentores, cómodos de

[302] AVRAM, Alexandru; OPAIT, Andrei, 1987, p. 140

acamar nos porões das naves, a passagem do respectivo conteúdo para vasilhame mais facilmente transportável em terra e adaptável ao dorso de muares, odres eventualmente, partindo-se, então, as ânforas pelo colo. É uma tentadora explicação da presença de muitos bordos junto das zonas portuárias. Porém, no caso em consideração, todos os exemplares provêm do interior dos povoados em estudo, com excepção de um único caso assinalado. Não será, portanto, explicação que contemple todas as situações.

Chegadas ao seu destino, esvaziadas, feita a trasfega dos conteúdos para vasilhas de terra[303], seriam partidas ou não. Se bem que o barro fosse abundante, a embalagem era preciosa em termos de utilidade, difícil de obter, não generalizado o seu fabrico a qualquer oleiro, exigindo dele alguma perícia. Um uso segundo, de retorno ou de reutilização de embalagem, era conveniente.

Os autores clássicos falam do costume indígena de destruí-las após consumo do vinho importado. Situações reportáveis a esse proceder, com curioso aproveitamento dos tesselos partidos para pavimentação de centros de áreas domésticas, são conhecidas no castro de Baiza, Vila Nova de Gaia, Porto, em estratos sucessivos e em conjuntos de fragmentos de uma mesma ânfora em cada estrato, e em Monte Murado, Vila Nova de Gaia. Esse facto não pode, porém, fazer-nos esquecer de que vasos, aparentemente de menor utilidade, eram consertados com gatos, muito generalizadamente.

Partir-lhes o colo se era ritual similar ao que fazem os modernos escanções na abertura de garrafas, deveria andar associado à presença de mais frequentes vestígios de tapamento da mercadoria original. No universo bem representativo estudado, fora alguns testos, referenciados como pertencendo-lhes, (III, 214, 1-11) poucas informações temos do processo de obturação, nesta área.

A originalidade de pé afilado servia de ponto de apoio na sua utilização e de estabilizador quando enterrado no saibro das adegas; havia, também, suportes adrede preparados para as suportar. A forma em espigão do pé adequava-se, sobretudo, ao processo de empilhamento em camadas, no porão dos navios.

Uma das utilidades que estes reservatórios propiciavam era sem dúvida o acondicionamento da água doce, tão necessária aos marinheiros durante as suas longas viagens[304]. Às anforetas, mais reduzidas no tamanho, é-lhes assinalada essa função (III, 368-369).

Alguns dos conteúdos exigiam prévio tratamento do vasilhame para obstar ao derrame pela porosidade do barro, anulada com betumes, vernizes e resinas, estas dando um sabor apreciado aos vinhos armazenados.

A morfotipolia das ânforas conta com numerosos estudos especializados.

Vários conjuntos publicados, com referências de procedência, fabrico e utilização, permitem um conhecimento relevante, servindo-nos de informação

[303]DIAZ ALVAREZ, 1981, p. 10.
[304] DIAZ ALVAREZ, 1981, p. 9.

padronizada de cronologia e utilização em simultaneidade de diversos tipos exumados de barcos naufragados.

O acervo de material anfórico das estações de Âncora e Vilarelho foi parcialmente considerado em tese de Mestrado por M. B. C. C. Paiva[305]. Porém, a quantidade de material exumado mostra vantagem ser apresentado em conjunto, reportado às coordenadas estratigráficas de cada uma das estações e ao ambiente arqueológico dos outros materiais exumados.

O estado fragmentário dos vestígios arqueológicos de *amphorae* não permite optimizar a sua classificação. Mas, já que a investigação lucra com a publicação dos dados disponíveis, contribuindo o somatório de informações de diversas fontes para o progresso do conhecimento, apresentam-se séries de fragmentos, sistematizadas por semelhanças morfotipológicas.

Merecem ainda referência os centros produtores deste tipo de envasamento conhecidos, em geral ligados à necessidade de exportação de algum produto especial[306].

Servindo para o transporte de vinho, azeite, *garum*, cereais, azeitonas, etc., onde quer que um destes produtos fosse a base de trocas comerciais em povoado importante litoral, aí haveria, certamente, um centro produtor destas embalagens. Da foz do Minho havia necessidade de exportar sal, garum e outros produtos. Num centro de bons oleiros e óptimos Barreiros, certamente as embalagens não viriam todas de fora, desconhecendo-se, por enquanto os respectivos fornos.

Dada o morosidade do transporte terrestre, com o risco de tortuosas estradas e maus pisos, com cargas nada concordes com inevitáveis trepidações, o comércio marítimo, o mais directo aos centros consumidores, de cais a cais,[307] era facilitado por este acondicionamento ideal.

Essa vantagem entender-se-á melhor considerando que se calcula que seriam precisos 375 carros, com capacidade de transporte de 400 kg cada um, para igualar o potencial de deslocação de uma nave comercial romana, de tonelagem média de 3.000 ânforas vinárias (780 hl) ou em alternativa, de 20.000 moios de grão (150 t).[308]

Como embalagem comercial no Mediterrâneo tinha tradição no comércio fenício, grego e púnico (III, 297-299; 301). No século IV a. C., da costa tirrena e mares da Sicília, corriam os produtos nas ânforas greco-itálicas com vinhos de pequenos produtores[309].

---

[305] PAIVA 1993.
[306] DIAZ ALVAREZ, 1981, p.11.
[307] numa situação paralela ao que sucedeu no século XVI como comércio das especiarias
[308] CAMBI, 1992, p. 41.
[309] RENDINI, Paola; CELUZZA, Maria G.; CAMBI, F., 1992, p. 40.

Com o fim da 1ª guerra púnica e queda da Magna Grécia e Sicília, os romanos deram-se à tarefa de, continuadores da experiência grega, reorganizarem e expandirem, em seu proveito, a actividade mercantil.

Surge, então, um novo tipo de ânfora greco-itálica, mais alongada, evoluindo para o cilíndrico.

Por volta de 125 a. C. esta variante é substituída pela forma itálica, republicana, a Dressel 1 (III, 301-303), correspondendo a um longo período de grande actividade agrícola e mercantil, de expansão vinícola, com inundação de vinhos itálicos no mercado mediterrânico .São poucas as ânforas Dressel I documentadas, sinal de que a importação do vinho não teve grandes clientela antes do séc. I a. C.

Tituli picti em ânforas do Castro Pretório de Roma (CIL XV, 2, 1899), permitiram datações consulares que, conjugadas com trabalhos arqueológicos em Ventimiglia, onde Lamboglia (1955) se deu conta da existência de variantes formais na Dressel 1, conduziram a maior precisão tipológica e cronológica, subdividindo-se este tipo em três com as seguintes características:

Dressel 1A (140/130 a. C.) (III, 1-4); coexiste com ânforas greco-itálicas; as mais antigas delas são conhecidas nos níveis de destruição de Cartago, 146 a. C.; desaparece entre 50-30 a. C. Delas há datações consulares de 129 a. C. e 108 a. C. .

Dressel 1B (III, 302,2), surge nos últimos anos do séc. II a. C. ; coexiste até final com a Dressel 1A. Alguns investigadores apontam exemplares com cronologia anterior a 125 a. C; o mais recente é datável de 13 a. C. , no Castro Pretório, Roma, com *titulum pictum*. Nesta data, o vinho já não é tido como produto comercialmente interessante nos circuitos comerciais do Mediterrâneo, (Ballester 1995) [310]Delas há datações consulares de 96 a. C. e 90 a. C. Na Dressel 1 B, se embalaram vinhos das ilhas Baleares, onde a instalação de 3.000 romanos hispânicos produziu notável surto de desenvolvimento do cultivo vinícola.

Dressel 1C (III, 303,4), frequente desde o séc. I a. C.; coexiste e termina como as anteriores, entre 50-30 a. C.

Com o Império, a rentabilidade das províncias levou-as a entrar no mercado, reforçando o contingente dos produtos anteriores e acrescentando, em quantidade e apreço, novos .

Da *Hispania* saíam vinhos, azeite, *garum*, entre outras mercadorias e, consequentemente, houve necessidade de abrir novos centros produtores das respectivas embalagens.

Em *amphorae* tipo Dramont circularam vinhos da Laetânia (50 a. C.) e a mesma utilização, para vinhos da mesma origem a cujo comércio se refere Plínio,

[310] Pérez Ballester, 1995, p.175-186.

Velho, tiveram as *amphorae* Pascual I, em que se exportavam os vinhos hispânicos (50 d. C.). Nesse mesmo transporte serviram as Dressel 2 e 3.

Neste período, ânforas Dressel 7-11, e Haltern 70 de produção ibérica circulam em áreas longínquas com diversos produtos: pasta de peixe, *salsamenta, garum*, exportados da Bética e da Lusitânia.

A partir da 1ª metade do séc. I d. C. , na época de Trajano, a produção itálica de vinho não aguenta a pressão de mercado que lhe é imposta pela produção das províncias; chega mesmo a recorrer à importação, invertendo-se o sentido da corrente comercial vinícola.

Da Gallia Narbonense, no séc. II d. C., os vinhos iniciaram uma corrente comercial intensa com a Itália, fazendo forte concorrência e levando a distinção de contentores, conforme a procedência.

Agora os vinhos gauleses circulam nas ânforas gaulesas IV .Os hispânicos nas Dressel 2-4 que aparecem desde os tempos de Augusto (Hesnard, 1990, 52)[311]e têm grande difusão até ao fim do séc. III d. C.

O emprego da Dressel 2 com vinhos da Tarraconense acusa declínio desde época flaviana / fim no séc. II . Daí viajaram os vinhos também na Dressel 3, Dressel 4, Dressel 10 (III, 304, -308).

As ânforas de fundo plano, tipo Gálicas IV, tiveram voga no séc. III. Nas estações Ciividade de Âncora e no Coto da Pena não há, registados, fundos planos de ânfora.

Continuavam, porém, no mercado vinhos especiais, das ilhas do Egeu e do Médio Oriente, para contentar os paladares mais refinados, estes em ânforas de tradição antiga, de perfil fusiforme, helenísticas (III, 357, 4-6).

A partir do século III d. C., na época severiana, a África entra na concorrência comercial, e supre, abundantemente, as necessidades de consumo itálico, fornecendo-lhe vinho, azeite e *garum*, tornando-se, por conseguinte, o maior centro produtor de ânforas, e inundando, mesmo, o comércio do Mediterrâneo Ocidental (III, 299, 1-5)

Ânforas africanas

As ânforas africanas são de pasta fina, dura, alaranjada ou vermelho tijolo (III, 305); têm exterior creme ou amarelo claro, cor explicável pela reacção química originada pela presença de sal na água da amassagem do barro (Fulford 1984). Por vezes o engobe é cinzento ou branco (III, 305,2). Chegaram ao Coto da Pena, Vilarelho, Caminha onde exemplares desta natureza e procedência confirmam este relacionamento comercial, confirmados com outros produtos cerâmicos (III, 304-307).

[311] HESNARD, A et alii 1990, 47-54.

A africana pequena IB - oleária servia para embalar azeite; a africana II (africana grande A, B), produzidas em Byzacena (Tunísia) a partir do final do séc. II d. C., de corpo cilíndrico, colo troncocónico, pé em "fittone", paredes finas, servia para derivados de peixe.

Tripolitanas (III, 321)

Datam de período tardo-romano as primeiras *amphorae* da Tripolitânia, contentores que facilitaram então o comércio romano. Azeite e conservas circulariam nelas; a globular, imitando as gaulesas 4 (Dressel 30), servia no transporte de vinho , (III, 309; 314, 2; 335; 366, 1, 3, 4).

De pasta bicolor, vermelho tijolo no cerne, cinzento em 1/3 mm nas paredes, com desengordurante abundante, branco e fino (inclusões brancas e vermelhas) prolongaram a tradição do fabrico púnico (III, 299). Pastas macias, friáveis de ânfora estão presentes nas estações consideradas, mas a forma fragmentária não permite caracterizá-las na sua forma.

Uma 1ª geração de cilíndricas, eram originárias sobretudo de Byzacena (Tunísia) e da Proconsular.

Uma 2ª geração de cilíndricas mais pequenas (Keay 25), parecida com a Africana 2, viria provavelmente de *ateliers* vizinhos.

Uma 3ª geração de cilíndricas maiores (*Spatheion*) de bordo em colarinho (26/1) ou de pança fusiforme, pé canelado (26/2) transportavam vinho, conservas de peixe, azeite, azeitonas.

Ânforas da Bética

Levaram azeite do Guadalquibir e peixe a Roma. *No Monte Testaccio* acumulam-se fragmentos delas .

Sob Augusto e primeira metade do século I, em ânforas ovóides, fundo afilado, colo alto, esvasado, em colarinho (Haltern 70) circulava o vinho da Bética (III, 338, inteira, reconstituída).

Ânforas fusiformes, fundo afilado, colo alto, bordo esvasado,
São deste modelo as ânforas:
Dressel 7-14 .

Na época de Augusto circulavam as ânforas tipo:
Beltrán 72
Almagro 51.
Dressel 20, para azeite
Dressel 23, para azeite

A africana pequena IB - oleária servia para embalar azeite; a africana II (africana grande A, B), produzidas em Byzacena (Tunísia) a partir do final do séc. II d. C., de corpo cilíndrico, colo troncocónico, pé em "fittone", paredes finas, servia para derivados de peixe.

Tripolitanas (III, 321)

Datam de período tardo-romano as primeiras *amphorae* da Tripolitânia, contentores que facilitaram então o comércio romano. Azeite e conservas circulariam nelas; a globular, imitando as gaulesas 4 (Dressel 30), servia no transporte de vinho , (III, 309; 314, 2; 335; 366, 1, 3, 4).

De pasta bicolor, vermelho tijolo no cerne, cinzento em 1/3 mm nas paredes, com desengordurante abundante, branco e fino (inclusões brancas e vermelhas) prolongaram a tradição do fabrico púnico (III, 299). Pastas macias, friáveis de ânfora estão presentes nas estações consideradas, mas a forma fragmentária não permite caracterizá-las na sua forma.

Uma 1ª geração de cilíndricas, eram originárias sobretudo de Byzacena (Tunísia) e da Proconsular.

Uma 2ª geração de cilíndricas mais pequenas (Keay 25), parecida com a Africana 2, viria provavelmente de *ateliers* vizinhos.

Uma 3ª geração de cilíndricas maiores (*Spatheion*) de bordo em colarinho (26/1) ou de pança fusiforme, pé canelado (26/2) transportavam vinho, conservas de peixe, azeite, azeitonas.

Ânforas da Bética

Levaram azeite do Guadalquibir e peixe a Roma. *No Monte Testaccio* acumulam-se fragmentos delas .

Sob Augusto e primeira metade do século I, em ânforas ovóides, fundo afilado, colo alto, esvasado, em colarinho (Haltern 70) circulava o vinho da Bética (III, 338, inteira, reconstituída).

Ânforas fusiformes, fundo afilado, colo alto, bordo esvasado,
São deste modelo as ânforas:
Dressel 7-14 .

Na época de Augusto circulavam as ânforas tipo:
Beltrán 72
Almagro 51.
Dressel 20, para azeite
Dressel 23, para azeite

Não são raras as marcas de oleiro apostas na pasta em fresco destes vasos. Mas, infelizmente, na zona estudada aqui, quer porque as usadas marcações de origem dos produtos, destino e quantidade, eventualmente terem sido pintadas com material perecível, quer por as marcas de oleiro não serem literais, não nos é permitido avançar muito nestes aspectos; há notícia de uma inscrição aparecida em *amphora* de Coto da Pena, lamentavelmente sem ter chegado à mão dos investigadores credenciados.

Em Santa Tecla algumas matrizes estampadas de fabricantes se documentam: EREN, ARO; igualmente, no barro fresco uma ânfora tem em cursivo: E W W. L Beltrán refere ainda, das escavações de Peña Santos: LH, LHO.

A organização do comércio, para identificação dos produtos, origem e quantidades, levou ao uso de marcas, grafitadas ou pintadas nestes vasos com indicação de peso das taras, do produto, origem e data de embarque. Vestígios indecifráveis apenas se documentam numa das anforetas referenciadas, indiciando cronologia romana.

Anforetas (III, 373-375

Aparentadas às ânforas, de pasta similar mas de reduzida dimensão, foram retiradas uma do rio Lima, outra do rio Minho no Cabedelo de Caminha. Os dois exemplares, sem asa, têm pé atrofiado e são similares. Anforetas com pé desenvolvido foram encontradas frente a Tui, no Minho, e em lugares ao largo da Galiza, num número representativo, dezasseis exemplares. Tem sido bastante polémica a datação destes objectos, já que semelhantes são encontrados de galeões do séc. XV-XVI; serviriam para transporte de azeite, vinho, vinagre, aguardente, mel[312] e, acrescentam outros, breu para calafetagem dos barcos[313]. Esta última utilidade deixaria resíduos nas paredes internas o que parece verificar-se, pelo menos no exemplar do rio Lima existente no Museu Municipal de Caminha, que tem um grafito na pança. Tem breu e vestígios de esparto no interior, o que lhe assinala essa outra utilidade. Teria servido igualmente como farolim de navio, cheio de materiais inflamáveis e mecha. Para tal parecem terem servido primariamente as anforetas encontradas nos mares da Galiza, dado o seu perfil fusiforme para introdução do pé em abertura circular em tábua acoplada ao topo dos mastros, nos cestos de gávea. Diferem das expostas no Museu Municipal de Caminha, na textura da pasta, mais depurada, na cor rosada e no perfil (III, 368; 369).

Vasos rituais

É assim considerado o *dolium* decorado com mamilos tubulares em exposição no Museu Municipal de Caminha, procedente da Cividade de Âncora (A C F Silva 1986, Est. LX, 2,), (III, 238).

---

[312] DIAZ ALVAREZ, 1981, p. 85.

[313] Mário e Rosa Varela Gomes encontraram similares no Funchal , na Casa de João Esmeraldo; Na rota das armadas são frequentes paralelos. GOGGIN, *Olive jars*, 1960. Almadan, II série, 9, Almada 2000.

Relevos escultóricos de carácter funerário que associam o uso de vasos semelhantes na recolha de mosto dos lagares de vinho, além do simbolismo ritual que lhes apontam, não deixam de levar a concluir que tais vasos eram realmente utilizados nessa função.

Ao simbolismo no ritual funerário estão associadas as urnas, que são dos vasos mais singulares aparecidos nas margens do Minho. Materializando variantes com um espectro de dispersão desde a costa galega à Póvoa de Varzim e em ambas as vertentes para o Minho.

Urnae (III, 98)

1 tipo vaso de Âncora b) (III, 112, 3);

2 tipo Âncora a) e Santa Tecla, com 4 asas e perfurações de suspensão, bordo com largo aro horizontal interno, em coroa circular, em plano inferior ao do lábio (III,108,3);

3 tipo Vilarelho, sem asas, com perfurações de suspensão apenas, bordo biselado (III, 109);

4 tipo Troña[314], ombros côncavos (III, 133)

Exemplares de cerâmica romana reproduzindo estes tipo de urnas são conhecidos: vasos feitos à roda, de aba larga, oblíqua, de pasta clara com engobes creme, decoradas por incisão com barras envolventes de motivos geométricos, em repetição simples, círculos inscritos e losangos reticulados; documentam-se em Saliento, Itália, séc. VI a.C.. C (Archeo, Attualitá del passato, 7, Instituto Geografico de Agostini, Roma, 1985) .

Vasos utilitários de higiene e de iluminação

A enriquecer o ambiente da sala de refeição havia vasos de carácter supletivo e funcionais em determinadas circunstâncias, entre eles:

matella fictilis (Cato) - vaso posto no chão das salas de banquete, não raro com decoração humorística e alusiva às necessidades fisiológicas dos convivas que dele se serviam com a naturalidade autorizada pelo costume (III, 260).

matula - *matella* mais pequena de uso individual.

A iluminação, quando necessária, era garantida com variedade de :

[314] HIDALGO CUÑARRO, J. M., 1997

lucernae (III, 377)

No Coto da Pena, Vilarelho, uma lucerna de depósito aberto, forma fragmentária pode interpretar-se quer como tal quer como "pezunha" (à letra, unha de pé, ou unhaco) que, no costume dos povos pastores, servia de biberão para crianças[315] (III, 372, 1). Vasos de reduzida dimensão (III, 372, 2) podem, em alternativa a ser interpretados como *pocula*, se cheias de cera ou gordura, ser lamparinas. Exemplares de *lucernae* romanas (III, 3, 4, 5), embora raras, documentam-se as duas últimas na destruição, provavelmente pelos suevos, da *villa* romana de Afife.

Transformação artesanal de matérias-primas
Fiação e tecelagem

Ligada à agricultura e ao pastoreio está a arte de confecção do vestuário.

A mais antiga informação referente aos instrumentos de fiação vem-nos através de documentação iconográfica, sobretudo em murais, do Egipto e de vasos gregos que reproduzem a legenda de Penélope esperando por Ulisses /I, 152).

Chegaram até nós fusos e fusoilas (III, 86) e pesos de tear castrejos a confirmar, entre os indígenas do Noroeste, uma utilização paralela à documentada nessas pinturas (III, 87-90; 91, 3-4) e romanos (III, 92). Porém, as operações de tecelagem não estão ainda totalmente esclarecidas. As representações parecem documentar processos de alguma dificuldade prática, descrevendo os modelos atendendo mais à tradução estética que funcional.

Além de pesos havia objectos cerâmicos e de pedra com duas ou mais perfurações, que serviam de separadores dos fios da urdidura e que permitiam deslocá-los e torcê-los, fazendo tecidos com malha entrançada (III, 91, 1-2).

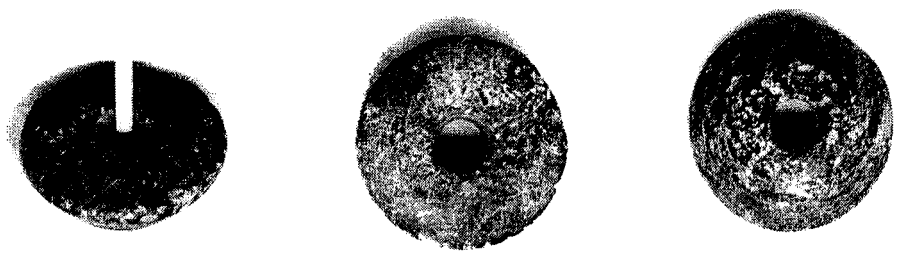
A fiação da lã e do linho foi actividade quase sempre exercida em regime de artesanato doméstico. Era considerada natural essa actividade, e mesmo nobre a avaliar pela existência de cossoiros com esmerada decoração, de marfim e até de ouro.[316] Da legenda das Parcas à lenda das fadas que adormecem com encantamento os incautos pela picadela do fuso, fica perpetuada a actividade da fiação, das mais necessárias e generalizadas.

Sabemos com que naturalidade as mulheres do campo, há bem poucos anos atrás, associavam essa tarefa com as mais diversas ocupações.

O instrumento auxiliar no torcer do fio foi, na foz do Minho, a fusoila, constando de um eixo de madeira e um volante, o cossoiro, geralmente de barro,

[315] SARMENTO , 1999 p. 21.
[316] GOYAU, R.; CAGNAT R. 1986, p. 172

modelado e cozido, não raro com decoração apropriada traduzindo movimento (III, 91;). São bastante frequentes os espécimes de reaproveitamento de fragmentos cerâmicos, fundos e paredes e até discos de rochas, perfurados (VIL79F4(03); (VIL79D'6(02); (III, 91, 3-4).



Cossoiro de quartzo torneado de coto da Pena, Vilarelho -VIL79F4(03)

Amostragem de *pondera*

Ref.	Peso	fracturas simples	fracturas angulosas	perfil simétrico	perfil irregular
VIL85C'7(00)	45g	X		X	
VIL85D'5(02)	50g	X		X	
VIL85D'5(02)	50g	X		X	
VIL85D'6(04)	50g		X	X	
VIL85D'6(05)	50g	X			X
VIL85C'7(06)	40g		X		X
VIL85E'7(06)	50g	X		X	
VIL85E'7(06)	47g	X			X
VIL85C'7(01)	45g	X		X	
VIL81C'7(01)	45g		X		X
VIL87G6(01)	35g	X		X	
VIL85G6(01)	25g		X		X
VIL85G4(01)	50g		X		X
VIL85G'7(01)	30g		X		X
VIL85E'7(01)	40g	X		X	
VIL85D'6(04)	50g		X	X	
VIL85D'6(04)	60g		X		X
VIL85F6(04)	50g		X		X
VIL85F6(04)	125g		X		X
VIL85F/G6(04)	50g	X		X	
VIL85G4(04)	75g	X		X	
VIL85G6(04)	70g		X		X
VIL85G6(04)	50g		X		X
VIL82D'5(02)	75g	X			
VIL85D'5(02)	50g	X		X	
VIL85D'5(02)	45g	X		X	
VIL85D'7(02)	40g	X		X	
VIL85D'7(02)	90g	X		X	
VIL85G5(02)	25g		X		X
VIL85G5(02)	20g	X	X		
VIL85G5(02)	25g	X		X	

Nas dezenas de pesos existentes parece haver o cuidado de usar seixos calibrados no peso para manterem uma equilibrada distensão na urdidura.

No acervo etnográfico do museu de Caminha, existe um exemplar de fusoila com o respectivo eixo, torneada em madeira; por estas zonas era o instrumento tradicionalmente usado, como aliás ainda em Trás-os-Montes.

O fuso actual, mais frequente no país, é um eixo alongado mais espesso na base, que, por isso, gira com multiplicada velocidade a cada corrupio imprimido pelos dedos ágeis da fiandeira. A antiga utilização de um volante discoidal tinha essa função de aproveitar o impulso dado em movimento rápido e continuá-lo por inércia.

Pinturas da antiguidade egípcia celebrizam a habilidade de algumas mulheres que conseguiam fiar com dois fusos em simultâneo. Aí, os homens fiavam também, mas fio grosso para as fainas da pesca.

Alguns modelos de fusoilas suscitam dúvidas aos arqueólogos quanto à sua real utilidade, pelo seu diminuto tamanho e morfologia, parecendo que muitos deles, considerados cossoiros pelas publicações arqueológicas, seriam possivelmente botões ou contas de adorno, mesmo quando de cerâmica, e até cursores de ábacos (III, 86, 1).

Parceira do fuso era a roca, simples pau (roquil) onde se enovelava a estriga de linho ou a maçaroca de velo de lã, ou mais elaborada, de cana, aberta num dos tramos extremos dos entrenós e mantida alargada com uma patela no interior, de que há exemplos arqueológicos

A abundância e dispersão de patelas cerâmicas nos recintos domésticos tem levado os arqueólogos a sugerirem para elas uma explicação utilitária de preferência a lúdica; associadas não raro a volantes de fuso, às fusoilas, seriam objectos com elas relacionadas, pretendendo alguns que as de maior dimensão seriam plaquetas utilizadas para distender as hastes nos entrenós dilatados das rocas de fiação, quando de cana (III, 86, 4-5).

A tecelagem era provavelmente feita em tear vertical, tal qual nos é representado pelas pinturas de vasos gregos e antes nos murais egípcios. Uma actividade tão necessária e tão continuamente exercida conduziu a uma progressiva especialização e adequação dos instrumentos.

No tear vertical dispunham-se paralelamente os fios da urdidura, mantidos em tensão por pesos de pedra, calibrados, atados com laçadas nos entalhes laterais. Há deles profusão nos recintos domésticos. Muitos têm sido designados por pesos de rede. Certamente que na actividade piscatória não seriam diferentes; aí teriam a função de manter a rede em posição vertical, suspensa de flutuadores à tona da água. Entre os romanos eram vulgarizados diversos modelos de pesos em argila, uns de secção quadrangular, outros circular

O tecido ia-se fazendo com o entrosamento da trama, passando entre os fios da urdidura que se levantavam alternadamente, os pares e os ímpares, por meio de liços presos a uma vareta.

Para o fios da trama ficarem aderentes uns aos outros, era necessário batê-los com uma régua. Não era muito cómoda essa operação, feita, constantemente, de baixo para cima como alguns etnólogos pretendem, e que, não raro exigia a presença de mais uma pessoa na tecelagem. Para obviar a essa dificuldade surge a evolução para os teares horizontais que cedo foram aperfeiçoados, mudando a posição do operador, mais frequente operadora. É esse o tear que chegou até nós, embora povos norte-africanos ainda usem, para trabalhos de perfeição, aparelhos ainda verticais, com o tecido a acumular-se na parte inferior, batendo a trama de cima para baixo. O modelo mais simples e funcional aparece-nos documentado desde o Império Médio do Egipto, já com liços a separar a urdidura, e paus a separar, alternadamente, os seus fios para passagem da trama.

Tecia-se lã e linho. De linho se vestiam as estátuas dos deuses desde a terceira dinastia de Ur[317].

Na fiação e tecelagem do linho que, se plantado nas regiões temperadas, fornece fibras alongadas e resistentes, atingiu-se grande perfeição tecnológica e produziram-se panos de qualidade, uns finos, outros mais espessos conforme os diferentes destinos.

Por Estrabão sabemos que no Noroeste eram de linho as "armaduras", os saios dos guerreiros, e com linho se pagavam os tributos.

A lã, segundo o código de Urukagina, era por imposição lavada antes de fiada.[318] É interessante recordar que ainda hoje é diferente a maneira artesanal de fiar lã da do linho. Este é considerado matéria limpa que é constantemente ensalivado ao torcer, ao contrário da lã que nunca vai à boca.

À lã da Bética se refere Estrabão, na *Geographia*, III, 2, 6, e *Plinius*, VIII, 191. e *Martialis*, XII, 63, 3-5.

Estrabão fala-nos da existência do linho e da boa qualidade dos panos, mas nada do seu cultivo. Mas era, tal como nos nossos dias, arrancado, posto a secar, apisoado ou maçado, liberto da ganga (tomentos) e sedado para depois serem as fibras finas sujeitas a fiação. Do grau de depuração dependia a espessura e qualidade do tecido: de tomentos, de estopa, de linho fino.

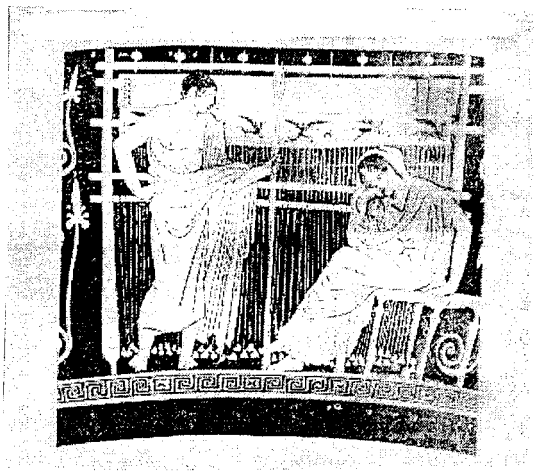
Quando não reduzidos a fio, os subprodutos da cardagem do linho, nomeadamente a estopa, eram usados com breu na calafetagem de barcos e como mecha nas lucernas.

Os tecidos eram apisoados e corados. É por demais conhecido o gosto dos fenícios e o proveito que tiraram da púrpura. Não seria tão abundante o múrice tintureiro; talvez que a alternativa, nesta zona do Minho, fosse o *minium,* o zarcão

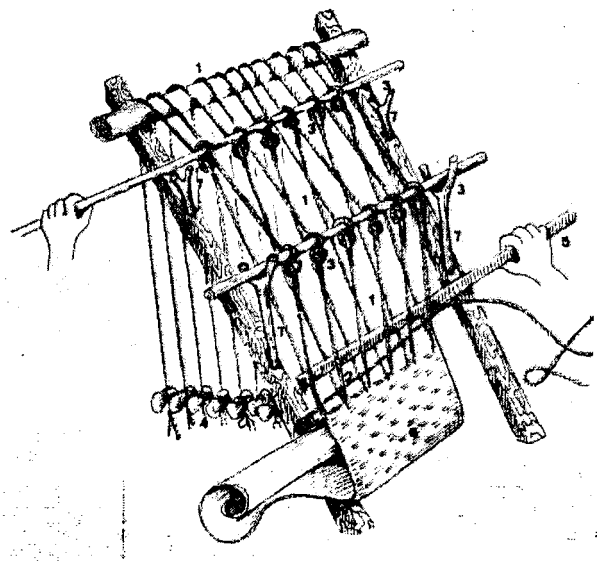
---

[317] *Goyau ; Cagnat* 1986, p. 172.
[318] *Goyau ; Cagnat* 1986, p. 172, citando M. Lambert – *Revue d'assyriologie*. 50, p. 172.

ou vermelhão que abundava. Um povoado galego, Barro da Tinta, em Acevedo, Oia, deve o nome à aplicação do seu barro em tinturaria.



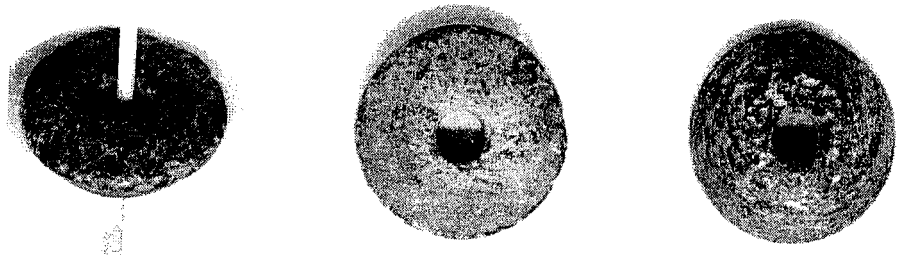
O tear vertical castrejo era similar ao usado pelos gregos



Peças do tear vertical castrejo
1- Urdidura
2- fio da trama
3- barras dos liços
4- pesos
5- régua de bater a trama
6- pano tecido
7- apoios das barras dos liços

São inúmeros os *verticilli*, volantes de fusos e os *pondera* dos teares nos recintos domésticos.

Fusoila com volante de madeira em uso na Serra de Arga, Freguesia de Dem, onde o artesanato da fiação do linho e da lã persiste.

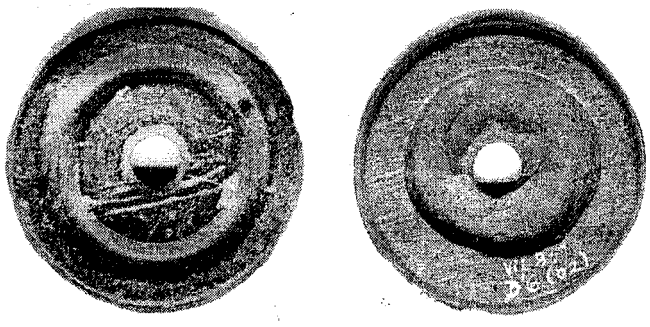


Cossoiro de quartzo torneado de coto da Pena, Vilarelho -VIL79F4(03)

Amostragem de *pondera*

Cossoiro de quartzo torneado de coto da Pena, Vilarelho -VIL79F4(03)

Fundo de vaso cuidadosamente aplanado de cerâmica de pasta cinzenta depurada, rara mica, de óptima cozedura, feita à roda e brunida . VIL89D'6(02).



Fundos de vasos eram aproveitados para volantes de fuso.

Nas dezenas de pesos existentes, de que se dá uma amostragem, não da mesma urdidura, parece haver o cuidado de usar seixos calibrados no peso para manterem uma equilibrada distensão na urdidura.

Nos estratos mais antigos parece haver uma preferência por godos de maior tamanho, circunstância que poderá estar relacionada com o tipo de tecido; os entalhes são mais profundos e feitos com maior mestria.

Era pois longo o caminho que levavam as fibras para se tornarem fio, depois pano e por fim roupagem.

O linho e a lã, transformados em fio por trabalho individual, quase contínuo, feito simultaneamente com outros trabalhos, por causa da quantidade requerida, alimentavam a tarefa de tecelagem em teares, não necessariamente exercida em todos os agregados domésticos. A adequação dos teares ao fabrico de panos mais finos e a influência romana, fê-los evoluir, adoptando-se pesos mais normalizados de argila cozida, uns de secção rectangular para uma ou mais perfurações, outros de secção circular.

O tear vertical castrejo era similar ao usado pelos gregos.

Além das fibras mencionadas para fiação, tinham nalgumas circunstâncias vantagem as do esparto, lembremos *Carthago Spartaria* do *Itinerarium Antonini*[319] e a referência de *NH, Plinius*, XXXI, 14. Cestos, cordas, etc. seriam feitos desse material. Podemos acrescentar o junco, ainda usado na confecção de vestuário de chuva para os pastores, as "croças".

Vestuário, diferenciação segundo sexo, actividade e status

Para sabermos o tipo de peças de roupa em uso, para determinadas épocas, temos de recorrer aos dados da iconografia e aos testemunhos literários.

Era específico o traje de homens e mulheres. Aqueles usavam o *sagum*, exemplificado na estatuária dos guerreiros ou a *caracalla minor*, túnica curta, cintada, de origem gaulesa, aberta por diante, que S. Jerónimo compara ao *ephod* dos sacerdotes hebreus, e a *caracalla maior*, túnica similar, mas mais comprida.

[319] *Ibidem*, p. 396.

Sobre a *caracalla* os romanos vestiam o *sagum*, a modo de manto, diferente do assim designado e usado pelos guerreiros indígenas[320], mais parecido com a *caracalla minor.*

Referências a estas peças de roupa encontramo-las, a respeito do *sagum* romano = *paludamentum* = manto, em T. Liv. XXVII, 19, em Strabo, III, 3, 7., em Appianus, *Hist. Hespaniae* 42, e em Diodoro, V, 33. [321]

Para se perceber melhor em que consistia esta peça de vestuário e as suas diferenças, até identificativas de *status,* atentemos em que, sendo parte do uniforme militar romano, o usado pelo soldado se chamava *sagum gregale*, o dos oficiais, *sagulum*, e o do general, *paludamentum;* teriam a mesma função, diferindo no aparato.

As mulheres indígenas do Noroeste vestiam de comprido com vestuário muito ornamentado, bordado, diz Estrabão, levando a pensar os etnógrafos que aí estará a génese do garrido vestuário minhoto, e velavam a cabeça, se atendermos aos dados da iconografia.

A complementar o vestuário com sentido de utilidade e comodidade usavam-se adereços: *fíbulae* (III 86;87,1-5), botões, colchetes, presilhas (III, 87, 6), cintos, alguns de puro aparato. As mulheres, na acomodação e enfeite do cabelo, apreciavam alfinetes de diverso tipo e mesmo jóias (III, 88,14).

[320] *Dion Cassius*, LXVIII, 3.
[321] DORIGNY, Al. Sorlin – *o. c.*, p.1008.

Olaria

Era importante e necessária a produção de contentores para diversos fins.

O seu fabrico, em especial, o de vasos necessários para as tarefas domésticas desenvolveu a aptidão dos artesãos na utilização de um material extremamente abundante, mesmo de relativa pureza, plasmável, a argila, que cozida adquiria solidez e consistência, tornando-se sumamente prática e vantajosa no transporte e conservação de líquidos e sólidos, e para cozinhar.

De presença abundante no espólio cerâmico arqueológico porque não degradável, assinalando na evolução de formas a qualidade e habilidade dos oleiros e exigência dos utilizadores, permite a sua análise e confronto estratigráfico inferências de carácter cronológico, de avanço tecnológico. A olaria era uma actividade exigente de dotes artesanais e artísticos e os seus produtos informam-nos dos costumes domésticos, relacionamentos, volume e frequência de trocas, tipo de contentores e de produtos comerciados, e muitas outras informações sobre matérias-primas e natureza dos solos.

A morfologia dos vasos e a técnica de produção fundamentam estudos de frequência e dispersão, determinação de agrupamentos culturais, zonas de influência e respectivas áreas de incidência e a verificação de contactos.

O cuidado da leitura das jazidas *in situ*, não raro, permite interpretar circunstâncias da finalidade, última utilização ou inutilização e leva-nos a melhor compreensão dos fenómenos de aculturação e dos costumes das sociedades indígenas.

A plasticidade da cerâmica e a facilidade de receber decoração, em que o Homem podia exprimir a sua artística criatividade, tornaram a argila material apropriado para diversos instrumentos e objectos de cómodo e agradável uso, fazendo-a a mais útil matéria-prima e o fóssil arqueológico mais frequentemente estudado.

De barro, apesar da fragilidade, além de vasos, foram confeccionados também inúmeros instrumentos artesanais e domésticos, moldes de fundição, fusoilas ou cossoiros, pesos de tear, roldanas de tear (III, 86,3) e patelas, e objectos de adorno, contas de colar, botões de vestuário (III, 86, 1).

A grande utilidade da invenção cerâmica encontra-se na possibilidade de com ela se confeccionarem contentores consistentes. Com a descoberta de processos de cozedura pelo fogo em substituição da secagem ao sol, e de modos de impermeabilização facilitou-se a armazenagem extremamente útil de líquidos, alguns de difícil contenção, derramáveis devido à faculdade de se escaparem, por capilaridade, pelas porosidades dos contentores não devidamente tratados.

As cerâmicas mais antigas publicadas, encontradas na área do Minho, procedem de monumentos megalíticos e túmulos do Bronze Inicial, no geral, vasos de perfil simples, troncocónico, mais vulgarmente de barros claros e fraca cozedura, alguns já com asa de preensão .

Exemplares de vasos de recintos dolménicos foram referenciados por M. Sarmento e divulgados por Eduardo Jorge Silva, Susana O. Jorge e Domingos Cruz (II, 11, 2.15; 12, 2.20; 12, 2.21; 15, 2.48; 18, 2.66; 22, 2.104).

Proveniente de necrópole de inumação, atribuído ao Bronze Inicial, A .C. F. Silva *et alii* publicaram um vaso da Chã de Arefe (III,21), Barcelos e, no Museu de Viana do Castelo está exposto um vaso em chapéu invertido.

Em concelhos mais a Sul são de mencionar outros sítios com espólio cerâmico do Bronze, S. Bento de Balugães e S. Paio de Antas. Do Bronze Final há, nas margens do Minho, vasos documentados no Coto da Pena, Caminha.

Até e durante o Bronze Final são de fabrico manual os vasos cerâmicos, muito embora possuam uma regularidade de simetria axial deveras surpreendente, em alguns casos.

Eram cuidadosamente modelados nas mãos de hábeis oleiros. Séculos de artesania desembocaram na invenção de instrumentos auxiliares no voltear mecânico das peças a elaborar, na roda.

O artesão é proverbialmente conservador de gestos de laboração quase rituais; ainda recentemente vasos inexcedíveis em perfeição de simetria se faziam sem roda no artesanato das Canárias, para não lembrar as produções africanas e dos ameríndios.

É notável, durante o período de feitura manual, a par de elegância de formas, a variedade de tecnologia e profusão decorativa, podendo-se, na gramática usada, vislumbrar correntes e influências de longa distância, sendo notória uma certa afinidade de composição em largos espaços territoriais. O pontilhado, a incisão na pasta fresca e a "grafitagem" (riscando-se o desenho na pasta previamente seca, antes da cozedura), a decoração a brunido, e, numa segunda fase, a estampagem (III, 111, 4; 115; 117-127), por vezes de matrizes difíceis de explicar por invenção simultânea e que atestam, pela sua singularidade, influências e correntes de contactos exógenos, mesmo circulação de matrizes decorativas que, pelo recorte do desenho, deviam ser metálicas.

É ainda difícil de precisar a data em que o torno entrou na prática corrente do fabrico local da cerâmica de vasos. Vasos atribuíveis ao século V a.C. acusam emprego de estampagem que, pelo seu recorte, são devidos a matrizes utilizadas em cerâmica e na punção de metais, certamente vindas do sul com movimentações de célticos e de túrdulos. Com decoração por roleta associada a estampagem (Séc. VI / V a.C.)[322] e vasos feitos à roda, de importação ou tecnologicamente dependentes de vagas de imigração (Séc. VI a.C. provenientes

[322] Fase II de Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul

do Sul, são conhecidos pelos arqueólogos[323]. A partir do século III a C. a roda estava vulgarizada. Com a nova tecnologia os oleiros reproduziram em continuidade formas com filiação em modelos anteriores como podemos verificar nas séries apresentadas pelos descritores (A. C. F. Silva 1986).

A cozedura dos vasos modelados era feita por processos rudimentares, não necessariamente em estruturas especiais, como ainda nos nossos dias. Na zona de Amarante, v.g., cozem-se os vasos secos em fossa, acendendo-se sobre eles fogo em lenha previamente disposta, que se vai acrescentando para prolongar a operação de cozedura. Mas o procedimento tradicional mais vulgarizado, a soenga, é mais eficiente. Em espaço preparado, empilham-se os vasos em pira estável, rodeados de lenha; cobre-se a meda assim feita de torrões, deixando aberturas na base para atear o fogo, acrescentar lenha e para circulação de ar para uma chaminé aberta no topo. Conforme se pretenda louça clara ou enegrecida, processa-se a cozedura com circulação de ar ou se cobre o conjunto, abafando-o com terra durante o tempo necessário.

A romanização normalizou as operações cerâmicas, na modelação e, sobretudo, na cozedura, vulgarizando a roda de oleiro, mais rápida, e o forno com *praefurnium*, câmaras de aquecimento e de cozedura separadas por grelha.

Nesta zona do Baixo Minho com óptimos barros e tradição de olaria desde tempos pré-históricos e proto-históricos, na romanização devia ter fornos em laboração.

É apenas desconhecido em Vila Nova de Cerveira, documentado por C.A.B. Almeida (1996)[324] numa villa que escavou junto do Forte de Lobelhe. Numa zona onde, assinalada por assentamento castrejo com ocupação para além do século I, com sigillatas hispânicas, vidros, havia um forno cerâmico com fornalha assinalada pelo saibro calcinado, câmara de aquecimento de 0,88m de comprimento x 0,73m de largura x 0,73m de altura, onde assentvam pilares de pedra em número de cinco que sustentavam a grelha. Segundo C.A.B Almeida, a grelha não seria, como usualmente de barro, mas de lajes de granito, espaçadas para permitirem a passagem de calor para câmara de cozedura. A tipologia da construção é bastante singular, mas a ausência de espólio não lhe permitiu estabelecer cronologia, relacionando-o com a villa em que está inserido.

Devido à múltipla variedade de formas, tem merecido a muitos estudiosos da cerâmica arqueológica, especial cuidado a normalização da terminologia a empregar para identificar cada um dos objectos em análise. É tarefa difícil, que não tem recolhido consenso total, a de designar os espécimes com nomes actuais. Há hábitos perdidos, alterados, novos, e, correspondentemente, outras atitudes, costumes e objectos de serventia diferentes, quer no cozinhar quer no serviço dos alimentos. Acresce que o nome dos vasos de utilidade comum e de forma mais persistente traduz-se em provincianismos diversificados pela riqueza vocabular da língua, existindo simultaneamente para a mesma peça, não raro,

[323] A C. F Silva e R. S. Centeno detectaram um estrato de cerâmica à roda em Romariz, Vila da Feira a indiciar a presença de Túrdulos na região, como se veio a comprovar pela epigrafia das tesserae hospitales de Monte Murado, Gaia.
[324] ALMEIDA C.A.B 1996, p. 80-84.

muitos termos, equivalentes no estádio actual da evolução linguística, se bem que, em tempos anteriores, pudessem ter tido significado diverso ou mais restrito.

Optar por uma terminologia alfanumérica, seria uma solução e a ela nos reportamos para menção de paralelos dos descritores que a usaram.

Porém, para designar grandes conjuntos, recorremos para a época romana aos nomes utilizados pelos clássicos, aplicando a mesma terminologia aos instrumentos que cumpriam as mesmas funções nas populações indígenas. Por comodidade, para a Proto-histórica, segue-se a nomenclatura latina que veio a ser usada pelos romanos para designar objectos similares, o que se tem revelado de utilidade quando comummente aceite. Mesmo assim, a escolha não se revelou fácil; procurando, para os objectos mais comuns, a terminologia adequada, depara-se-nos uma dificuldade análoga à actual de harmonizar e unificar termos diferentes aceites para um mesmo objecto num latim então ainda língua viva.

Desse esforço resultou uma listagem de nomes, facilitada por recurso a léxicos especializados, para encabeçar os conjuntos diversos de vasos de depósito, confecção de alimentos e de serviço das refeições[325].

Metalurgia

O domínio das técnicas da metalurgia, de prática não generalizável, impuseram especialização compatível com uma procura tanto maior quanto estabeleciam desigualdades de força nos conflitos.

O exercício do trabalho da fundição dava prestígio. Os vencedores dispunham dos fundidores como espólio de guerra para seu serviço.

A Natureza, imprevisível na distribuição dos recursos, nem sempre existentes nos lugares de mais cómodo acesso, obrigou o homem a fixar-se para os explorar.

A assimetria de distribuição do cobre no oriente mediterrânico, reservando para o norte da Península o estanho, fez com que fossem, também, identificadas estas paragens com as Cassitérides.

Fenícios e depois gregos, sobretudo a partir da fundação de *Massilia*, vencendo o medo da pirataria dos tirrenos e a concorrência dos cartagineses, tentaram implantar-se com domínio e explorar os recursos estratégicos, sobretudo o estanho. Vencidos os púnicos, julgaram os romanos ter mão livre sobre a *Hispania* e suas riquezas e progressivamente lutaram para conseguir o domínio da exploração.

---

[325] PEREIRA, A.; FOLQMAN, C.1938.

Contactos com o mediterrâneo, directos e interpostos, trouxeram a tecnologia da metalurgia que chegou cedo à Foz do Minho. Há aí produtos metálicos desde o Bronze Inicial, adereços de ouro (diadema de Água Branca), pontas e espadas de cobre (Horizonte de Atios/ Água Branca, (III, 19). Do Bronze Final há fundição na Senhora do Crasto de Goíos: forno, relheiras, trezentos machados de talão (III, 88,6). No Coto da Pena, é igualmente documentável a fundição com materiais do Bronze Final: foice de talão (III, 80), fíbulas Alcores e Acebuchal (III,86, 1-2), pingentes (III, 88,1-3) e cadinhos (III,73, 1-3); da época do Ferro, coquilha de fundição de torque no Coto da Pena (III, 74); e da romanização, moldes de fundição de sítulas em Santa Tecla e Santo António de Afife (III, 75).

A intensa procura de metais não se compadecia da dureza e insegurança do trabalho de minas, que haviam de servir de lugar de condenação, *ad metalla*; e, certamente, foi pretexto de exploração humana e escravatura e complexificação social e de povoamento.

A descoberta dos minérios metalíferos, de processos de fundição e associação em ligas, da solda, possibilitou revolucionar a operacionalidade dos instrumentos e a eficácia do trabalho, potenciando a capacidade de esforço e domínio físico e até o aparato.

O domínio da metalurgia foi factor determinante no progresso da humanidade. Razões de vária ordem, testemunhos históricos, referências clássicas, vestígios arqueológicos, exigências tecnológicas, problematizam a origem da descoberta, a cronologia e a prioridade do metal a que primeiro se aplicou a tecnologia de fusão.

Nem se pode ser simplista a ponto de aceitar sem discussão, com base no escalonamento didáctico por Idades, do Cobre, Bronze e Ferro, assentes no progresso metalúrgico como a tradição refere, e se o conhecimento da produção de ferro precedeu ou não a tecnologia do bronze.

É muito natural que as tentativas de fundição tenham experimentado o ferro simultaneamente ou mesmo antes do cobre e a mistura deste com estanho.

Mas, enquanto que no caso do cobre, estanho e a liga de bronze se permitia, com carvão de madeira, obter grandes quantidades de material fundido, o mesmo não se passava com o ferro, de que se desconheceu o processo de fundição por redução pelo coque até muito tarde.

A liga de bronze cedo surgiu no extremo peninsular e margens do Minho. Seria natural que assim sucedesse em virtude dos contactos com povos mais avançados tecnologicamente que aí se abasteciam de cassiterite.

A riqueza em minérios que interessavam a outros breve interessou os próprios, adquirido o conhecimento de utilidade e tecnologia de transformação, conseguindo realizar instrumentos similares e enquadrar-se a par do momento

tecnológico com produtos altamente padronizados e similares num vasto horizonte cultural.

Na serra de Goyán, de tentativa frustada de extracção de rocha, ficaram para testemunho guilhos de bronze fixos no granito, tipo de machados planos. Na Serra de Góios, que a defronta na margem esquerda (estranha similitude de nomes talvez a sugerir etnicidade relacionada) mais de trezentos machados de argolas foram descobertos, além de um forno de fundição.

O conhecimento e prática de tecnologia de fundição, estruturas montadas onde se fundia cobre e estanho, aliada à presença de outros minérios, deu ocasião à tentativa de lhes aplicar a mesma operação, observando os resultados. Não se sabe quando foi introduzida a laboração do ferro entre nós. Em ambiente de Bronze Final conhece-se em Baiões, São Pedro de Sul um punhal de ferro encabado em empunhadura de bronze a que, por isso, alguns arqueólogos querem atribuir cronologia mais recente ou diferente procedência do punhal ou da lâmina[326]. Se lá chegou o conhecimento da tecnologia do ferro vinda do Mediterrâneo, igualmente fácil era chegar também à foz do Minho.

Continuamos, entretanto, na linha de Hesíodo[327]que interpunha entre a Idade de Ouro e a do Ferro, a do Bronze. *Lucrecius* justifica a cronologia aceite pela facilidade de fundição, manuseamento e maior abundância:

Et prius aeris erat quam ferrus cognitus usu,
Quo facilis magis est natura et copia maior...
Inde minutatim processit ferreus ensis.

Pela Ilíada somos informados que o bronze era aplicado nas armas e o ferro em instrumentos agrícolas e utensílios domésticos. Na Odisseia referem-se, porém, armas em ferro e Aquiles, no funeral de Pátrocolo, oferece uma porção de ferro.

Do ferro, que conheciam, não conseguiam senão pequenas massas e reduzidos objectos. Acrescia que a oxidação o corroía facilmente. Era obtido por aquecimento das massas ferrosas, submetidas ao malho na forja; por isso os instrumentos recuperados destroem-se por camadas, à medida que a oxidação faz aumentar o volume.

Nas escavações de Micenas, Schliemann detectou pequenos objectos de ferro que datou do séc. VI. a.C.

Alguns investigadores questionam a prioridade de certos objectos de bronze, armas micénicas com incrustações, que, a seu ver, requereriam objectos de ferro anteriores para os produzirem os entalhes onde aplicaram outros metais.

Os contactos de *know how* queimariam etapas para certos povos, no domínio da metalurgia. *Rawlinson*, em *Five great monarchies*, I, p. 99, faz recuar

[326] SILVA, A. C. F. 1986, Fig. XC, 1.
[327] HESÍODUS – *Opera et dies*, 150.

o descoberta da metalurgia (inclui ferro) para 4.000 a.C. na Caldeia. Deles aprenderam egípcios e fenícios e, depois, gregos.

Porém, para contradizer um tanto a chegada da tecnologia do ferro e a expansão, entre nós, do uso de pequenos objectos de ferro, que seriam úteis para burilar e perfurar o bronze, dada a maior dureza e a facilidade em o obter, é de notar que nos inúmeros objectos do nosso Bronze Final, alvados e perfurações de rebites são obtidos por engenhosos processos aquando da fundição por cera perdida, com preenchimento de tesselos e não por brocagem posterior dos produtos.[328]

A Península Ibérica foi uma das fontes de recursos mineiros, nomeadamente no Noroeste a zona do Minho (II, 6.38-6.83). A procura da cassiterite e a sua abundância fez relegar para segundo plano a sua riqueza em ferro. Mesmo durante a Romanização continuaram os indígenas a usar lanças de bronze.

Segundo Estrabão, deve-se aos Dáctilos, na Frígia, a invenção do ferro[329], no que é corroborado por Diodoro Sículo.[330] Plínio, citando texto de Hesíodo, afirma que esses Dáctilos descobriram o ferro em Creta.[331] Clemente de Alexandria concorda, mas aponta Chipre como lugar da descoberta[332].

Na Ilíada fala-se também de comércio de ferro em bruto.[333] Escavações em Olímpia (séc. VIII/VI) e Atenas (séc. VII) puseram a descoberto objectos de ferro.

Para lhe aumentar a dureza inventou-se a têmpera que produz esse efeito por alteração no ordenamento molecular do metal, o mesmo se conseguindo com adição de substância diferente.

Embora abonada por testemunhos clássicos (de Aristóteles, Meteoros. IV, 6; Pausânias, III, 12; Plínio, XXXIV, 146), a aquisição da tecnologia de fundição do ferro não é admitida pelos investigadores modernos, senão excepcionalmente [334].

Nota interessante é a preferência litúrgica dada ao bronze; até a relha do arado, na fundação de cidade, para lhe demarcar os limites teria de ser de bronze. Os sacerdotes nem a barba ou as unhas podiam cortar com lâminas de ferro, sem infringir as regras do ritual[335]. Chegava-se ao extremo de purificações rituais depois de uso de ferro na gravação de inscrições nos templos, "*ob ferrum inlatum in aedem scriptura causa*"[336].

---

[328] SILVA, A.C.F., *vide* espólio de Baiões, S. Pedro de Sul.
[329] VERGÍLIUS – *Geórgicas*, V, 64.
[330] DIODORUS XVII, 7.
[331] HESÍODUS, VII, 57.
[332] CLEMENS Alexandrinus – *Stromates*, I, p. 360.
[333] HOMERUS – *Ilíad.* I, 182-184.
[334] GOYAU, R.; CAGNAT R. – *o. c.*
[335] MACRÓBIUS. I, 1; Ovíd. *Fast.*, VI, 230.
[336] HENZEN – *Acta fratrum Arvalium*, p. 128.

Era natural que os contactos com o Mediterrâneo tivessem trazido o conhecimento do ferro e objectos.

Os minérios de ferro eram sobretudo as magnetites, hematites e limonites. Perto de nós, Plínio menciona as minas cântabras de uma montanha, toda em minério de ferro (Bilbau)[337] de onde era extraída magnetite.

A *Hispania* era, para os romanos, região mineira por excelência, chumbo argentífero em Cartagena, cobre em Huelva, estanho nas Astúrias e por todo o Noroeste, fazendo parceria com a célebre ilha mediterrânica de Elba que, segundo Virgílio "Ilba...insula, inexhaustis Chalybum generosa metallis"[338].

O ferro hispânico era afamado entre os romanos. Toledo gozou de fama nas suas armas mesmo até ao fim da Idade Média.

A intensidade de exploração fazia que os naturais se especializassem na construção de galerias, como notou César nas contra-minas dos *Bituriges*[339].

O ferro teve múltiplas aplicações nos celtas entre os quais foi moeda, além de o usarem em foices fixas nos eixos dos carros de combate[340]; as suas migrações deverão ter exportado a tecnologia e, assim, ter chegado ao Noroeste imagens do Minho.

Actualmente liberta-se o ferro do óxido por redução. A descoberta de redutores (o coque), dá grande vantagem aos metalúrgicos hodiernos. Na antiguidade os *fabres ferrarii*, nas *officinis ferrariis* tratavam os *metalla ferraria* aquecidos ao rubro, com malhos, extraindo o metal do óxido. O aquecimento era feito com carvão vegetal, em pequenos fornos, bem ventilados pela situação escolhida em encostas, expostos ao vento, e munindo-os de sistemas de circulação forçada de ar, os foles.

Conseguiam obter assim uma massa mais depurada, produto intermédio que depois era afeiçoado em forjas e temperado, por arrefecimento rápido, em água ou óleos, em momentos de temperatura controlada visualmente pela cor. Para facilitar a separação da ganga, quando a matéria-prima provinha de terrenos calcários ou argilosos adicionavam-lhe sílica.[341]

Outros procedimentos derivavam de um somatório de experiências acumuladas. Os celtiberos, segundo Plutarco, conservavam o ferro enterrado longamente para permitirem a aceleração da oxidação de partes inúteis, salvaguardando deste modo a parte aproveitável que resistia à corrosão. Diodoro confirma esta prática.

A operacionalidade acrescida dos instrumentos de ferro, serras, goivas, formões, trados, machadas, beneficiou o tratamento da madeira, podendo a partir de então fazer-se melhores embarcações, barcos de tábuas, portas, paredes e

---

[337] PLÍNIUS – *Historia Naturalis*, XXXIV, 147-149
[338] VERGÍLIUS – *Aenaeis*, X, 178.
[339] CAESAR – *De bello gallica*, VII, 22.
[340] *Ibidem*, V, 12.
[341] ARISTÓTELES – *Meteoros*, IV, 4.

paliçadas de melhor qualidade e aparato. As pirogas monóxilas cederam lugar a barcos de tábua "trincada" de modo que no tempo de Estrabão aquelas eram só lembrança. Em Vilarelho, no Coto da Pena, foram exumados em escavação um trado de ferro e duas enxós ou sachos (III, 84,1); pregaria de ferro e massas de escória são abundantes nos castros.

Mas é na evolução do tratamento da pedra, permitindo atacar a sua dureza com instrumentos melhores e mais eficazes, regularizar blocos, produzir esculturas e decorações, realizar novos modelos arquitectónicos, que, na Foz do Minho, se assinala, mais fortemente, a vantagem da sua utilização.

A semelhança decorativa nas duas margens no tratamento da pedra, na altura de maior originalidade da arte castreja, é tão evidente que não dispensa contactos directos (III, 66-68).

A existência de complicados trícelos do mesmo modelo em Afife e Tecla (III, 70, 5) e de idênticos moldes de sítulas (III, 70) em Santa Tecla e Santo António de Afife, confirmam esse relacionamento muito estreito entre as duas margens.

A agricultura foi facilitada com utensílios de mais fácil laboração no amanho da terra e de melhor e mais rápido corte nas colheitas, em especial dos cereais (III, 84, 1; 84,3).

A posse da tecnologia metalúrgica deu poder, conduziu a novas estratégias de domínio, defesa e agressão, permitindo materializar ambições.

A supremacia guerra passou a estar do lado dos portadores dessa inovação que marcou novas etapas na história dos povos (III, 77/78; 80, 1-6).

Armamento

A guerra era ofício, modo de vida, actividade normal para os homens, a quem, em caso de ataque, se associavam as mulheres, como testemunha Apiano. Um estrato social, o dos defensores, orientava as suas actividades comuns para exercícios de manutenção em operacionalidade do seu *status*.

A *devotio* ao chefe, a altivez, o desprezo pela vida, tornavam os guerreiros do Noroeste temíveis.

Com a paz fizeram-se mercenários e confiaram-lhes a guarda de corpo do imperador. Suetónio em "Os doze Césares" lamenta que Júlio César tivesse, alguns tempos antes do assassinato, dispensado a sua guarda pessoal de hispânicos, que continuamente o protegiam, de gládio nu empunhado[342] .

A sua destreza e coragem era servida por armamento simples e leve que lhes permitia rapidez de intervenção, saído das mãos de bons metalúrgicos indígenas nortenhos. Sílio Itálico faz elogiosa referência à sua habilidade de

[342]SUETÓNIUS – *Os doze Césares*, I, LXXXVI.

armeiros, ao referir a procedência do fabrico do escudo de Aníbal, "*gallaicae telluris opus*".

Apesar de actividade exigente de perícia, conhecimento e força física, a arte de fundição está presente em muitos castros escavados. A generalização da actividade guerreira levava à procura de auto-suficiência no fabrico de armamento e a aperfeiçoamento técnico no domínio da metalurgia, não faltando para tal a matéria-prima e a motivação, desde os tempos recuados do Bronze Final, na área estudada.

A metalurgia do bronze considera-se documentada em escala razoável no Castro de Góios, Senhora do Crasto, Vilar de Mouros, Caminha. Aí foram fortuitamente achados ao explorar pedreira para construção da ponte que liga Valença a Tui, sobre o Minho, mais de trezentos machados de talão em bronze. A curiosidade, ambição e ignorância destruíram e dispersaram tão valioso tesouro arqueológico, dele restando raríssimos exemplares, com imprecisão de pertencerem ao conjunto, já que em outros sítios das proximidades outras descobertas foram feitas (III, 79).

A desfazer qualquer relutância em considerar os primeiros fundidos nesse castro e não simplesmente escondidos, na acrópole do mesmo povoado apareceu em escavação um forno de fundição com paralelos conhecidos, entre eles um forno similar descoberto em Huttenberg, na Caríntia em 1870.[343]

Seria assim o forno de fundição na antiguidade, a que os romanos chamavam *caminum*. Entre tantas especulações sobre a origem do nome Caminha não parecerá mal juntar mais esta, não no sentido de chaminé, a evocar o pico de Santa Tecla, mas lugar onde se praticava a fundição de metais.

Do espólio do povoado de Nossa Senhora do Crasto, Vilar de Mouros, constam, além de forno, instrumentos do ofício de fundidor: relheiras de granito, coquilhas (III, 73,1) e cadinho (III, 73, 2).

Já no Castro do Coto da Pena, Caminha, em escavações de A. C. F. Silva, num outro caso a documentar fundição, tinha sido exumado um fragmento de cadinho contendo parte do produto fundido, bronze a ele aderente, por não ter sido inteiramente vazado[344] (III, 73, 3).

O encontro de escória de ferro é por demais conhecido dos arqueólogos com experiência de escavações em diversos sítios.

O fabrico de armas está bem documentado desde o Bronze Final, existindo moldes de fundição de lanças, que continuaram em uso, mesmo coexistindo com as de ferro nos exércitos indígenas. De ferro faziam falcatas, lâminas de punhais com empunhaduras de bronze e outros instrumentos (III, 85). O ferro peninsular havia de merecer a preferência romana para as espadas e até para armas defensivas.

---

[343] GOYAU, R.; CAGNAT R. – *o. c.*
[344] SILVA, A. C. F. 1986, Fig. LXXXIII,6.

Da panóplia guerreira, além de exemplares de achados arqueológicos, há representações na estatuária e numismática, e a condizente descrição histórica de Estrabão. Segundo ele, *"ferunt ... aspide uti parva, cuius diameter duum pedum, cava foras...ad haec sica".* [345]

Armas defensivas

O capacete castrejo (III, 82-84) que usavam tem certo paralelismo com o capacete etrusco na forma do casco, com cimeira pontiaguda, e mesma gramática decorativa, com duas barras de envolvimento na base, decoradas com estampagem a matriz de escudetes triangulares com besantes, motivo complexo e original a exigir contactos, que aparecem em considerável dispersão geográfica, na lúnula de ouro de Viseu, na cerâmica impressa de Baiões, S. Pedro de Sul e do Castro do Guedes, Baiza, Vila Nova de Gaia, em Coto da Pena, Caminha, e em Santa Tecla, A Guarda.

O diadema de Ribadeo é assaz descritivo corroborando os informes da estatuária e a descrição de Estrabão. Coincidem as representações figurativas em diademas e os capacetes têm paralelos em Hallstatt e Norte de Itália como bem notou Hermann Parzinger em *Galicia no Tempo*, p. 33.

Protegidos por escudo pequeno (Diodoro, Bibliot. V, 4), manuseavam lanças, algumas de bronze e gládios ligeiros.

O estatuto do chefe era sublinhado pelo aparato com que se distinguia, que, em concordância manifesta na estatuária, constava de torques (III, 69; 83, 9-10) envolvendo o colo e braçadeiras nos braços (*viriae*), de ouro como testemunham os espécimes existentes em museus. Dos chefes desta área ficaram terminais de ouro testemunhando o seu uso, a sua presença, como podemos ver no Museu de Santa Tecla (III, 88, 12-13).e a produção local de torques em Coto da Pena, Vilarelho (III, 74)

Além do fabrico de utensilagem e armas, absolutamente necessárias, vemos que outra metalurgia paralela se desenvolveu, de aparato e de embelezamento pessoal, lucrando da presença de matéria-prima específica: a ourivesaria.

Alguns objectos metálicos denunciam comércio mediterrânico oriental, como as arrecadas de pingentes (III, 88, 1-3), xorcas (III, 88, 4-5), braceletes (III, 88, 6-9) e contas de colar metálicas, algumas de bronze com incrustações de prata, uma delas com um trícelo (III, 88, 10-11).

Hermann Parzinger em *Galicia no tempo*, p. 33, defende a ideia de que os fenícios não teriam contactado regiões muito a Norte ficando-se pelo sul da Hispania, desde o Bronze Final, o que parece não condizer com os achados arqueológicos e os dados actuais, v. g. tesouro de Baião, pingentes e arrecadas similares aos do Gaio (III, 88, 1-2), embora de bronze, em Santa Tecla e Coto da

[345] STRABO – *Geografia*, III ,6.

Pena. Segundo ele, os contactos teriam sido indirectos, efectivados por interpostas pessoas, os púnicos.

A existência de recursos estratégicos, o clima propício à frutificação da agricultura, de riqueza piscícola, abundância de minérios e a fabulosa identificação com as Ilhas Afortunadas foram factores de extensão a estas paragens da rede comercial mediterrânica.

Para alimentar esta corrente eram necessários mecanismos de armazenamento dos produtos apetecíveis comercialmente, satisfazendo o consumo e a troca.

Excedentes agrícolas, o fruto de artesanato que quando laborava não podia com viabilidade fazer apenas os objectos precisos, conduziram a acumulação de bens que serviram de moeda de troca directa por produtos igualmente necessários, alguns devidos à profissão especialíssima dos fundidores e ferreiros que era sumamente requisitada para feitura de instrumentos metálicos de maior operacionalidade e de armas.

A suportar a actividade metalúrgica servia de base a procura e extracção de minérios, nem todos para fundição.

O minium, o zarcão ou vermelhão, minério de ferro recolhido no Minho era um deles. Um dos processos de recolha de mineral que nos vem mencionado na Enciclopédia de Diderot é retirá-lo com redanhas do fundo dos rios.

Porventura a existência deste material nele ou nas margens, que serviria em tinturaria, será das justificações a mais apontada para a denominação do rio ter mudado de *Benis* para *Minius*. Quem seguir o curso doCoura desde a confluência com o Minho, na vazante de marés vivas, certamente não pode deixar de notar o teor metalífero do fundo do rio em alguns troços contrastantes com o resto do percurso, denunciado pela cor fortemente avermelhada da terra do leito.

O comércio da cor tem longa história; também os romanos não podiam deixar de apreciar um produto que poderia concorrer, na área da tinturaria, com a oferta divulgada pelos fenícios, entretanto, decadente.

Outros produtos como a cassiterite e mais minérios concorreram com o sal, o *garum* e o vinho e também os cereais e até cavalos, quando Roma intensificou a colonização, para satisfazer a procura comercial do Mediterrâneo e as necessidades do exército[346].

Instrumentos artesanais de argila, devido à sua plasficidade e alto ponto de fusão, são usados na metalurgia.

Relacionadas com a prática metalúrgica são frequentes nos povoados coquilhas partidas das fundições efectuadas. No castro de Santo António, Afife,

---

[346] DORIGNY, Al. Sorlin – *o. c.*, p. 927.
CATO – *De agricultura.*
VARRO – *De re rustica.*
APICIUS, M. Gavius – *De re coquinaria* (no tempo de Tibério).

foram encontrados fragmentos de moldagem de sítulas, paralelas de outras exumadas em Santa Tecla. Frequentes são os vestígios de cadinhos com restos de metal (III, 73, 2-3).

Arte da pedra e cantaria

A pedra foi o material em que o homem mais longa prática exercitou, nela fazendo os seus primeiros instrumentos e dela se servindo para construir os seus abrigos. Uma tão longa experiência e contacto com ela deu-lhe a sabedoria de conhecer as qualidades de dureza e fractura, como clivava, que proveito podia tirar de cada rocha segundo a sua constituição. Impressiona a capacidade de dividir, extrair e movimentar grandes massas rochosas na pré-história e muito mais a paciente artesania de esculturar, em rochas da maior dureza, finas e regulares lâminas cortantes, peças minúsculas de perfil controlado e de simetria inexcedível.

Diferentes processos são conhecidos para extracção das pedreiras de grandes blocos: por dilatação pelo fogo, seguida de rápida contracção operada por lançamento de água, por intumescimento de cunhas de madeira, molhadas depois de inseridas em cavidades adrede feitas ou naturais, ou ainda aplicando guilhos de bronze ou, mais tarde, de ferro, tentando orientar o sentido da fractura com o seu alinhamento.

Da sua capacidade construtiva, escolha de materiais, sentido arquitectónico de funcionalidade e de monumentalidade, restam-nos de todas as épocas abundantes testemunhos. É interessante verificar a repetição de modelos arquitectónicos da casa e dos *balnea* para sauna, uma expressão cultural que não escapou a Estrabão.

A necessidade de abrigo ocupava o homem na construção de casa como pedreiro e carpinteiro.

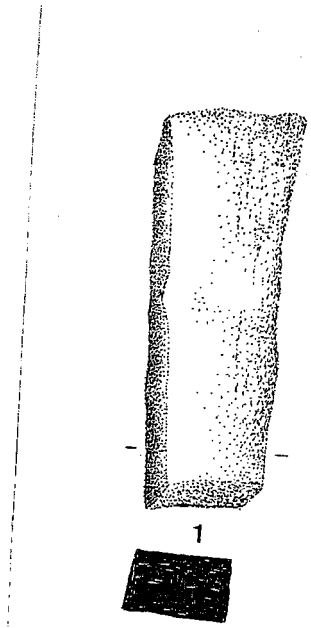
Se o trabalho de cortar e lavrar a pedra nos exemplares que nos deixaram demonstração prática, originalidade, conhecimentos de desenho e bons instrumentos de trabalho, a natureza degradável e perecível da madeira poucos testemunhos arqueológicos fornece, embora se saiba que é um material tão fácil de servir para dar largas ao sentido estético e que dele necessitou e utilizou na consecução de espaços e objectos precisos ao seu viver. Acresce que imigrações centro-europeias certamente transportaram consigo uma verdadeira tecnologia de aproveitamento da madeira.

Restam-nos as ferramentas de seu corte e afeiçoamento, trado e enxós (III, 90,1). É de crer que a profusão decorativa existente na pedra e na cerâmica não fosse exclusiva desses materiais.

A introdução de utensílios metálicos, ferramentas, não foi instantânea; machados, enxós e goivas de grauvaque polido continuaram a ser usados por quem não tinha acesso ao metal que seria caro (III, 13-14). Por isso, nos castros com ocupação no B.F., não são raros. No castro do Coto da Pena, de bronze e ferro há vários utensílios: foices, sachos (ou enxós?), trado, pregos, entre outros .

De pedra continuaram a ser usados percutores e pedras de afiar.

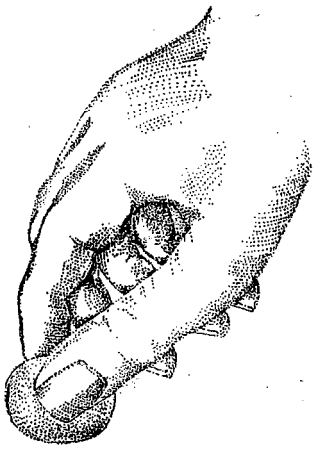
Por razões de observância ritual e superstição persistiu o uso anacrónico de certos instrumentos até e durante a romanização.

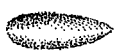


1



2





3

3.4. O mundo dos mortos

A par da cidade dos vivos havia necrópoles[347]. Além de referências de antropização são manifestações que nos permitem conhecer aspectos da cultura e mentalidade: *Vaccaei et Gallaici, nobiles gentes.*[348]

Assistiam aos doentes que expunham nos caminhos para beneficiarem do aconselhamento dos que teriam vencido males iguais, respeitavam os mais velhos a quem atribuíam lugar de honra na sociedade familiar, estimavam os progenitores e desprezavam os parricidas, qualidades admiradas por Estrabão.

Suspeitos de ateísmo, talvez por não terem actividade religiosa organizada ao modo romano, praticavam rituais que demonstram o contrário, e a Epigrafia conservou nomes das suas divindades em demonstração de semelhança de competências que a cada uma era atribuída, segundo uma matriz indo-europeia.

Entre as manifestações culturais de religiosidade dos povos peninsulares é manifesta a tumulação reverenciada dos seus mortos.

O processo mais antigo, mais documentado e mais monumentalizado é o da inumação.

A incineração foi introduzida trazendo com ela nova mentalidade que não parece ter originado alteração radical, pois terá coexistido com a inumação e com ela se poderão ter, por vezes, confundido vestígios de ofertas e sacrifícios.

Inumação, de *in* + *humatio*, deitar terra sobre o cadáver, refere-se ao costume de deitar punhados de terra sobre o defunto, dizendo S. T. T. L., prática que permanece até aos nossos dias e tinha razão de ser quando não havia cremação; no entanto, simulava-se, fazendo o mesmo ritual sobre partes restantes do corpo do defunto cremado (sobre os *ossa resecta*).

Reflectindo forte organização familiar; a monumentalidade dos túmulos megalíticos era apelo constante a uma presença de antepassados, representando uma união física com os descendentes.

Do Bronze Inicial foi referido o cuidado posto no enterro dos chefes com respeito devido pelo seu *status* (III, 18,19,20).

O enterramento em leito tem tradições por toda a Europa Central, sendo a morte comummente associada ao sono.

Entre os romanos, por vezes, era praticada a substituição por vidro de adereços metálicos na tumulação (III, 378, 13).[349]

---

[347] COULANGES, Fustel de – *A cidade antiga*, p. 37.
[348] STRABO – *o. c.*, III, 3, 3
[349] DORIGNY, Al. Sorlin, p.1228.

O ritual de enterramento nesta faixa noroeste peninsular tem acompanhado as mudanças demográficas e culturais das povoações que se foram sucedendo ou aculturando.

Numa região granítica, fortemente erosiva de vestígios orgânicos, pouca informação é disponível sobre este aspecto importante para conhecimento das mentalidades e evolução cultural.

Monumentos megalíticos numerosos (II, 14) marcam a paisagem, nas gândaras e peneplanícies, demonstrando esforço, organização e hierarquização, além de uma *devotio* e mentalidade que sempre marcou o substrato cultural dos indígenas desta área. Desde os tempos pré-históricos é indisfarçável a vontade de persistir na memória após a morte. Aos defuntos tributavam-se atenções devidas a vivos que fazem pensar numa convicção de sobrevivência com necessidades de subsistência, defesa, e demonstração de *status*.

A inumação era então praticada e do ritual sabe-se bastante sobre deposição corporal, ofertas funerárias ou aparato de enterramento, pluralidade de inumados no mesmo monumento, *status* e deduz-se, por estes indícios, organização social, hierarquização, conhecimentos tecnológicos de construção, prática de olaria e fabrico de armas, planificação do trabalho, domínio territorial, grau de sedentarização e mesmo escolha de solos.

Em algumas regiões esses monumentos foram reutilizados na função de necrópoles, mas denotando alteração e introdução de costume totalmente avesso à conservação do cadáver, inumado em posição fetal a sugerir continuidade de uma vida em outro plano com renascimento, com os precisos de alimentação e defesa, aparecendo inseridas nos *tumuli* das antas, por intrusão, cistas de incineração, de reduzidas dimensões (Fonte da Malga, Queiriga, Vila Nova de Paiva.).

Inumação individual em *rock rings* são outro estádio cultural documentado, v. g. necrópole da Chã de Arefe, de guerreiro com armas (III, 20).

Num aspecto que profundamente toca nas convicções culturais, aparece entre nós a incineração, de certo modo uma destruição.

A incineração prática corrente no Bronze Final, documentada em Alpiarça com *ossa ressecta* recolhidos em vaso com paralelos em Baiões, S. Pedro do Sul, e perdurou até à romanização, convivendo com a inumação. Em Terroso, Póvoa de Varzim e em Cividade de Âncora A. C. F. Silva pôde testemunhar situações exemplares desse ritual em ambiente doméstico castrejo (III, 48, V).

Originariamente, na Proto-história, mortos e vivos conviviam no mesmo recinto doméstico, aqueles em necrópoles familiares.

Entre os romanos começou por se inumar dentro dos povoados[350] e mesmo dentro de casa; daí o culto doméstico dos Lares. Mas Numa foi inumado fora, no Janículo, não se seguindo a regra. Marco Túlio também foi sepultado fora de Roma. No *De legibus*, Cícero fala do privilégio que algumas famílias tinham de continuarem a tradição de sepultura dentro de Roma: os *Publicolae* e os *Tuberti*[351].

Nesta "convivência" coincidiam as tradições da mesma matriz indo-europeia, de indígenas e romanos.

Sob a pedra do lar moravam os antepassados "...a fim de que os filhos, ao entrar como ao sair de casa, encontrem sempre a seus pais e, de cada vez que o façam, lhes dirijam uma invocação.[352]"O fogo era mantido vivo para os honrar. Cultuar os mortos para os latinos era *parentare.* Para os romanos era impensável a interrupção do culto doméstico com as suas libações aos antepassados.

Entre os indígenas do Noroeste, o facto dos parricidas não terem lugar no povoado, pois eram apedrejados fora, parece confirmar costumes semelhantes: o enterramento *intra muros* com essa excepção.

Em razão dos incêndios, segundo Cícero[353], ou para evitar odor desagradável, no entender de Isidoro de Sevilha[354], os decênviros proibiram as incinerações e inumações dentro de Roma.

Pelos mesmos motivos, as incinerações não se fariam no terreiro da casa, no interior dos castros.

A proibição estabelecida não era aplicada às crianças mortas antes de quarenta dias; essas continuaram a ser enterrados dentro de casa, sob a soleira que dava para o pátio, *sub grundarium*, donde tiram a sua origem os *Lares grundales.*[355]

Não foram impedidas, também, tumulações e mausoléus de imperadores e familiares *intra muros* que beneficiaram de leis e *senatus consulta* particulares: *Sylla, Julia, Agrippa, Augustus, Nerva, Trajanus*, e outros.

No Baixo-Império, o costume cristão de conservar as relíquias dos mártires nas cidades e o desejo de ser sepultado junto deles introduziu prática diferente, seguida por Constantino e alargando-se ao papa e aos bispos, ainda hoje sepultados nas suas Sés, nalguns países.

Por estes motivos, as necrópoles eram postas fora, à saída dos povoados, mas ao longo dos caminhos, para que os passantes pudessem corresponder com uma breve oração*: "terra levis tibi sit".*

---

[350] HONORATUS, Servius – Ad Aeneidam. XI, 206; DIONÍSIO de Halicarnasso, III, 1.
[351] CICERO – *De Legibus*, II, 23.
[352] APPIANUS – *História romana,* (de Alexandria séc. .II, tempo de Trajano e Alexandre),
[353] CÍCERO – *De legibus,* II, 23
[354] ORIGENES. XV, 11.
[355] ARNÓBIUS, I, 28.

Os ricos, romanos e romanizados, tinham necrópoles nas suas propriedades. Não surpreende uma certa profusão de vestígios arqueológicos delas no Baixo Império.

O funeral, pelos testemunhos literários e iconográficos conhecidos, era complexo e executado em momentos compassados: canto e lamentações, transporte processional, deposição no sepulcro real ou figurativo (em cenotáfios).

O corpo era encerrado numa *arca lapidea* ou numa *fictilia solia* de *tegulae* ou *lateres*, como documenta a entre nós a Arqueologia, ou mesmo em vasos.

Não menos importante que a legislação sanitária e económica era a prática religiosa.

A presença e contacto com os mortos implicava sujidade ritual que exigia purificação como entre povos não indo-eureus, v. g. os semitas.

Para a mentalidade romana a casa do morto passava a ser funesta desde o óbito; o *funestatus* devia purificar-se; era de mau augúrio encontrar um túmulo, contactar com a morte de qualquer maneira, com evidente exagero. Um flâmine não podia sequer usar sapatos de couro de animal morto por doença,[356] o sacerdote que presidia ao funeral ao fazer a oração fúnebre escondia a cara com véu para não ver o defunto,[357] tapavam as estátuas dos deuses para não presenciarem, nos espectáculos, a morte dos gladiadores.[358] Distancia-se deste proceder o costume castrejo de ter presentes os restos mortais dos familiares nos recintos domésticos.

Em continuidade com uma longa tradição de sepultar as cinzas em pequenas caixas em cistas, por vezes reocupando *tumulus* megalíticos, essas primeiras manifestações de incineração, bem conhecidas na Beira Alta[359], explicáveis por contaminação cultural com os "campos de urnas" e que se terão expandido para Noroeste, interpretadas como elementos culturais pré-célticos, terão tido continuidade nas sepulturas de morfologia análoga, nos castros. As da Cividade de Âncora, pequenas caixas de aproximadamente 40 cm2, são depósitos de *ossa ressecta.* Talvez isso explique a presença de fragmentos diversos de cerâmica e metais apanhados em conjunto com os restos do defunto. (III, 53)

Sobre os túmulos colocavam ofertas de alimentos, leite, vinho e de sal[360].

A fé dos romanos e a prática de porem à disposição do defunto baixela e comida é expressa no comentário de Luciano, em *De luctu,* 9, "Os mortos alimentam-se das comidas que lhes colocamos sobre o túmulo e bebem o vinho aí derramado por nós; e assim um morto a quem nenhuma coisa se ofereça está condenado a fome perpétua".

---

[356] FESTUS – *Mortuae pecudis.*
[357] SENECA – *Consolat ad Marciam*, 15.
[358] CASSIUS – *Dion*, LIV.
[359] CRUZ, D. 1995, p. 81-119
[360] A etnografia testemunha ofertas similares ainda hoje; em S. João de Arga, Caminha, oferecem sal nas promessas.

Romanizados, os indígenas assumiram o costume de inumar objectos de uso quotidiano e pessoais como é testemunhado também pela Arqueologia, desde as épocas mais antigas: instrumentos, armas, jóias, objectos de *toilette,* identificativos do sexo, do *status*, ou simplesmente utilitários ao defunto, amuletos, presentes e dinheiro para a viagem.

O *status* de cada qual estava presente sempre, no lugar em que se sentava, segundo alinhamento hierárquico, à hora das refeições e nos adereços que o ornavam e que o identificavam na tumulação.

A deposição de vasos utilitários tem tradição desde o megalitismo. Nas tumulações romanas o fenómeno da presença de cerâmica é habitual, sendo algumas peças de mau fabrico, parecendo até substitutos não funcionais a cumprir mero ritual, vasos com defeito de modelação, de má qualidade notória.

A existência de fragmentos cerâmicos é aspecto intrigante e pode corresponder a degradação do sentido de oferta ou destruição significativa, quando não atribuível a violações.

A colocação de *catini* e objectos similares, por influência cultural romana, pode ser entendida como confirmação de oferta de um óbulo comestível, não para o defunto, mas um bolo de mel para amansar o Cérbero, além da respectiva moeda a pagar ao barqueiro Caronte.

Os lugares escolhidos para a cremação eram geralmente pedregosos e fora dos povoados. Um édito de Augusto impedia que se fizessem *ustrina* a menos de 2.000 passos da cidade.

Os povos romanizados seguiam o mesmo cerimonial. Terminada a função com um *ilicet!*[361] *(ire+licet,* tudo acabou!*),* afastavam-se, dizendo: *sit tibi terra levis.* O costume ficou documentado na epigrafia e persistiu até aos nossos dias.

Ausentes os amigos, os familiares recolhiam num pano de linho, os restos que metiam em urna e iam depositá-la em cistas dentro do recinto familiar (IIII, 48,V).

Há pontos de contacto entre o *modus faciendi* dos romanos e dos indígenas que com eles conviviam, sobretudo a tumulação no recinto doméstico de *ossa resecta*, ritos de cremação e oferta de bens de prestígio. Não tendo a riqueza de informação que existe para os romanos, indirectamente, pelo menos, se alguma coisa se desviasse do padrão do agir comum certamente nos teria chegado, quanto mais não fosse, pela minuciosa reportagem etnográfica de Estrabão.

Fica a impressão corroborada pela Arqueologia e Epigrafia[362] de uma tradição comum dos povos de matriz indo-europeia sepultarem no recinto doméstico. Martins Sarmento, in *Antiqua* (Guimarães 1999), faz uma referência curiosa que vem corroborar situações de sepultura *intra muros:* em Santo Ovídio

[361] HONORATUS, Servius – *o. c.,*. XI, 206.
[362] SILVA, A. C. F. 1986, Est XX, Est XXX.

de Fafe, no largo da capela, do lado esquerdo, na direcção Sul-Norte, a dois metros de profundidade, em mina tampada com pedra decorada, havia "vasos brancos com cinzas, falanges de dedos (de cremação parcial), facas e traçados de ferro, fundas com assento de ferro e correias que se desfaziam[363]".

[363] SARMENTO, 1999, p. 84.

4. Observações Finais

As grandes civilizações andaram sempre ligadas aos rios, servindo de elementos de orientação, de penetração de migrações e invasões que seguiram os seus percursos.

O rio Minho fomentou o desenvolvimento progresso demográfico e a evolução cultural.

Porque acediam ao mar, a posse das margens foi metodicamente condicionada e vigiada.

Percorridos por *naviculariі, negotiatores vinariі, negotiatores olearii,* eram cómoda via, fácil de conservar e pouco dispendiosa nos meios de a percorrerem.

O viver do rio Minho, com estuário como uma laguna de águas calmas, imenso viveiro com potencialidades alimentares excepcionais e capaz de suprir as exigências de uma população de densidade em expansão, outrora com ainda maior riqueza de pescado, donde, ainda em tempos modernos, toneladas de peixe eram extraídas na pesca artesanal por "quebradas" de pescadores que aí lançavam algerifes, implicava conhecer os seus segredos, adaptar-se a ele com embarcações adequadas. As actuais gamelas são o produto dessa convivência e experiência milenar; permitem desde o singrar de quilha, ora duma ora de outra banda, numa embarcação de vela adaptável, que pode avançar destemida por mar e, porque de fundo chato, são aptas a rasar o fundo baixo do rio em águas serenas, prolongando no tempo a imagem referida por Estrabão[364].

A abertura ao mar, que permitia o incremento do comércio, criava uma mais valia para as suas margens, valorizando a terra mesmo que não a mais apta em termos agrícolas; se não produzia bom vinho, produzia vinho comerciável, não falando de produtos específicos como cereais, pescado, o *garum* e o sal que, no Minho, foi explorado até em marinhas interiores[365], com a vantagem de aí as salinas estarem mais protegidas das intempéries.

Na confluência do Minho e Coura, que abraçam Caminha (era península, sendo um braço do Coura, outrora passado a vau, agora rua principal, *Rua do Vau*), a entrada no vasto estuário pelo mar renovava a vida do rio com salmonídeos, enguias, e mais variedades de peixe e de marisco. Na orla marítima e na Ínsua persistem ainda vestígios de captura manual nas rochas, em gamboas, tanques de aprisionamento de peixe e marisco, após a vazante[366].

Aliava-se a esta riqueza a fertilidade da várzea litoral de frescas pastagens, água e solos de fácil agricultura.

---

[364] STRABO, *Geografia,* III, 3, 7.

[365] Existiam marinhas em Seixas onde permanece o topónimo.

[366] Na "ceifa" do ano de 1944, colheram-se no Minho, só no "Areo do Rebollo", mais de 600 salmões de mais de 10 kg de peso. *Vide* GONZÁLEZ, Praxíteles 2000.

Estas circunstâncias de riqueza natural associada a uma orografia conveniente, favoreceram a implantação de povoados proto-históricos. A romanização proveitosamente agricultou estes campos estabelecendo *villae* pelas planuras férteis da costa, conhecidas desde a Póvoa de Varzim, Estela, Afife, Cerveira, de fertilidade acrescida com adubação de algas, exploração complementada por uma indústria extractiva do sal, pela pesca e produtos derivados dela, seca de peixe, salga, e produção de *garum*, produtos que fizeram a riqueza de romanos que, a par de sítios aprazíveis, terra fértil, mar rico, acessos a Roma e aos grandes mercados, tinham mão-de-obra abundante[367].

A situação geográfica é enriquecida com um porto natural, excelentemente abrigado do Norte pelo monte de Santa Tecla e do Sul pelo Sino dos Mouros, a imensa mole de Moledo, e de prolongada navegabilidade, que, antes do assoreamento, permitia a permanência de barcos de curso atlântico.

Uma utilidade suplementar é exercida pelas serras; foram pontos de encontro de povos pastores, serviram de lugares de demarcação de limites, não raro sacralizados e, pela sua visibilidade, neles se assentaram marcos e divisórias de linhas de influência e de logradouro.

Recursos cinegéticos nelas documentam-se de longa data; a prática da caça na freguesia de Lanhelas tem diversas manifestações de arte rupestre a referi-la, com representações de cervídeos, nome que anda presente na toponímia de um concelho e lugar, Vila Nova de Cerveira.
Também, a pastorícia está representada em gravuras rupestres de Montedor e talvez recordada na toponímia de Viana (Oviliana?)[368].

Na margem oposta, no planalto da serra de Argallos, a mesma tipologia de gravuras ilustra a presença de cervídeos e equídeos.

Entre os animais selvagens com restos osteológicos nas lixeiras dos povoados estão presentes o javali, *sus scrofa L.*, cervídeos: *cervus elaphus L..*,leporídeos: *oryctolagus cuniculus Huxley*, denunciados, muitas vezes, pelas pegadas em cerâmica fresca de *tegulae* que secavam ao ar livre.

Os instrumentos especializados na caça eram os mesmos usados na guerra a que servia de prévia exercitação física: lança, arco e flecha, dardo, funda com godo, ou bala de chumbo (munição dos fundibulários de que há molde de fundição no espólio do Museu de Caminha) (III, 68,1).

Como a caça só aleatoriamente garantia alimento diário, a necessidade e a comodidade conduziam à criação de animais, entre eles o *bos taurus L.*, a *ovis aries L.*, a *capra hircus, L.*, o *sus domesticus L.*, e os equídeos, *equus caballus L.* e canídeos, *canis familiaris L.*. Restos osteológicos, exumados em Coto da Pena, Vilarelho, Caminha, dão-nos indicação dos hábitos alimentares na Proto-história e a espécie de animais comidos.

---

[367] *Villa* em Cerveira; *villa* das Baganheiras, Afife
[368] Vide tese de Mestrado de Teresa de Jesus Rodrigues, FLUP.

Consumiam-se animais jovens e animais adultos.

Os ovicaprinos, pela carne e leite que forneciam para alimentação, lã e peles para vestuário, e pela facilidade do seu pastoreio, tiveram grande expansão. Até os ossos tinham utilidade; No castro de Santa Tecla, A Guarda, vários ossos longos encontrados tinham servido de encabamento a instrumentos diversos.

Testemunhos da riqueza climática propícia ao desenvolvimento da fauna podem buscar-se nos autores da antiguidade. Na História Universal de Justino, no livro XIV, consagrado à *Hispania*, são generalizadas a toda a Península essas qualidades de produtividade e sanidade .

A lenda da fecundação pelo vento das éguas lusitanas, junto ao Tejo, é estendida por Justino até à Galécia, interpretando-a como explicação da multidão de jumentos que nela se utilizavam.

A fábula faz lembrar a passagem, com exageros semelhantes permitidos pela liberdade poética, da Ilíada, I, referida por Estrabão, em que Melenau declara, para significar a extrema riqueza da terra:
"*Vagabundeando em Chipre, na Fenícia e no Egipto, vim...até à Líbia onde os cordeiros nascem cornudos*"; e acrescenta outro traço característico da região: "lá as ovelhas geram três vezes por ano".

Estrabão em I,1,4 dos povos do Ocidente assinala a felicidade e a doçura do clima, porque certamente tinha ouvido falar da riqueza da Ibéria que tinha motivado as expedições de Héracles, primeiro, e depois, dos fenícios que se apoderaram da maior parte do país, e, enfim, dos romanos.

É aí, donde são originados os Zéfiros, que Homero coloca os "campos elísios" para onde os deuses vão enviar Melenau [..] (*Odisseia*, IV, 563-568).

Do mesmo modo, situam a ocidente as Ilhas Afortunadas ao largo da Maurúsia (Estrabão I,1,5), em frente dos cabos extremos para Oeste, à mesma altura dos últimos contrafortes da Ibéria a Ocidente; se consideravam essas ilhas felizes era por causa da sua proximidade com regiões que o eram também.

É um tanto contraditório imaginar os Campos Elíseos e as Ilhas Afortunadas numa zona por outro lado descrita como de rudeza e afastada dos benefícios da civilização. No entanto era para a costa peninsular atlântica da Ibéria que apontavam os sonhadores da felicidade.

Para esclarecer a imprecisão em situar as afamadas ilhas, devemos ter em conta a falta de instrumentos de precisão capazes. Situação paralela acontecia com a dificuldade de cartografia nos primeiros descobrimentos portugueses de quinhentos, como faz ressaltar uma comunicação à VI Reunião Internacional da História da Náutica e Hidrografia, Lisboa 1989, de D. W. Waters. A propósito da Viagem de Bartolomeu Dias de 1487, faz a descrição da evolução do conhecimento do perfil da costa oeste da Península Ibérica, citando de A. Cortesão, a *History of Cartography,* de que reproduz a figura 70, onde diversas ilhas cartografadas, Açores e Madeira, assumem posições muito diversas, nada

concorde com a realidade e cada vez mais precisas com o avanço da descoberta de novos instrumentos capazes de lhes determinarem, correctamente, a latitude e longitude. Esta é a razão que impedia Estrabão de ser mais exacto[369].

Era benéfica a interacção mar terra como nos lembram os estudos de Guelorguet (1983), sobre temperatura, salinidade, oxigenação das águas, pluviosidade[370].

A reprodução biológica era facilitada permitindo as tarefas da pesca intensiva e implementação, na antiguidade, das indústrias ligadas a transformação do pescado e da caça, completando os fornecimentos da flora tão florescente na região minhota.

Instrumentos de pesca, anzóis[371], pesos de redes são frequentes achados nas estações arqueológicas ribeirinhas e, também, armadilhas, barragens de estacaria, tanques de aprisionar na vazante das marés na Ínsua e na linha de costa em Moledo (Caminha).

As espécies efectivamente pescadas, pela natureza dos solos ácidos, não deixaram grandes vestígios de modo a poderem ser identificados. Encontraram-se no Coto da Pena, Caminha, vestígios de escamas de peixe de mistura com conchas de lapas e outros moluscos marinhos, e ossos diversos.

A recolecção de marisco, num litoral de águas mansas propícias ao seu desenvolvimento, era actividade compensadora. Um estudo de um malacologista[372] demonstrou que as espécies exumadas de um concheiro no Castro do Coto da Pena continuam a ser ainda as mesmas aproveitadas na dieta alimentar. Além de ostras e numerosos bivalves, um vasto leque de gastrópodes concorria para a alimentação.

A abertura forçada das valvas e a necessidade de as destacar dos rochedos justifica a presença de instrumentos de tradição paleolítica, lascas e picos disseminados pelas cascalheiras das praias.

No tamanho, as conchas das lapas são notoriamente avantajadas em relação ao dos espécimes existentes, sugerindo maior ciclo de desenvolvimento ou selecção nas capturas.

Como subprodutos das conchas marinhas, calcárias, lembremos a produção de cal que até modernamente se praticou na Ínsua como privilégio exclusivo dos frades aí residentes. Do mar a própria areia fina das dunas foi usada em argamassas; note-se a recomendação de Vitrúvio que desaconselha a utilização de material dessa origem por causa da salinidade.

As unidades habitacionais eram pavimentadas com saibro endurecido. No Coto da Pena, Vilarelho, Caminha e na Cividade de Âncora, Vila Praia de Âncora;

---

[369] D. W. Waters, 1989, p. 293.
[370] *Idem* por Perthuisot e Guelorguet
[371] Museu de Santa Tecla.
[372] João Cabral, professor de microbiologia na FCUP.

dois edifícios de planta circular tinham pisos decorados com orla de godos provenientes das cascalheiras litorais.

Lucravam da proximidade de um rio rico em pescado que seria mais abundante que na actualidade, pois a actividade piscatória não dispunha dos meios de pesca tão facilitada e depredante.

Com o pescado, durante a romanização, implantou-se uma lucrativa indústria de *garum*. A par do sal, vinho, azeite e metais, este produto tornou apetecíveis os relacionamentos comerciais e mostrou as vantagens das explorações nas *villae* do litoral.

A ria em que se está transformando o Minho, morrendo de assoreamento, sem os ainda recentes lugres a entrarem-lhe pelas barras, sem as antigas salinas senão na toponímia ou enterradas nas pateiras e sob cascalheiras com que o mar as entulhou, mas ainda com peixe e o marisco abundante a fazer a riqueza dos pescadores, foi estrada comercial frequentada. Comunicações e relacionamentos se estabeleceram a longa distância, servindo-se deste porto e nele deixando as suas marcas.

A presença de bens em abundância e de excedentes, tempo para artesanato de prestígio de que a própria cerâmica é sintoma na elaboração supletiva da decoração, a facilidade de circulação e mais tarde a segurança adquirida com a romanização criaram ambiente propício à circulação de bens. De *Far West*, Finisterra passou a um dos lugares de fornecimento preferencial.

A circulação de bens promoveu o relacionamento étnico e aculturação. Produtos apetecíveis ou estratégicos trocaram-se por troca directa, por metais, pequenas lingotes de prata, por moeda.

Vestígios e provas arqueológicas desse comércio são frequentes e a direcção dos contactos é conhecida através da matriz dos produtos que circulavam para e do Mediterrâneo, Norte-atlântico e continente.

Os agentes foram-se revezando ao longo de milénios, fenícios, gregos, púnicos e romanos, desta estratigrafia comercial havendo testemunhos arqueológicos e referências escritas, mencionando a qualidade dos produtos:

"O seu sal é vermelho-púrpura, mas, triturando-o, torna-se branco". -diria Estrabão, III, 3, 7

A natureza da cobertura das margens do Minho, a limpidez das águas como factores de conservação de um rico ecossistema, propício ao desenvolvimento da vida aquática foram assinaladas por Justino, que acrescenta a estes factores justificativos de riqueza a comunicação dos rios de águas calmas com o oceano: "*In hac cursus amnium non torrentes rapidique, ut noceant; sed lenes, et vineis campisque irrigui, aestuariisque Oceani affatim piscosi*[373]".

[373] JUSTINUS, *História Universal*, XIV, I (*Oeuvres completes*, texto latino e tradução francesa de Jules Pierrot et E. Boitard, Paris 1862, p. 389). O mesmo texto conclui com uma referência à riqueza aurífera dos rios: "plerique etiam divites auro, quod in paludibus vehunt".

O *garum* era produzido e transaccionado acompanhando no comércio produtos agrícolas (vinho, azeite, azeitonas, cereais), panos de linho, os famosos cavalos e os minérios.

Alguns dos produtos foram motivadores das campanhas romanas, para abastecer Roma, e os recursos metalíferos, para suprir a necessidade de pagar ao exército o soldo, com *solido aureo.*

Plinius estima em libras o ouro explorado nas minas do Noroeste. "...20.000 *vicina milia pondo ad hunc modum annis singulis Asturiam atque Gallaeciam et Lusitaniam proestare quidam tradiderunt, ita ut plurimum Asturia gignat*"[374],

Os recursos do subsolo são assim descritos por Justino, com evidente exagero: "*Gallaeciae autem portio, Amphiloqui dicuntur. Regio cum aeris ac plumbi uberrima, tum et minio*[375]*, quod etiam vicino flumini nomen dedit. Auro quoque ditissima, adeo, ut etiam aratro frequenter glebas aureas exscindant*"[376].

Justificando a exploração aurífera, Justino propala a lenda do raio que fere a montanha no Pico Sacro. "*In huius gentis finibus sacer mons est, quem ferro violare nefas habetur; sed si quando fulgure terra proscissa est, quae in his locis assidua res est, detectum aurum, velut dei munus, colligere permittitur*"[377]

As afirmações de Justino, ressalvado o cariz lendário da sua explicação, têm confirmação no terreno, nas duas margens do Minho, pela riqueza mineira ainda existente, que, no lado português, a *Carta Geológica* (Teixeira et *alii* 1972), referencia em Viana do Castelo, sobretudo em filões pegmatíticos (orientados, em geral, na direcção N 20° W, com a espessura que anda à roda de 1 m, e varia entre 0,15 e 15 m) e aluviões, exemplificando: Bouça de Água ou Bouça da Carvalha, Baixa das Ervas, Meixedo.

Actualmente, embora com laboração suspensa há extracção de ouro de minas em Paradela, Tourim, Cova do Lobo, Minas, Zebres (Orbacém), Bouça do Atalho, Condosa, Azevedo, Ponte de Saim, Espantar, Trás-Âncora, Corredouras, Pedrulhos, Monteiro, Chão das Cancelas, Bela Grande, Regueira de Sobreira, Serra de Vila, Corjais, S. Salvador, Amonde, Folgadoura, Monte do Formigoso, Carapita, Serra do Lousado, Portos, Portela do Fojo, Bouça das Freiras. Em aluviões, também com laboração suspensa, temos ainda: Tourim, Gondar, Orbacém, Aguieira, Rio Âncora, Chão das Cancelas, Santa Luzia, Bela Grande, Escusa, Portela do Fojo, Cachada ou Campelo, Cobalto, Lagido, Meixedo e Balsas. Está presente em filões aplíticos, em geral orientados na direcção N 70° E em: Ribeiro de Seixalvo, Capela de Nossa Senhora da Rocha, Rasas, Balteiro, Cocheiras, Guilhufes, Ervideiro, Nogueira, Pedras Brancas, Silveireiro, Vilela, Calvelo.

---

374 PLINIUS, *N.H.*, ed. Basileia, 1549, p. 587, 15.
375 Minio, zarcão.
376 JUSTINUS, 1862, p. 391.
377 JUSTINUS, 1862, p. 391.

Volfrâmio e estanho, este importantíssimo no comércio da antiguidade estão presentes em filões de ganga quartzosa com orientação em regra N 10°-30° W em Mãos, Cavalinho, Lagoa, Santa Justa, Campo da Corte.

Segundo a Circunscrição Mineira do Norte, o teor dos concentrados de WO3 e de Sn é de cerca de 70%.

Passando de lado a referência a minérios procurados actualmente como o tantálio e colômbio, não é de esquecer a exploração de ouro no Alto da Bouça da Breia, em filão pegmatítico, com 0,40 m de espessura e orientação N 35° W) a abonar a s alusões de Justino.

As minas mais citadas localizam-se, na sua maioria numa faixa de orientação NW-SE que vai do rio Lima, entre Fontão e Cardielos, continua pela serra de Arga, passando por Amonde e Gondar.

E não só os metais mereciam atenção. Boa matéria-prima para o artesanato da olaria existia e continuamos a ver a presença de caulinos em Valverde, Vila Fria, Conchada, Socorro, Teodoro e Mainça.

Com este panorama de recursos mineiros não surpreendem os fortes indícios arqueológicos de relacionamento desta área com as actividades metalúrgicas. A cassiterite era tão abundante que, na actualidade, uma sociedade se fundou para a sua exploração[378].

Aqui os romanos faziam fornecimento de ouro, estanho, ferro. Os indígenas procediam a troca directa e servindo-lhes de moeda pequenos pedaços de prata, afirmação de Estrabão confirmada pela Arqueologia, recebendo outros bens, adereços, *sigillatae,* vidros, vinho. De um tesouro monetário da zona de Montedor, estudado por Rui Centeno constavam de bolos de prata e moedas de prata, uns e outros divididos para trocos.

No Coto da Pena foram detectados entre produtos importados: marfim de dente de rinoceronte, certamente para embutidos em empunhaduras ou bijuterias; há, na mesma estação um punhal romano com alvéolos no cabo, que seriam para preencher de qualquer matéria decorativa.

Os testemunhos mais abundantes do comércio externo são as inúmeras embalagens, as ânforas cuja quantidade e presença nos locais de desembarque e nos povoados é elucidativa da intensidade e natureza dos produtos transaccionados.

A grande riqueza desta terra é afinal a população laboriosa e activa que povoa esta região, a ocupou e transformou ao longo de séculos.

---

[378] Sociedade de Minas de estanho de Caminha - Praça Almeida Garrett, 29, Porto.

O homem minhoto é temperamentalmente corajoso, inteligente e paciente.

Participando da admiração dos historiadores da antiguidade que reconheciam a sua frugalidade e resistência ao esforço, a devoção aos chefes e espírito belicoso, que, quando não tinha inimigos fora, os procurava dentro[379].

Da personalidade dos seus chefes, corajosos, e da vida que levavam sem pretensão a destaque, do modo como chegavam à chefia, engenhosos na estratégia de combate, que por instinto o povo seguia, confiando na sua perícia em conduzir a defesa, podemos avaliar pelo juízo que deles nos chegou através de Justino sobre um do povo vizinho de que não difeririam e se relacionavam: *"...nullus illis dux magnus, praeter Viriatum, fuit: qui annos decem Romanos varia victoria fatigavit (adeo feris propiora, quam hominibus, ingenia gerunt!): quem ipsum, non iudicio populi electum, sed ut cavendi scientem, declinandinorumque periculorum peritum secuti sunt. Cuius ea virtus continentiaque fuit, ut, quum consulares exercitus frequenter vincerit, tantis rebus gestis non armorum, non vestis cultum, non denique victum mutaverit: ut quivis gregarius miles ipso imperatore opulentior videretur*"[380]. Eram estimados, devotavam-se-lhes, e alguns foram imortalizados na estatuária.

Os romanos bem se deram conta do temperamento destes povos. Vencidos os cartagineses, não herdaram o domínio do território, mas sim a luta desesperada e demorada pela sua conquista.

A riqueza natural de clima, saudável e ameno, com recursos alimentares sobejos, matérias-primas estratégicas, conduziram a densa expansão demográfica, a luta pela sua posse e defesa da terra.

Pelos dados da Arqueologia, em zonas mais intensamente sujeitas a escavações, dum e outro lado do Minho, dá-se conta de uma posse privada do espaço doméstico, com estruturas muradas, vedadas a outros, numa demonstração de tratamento igualitário de superfície reservada. Quanto aos campos de logradouro, pelas fontes pouco se sabe mais do que de centuriações romanas disponibilizadas a veteranos de campanhas militares ou a populações deslocadas e posteriormente estrategicamente acomodadas.

Persistem ainda na actualidade, no interior do país, em sítios sertanejos, não raros exemplos de propriedade lograda em comum de que não se sabe a origem, podendo ver-se nisso ver nisso persistência de tradição germânica ou anterior.

Pelo testemunho de *Frontinus, De controversiis, 9,* sabemos que os agrimensores romanos, na centuriação, reservavam terras a logradouro comum (*subsectiva...ad personam coloniae pertinere*).

A repartição do solo permitia desenvolvimento agrícola, fonte de riqueza. Ter terra cultivável era garantia de posse de meios de sobrevivência e esperança

[379] JUSTINUS, ed. 1862, p. 391.
[380] JUSTINUS, ed. 1862, p. 390.

de obter excedentes, de enriquecimento; a fertilidade era acrescida pelo esforço de humanização.

O nosso conhecimento é mais preciso quanto aos instrumentos indiciadores de cultivo dos campos pelas populações castrejas que estão documentados desde o Bronze Final até à romanização bem como dos espécimes cultivados.

A força de trabalho era fornecida por bovinos, que, incansavelmente alternariam o retirar redes do mar, como sucedia na costa portuguesa em algumas zonas piscatórias, na pesca artesanal, e o puxar carros por caminhos acidentados ou o arado no amanho dos campos e, após a ceifa, arrastando o *tribulum*, numa vida mais que atribulada nas debulhas. Sobre o modo de os jungir há representações iconográficas e dos carros temos na serra de Goyán um petróglifo a recordá-lo[381] (III, 33,1).

Pouco se sabe sobre o tipo de arado usado. Apenas se pode dizer que conforme o tipo de cultura, e espécie de semente assim convém adaptar a ela a terra. O arado ainda hoje é usado entre nós para cultivo do centeio em terras de sequeiro. Instrumento de perfil simétrico, puxado por bovinos ou muares, sulca os campos a profundidade regulável, deixando a superfície uniforme e pronta para a sementeira. A charrua, sua parceira, é assimétrica, por isso desloca a leiva, deitando a terra que retira do rego para um dos lados; sulca mais profundamente, deixando o solo mais revolvido, mas a necessitar de gradagem antes da sementeira. Ao homem competia, segundo a cultura, adequar as técnicas a usar.

A observação dos calendários agrícolas, a escolha dos melhores tempos segundo as condições climatéricas e a selecção de sementes eram factores de produtividade. Algumas espécies eram de crescimento rápido e permitiam mais do que uma ceifa anual.

Embora os botânicos usem terminologia latina nas suas especificações, é-nos difícil identificar com os respectivos nomes latinos dos clássicos as espécies documentadas pela Arqueologia, até porque a extensão dos termos não é coincidente com a actual.

Frumentum designava qualquer cereal por oposição a *legumina*. E como ainda entre nós pão, nalgumas zonas, equivale ao centeio que cresce nos campos, *far* que deu a farinha designava todas as qualidades de trigo. O *milium*, não o graúdo, compreendia variedades de ciclo vegetativo curto; dele faziam flocos em pios de piar, frequentes no espaço doméstico dos castros, costume que, entre nós, chegou à actualidade em regiões como Trás-os-Montes[382].

O consumo de cereais podia não ser exclusivamente para farinação, nem ainda o é, mas a quantidade de mós manuais existente nos castros indicia uma tarefa doméstica frequente desde o Bronze Final, nas suas variantes de vaivém e

---

[381] Carro de Vilela, Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.

[382] No interior do país, no Castro da Cárcoda , Carvalhais , S. Pedro de Sul, apareceu em escavação de Celso Tavares da Silva, *in situ*, com suporte de balancé para eixo de prancha móvel, um pio de piar. CORREIA, Alberto; CORREIA, Arminda, 1977, p. 123-144.

rotativa, demonstrando evolução tecnológica, e mostra bem não só o volume de grão cultivado mas a intensidade e generalização da farinação para obviar aos hábitos alimentares castrejos e depois romanos.

Grande variedade de sementes carbonizadas chegou até nós, indicativo da actividade produtiva agrícola, com cereais e leguminosas, que o azar dos incêndios nos propiciou documentar[383].

O progresso da agricultura, a existência de recursos e matérias-primas, de produtos manufacturados, e paralelamente o aumento demográfico permitiram passar-se de um estádio de obviar à subsistência para o de produção de excedentes e comercialização.

Em ambas as margens há uma similaridade de implantação e de densidade dos povoados, casa de planta circular a que posteriormente se anexaram átrios condizentes com situações paralelas numa e outra banda, que tudo indica terem-se desenvolvido de modo em sincronia e complementaridade.

A ourivesaria e a decoração arquitectónica como profunda manifestação cultural são exemplos desta irmandade no gosto, no conhecimento de tecnologias que sugere laços familiares do artesanato de um e outro lado. Os "artífices" itinerantes, ourives, canteiros e outros, que A. C. F. Silva (1986) refere, percorreriam as duas margens, e fazem lembrar os que ainda recentemente deambulam pelos povoados, demonstrando a perícia do seu artesanato, ao ar livre, com produção original[384].

A permeabilidade de casamentos entre artesãos do mesmo ramo, sendo muitas as razões e as ocasiões de encontro, como ainda hoje, com trocas de experiência e estabelecimento de vantajosas parcerias, sobretudo em artesanias em que o sigilo era a alma do negócio ou requerida especial destreza, fruto de longo treino e experiência na prática familiar, fomentava esse intercâmbio entre ambas as margens.

É sintomático que, no tocante à olaria, sejam, na proto-história, conhecidas relações familiares, como é o caso da família *Camalus*[385]. A ligação profissional, dadas as suas exigências de prática, vincula tanto ou mais que os laços de sangue que, por vezes, são reforçados por ela.

Pelo menos, uma actividade há em que, no rio Minho, o relacionamento era inevitável: a pesca que, apesar de toda a armadura de fiscalidade e das linhas de separação administrativa fronteiriça, quando existentes, por mais rigorosas, sempre uniu no meio do rio os naturais de um e outro lado a dividirem pesqueiros, num concerto para possibilitarem uns aos outros o exercício do seu trabalho.

---

[383] Na presença de sementes carbonizadas em ambientes que não indiciam incêndios querem alguns antropólogos ver rituais de abandono forçado para estabelecimento em novos *habitats*.
[384] No Norte de África a ourivesaria é praticada ao ar livre por artistas ambulantes.
[385] SILVA, A C. F. , *A Cultura castreja no Noroeste de Portugal*, p. 270; Est. LX,1.

A cronologia proposta por A. C. F. Silva para o decurso do 1º milénio a C, para o Noroeste peninsular, fundamentada em acontecimentos marcantes que não poderão ter sido de eficácia inócua e certamente interferiram na evolução do povoamento, quer pela reacção que desencadearam, quer pelos contactos que proporcionaram, é de aceitação generalizada.

É assente que na Idade do Bronze Final se dá como documentada a existência de povoados em altura, defendidos por muralhas, de comunidades organizadas que ocupam estrategicamente espaços com recursos que viabilizam a sua permanência.

Nesse momento há homogeneidade de artefactos de bronze.

Com um período pré-colonial a terminar em 900, correspondente a Ha B1 do Centro europeu e ao B F II atlântico, seguido de um outro em que se enfatiza o relacionamento com o comércio fenício até 700 a C, que vem sendo progressivamente mais documentado em zonas cada vez mais a Norte na costa atlântica, IA, paralelo do BF III atlântico, seguido de um período que decorre paralelo ao hallstático da área atlântica, a que põe *terminus* na era de 500 a C tendo em conta as consequências derivadas do sucesso da Batalha de Alália (535 a C) e do primeiro tratado de Roma com Cartago (509 a C).

Um segundo período que A C F Silva inicia ainda no período Hallstático valorizando os acontecimentos citados, IIA, prolonga-se por La Tène até ao fim da segunda guerra púnica (201 a C) a que segue uma fase II B preenchida por acontecimentos implicando grandes movimentações e confrontos, as guerras lusitanas (135- 138 a C) e a campanha de Decimus Junius Brutus (138-136 a C).

O último período proposto por A C F Silva, igualmente dividido em duas fases, IIIA iniciada ainda dentro da Idade do Ferro de La Tène com a campanha de Brutus teria ido até à pacificação após as guerras cântabras (27-19); seguir-se-ia III B, a fase de domínio romano.

A romanização impôs um esquema económico explorando as matérias-primas e mão-de-obra.

Guerras e invasões implicaram movimentos de populações, como em situações paralelas hodiernas, apesar de meios mais rápidos de perseguição de agora.

Fuga a confrontos directos, prática de guerrilha, com a vantagem do conhecimento do território seriam normais.

A pacificação trouxe segurança, a que não é alheia a necessidade de estabelecimento de um sistema económico vantajoso para Roma, com produtores e clientela.

A decoração arquitectónica é a mesma e, sendo tão complexa, supõe ser feita pela mesma metodologia e por desenhador experiente (III, 63-67). Os módulos são da mesma dimensão; há dedo das mesmas pessoas. São disso exemplo a Porta de Âncora e a de Santa Tecla, pedras insculturadas avulso, aí existentes.

Na produção de instrumentos de trabalho e na arte há também paralelos evidentes.

Jóias iguais, torques com terminais similares, aros, quando de prata feitos por idêntica tecnologia.

Objectos utilitários de metal, v. g. as sítulas, fundidas localmente, têm paralelos num e outro lado, nos moldes de fundição delas em Santo António de Afife e em Santa Tecla..

Mas é na decoração cerâmica que se encontram mais contactos a sugerir circulação de produtos. Estão neste caso as cerâmicas de engobes espessos alaranjados de profusa decoração, as urnas de decoração estampada

A romanização desencadeou um processo de profunda aculturação que não anulou o substrato indígena e que foi precedida de outras influências também mediterrânicas.

Descontando a louvaminha de Estrabão para subir no conceito do imperador, ele grego de origem e de cultura, referindo-se à transformação comportamental operada por Roma no espírito belicoso e irrequieto destes povos, suavizando-lhes os costumes, o que é certo é que a prática de má vizinhança, se existia, que foi pretexto para intervenção romana, levava a desejar a contenção de tal estado de coisas e a estimar a estabilidade que ocasionava um poder de mão forte, que seria tido em conta de benefício, mesmo vindo dos romanos, acrescendo a admiração natural por uma cultura superior, um fazer diferente e melhor, que levou ao desejo de imitação, esbateu as barreiras entre conquistadores e conquistados.

De resto, os generais romanos tomaram estratégicas medidas de aliciamento, evitando odiosas intervenções e alardeando clemência, distribuindo terras a vencidos, fazendo ver as vantagens da organização do estado de direito. O estabelecimento de tratados, o apelo a Roma pelos indígenas contra desmandos e prepotências de generais, mesmo quando não atendidos, dão a supor uma certa reverência e confiança numa autoridade que ou se prefere a uma pior ou se tolera. O apelo da cultura de Roma era tão forte que, século e meio após o contacto com Júnio Bruto, os habitantes peninsulares pensavam e agiam como romanos.

No final do século I os peninsulares eram tão romanos quanto os cidadãos doutras zonas do Império.

Aliás o mesmo sucedia em outras áreas distantes de conquista romana, não menos custosas de assimilar. É sintomático um certo orgulho transparente no

testemunho de Paulo de Tarso dizendo ao tribuno[386] que lhe perguntava quanto pagara para adquirir a cidadania romana, ao dizer-lhe que por nascimento. Talvez nestas palavras se possa vislumbrar a facilidade com que o esplendor da civilização romana de igual modo conquistou os peninsulares.
A integração do Noroeste peninsular no domínio romano seguiu o seu curso com as vicissitudes da história da gestão do Império e dos seus recursos.

Em termos de evolução do povoamento não foram alheias as perseguições aos cristãos no centro do Império. Muitos terão fugido para zonas periféricas o que terá favorecido a rápida e profunda cristianização destas zonas, o que explica a preponderância da Igreja peninsular e os contactos intensos com as cristandades norte-africanas, após Constantino.

No século V a tranquilidade obtida sofreu o embate das invasões bárbaras.

Este momento ficou assinalado arqueologicamente por destruições de *villae*, nomeadamente pela das Baganheiras, em Afife, Viana do Castelo. Um tesouro monetário aí encontrado com centenas de moedas na maioria emitidas no século IV, incluía moedas do século V, raras mas com expressivo significado cronológico[387], permitindo atribuir ás primeiras levas de invasão suévica as alterações verificadas. Outro tesouro monetário é o referido como achado junto do Castro do Coto da Pena, Vilarelho, Caminha, análogo ao anterior na cronologia. De notar que em 411 os suevos estavam estabelecidos em Tuy. No castro do Coto da Pena, as moedas romanas encontradas permitem, pela análise dos centros emissores e cronologia, o teor das relações comerciais (III, 380).

Estes momentos de intranquilidade explicam a edificação de fortalezas romanas na margem Sul do Minho como sucede no castro de Nossa Senhora do Crasto, em esporão do monte de Góios. Este forte, de planta rectangular, no topo de monte íngreme amuralhado por cintura castreja, dotado de abundante recurso de água, cortou edifícios castrejos de planta circular. Vigiava a entrada do Minho e a estrada que vinha de Vilar de Mouros, passando pela portela do esporão e descendo em direcção Minho, que sobreviveu à fortaleza e continuou servindo à passagem de romeiros a Santiago.

Entre ambas as margens do rio Minho é assinalável a homogeneidade de matriz cultural que se sobrepõe e resiste a episódicas rivalidades, mais originadas por divergência de soluções de natureza administrativa e política do que culturais. Situados na margem do mundo mediterrânico são produto de caldeamento de gentes e de culturas de que conservaram vestígios, patentes ainda na linguagem, nas tradições, na textura social, na cultura material e no modo de ser.

Foi sempre visível essa semelhança de matriz desde a Pré-história, com identidade de monumentos, de espólio, de representações simbólicas, supondo idêntica mentalidade. Na Proto-história, é testemunhada pelos escritores clássicos

[386] Act.22, 28
[387] Informação de R Centeno.

a identidade de origem, vislumbrando neles ascendência grega, e foram penalizados pela ajuda que prestaram aos povos vizinhos do Sul com quem tinham interesses comuns.

Na evolução cultural e tecnológica seguiram uma linha paralela e, à medida que o rio se estreita a montante, maior indistinção se verifica entre os povos das duas margens.

Por alguma razão, até ao reinado de D. João I, a margem esquerda esteve adstrita eclesiasticamente a Tuy, e são raras, nas margens do Minho, as famílias daí originárias que não tenham relações de parentesco e consanguinidade do outro lado.

A mesma língua e a mesma toponímia mais aproximam no convívio cultural os habitantes ribeirinhos, muitos dos quais frequentemente se encontram na mesma actividade no rio que os une.

Possuem pois as duas populações um mesmo substrato cultural endógeno original acrescido de múltiplas influências exógenas, umas impostas outras assumidas que foram factor de evolução e enriquecimento material e cultural

Sinais de antropização mais antigos são assinalados nas bermas litorais e fluviais, mas no Neolítico é já evidente uma ocupação das planícies e planaltos do interior.

O povoamento foi-se adensando em períodos proto-históricos.

Senhores de matérias-primas procuradas, cedo obtiveram o conhecimento e a prática da sua utilidade. É notória uma padronização de artefactos no B. F. e nas épocas subsequentes a exigir contactos evidentes e uma convivência que foi milenar.

Nos seus povoados demonstram ter a mesma concepção do espaço doméstico e da sua funcionalidade.

Foram idênticas as soluções para implantação, arquitectura e organização espacial, assim como a mesma simbologia em adereços decorativos domésticos

Sendo a estrutura dos povoados reflexo de paralela organização social, denunciam igualmente espírito de liberdade e organização hierárquica. Em ambos os casos o espaço doméstico é murado, com intimidade, e faz parte de uma associação intermédia que se associa no conjunto total, o castro, na defesa dos interesses do colectivo, dentro de muralhas.

Na metalurgia, o artesanato de maior prestígio, é onde se nota maior paralelismo no progresso tecnológico das duas margens; produção dos mesmos instrumentos agrícolas, e até enfeites e adereços pessoais do mesmo modelo.

De uma para a outra margem não se encontram diferenças ou sinais de ruptura cultural.

As inovações chegaram-lhes pelas mesmas vias, quer centro-europeias, quer mediterrânicas. A despeito de alguns produtos rarearem na margem sul, caso das espadas de antenas (III, 76,5-6), para que se dá a explicação de acantonamento de célticos, vindos da do Sul, que na margem esquerda, pela densidade demográfica, não tiveram oportunidade de estabelecer-se.

A cultura material na pedra, na cerâmica, no metal revela identidade de gosto e dependências, talvez as mesmas mãos.

Apesar da persistência de substratos acumulados, mau grado resistência a mudanças, as vantagens tecnológicas impuseram uma vantajosa receptividade cultural e permeabilidade a influências exógenas.

Posicionados sobre o Atlântico, com tradicionais e evidentes contactos com povos mais a Norte e a Nordeste, são também evidentes as influências mediterrânicas, centro de grandes civilizações que têm sido valorizadas pelos estudiosos das nossas raízes.

"Foi no convívio da gente mediterrânea que a restante Europa (Ásia Ocidental e Norte de África) se enriqueceu de ideias e de crenças, depois espalhadas por todo o mundo.

Esta pequena parcela de terras e de mares, apenas cerca de um centésimo da superfície terrestre, desempenhou, portanto, na história do planeta e da humanidade, papel dos mais relevantes".

Essa influência seria descrita em síntese por Orlando Ribeiro:

"A descrição (conhecimento) do mundo mediterrânico... ajuda a compreender alguns caracteres essenciais da nossa geografia. No clima, no revestimento vegetal, no arcaísmo dos modos de vida, na economia rotineira e pobre, na população vigorosa e na exiguidade de boas terras para acomodá-la, Portugal repete aspectos próprios dos países ribeirinhos do mar interior, a que o ligam afinidades flagrantes e profundas".

Abstrair de relações de posição seria, porém mutilar a complexa realidade geográfica do nosso território.

Resumiu-se já esta dualidade da nossa geografia numa fórmula breve e em grande parte exacta: "Portugal é mediterrâneo por natureza, atlântico por posição".[388]

A influência mediterrânica estende-se a todo o litoral e foi reforçada por episódios geradores de perturbação e movimentações que obrigaram a deslocamentos de gentes que a Norte procuraram refúgio e para onde levaram novas tecnologias, mentalidade e práticas culturais.

---

[388] RIBEIRO, Orlando, PMA 1945, 1967, 3; REBELO, Pequito , *A terra portuguesa*, Lisboa 1929, p.55.

Afinal, o Minho, estrada do comércio e porta de saída de recursos estratégicos. Ouro, estanho e sal, e de entrada de contributos culturais diversos que caldearam a maneira de ser dos povos ribeirinhos, une povos amigos, mais que isso, irmãos, que de rivais apenas têm na etimologia a razão de viverem em *ripae* que não são opostas, mas contíguas e complementares.

[388] RIBEIRO, Orlando, PMA 1945, 1967, 3; REBELO, Pequito , *A terra portuguesa*, Lisboa 1929, p.55.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

Abascal — 1986: ABASCAL PALAZÓN, J. M. – *La cerámica pintada romana de tradicion indígena en la Península Ibérica. Centros de producción, comercio y tipologia*. Madrid, 1986.

Abásolo - Pérez — 1980: ABÁSOLO, J. A. ; PÉREZ RODRÍGUEZ, F. – *El casco céltico de Gotorrita (Vallodolid),* Boletín del Seminario de estudios de Arte y Arqueología, Vallodolid 1980, p. 93.

Abreu — 1996: ABREU, A. A. – *Vaso eneolítico de aba larga do Monte da Ola.* Cerâmica Vianense. Viana do Castelo. 3, 1996.

Abreu; Almeida — ABREU, A. A.; ALMEIDA, C. A. B. – *Carta arqueológica de Viana do Castelo* (ficheiro da Câmara Municipal).

Acuña Castroviejo — 1971: ACUÑA CASTROVIEJO, F. – *Los Lares Viales en la Galícia romana.* Congresso Nacional de Arqueologia.Coimbra. 2, 1971, p. 353-357.

Acuña Castroviejo — 1976: ACUÑA CASTROVIEJO, F. – *Excavaciones en el Castro de "O Neixón", campanha de 1973.* Noticiario Arqueológico Hispánico. Prehistoria: 5.,1976.

Acuña Castroviejo — 1977: ACUÑA CASTROVIEJO, F. – *Panorama de la cultura castrexa en el noroeste de la Peninsula Ibérica.* Bracara Augusta. Braga. 31 (83-84), sep. 1977, p. 235-253.

Aguirre — 1782: AGUIRRE, M. – *Indagacion sobre la Geografia.* Madrid, 1782.

Aguirre — 1964: AGUIRRE, E. – *Las gándaras de Budiño (Pontevedra).* Madrid, 1964.

Aya Nuño — 1968: AYA NUÑO, J. A. – *Historia e guía de los museos de España. A Guarda.* Madrid, 1968, p. 656 s

Alarcão — 1965: ALARCÃO, J.; ALARCÃO, A. – *Vidros romanos de Conimbriga.* Coimbra, 1965., p.169

Alarcão — 1973: ALARCÃO, J. – *Portugal Romano.* 3ª ed. Lisboa: Verbo, 1973.

Alarcão — 1974a: ALARCÃO, J. – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga.* Coimbra. Suplementos de «Biblos». 8, 1974 (diss. doutoramento).

Alarcão — 1974b: ALARCÃO, J. – *A necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel).* Conimbriga. Coimbra. 13, 1974, p. 5-32.

Alarcão — 1975: ALARCÃO, A . – *Les sigillées sud-galiques.* Fouilles de Conimbriga. Paris. 4, 1975.

Alarcão — 1975: ALARCÃO, J. – *A propos des céramiques de Conimbriga.* Actas de Tables rondes tenue a Conimbriga les 25-27 Mars 1975. Conimbriga. Coimbra. 14, 1975 p.5-165.

Alarcão et al. — 1976: ALARCÃO, A; MARTINS, A. N. – *Uma cerâmica aparentada com as paredes finas de Mérida.* Conimbriga. Coimbra. 15, 1976, p. 91-110 .

Bibliografia

Abascal — 1986: ABASCAL PALAZÓN, J. M. – *La cerámica pintada romana de tradicion indígena en la Península Ibérica. Centros de producción, comercio y tipologia*. Madrid, 1986.

Abásolo - Pérez — 1980: ABÁSOLO, J. A. ; PÉREZ RODRÍGUEZ, F. – *El casco céltico de Gotorrita (Vallodolid),* Boletín del Seminario de estudios de Arte y Arqueología, Vallodolid 1980, p. 93.

Abreu — 1996: ABREU, A. A. – *Vaso eneolítico de aba larga do Monte da Ola.* Cerâmica Vianense. Viana do Castelo. 3, 1996.

Abreu; Almeida — ABREU, A. A.; ALMEIDA, C. A. B. – *Carta arqueológica de Viana do Castelo* (ficheiro da Câmara Municipal).

Acuña Castroviejo — 1971: ACUÑA CASTROVIEJO, F. – *Los Lares Viales en la Galícia romana.* Congresso Nacional de Arqueologia.Coimbra. 2, 1971, p. 353-357.

Acuña Castroviejo — 1976: ACUÑA CASTROVIEJO, F. – *Excavaciones en el Castro de "O Neixón", campanha de 1973.* Noticiario Arqueológico Hispánico. Prehistoria: 5.,1976.

Acuña Castroviejo — 1977: ACUÑA CASTROVIEJO, F. – *Panorama de la cultura castrexa en el noroeste de la Peninsula Ibérica.* Bracara Augusta. Braga. 31 (83-84), sep. 1977, p. 235-253.

Aguirre — 1782: AGUIRRE, M. – *Indagacion sobre la Geografia*. Madrid, 1782.

Aguirre — 1964: AGUIRRE, E. – *Las gándaras de Budiño (Pontevedra)*. Madrid, 1964.

Aya Nuño — 1968: AYA NUÑO, J. A. – *Historia e guía de los museos de España. A Guarda.* Madrid, 1968, p. 656 s

Alarcão — 1965: ALARCÃO, J.; ALARCÃO, A. – *Vidros romanos de Conimbriga.* Coimbra, 1965., p.169

Alarcão — 1973: ALARCÃO, J. – *Portugal Romano.* 3ª ed. Lisboa: Verbo, 1973.

Alarcão — 1974a: ALARCÃO, J. – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga.* Coimbra. Suplementos de «Biblos». 8, 1974 (diss. doutoramento).

Alarcão — 1974b: ALARCÃO, J. – *A necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel).* Conimbriga. Coimbra. 13, 1974, p. 5-32.

Alarcão — 1975: ALARCÃO, A . – *Les sigillées sud-galiques.* Fouilles de Conimbriga. Paris. 4, 1975.

Alarcão — 1975: ALARCÃO, J. – *A propos des céramiques de Conimbriga.* Actas de Tables rondes tenue a Conimbriga les 25-27 Mars 1975. Conimbriga. Coimbra. 14, 1975 p.5-165.

Alarcão et al. — 1976: ALARCÃO, A; MARTINS, A. N. – *Uma cerâmica aparentada com as paredes finas de Mérida.* Conimbriga. Coimbra. 15, 1976, p. 91-110 .

Almagro-Gorbea 1993a: ALMAGRO-GORBEA, M.- *La introducción del hierro en la Península Ibérica.* Contactos precoloniales en el período protoorientalizante, Complutum, 4, 1993, p. 81-94.

Almagro-Gorbea 1993b: ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.)- *Los Celtas: Hispânia e Europa*, Madrid, 1993.

Almagro-Gorbea 1984: ALMAGRO–GORBEA, M. J. – *Necropole de Baria, Almeria.*Madrid 1984.

Almeida 1979a: ALMEIDA, C. A. B. de – *A rede viária do Conventus Bracaraugustanus, Via Bracara Asturicam quarta.* Mínia. 2 ª Série. II: 3, 1979, p. 61-163.

Almeida 1979b: ALMEIDA, C.A.B. – *Salinas medievais entre Cávado e Neiva.* Bracara Augusta. Braga. 33, 1979, p. 391-402.

Almeida 1982: ALMEIDA, C. A. B. – *Castelo de Neiva.* Boletim Cultural de Esposende. 1, 1982, p. 13-33.

Almeida 1985: ALMEIDA, C. A. B. – *Carta arqueológica do concelho de Esposende.* Boletim Cultural Esposende, 7-8, 1985.

Almeida 1990: ALMEIDA, C. A. B. – *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima.* Estudos Regionais. Viana do Castelo. 7/8, 1990.

Almeida 1996: ALMEIDA, C. A. B. – *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho: inventário arqueológico dos concelhos de Caminha, Paredes de Coura e Valença.* Porto: Universidade do Porto, 1996.

Almeida 2000a: ALMEIDA, C. A. B. – *A arqueologia proto-histórica e romana do concelho de Vila Nova de Cerveira.* V. N. de Cerveira, 2000.

Almeida 2000b: ALMEIDA, C. A. B. – *Pelos caminhos do património de Vila Nova de Cerveira.* V. N. de Cerveira, 2000.

Almeida 1968: ALMEIDA, C. A. F. – *Vias medievais Entre Douro e Minho.* Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1968 (diss. licenciatura, dactil.).

Almeida 1972: ALMEIDA, C. A. F. – *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal.* Revista de História da Faculdade de Letras. Porto. 3, 1972, p. 113-136.

Almeida 1973-74: ALMEIDA, C. A. F. – *Necrópole galaico-romana de Vila do Conde.* Revista de História da Faculdade de Letras. Porto. 4-5, 1973-74, p. 209-222.

Almeida 1974: ALMEIDA, C. A. F. –*A cerâmica castreja.* Revista de Guimarães. Guimarães. Vol. 84, 1974, p. 171-197.

Almeida 1980a: ALMEIDA, C. A. F. – *Dois capacetes e três copos de bronze, de Castelo de Neiva.* Gallaecia. 6, 1980, p. 245–255.

Almeida 1980b: ALMEIDA, C. A. F. – *Importantes objectos de bronze de Castelo de Neiva.* Arqueologia. Porto. 2, 1980, p. 45-49.

Almeida 1983: ALMEIDA, C A F. – *Cultura castreja. Evolução e problemática* Arqueologia 8, p. 73-74.

Almeida — 1987: ALMEIDA, C. A. F. – *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 157

Almeida — 1973-1974: ALMEIDA, C. A. F. – *Influências meridionais da cultura castreja*. Revista de História da Faculdade de Letras. Porto. 4 (5), 1973-1974, p. 197-207.

Almeida et al. — 1981: ALMEIDA, C. A. F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, Carlos A. B; BAPTISTA, A. J. – *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão de Facha*. Separata do «Arquivo de Ponte de Lima». Ponte de Lima. 3, 1981.

Almeida et al. — 1982: ALMEIDA, C. A. F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, Carlos A. B; BAPTISTA, A. J. *Duas datações de C-14 para o Castro de Santo Estêvão da Facha*. Arqueologia. 6. Porto, 1982, p. 79.

Almeida et al. — 1987: ALMEIDA, C. A. B; ABREU, A. A. – *A necrópole de incineração de Gondomil, Valença*. Lucerna. Porto. 2.ª série: II, 1987, p. 187-244.

Almeida et al — 1995: ALMEIDA, C. A. B; SOEIRO, T.; BARROCA, M. J. – *Estação arqueológica do Castelo de Fraião (Boivão,Valença),* Portugália, Nova Série, 16, Porto, 1995, p. 311.

Almeida — 1970: ALMEIDA, F. - *Mineração romana em Portugal.* Congresso Internacional de Mineria, 6.. Leon, 1970
- *La mineria hispanica e iberoamericana.*Leon, 1970, I, p.195-220.

Almeida — 1971: ALMEIDA, L. M. – *Passeio ao Alto-Minho*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

Alonso — 1980: ALONSO, E. – *Bajo Miño y costa sur*. A Guarda: Industrias gráficas Noroeste de Vigo, 1980.

Alonso — 1987: ALONSO, E. – *Seminário Luso-galaico comemorativo do VII centenário do foral de Caminha, Tiempos y paisajes del Santa Tecla.* Lucerna. Porto. 2.ª série: II, 1987, p. 69-117.

Alvarez Limeses — 1936: ALVAREZ LIMESES, G. – *Geografia del reino de Galicia, Pontevedra*. Barcelona, 1936, p. 826-829.

Alvarez Núñez — 1986: ALVAREZ NÚÑEZ – *Castro de Penalba e prospección no Castro dos Mouros (Campo Lameiro, Pontevedra*). Arqueoloxía-Informes. Pontevedra. 1, 1989, p. 36-40.

Alves — 1986: ALVES, F. S. – *A piroga monóxila de Geraz de Lima*. O Arqueólogo Português.Lisboa, 4 (5), 1986, p. 209-234.

Alves — 1980a: ALVES, L. – *Aspectos da Cultura Castreja no Alto Minho*. Caminiana. Caminha. 3, 1980, p. 105-141.

Alves — 1980b: ALVES, L. – *Carreço na Pré-história*. Boletim da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Graça. Carreço, 1980.

Alves — 1981: ALVES, L. – *Petróglifos da lage da Churra*. Boletim da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Graça. Carreço, 1981.

Alves — 1985: ALVES, L. – *Caminha e o seu concelho*. Caminha: Câmara Municipal, 1985.

Araújo — 1980 ARAÚJO, I. – *Castros, Outeiros e Crastos na paisagem de entre Douro e Minho*. Minia. 2ª série. 3(4), 1980, p. 101-117.

Araújo — 1957: ARAÚJO, J. R. – *Caminhos velhos e pontes.* Arquivo do Alto Minho. Viana do Castelo. Vol. 7, 1957

Araújo — 1985: ARAÚJO, J R. – *Os miliários da estrada romana de Braga a Tuy.* O Distrito de Braga. Braga. 5, 1985.

Argote — 1728: ARGOTE, J. - *De antiquitatibus Conventus Bracaraugustanus*, Lisboa 1728;
1732: *Memória para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Lisboa, 1732.

Arias Vilas — 1979: ARIAS VILAS, F. – *El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad de su datación por C-14.* XV Congreso Nacional de Arqueologia - Lugo 1977. Zaragoza, 1979, p. 613-622.

Arnaud — 1978: ARNAUD, J. M. – *O megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas.* Actas das 3.ª Jornadas Arqueológicas. Lisboa, 1978, I, p. 97-112..

Ayán — 2002: AYÁN VILLA, X.M.- *O estudo da arquitectura doméstica da Idade do Ferro do NW: Achega historiográfica*, Gallaecia, 21, 2002, p. 137-157.

Assunção — 1961: ASSUNÇÃO, C. T de – *Estudos petrográficos.* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1961.

Avram — 1987: AVRAM, A. ; OPAIT, A. – *Le vin, le huile, et les amphores dans l 'antiquité classique,* Dacia, XXI, 1-2, Bucarest, 1987, p. 140.

Azevedo — 1895: AZEVEDO, P. A. – *O Diccionário. Geográphico" do P. Luís Cardozo.* O Arqueólogo Português. 1-2, p. 267-268.

Azevedo — 1896: AZEVEDO, P. A. – *Extractos archeologicos das memorias parochiaes de 1758,* A. P., 2, 1896, p. 62-64, p. 177 – 192, 305 – 318.

Azevedo — 1929: AZEVEDO – *Micelánia archeologica – Castelo da Serra de Arga (Minho).* O Arqueólogo Português. 30, 1929.

Baptista — 1983: BAPTISTA, A. M. – *Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva.* Colóquio Inter-universitário de Arqueologia do NW. Porto, 1983.

Baptista — 1986: BAPTISTA, I. – *Arte rupestre de Carreço.* Centro de Estudos Regionais Boletim Cultural Alto Minho, 1986, p. 116-128.

Baptista — 1985: BAPTISTA, A. M. – *A estátua–menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal)* A.P., série IV, 3, Lisboa 1985, p. 7-44.

Bain — 2000: BAIN, G – *Arte celta. Os métodos de elaboración.* A Coruña, 2000.

Barbosa — 1991: BARBOSA, M. B. – Espólio monetário romano , Coto da Pena. Estudo e classificação. Universidade do Porto. Porto 1991, (diss de mestrado, polic.).

Baroja — 1943: BAROJA – Los pueblos del Norte de la península Ibérica, Madrid 1943.

Barreiro Fernández — 1980: BARREIRO FERNÁNDEZ, X. –*História de Galicia.* La Coruña, 1980, p.17 ss.

Barroca — 1987:BARROCA, M. J. – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e- Minho (Séc. V – XV).* Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1987.

Belchior — 1969: BELCHIOR, C. – *Lucernas romanas de Conimbriga.* Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga, 1969.

Bello; Peña — 1995: BELLO DIÉGUEZ, J. M.; PEÑA SANTOS, A. – *Galicia na Prehistoria.* In *História de Galicia.* La Coruña, 1995.I, p. 1-210.

Beltrán Lióris — 1970: BELTRÁN LLORIS, M. – *Las ânforas romanas en España.* Zaragoza, 1970.

Beltrán Lióris — 1978: BELTRÁN LLÓRIS, M. – *Cerâmica romana: tipología y clasificación.* 1978.

Benoit — 1957:BENOIT, F – *Typologie et épigraphie, les marques amphoriques de Sestius.* Revue d'Études Ligures, XXIII, 1957, 245-285.

Bermejo Barrera et al. — 1994: BERMEJO BARRERA, J. C.; REBOREDA MORILLO, S – *Religión micenica y religión griega: problemas metodologicos.* In *Edad del Bronce.* Xinzo de Limia, 1994.

Baroja — 1943: BAROJA, C. – *Los pueblos del Norte de la Peninsula Ibérica,* Madrid, 1943

Beltrán — 1970: - BELTRÁN LLORIS,M. – Las Ánforas romanas en España. , Zaragoza, 1970

Bettencourt — 1995: BETTENCOURT, A.M.S.- *Dos inicios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal.* A idade do Bronze em Portugal, Lisboa, 1995, p. 110-115.

Bettencourt — 1997: BETTENCOURT, A M. – *Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste Peninsular.* In Actas do II Congreso de Arqueología Peninsular. Zamora, 1999, p. 621-632.

Bettencourt — 2000a: .BETTENCOURT, A. M. - *O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transicção para a Idade do Ferro,* Braga, 2000 (Cadernos de Arqueologia, Monografias, 10).

Bettencourt — 2000b: BETTENCOURT, A. M. *O mundo funerário da Idade do Ferro do Norte de Portugal: Algumas questões.* Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, V, Porto, p. 43-59.

Bettencourt — 2000a: BETTENCOURT, A. M. –*O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio a.C. : sequências cronológico-culturais,* Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular. IV. Porto, 2000, p. 79-93.

Bettencourt — 2000b: BETTENCOURT, A M. – *Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios a.C.): Breve síntese,* Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular. V. Porto, 2000, p. 61 99.

Bettencourt — 2000c: BETTENCOURT, A M. – *Estações da Idade do Bronze e da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal).* Cadernos de Arqueologia. Braga: Universidade do Minho, 2000.

Bettencourt — 2000d: BETTENCOURT, A. M. – *O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal.* Cadernos de Arqueologia. Braga: Universidade do Minho, 2000.

Bettencourt — 2000e:BETTENCOURT, A. M. – *O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, Nos Finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro.* Cadernos de Arqueologia. Braga: Universidade do Minho, 2000.

Bettencourt — 2001a: BETTENCOURT, A. M.- *Aspectos da metalurgia do Bronze durante a Proto-história do Entre Douro e Minho,* Arqueologia, Porto, 2001, p. 13-40.

Bettencourt — 2001b: BETTENCOURT, A. M.- *Considerações em torno de alguns aspectos económicos do Ferro Inicial no Noroeste Português*, Arqueologia, Porto, 2001, p. 41-55.

Blanco Freijeiro — 1957: BLANCO FREIJEIRO, A. – *Origen y relaciones de la orfebrería castreña,* Cudernos de Estudios Gallegos, 12, (36, 38), Santiago de Compostela, 1957.

Blanco Freijeiro — 1980: BLANCO FREIJEIRO, A. – *La edad del hierro en el oeste y norte peninsular.* In *Historia de Hespaña. I.* Madrid, 1980.

Blásquez — 1900: BLÁSQUEZ, A. – *Descripción de Iberia.* Madrid, 1900. [tradução parcial de Estrabão].

Blot — 1997: BLOT, M. L. P. – *Introdução à Arqueologia do meio aquático.* Lisboa, 1997 (texto policopiado).

Bosque Maurel et al. — 1989 : BOSQUE MAUREL, Joaquín y VILÁ VALENTÍ, Joán, - *Geografia de España* 1989, p. 39.

Bouza Brey — 1940: BOUZA BREY, F. – *Castros.* Archivo Español Arqueología. 14 (45), Madrid, 1940-41, p. 539-553.

Bouza Brey — 1945: BOUZA BREY, F. – *Inscripciones romanas de Galicia.* Santiago de Compostela, 1945.

Bouza Brey et al. — 1953: BOUZA BREY, F.; ALVAREZ BLÁSQUEZ, J. M. – *Industrias paleoliticas do Baixo Miño (A Guardia, O Rosal – Tomiño e Oia).* Trabalhos de Antropologia e Etnografia. Porto, 1953.

Bouza Brey — 1959: BOUZA BREY, F. – *Grabados rupestres serpentiformes de Lugo y la ofiolatria en Galicia y norte de Portugal.* Actas do Primeiro Congresso, 1959, p. 292-302.

Bouza Brey — 1963: BOUZA BREY, F. – *Cuentas de bronce decoradas de los castros galaicos.* Cuadernos Estudos Galegos 18 (54), 1963, p. 5-15.

Braemer — 1990: BRAEMER, F. – *L'iconographie de la grappe de raisin.* Actes du Colloque Archéologie de la vigne et du vin. Caesarodunum. Paris. 24 1990, p. 71-79.

Brandão — 1985: BRANDÃO, D. P. – *A citânia de Sanfins na história da arqueologia portuense.* Paços de Ferreira, 1985.

Brandherm — 2002: BRANDHERM, D.- *Zur Kultur der Älteren Bronzezeit im Nordwesten der iberischen Halbinsel und ihren Atlantischen Beziehungen*, Madrider Mitteilungen, 43, 2002, p. 22-60.

Bretard — 1965: BRETARD, J. – *Les depôts bretons et l'Age du Bronze atlantique.* Rennes, 1965.

Breuil — 1917: BREUIL – *Le char et le traineau dans l'art rupestre de l' Estrémadure.* In *Terra portuguesa. III.* Coimbra, 1917, p. 81-86

Breuil et al. — 1962 BREUIL; ZBYSEWSKI – *Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço).*Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 46, Lisboa, 1962, p. 53-131.

Brito — 1910: BRITO, C. – *Antas do concelho de Ponte de Lima.* O Arqueólogo Português,15, Lisboa, 1910, p. 313-317.

Brito — 1989: BRITO, L. F. A – *A desembocadura do rio Minho nos tempos antigos.* Caminha, 1989.

Burillo Mozota — 1984: BURILLO MOZOTA, F. – *La aplicación de los modelos del lugar central a la arqueologia.* Primeras Jornadas de Metodologia de Investigación Prehistorica, Sória 1981. Madrid, 1984, p. 431-441.

Caamaño Gesto — 1979: CAAMAÑO GESTO, J. M. – *Marcas de alfarero en cerámica romana, encontradas en Galicia.(Marcas de la sigilata de Santa Tecla).* Gallaecia. La Coruña. 5, 1979.

Calado et al. — 2000: CALADO, M; REGALO, F. – *Olive jars encontrados no Tejo.* Almadan. Almada. 2.ª série: 9, 2000, p. 206 -207.

Caldas — 1975: CALDAS, J. A. – *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção.* Braga, 1975.

Caldas — S/d CALDAS, J. – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Âncora.*

Calo Lourido — 1993: CALO LOURIDO, F. – *A cultura castrexa.* Vigo: Ed. A Nova Terra, 1993.

Calo Lourido — 1994: CALO LOURIDO, F.- *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*, La Coruña, 1994, 2 vol.

Calo Lourido et al — 1986: CALO LOURIDO; SOEIRO, T. – *Castro de Baroña. Campañas 80/84,* Arqueoloxía/Memorias. 6. Santiago de Compostela, 1986.

Calo Lourido — 203:CALO LOURIDO, F. – *Catálogo.* Madrider Mitteilungen, 44, 203. Madrid 2003 p. 6. (Estátuas de guerreiros).

Calo Lourido — 203:CALO LOURIDO, F. –. *El icono guerrero galaico en su ambiente cultural.* Madrider Mitteilungen, 44, 203. Madrid 2003. p. 33.

Calvo Sanchez — 1920: CALVO SANCHEZ, I. – *Monte de Santa Tecla (La Guardia – Pontevedra). Exploraciones arqueológicas, años 1914 –1920.* Madrid, 1920 [reed. Madrid, 2000].

Calvo Sanchez — 1924a: CALVO SANCHEZ, I. – *Antiguedades del Monte de Santa Tecla.* La Esfera. (12 Janeiro 1924).

Calvo Sanchez — 1924b: CALVO SANCHEZ, I. – *Monte de Santa Tecla (La Guardia, Pontevedra. Exploraciones arqueologicas, 1914 Monte de Santa Tecla en Galicia*, 1924.

Calvo Sanchez — 1924c: CALVO SANCHEZ, I. – *Monte de Santa Tecla en Galicia. Memoria de excavaciones realizadas en 1922 – 23.* Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos. Madrid, 1924.

Calvo Sanchez — 1924d: CALVO SANCHEZ, I – *Monte de Santa Tecla en La Guardia. Memoria.* Madrid, 1924.

Cambi — 1992: CAMBI, F. – *Archeologia viva. Sulla grandi rotte.* Palermo 1992, p. 41.

Campos — 1944: CAMPOS – *As minas na toponímia de Portugal.* Lisboa, 1944.

Capella — 1895: CAPELLA, Martins – *Milliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal, Porto, 1895, p. 53.*

Carballo Arceo — 1984: CARBALLO ARCEO, L. X. – *Castro da Forca. Campaña de 1984.* Arqueoloxía, Memórias, 8. Santiago de Compostela, 1984.

Carballo Arceo — 1987: CARBALLO ARCEO, L. X. – *Avance ao estudo dos materiais arqueoloxicos do castro de Santa Trega.* Seminário Luso-galaico comemorativo do VII centenário do foral de Caminha, Tiempos y paisajes del santa Tecla. Lucerna. Porto. 2.ª série: II, 1987, p. 95- 117.

Carballo Arceo — 1989: CARBALLO ARCEO, L. X. – *Catálogo de materiais arqueolóxicos do Museu do Castro de Santa Tegra: Idade do Ferro.* Pontevedra, 1989.

Carballo Arceo — 1990: CARBALLO ARCEO, L. X. – *Los castros de la cuenca del rio Ulla y sus relaciones con el medio físico.* Trabajos de Prehistoria. Madrid. 47 1990, p. 161-199.

Cardoso — 1996: CARDOSO, J. L. – *Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos.* In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 160-170.

Cardoso — 2000: CARDOSO, J. L. – *Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze.* Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras, 2000, p. 355-413.

Cardoso — 2001: CARDOSO, J.L.-*Pré-história: programa, conteúdos de uma disciplina da licenciatura em História da Universidade Aberta.* Lisboa, 2001 (em prova de concurso a Professor Associado).

Cardoso — 2002: CARDOSO, J. L. –*Pré-história de Portugal.* Lisboa: Editorial Verbo, 2002.

Cardozo — 1936: CARDOZO, M. – *Novas urnas de largo bordo horizontal. Um tipo regional de cerâmica primitiva.* T A E , 8 (1) 1936, p. 65-87.

Cardozo — 1959: CARDOZO, M. – *Die "Castros" im Norden Portugals.* Revista de Guimarães. Guimarães. 69 (3-4), 1959, p. 417-436.

Cardozo — 1959: CARDOZO, M. – *2ª campanha de escavações arqueológicas em castros do Norte de Portugal(Cividade de Âncora e Monte do Cútero) dirigidas pelo professor D.r Christopher Hawkes da Universidade de Oxford (7 a 26 de Setembro de 1959*). Rev Guimarães, 69, Guimarães 1959.

Cardozo — 1966: CARDOZO, M. – *As indústrias cerâmica e vidreira na Antiguidade Peninsular particularmente na cultura dos castros no noroeste (considerações gerais).* Lucerna 5, 1966, p. 469-475.

Cardozo — 1971a: CARDOZO, M. – *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso.* Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1971.

Cardozo — 1971b: CARDOZO, M. – *Castros.* In *DICIONÁRIO de História de Portugal.* Dir. Joel Serrão. Lisboa:, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 1.

Cardozo et al. — 1959: CARDOZO, M. et al. – *Segunda campanha de escavações arqueológicos em castros do Norte de Portugal (Cividade de Âncora e Monte do Cútero) dirigida pelo Prof. Dr. Christopher Hawkes da Universidade de Oxford (7 a 26 de Setembro 1959).* Revista de Guimarães. Guimarães. 69 (3-4), 1959, p. 522-546.

Carrocera Fernández — 1996: CARROCERA FERNÁNDEZ, E. – *O fin da cultura dos castros.* A cultura castrexa galega a debate.Instituto de Estudos Tudenses, Tui, 1996, p. 207-247.

Cartaillac — 1886: CARTAILLAC, E. – *Les âges préhistoriques de l 'Espagne et du Portugal*, Paris 1886

Cartaillac — 1888: CARTAILLAC, E. – *As citânias e as cidades fortificadas do Minho.* Revista de Guimarães. Guimarães. 5(3), 1888, p. 123-135.

Carvalho — 1960: CARVALHO, S. - *Recordações de tempos idos.* Ecos da Matriz. 11 196).

Carvalho et al. — 1983: CARVALHO, G. S.; MEIRELES, J.; LEMOS, F. S. – *O Quaternário do Minho - estado actual dos nossos conhecimentos.* Actas do Colóquio Interuniversitário de Arqueologia do Noroeste, Portugalia, Nova Série, IV-V. Porto 1983 , p. 13-20.

Castillo — 1908: CASTILLO, A. – *Los castros gallegos.* La Corogne, 1908.

Castro Perez et al. — 1994: CASTRO PEREZ, L. ; REBOREDA MORILLO, S. (coord.) – *Edad del Bronce.* Actas del curso de Verano de la Universidad de Vigo 1993. Xinxo de Limia, 1994.

Cavada Nieto — 1972: CAVADA NIETO, M. – *Hallazgos monetarios en castros de Galicia.* Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología.Valladollid 38 1972, p. 211-248.

Centeno — 1976: CENTENO, R. M. S. – *Moedas hispano-romanas no Museu de Antropologia "Dr. Mendes Corrêa".* Porto: Instituto de Antropologia Doutor Mendes Correia, 1976. Trabalhos do Instituto de Antropologia Doutor Mendes Correia, 32.

Centeno — 1983: CENTENO, R. M. S. – *A dominação romana.* In SARAIVA, José Hermano, dir. – *História de Portugal, I.* Lisboa, Publicações Alfa. 1983.

Centeno — 1987: CENTENO, R. M. S. – Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, 1987

Centeno — 1988: CENTENO, R. M. S. – *Tesouro monetário da região de Chaves.* Porto: [s/n], 1988. Separata de «Nummus». 2.ª série: 11.

Centeno — 1989: CENTENO, R. M. S. – *Circulação monetária no Noroeste de Hispania até 192.* Porto. Sociedade Portuguesa de Numismática, Douro.Litoral. 1989. (diss. de doutoramento).

Centeno — 1995: CENTENO, R. M. S. – *La moneda hispánica: Ciudad y territorio.* Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua. Madrid: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995.

Centeno: — CENTENO, R. M. S. – *Tesouro monetário da vila das Baganheiras, Afife.* (em publicação).

Cepa — 1933: CEPA, M. M. – *Monografia de S. Miguel de Alvarães.* Braga, 1933.

Chapman — 1982: CHAPMAN, J. C. – *The secundary products revolution and the limitations of the Neolithic.* Bulletin of the Institute of the University of London. London. 19, 1982, p. 107-122.

Chevalier — 1990: CHEVALIER, R. – *Introduction au thème du colloque.* Actes du Colloque Archéologie de la vigne et du vin. Caesarodunum. Paris. 24 1990, p. 3-13.

Coelho — 1972: COELHO, A. P –*Estudos petrográficos.* Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1972.

Coffyn et al. — 1993: COFFYN, A.; SION, H. – *Les relations atlanto- méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du bronze final atlantique.* Mediterrâneo 2, p. 285-310.

Rodríguez Colmenero — 1997: RODRÍGUEZ COLMENERO – *Corpus de inscricións romanas de Galicia.* 1997, CIRG I (Coruña), CIRG II (Pontevedra).

Comendador Rey — 1997: COMENDADOR REY – *Los inícios de la metalurgia en el Noroeste de la Península Ibérica.* Santiago de Compostela, 1997 (diss. de doutoramento).

Comendador Rey — 2000: COMENDADOR REY, B.- *Cambios en la escala de producción metalúrgica durante las fases finales de la edad del bronce en el noroeste peninsular*, Actas do Congresso de Proto-história Europeia, Revista de Guimarães, 2 (vol. especial), 2000, p. 515-537.

Corrêa — 1928: CORRÊA, M. – *Lusitânia pré-romana.* . In PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal, I.* Barcelos, 1928, p. 79-214.

Correia et al. — 1977: CORREIA, Alberto; CORREIA, Arminda, *Os pios de piar* , Actas das III Jornadas Arqueológicas, Lisboa 1977, p. 123-144.

Cortez — 1948: CORTEZ, F. R. – *Actividade arqueológica em Portugal.* Archivo Español de Arqueología. Madrid. 21(72), 1948, p. 269-281.

Cortez — 1951: CORTEZ, F. R. – *O esconderijo de Moreira (Monção).* Trabalhos de Antropologia e Etnologia.13 (1-2), Porto, 1951, p. 155-161.

Costa — 1975: COSTA, J. B. – *Caracterização do solo.* Fund. Calouste Gulbenkian, C. Manuais universitários, Lisboa 1975, p. 527.

Costa — 1974: COSTA, J. M. -
O tesouro tartéssico do Gaio(Sines), novos achados, in Actas das II Jornadas Arqueológicas, II, Lisboa 1974, p. 7-18 (separata)..

Costa — 1868/69: COSTA, A. C. – Chorografia portuguesa e descriçam topográfica do reyno de Portugal. Braga 1868.

Costa — 1967: COSTA, J. M. – *O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines).* Ethnos, v, Lisboa, 1967, p. 529- 531.

Costa — 1974: COSTA, J. M. – *O tesouro tartéssico do Gaio (Sines), novos achados,* in Actas das II Jornadas Arqueológicas, II, Lisboa , 1974, p. 7-18 (separata).

Costa — 1975: COSTA, J. B. – *Caracterização do solo.* Fundação Calouste Gulbenkian, E. Manuais Universitários, Lisboa ,1975, p. 527.

Costas — 1929: COSTAS, M. F. V. – *As industrias líticas d' A Guardia. Novas estazóns.* Nós, 64, A Coruña 1929, p. 3-15.

Coutinho — 1997: COUTINHO, A – *Mosaicos da Serra D'Arga.* Viana do Castelo, 1997.

Cruz — 1988: CRUZ, D. J. – *O megalitismo do Norte de Portugal,* Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, I, Porto T.A.E., XXXVIII, 1, 2, p. 15-49.

Cruz — 1995: CRUZ, D. J. – *Cronologia dos monumentos com tumulus do Noroeste Peninsular e da Beira Alta.* Estudos Pré-históricos. Viseu. 3 1995, p. 81-119.

Cunha — 1909: CUNHA, N. A. – *No Alto Minho - Paredes de Coura.*Braga 1979 (1 ed. 1909).

Cunha — 1947: CUNHA, A. R. – *Um velho castro.* Diário do Minho. (2 Junho 1946) p. 3.

Cunha — 1947: CUNHA, A. R. – *A cividade do Monte das Caldas.* Diário do Minho (3 Novembro 1947) p. 3 .

Cunliffe — 1993: CUNLIFFE, B.- *La Gaule et ses voisins. Le grand commerce dans l' Antiquité*, Paris, 1993.

Daveau — 1993: DAVEAU, S. – *O Quaternário em Portugal, balanço e perspectivas.* Lisboa: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário-APEQ/Edições Colibri, 1993.

Déchelette — 1909: DÉCHELETTE – *Le culte du soleil aux temps préhistoriques.* Revue Archeologique. Paris 1909.

Déchelette — 1910: DÉCHELETTE – *Manuel d'archéologie préhistorique celtique et gallo-romaine.* Paris, 1910.

Delgado — 1970: DELGADO, M. – *Cerâmica campaniense em Portugal.* Congresso Nacional de Arqueologia. 2º. Coimbra 1970 - Actas. Junta Nacional de Educação, 1971, 2, p. 403-420.

Delgado — 1970: DELGADO, M. – *Elementos de sítulas de bronze de Conimbriga.* Conimbriga. Coimbra. 9. p. 15-43.

Delgado — 1975: DELGADO, M. – *Les sigillées claires.* Fouilles de Conimbriga. Paris. 4, 1975, p. 247-313.

Delgado — 1975 a:DELGADO, M. – *Céramiques campaniennes et de type campanien. A propos des céramiques de Conimbriga.* Conimbriga XIV, Coimbra, 1975, p. 84-88.

Dias — 1949: DIAS, J. – *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro.* Lisbonne, 1949.

Dias — 1985: DIAS, J. M. A. – *Registos de migração da linha de costa nos últimos 18.000 anos na plataforma continental portuguesa setentrional.* Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico. Vol. 1, p. 281-295.

Dias — 1993-94: DIAS, L. A. T. – *Necrópoles no territorium de Tongobriga* Conimbriga. Coimbra. 32-33 Coimbra1993-94, p.107-136.

Dias — 1995a: DIAS, L. A. T. – *Tongobriga.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. (diss.de doutoramento).

Dias — 1995b: DIAS, L. A. T. – *Cerâmica comum romana em Tongobriga.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995 (diss. complementar de doutoramento).

Dias — 1984: DIAS, M. – *Um novo achado de machados de talão em Monção.* Comunicação ao Seminário Luso-Galaico de Arqueologia, História e Etnografia. Caminha, 1984.

Diaz Alvarez — 1981: DIAZ ALVAREZ, P. – *Anforas romanas en los camiños de mar.* Vigo 1981.

Diaz Alvarez — 1984: DIAZ ALVAREZ, P. – *Anforas romanas en el eje atlantico galaico-lusitano.* Vigo, 1984.

Diaz Alvarez — 1984: DIAZ ALVAREZ, P. –*Inventário de presencias anforias en el flanco atlantico galaico-lusitano. Clave y expression gráfica.* Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto. Santiago de Compostela, 1984.

Dinis — 1993: DINIS, A. P. – *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a.C.* Porto, 1993. (diss de mestrado).

Dinis — 2001: DINIS, A. P. – *O povoado da Idade do Ferro do crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal)* Cadernos de Arqueologia. Braga, 2001.

Diogo et al. — 1989: DIOGO, A. D. M.; ALVES, F. J. S. – *Ânforas provenientes do meio fluvial.* O Arqueólogo Português. 4.ª Série: 6/7 . 1988/89, p. 227-240.

Diogo — 1983: DIOGO, J. L. – *Roteiro de Vila Nova de Cerveira.* Porto, 1983.

Domínguez Fontela — 1914a: DOMÍNGUEZ FONTELA, J. – *Descubrimientos arqueológicos en Santa Tecla – La Guardia.* Boletín da Real Academia Gallega. La Coruña. 7: 80 . La Guardia, 1914.

Domínguez Fontela — 1914b: DOMÍNGUEZ FONTELA, J. – *La ciudad de Santa Tecla, Abóbriga (?).* La Voz del Tecla. 142-148 (1914).

Domínguez Fontela — 1917:DOMÍNGUEZ FONTELA, J. – *La moneda de Abóbriga (?).* La Voz del Tecla. 321-322 (1917).

Domínguez Fontela — 1924:DOMÍNGUEZ FONTELA, J. – *En el Monte de Santa Tecla. Importantes Hallazgos arqueológicos.* Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense. Orense. 6: 313 (1924).

Domínguez Fontela — 1925: DOMÍNGUEZ FONTELA, J. – *Estación paleollítica de La Guardia.* Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense. Orense 7: 160 (1925) p. 241.

Dorigny: — DORIGNY, Al. Sorlin – *Diccionaire des Antiquitées grecques et romaines.* Paris: E. Saglio.

Dosi et al. — 1992: DOSI, A.; SCHNELL, F. – *I romani in cuccina.* Roma: Museo della Civiltá Romana/Edizioni Quasar, 1992.

Dressel — 1899: DRESSEL, H. *Corpus inscriptionum latinarum, XV,2 : Inscriptiones Urbis Romae Latinae.* Instrumentum domesticum. Partis posterioris fasciculus I, Berlin 1899. Inclui a tabela f tipológica.

Dubois — 1891: DUBOIS, M. – *Examen de la geographie de Strabon.* Paris, 1891.

Eiroa — 1970: EIROA, J. – *Notas para estudio cronologico de los castros gallegos.* Saragosse, 1970.

Eiroa — 1980: EIROA, J. – *Notas sobre la cronologia de los castros del Noroeste Peninsular.* Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Vol. 1. Guimarães, 1980.

Encarnação — 1990: ENCARNAÇÃO, J. – *A religião.* In ALARCÃO, J., coord. – *Portugal, das origens à romanização.* Lisboa: Editorial Presença, 1990. Colecção Nova História de Portugal, vol. 1.

Fabião — 1999: FABIÃO, C.- *A propósito do depósito de moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: A baixela romana tardo-republicana em bronze no Extremo Ocidente Peninsular*, Revista Portuguesa de Arqueologia, 2 (1), 1999, p. 163-197.

Fabião — 1999 a: FABIÃO, C.- *Um século de Arqueologia em Portugal.* Almadan, 2ª série, I, Setúbal, 1999.

Fariña Busto — 1979: FARIÑA BUSTO, F. – *Fíbulas de longo travesaño sem espira no noroeste peninsular.* Boletín Avriense. Orense. 9 (1979) p. 33-34.

Fariña Busto et al. — 1983: FARIÑA BUSTO, F.; ARIAS VILAS, F.; ROMERO MASSIÁ – *Panorámica general sobre la cultura castrexa.* In *Estudos de cultura castrexa e de História Antiga de Galicia.* Universidade de Santiago de Compostela, 1983, p. 87-127.

Fernandes — 1997: FERNANDES, A. de A. – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas.* Arouca 1997.

Fernandez Costas — 1930: FERNANDEZ COSTAS – *Notas en col do asturiense na bisbarra d' A Guardia.* La Coruña, 1930.

Fernández Fuster — 1946: FERNÁNDEZ FUSTER – *La citania de Santa Tecla en La Guardia.* Archivo Español de Arqueologia. Madrid. 19: 62 1946, p. 351-354.

Fernández Pintos — 1989:FERNÁNDEZ PINTOS, J. – *La cronologia del arte rupestre gallego. Estado actual de nuestros conocimientos.* In Actas del I.er Congreso internacional "Gallaecia". A Guarda, 1989, p. 221.

Fernández-Posse — 1998: FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. – *La investigación protohistórica en la Meseta y Galicia.* Arqueología Prehistórica I. Madrid 1998.

Fernández Rodríguez 1960: FERNANDEZ RODRIGUEZ, M. – *El Museu de Santa Tecla*. A Guarda, 1960.

Fernández Rodríguez 1989: FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. – *La formación de las entidades de población en la comarca del Bajo Miño*. In Actas del I.er Congreso internacional "Gallaecia". A Guarda, 1989, p. 173.

Fernández-Valdez 1929a: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *As industrias líticas da Guardia. Novas estazóns*: Nos. La Coruña 1929, p. 3-15.

Fernández-Valdez 1929b: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *La citania de Santa Tecla en La Guardia*. Archivo Español de Arqueología. La Guardia, 1929.

Fernández-Valdez 1930: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *Notas en el col do asturiense na bisbarra da Guardia.Campaña 1929*. Nos. La Coruña, 1930.

Fernández-Valdez 1955a: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *En torno al seudo asturiense de la Guardia*. Zephirus. Salamanca, 1955.

Fernández-Valdez 1955b: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *Excavaciones en la Citania de Santa Tecla, años 1952-54*. Museo de Pontevedra, 1955.

Fernández-Valdez 1956: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *La colección numismática del Museo de Santa Tecla – La Guardia*. Boletín da Real Academia Galega. La Coruña. 27 , 1956.

Fernández-Valdez 1960: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *El Museo de Santa Tecla*. A Guarda, 1960.

Fernández-Valdez 1962: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *Campaña (1961) de excavaciones en Santa Tecla*. Noticiario Arqueológico Hispánico, 6 Madrid, 1962, p. 108-109.

Fernández-Valdez 1963: FERNÁNDEZ-VALDÉS COSTAS, M. – *Campanha de excavaciones en la Citania de Santa Tecla (La Guardia), 1962*. Noticiario Arqueológico Hispánico, 7. Madrid, 1963 p. 108-109.

Ferreira: 1986: FERREIRA, A. Brun – Lévolution tectonique terciaire et quaternaire dans le Nord-Ouest du Portugal. L'apport des méthodes géomorphologiques, Centro de Estudos Gráficos, Lisboa, Relatório nº 26. Lisboa 1986.

Figueiral 1990: FIGUEIRAL, I.- Le Nord-Ouest du Portugal et les modifications de l'écossystème du Bronze Final à l'époque romaine, d' après l' Anthracoanalyse de sites archéologiques, Montpellier (diss. doutoramento, policop.).

Figueiral 1997: FIGUEIRAL, I – *Necrópole de Paranho (Molelos,Tondela). Resultado da análise dos carvões vegetais*. Estudos Pré-históricos. 5. p. 121-122.

Figueiredo 1895: FIGUEIREDO, A. M. – *Informações arqueológicas no "Diccionário Geográphico de Cardozo"*. O Arqueólogo Português. Lisboa 1. 1895, p. 142-144.

Flannery 1972; FLANNERY, Kent V. – *The cultural evolution of civilizations. Michigan, 1972,* p. 399-426.

Fontes 1917: FONTES, J. – *Uma excursão arqueológica à Galiza: Arqueologia e História*. Lisboa, 1917.

Fontes — 1922: FONTES, J. – *O homem fóssil em Portugal*, 1922.

Fontes — 1925: FONTES, J. – *La estación paleolítica de Camposancos - La Guardia*. Boletin de la Comision de Monumentos de Orense. Orense. 7: 160 . Orense, 1925, p. 100.

Fontes — 1932: FONTES, J. – *Sobre algumas figuras rupestres astrais do santuário pré-histórico do Gião (Arcos de Valdevez)*. In *Homenagem a Martins Sarmento*. Guimarães, 1933, p. 120-121.

Fontes — 1934: FONTES, J. – *Várias modalidades do sinal cruciforme no santuário pré-histórico do Gião (Arcos de Valdevez)*. Revista de Arqueologia. Lisboa. 1934.

Fortes — 1902: FORTES, J. – *Instrumentos de bronze*. O Arqueólogo Português. 7 (1902) p. 102-104.

Fortes — 1908a: FORTES, J. – *Esconderijo morgeano de Carpinteira (Melgaço)*. Portugália. Porto,. 2 ,1908, p. 475

Fortes — 1905: FORTES, J. - *Machados avulsos da Idade do Bronze*. Portugália, 2, 1905-1908, p.662.

Fortes — 1908b: FORTES, J. – *Esconderijo morgeano de Ganfei (Valença)*. Portugália. Porto, 2,. 1908, p. 661.

Fortes — 1908b: FORTES, J. – *Museu municipal "Azuaga" Concelho de Gaya*. Portugália. Porto. 2, 1908, p. 117-119.

Fortes — 1908c: FORTES, J. – *A sepultura da Quinta da Água Branca (Idade do Cobre)*. Portugália. Porto, 2, 1908, p. 241-252.

Fowler — 1960: FOWLER, E. – *The origins and developpment of penannular brooch in Europe*. PPS. Londres.26 (1960).

García Alén et al. — 1980: GARCÍA ALÉN, A.; PEÑA SANTOS, A. – *Grabados rupestres de la Provincia de Pontevedra*. Coruña, 1980.

Garcia — 1968: GARCIA, E. B. – *O estudo de anforetas encontradas nas costas atlânticas e mediterrânicas de Portugal*. Museu de cerâmica popular portuguesa, 1968.

García Mauriño — 1993: GARCÍA- MAURIÑO MÚZQUIZ J.- *Los cascos de tipo Montefortino en la Península Ibérica*, Complutum, 4, 1993, p. 95-146.

García Quintela — 1999: GARCÍA QUINTELA, M. V.- *Mitología y mitos de la Hispania prerromana*, 3, Madrid, 1999.

García Romero — 1916: GARCÍA ROMERO, C. – *Una visita al Santa Tecla*. Boletín da Real Academia Gallega La Coruña, 9, 1916, p. 169-177.

Gaya Nuño — 1968: GAYA NUÑO, J. A. – *Historia e guía de los museos de España: A Guarda*. Madrid, 1968, p. 656 ss.

Gil — 1883: GIL, H. – *Obras completas*. 1883, Vol. II.

Gomes — 1979: GOMES, C. A. – *O castro de Alvora,* Cadernos Vianenses. Viana do Castelo, 1979, p. 161-175.

Gomes — 1998: GOMES, M. J. C. – *A indústria lítica do Bronze Final do povoado fortificado do Coto da Pena (Vilarelho – Caminha).* Braga, 1998. (tese de mestrado).

Gomes et al. — 1997: GOMES, M. V.; GOMES, R. V –*Cerâmicas dos séculos XV a XVI da Praça Cristóvão Colombo no Funchal.* In Actas das 2 ªJornadas de Cerâmica Medieval. Tondela, 1997, p. 315.

González Blanco — 1984: GONZÁLEZ BLANCO, A – *La Historia del S. E. Peninsular entre los siglos III-VIII d. C.* Antigüedad y Cristianismo. Monografías historicas sobre la Antigüedad Tardia Del conventus carthaginiensis a la chora de Tudmir, II, Murcia.1984, p. 53-79.

González Fernández — 1991: GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E – *Aquis Querquenis: aportación ó estudio dos vasos globulares pintados con decoración triangular.* Larouco, La Coruña, 1991.

González García et al. — 1995: GONZÁLEZ GARCÍA, F. J.; BRAÑAS ABAD, R. – *Galicia romana.* In *História de Galicia. II.* La Coruña, 1995.

González — 2000: GONZÁLEZ, Praxíteles, *Riberas del Baixo Miño; sus gentes usos y costumbres.* O Rosal, 2000.

Gosselin — 1813: GOSSELIN, P. F. – *Recherches sur la Geographie systématique et positive des Anciens, pour servir de base à l'Histoire de la Geographie Ancienne.* J. Paris, 1813.

Guerra — 1882: GUERRA, L. F. –*A estátua callaica de Vianna.* Pero Galego. Viana do Castelo. I: 15, p. 3-4.

Guerra — 1998: GUERRA, A. - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, Lisboa, 2 vol. (diss. doutoramento, policopiado), 1998.

Guerra — 1900: GUERRA, L. F. – *Vestígios romanos no concelho de Viana do Castelo.* O Arqueólogo Português. 5. p 175-177.

Guerra — 1995: GUERRA, A.- *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, 1995.

Hacquard et al. — 1952: HACQUARD,G.; DAUTRY, J.; MAISANI, O. – *Guide romain antique.* Paris, 1952, p. 69.

Hawkes — 1971: HAWKES, C. F. C. – *North-western castros: escavation, Arqueology and History.* Actas do II Congresso Nacional de Arquelogia. Coimbra. II: 1, 1971, p. 283-286.

Hawkes — 1984: HAWKES, C. F. C. – *The castro culture of the peninsular North-West: fact and inference.* Papers in Iberian Archaelogy. BAR-IS. 193 (1984).

Hayes — 1972: HAYES, J. W. – *Late Roman pottery.* Londres, 1972.

Hesnard — 1990: HESNARD, A. – *Les amphores, en Gaule interne et Gaule méditerrannéenne aux siècles II et I avant J. C.* , Rév. Arch. Narbonnaise, p. 47-54, 1990.

Hidalgo Cuñarro — 1983: HIDALGO CUÑARRO, J. M. – *El castro de Troña: Campaña de 1983.* Arqueoloxia / Memorias. La Coruña, 1983.

Hidalgo Cuñarro — 1984: HIDALGO CUÑARRO, J. M. – *Escavaciones arqueológicas en el castro de Vigo.* Vigo: Museu Municipal Quinones de Leon, 1984.

Hidalgo Cuñarro — 1996: HIDALGO CUNÃRRO, J.M. (coord.)- *A cultura castrexa galega a debate*, Tui, 1996.

Hidalgo Cuñarro — 1997a: HIDALGO CUÑARRO, J. M- *A cultura castrexa*, Vigo, 1997 (1.ª ed., 1993).

Hidalgo Cuñarro — 1997b: HIDALGO CUÑARRO, J. M. – *Consideraciones sobre el Castro de Vigo y Troña: Castrexos e romanos no Noroeste.* Coloquio de Homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Santiago de Compostela, 1997.

Hidalgo Cuñarro — 1988: HIDALGO CUÑARRO, J. M. – *Notas arqueologicas sobre Arbo y Crecente (Pontevedra, Galicia).* In Actas del I.er Congreso internacional "Gallaecia". A Guarda, 1989, p. 125.

Hidalgo Cuñarro — 1989: HIDALGO CUÑARRO, J. M.- *Pesca y marisqueo en Galicia durante la cultura castreña.* In *Livro de de homenagem a Jean Roche.* Porto: Instituto de Investigação, 1989, p. 537-540.

Hidalgo Cuñarro — 1997: HIDALGO CUÑARRO, J. M., *Consideraciones Homenaxe sobre el Castro de Vigo y Troña, Castrexos e romanos no Noroeste*, Coloquio de a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Santiago de Compostela 1997

Hidalgo Cuñarro et al. — 1998: HIDALGO CUÑARRO, J. M.; VIÑAS CUE, R.; – *Nuevas cerámicas romanas de importación del castro de Vigo.* 1998, p. 60 ss.

Hipólito — 1960-61:HIPÓLITO, M. C. – Dos tesouros de moedas romanas encontradas em Portugal. Conimbriga, 2-3, 1960-1961, p. 1-165.

Höck — 1972: HÖCK, M. – *Materiais metálicos do Museu do Abade de Baçal.* O Arqueólogo Português. Lisboa. 3.ª Série: 6, 1972, p. 220-250.

Höck — 2003: HÖCK, M. - Os "guerreiros lusitano-galaicos" na história da investigação e a sua datação e interpretação. "Cultura castreja" e "celtas". Madrider Mitteilungen, 44, 203. Madrid 2003,p. 67.

Hübner — 1861: HÜBNER, E. – *Statuengallakischer Krieger in Portugal und Galicien.* Denkmaler und Forschungen. 19: n.º 154 (Outubro 1861), col. 187-193.

Hübner — 1869: HÜBNER, E. – *Corpus Inscriptionum Latinarum.* II. Berlim, 1869. Suplementum, n.º 5248 CIL. Berlim, 1892.

Jalhay — 1926: JALHAY, E. – *Los grabados rupestres del Extremo Sudoeste de Galicia (Alderredores de Oya – Provincia de Pontevedra).* Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense. 7: 167, 1926, p. 373.

Jalhay — 1928: JALHAY, E. – *La estación asturiense de La Guardia (Galicia).* Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense. Orense. 8: 179, 1928 p. 100.

Jalhay — 1929: JALHAY, E. – *Algunhas notas sobre o asturiense da Galiza.* Madrid: Asoc. Esp. Progres. Ciencia, 1929.

Jalhay — 1933: JALHAY, E. – *Uma nova hipótese sobre a utilização da indústria lítica de tipo asturiense*, in "Volume de homenagem a Martins Sarmento". Guimarães, 1933, p. 45-149.

Jalhay — 1934: JALHAY, E. – *El culto al hacha en el castro de Santa Tecla (La Guardia-Pontevedra)*. Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense. Orense. 218, 1934.

Jalhay — 2002: JALHAY, E. – *Estudos Arqueológicos de Eugenio Jalhay.* (colectânea de textos pelo Padroado Municipal "Monte de Santa Trega") [tradução de Fátima Perez]. A Guarda, 2002.

Jalhay et al. — 1941: JALHAY, E.; PAÇO, A. – Paleo e Mesolítico português . Anais da Academia Portuguesa de História, IV. Lisboa, 1941, p. 9-101.

Jordi Miró — 1988: JORDI MIRÓ – *La producción de ánforas romanas en Catalunya. Un estudio sobre el comercio del vino de la Tarraconense (siglos I a C – I d C)*. Oxford, 1988.

Jorge — 1985: JORGE, S. O. – *Povoados da Pré-História recente do Norte de Portugal (III e começos do II milénio a.c.): resultados e problemas das escavações dos últimos anos.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985.

Jorge — 1990a: JORGE, S. O. – *Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia.* In ALARCÃO, J., coord. – *Portugal, das origens à romanização.* Lisboa: Editorial Presença, 1990. Colecção Nova História de Portugal, vol. 1.

Jorge — 1990b: JORGE, S. O. – *Dos últimos caçadores recolectores aos primeiros prodotores de alimentos.* In ALARCÃO, J., coord. – *Portugal, das origens à romanização.* Lisboa: Editorial Presença, 1990. Colecção Nova História de Portugal, vol. 1.

Jorge — 1997: JORGE, S. O. – *Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica.* Portugália. Porto. Nova Série, 1996/1997, p. 77- 91.

Jorge — 2002a: JORGE, S. O. – *Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa). Breve notícia.* Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património. Porto. 1.ª série: 1 , 2002, p 27-50.

Jorge — 1971: JORGE, V. O. – *Tipologia e tipologistas do Paleolítico*, Arqueologia e História, 9ª série, v. III. Lisboa 1971, p. 77-97.

Jorge — 1982: JORGE, V.O.- *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto- os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, Porto, 1982 (diss. doutoramento, policop.).

Jorge — 1987: JORGE, V.O.- *Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-osmontes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver.* Revista da Faculdade de Letras. Porto, 1987, p. 269-286.

Jorge — 1988 JORGE, V. O. – *Campo arqueológico da Serra da Aboboreira, Arqueologia do Concelho de Baião. Resultados de 10 anos de trabalho.* Arqueologia. Porto 17, 1988, p. 5-26.

Jorge — 1990a: JORGE, V. O. – *Arqueologia em construção.* Lisboa: Editorial Presença, 1990.

Jorge — 1990b: JORGE, V. O. – *Statues-Menheirs et steles du Nord du Portugal.* Separata de «Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto». 2.ª série: 7, 1990.

Jorge — 1990c: JORGE, V. O. – *Necrópole pré-histórica da Aboboreira (Distrito do porto), uma hipótese de diacronia,* in Homenagem a J R. Santos Júnior. V. 1. Lisboa, 1990, p. 205-208.

Jorge — 2002: JORGE, V. O. – *Arqueologia dos monumentos da Pré-história Recente: algumas sugestões interpretativas.* Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Porto. 1.ª série: 1, 2002, p. 13-26.

Jorge et al. — 1979: JORGE, V. O.; ALMEIDA, C. A. F. – *Estátua menir de Faiões (Chaves).* Trabalhos do GEAP, 2, Porto 1979,

Jorge-Jorge — 1990:JORGE, V.O.; JORGES, O. - *Statues-menirs et stèles du nord du Portugal*, RFLUPH, II, série VII, Porto 1990. p. 299-324.

Jorge et al. — 1992: JORGE, V. O.; SILVA, J. L. da; BAPTISTA, A. M.; JORGE, S. O. – *Escavação da Mamoa I do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço) 1992.* Actas Congresso de Arqueologia Peninsular. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 35: 3 , Porto, 1995.

Justinus — 1832 ed.:JUSTINUS, *História Universal* , XIV, III (*Oeuvres completes*, texto latino e tradução francesa de Jules Pierrot et E. Boitard, Paris 1862, p. 391).

Kalb — 1980: KALB, Ph. – *Zur Atlantischen Bronzzeit in Portugal.* Germania. 58 (1980), p. 25-115; n º 2, Abb. 1; n.º 3, Abb. 1.

Kapitan — 1972: CAPITÁN, G. – *Le anfore del relitto romane di Capo Ognina (Siracusa).* Reccherches sur les amphores romaines, Rome 1972, p. 243-252.

Keay — 1984: KEAY, S.J. – *Late roman amphorae in the western Mediterranean. A topology and economic study: the catalan evidence*, Oxford 1984.

Kostrzewski — 1933 KOSTRZEWSKI, J. – *Four à minerai datant du I. s.après J.–C. découvert à Mechlin, arrondt. De Srem, en Grande Pologne.* Homenagem a Martins Sarmento. Separata de «Revista de Guimarães». Guimarães, 1933, p. 176-178.

Kruta — 2000: KRUTA, V.- *Les Celtes.* Histoire et dictionnaire, Paris, 2000.

Laet et al. — 1972: LAET, S. J.; DOORSELAER, A.; SPITAELS, P.; THOEN, H. – *La nécropole Gallo romaine de Blicquy (Hainaut-Belgique).* Brugge: De Tempel. Dissertationes Archaeologicae Gandenses, 14.

Lamboglia — 1955: LAMBOGLIA, N. – *Sulla cronologia della anfore romane de età republicana*, Revue d'Etudes Ligures, XXI, 1955, p. 241-270.

Lanhas — 1970: LANHAS, F. – *As gravuras rupestres de Montedor.* Revista de Etnografia. Porto. n.º 26, 1970, p. 367-383.

Lastra-Merino — 1988: LASTRA-MERINO, M. G. – *Consolidacion del poblado de Santa Trega (A Guarda).* In Actas del I.er Congreso Internacional "Gallaecia". A Guarda, 1989, p 17.

Leal — 1887: LEAL, P. L. – *Portugal antigo e moderno.* Vol. V. Lisboa, 1887, p. 369.

Lemos — 1982: LEMOS, F. S. – *O sítio arqueológico da Gelfa*, Cadernos de Arqueologia. Braga 1982; p. 21-48.

Lemos — 1993: LEMOS, F. S. – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental.* Braga, 1993. (diss doutoramento).

Lenormant — 1986: LENORMANT, F. – Léxique dês antiquitées romaines. Paris 1886.

Le Roux — 1973: LE ROUX, P.; TRANOY, A. – *Deux inscriptions de Penafiel*, Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, 1973, p. 251-256.

Leveau et al. — 1993: LEVEAU, Ph.; SILLIERES, P.; VALLAT, J.-P. – *Campagnes de la Méditerranée romaine. Le milieu naturel et l'espace politique* Hachette, 1993.

Lopes — 1994: LOPES, A. B. – *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul – Tecnologia e morfotipologias.* Porto, 1994. (dis.s de mestrado).

López Cuevillas — 1953: LÓPEZ CUEVILLAS, F. – *La civilización céltica en Galícia.* Santiago de Compostela, 1953.

López García — 1927: LÓPEZ GARCÍA, J. – *La Citania de Santa Tecla o una ciudad prehistórica desenterrada.* A Guarda, 1927.

López García — 1931: LÓPEZ GARCÍA, J. – *Ligeras consideraciones sobre el problema del paleolítico y otras culturas en el Bajo Miño (La Guardia).* IV Congreso Internacional de Antropología e Arqueología Prehistórica. Portugal-Paris, 1931.

López Monteagudo — 1973: LÓPEZ MONTEAGUDO, G. – *Cabeza zoomorfa inedita del castro de Santa Tecla.* Congreso Nacional de Arqueología. Saragosse. 12, 1973, p. 341-343.

López Naveiro — 1985: LÓPEZ NAVEIRO, J. – *Marcas de ánfora en Galicia: la problemática de los grafitti.* Revista Pontevedra Arqueológica "Alfredo Garcia Alén". Pontevedra. 2 , 1985.

López Naveiro — 1991: LÓPEZ NAVEIRO, J. – *El comercio antiguo en el N. W. Peninsular.* La Coruña, 1991. Monografias Urxentes do Museu.

Lorenzo Fernández — 1959: LORENZO FERNÁNDEZ, Joaquín – *El símbolo solar en el NW de la Península.* Primeiro Congresso, 267–289.

Lorenzo Fernández — 1979: LORENZO FERNÁNDEZ, X. – *Etnografía. Cultura Material.* In *História de Galiza. II.* Madrid, 1979.

Mañá — 1974: MAÑÁ, J. M. - *Sobre la tipologia de ánforas púnicas*, VI Congreso Arq. del Sudest Español (Alcoy 1950). Cartagène 1951, p. 203-210.

Machado — 1913: MACHADO, António – *Muscinias do Minho.* Famalicão: Tipografia Minerva, 1913.

Mota — 1998: MOTA, M. M. A., *A problemática do armazenamento na proto-história, cerâmica dolear* (tese de Mestrado na FLUP, Porto 1998).

Machado — 1981: MACHADO, António de Sousa – *O rio do esquecimento.* Actas do I ° Colóquio Galaico-minhoto. II. Ponte de Lima, 1981, p. 216-223.

Maciel — 1997: MACIEL, T. D. P. – *O povoamento proto-histórico do Vale do Neiva.* Porto, 1997.

Moto — 1998: MOTA, Magna A. – *A problemática do armazenamento na Proto-história. Cerâmica dolear.* Porto, 1998 (tese de mestrado na FLUP).

Mähling — 1985: MÄHLING, W – *Ein neolithische Siedlung im nördlichen Markgräfler Hügelland.* Archäeologische Nachrichten aus Baden. 35, 1985.

Mayet — 1975a: MAYET, F. – *Les céramiques à parois fines dans la peninsule ibérique.* Paris, 1975. Publications du Centre Pierre, 1.

Mayet — 1975b: MAYET, F. – *Les sigillées hispaniques.* Fouilles de Conimbriga. Paris, 1975.

Mantas — 1996: MANTAS, V. G. – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga.* Coimbra, 1996 (texto policopiado. Diss. de doutoramento).

Marques — 1983: MARQUES, J. A. M. – *A Arqueologia no concelho de Monção.* Porto: Nova Fronteira, 1983.

Marques — 1984a: MARQUES, J. A. M. – *Inventário Arqueológico do Concelho de Monção.* Revista de História da Faculdade de Letras do Porto. Porto. I, 1984, p. 73-110.

Marques — 1984b: MARQUES, J. A. M. – *Elementos para o estudo da Idade do Bronze no Alto Minho (Ponta de lança do Castro da Senhora da Graça, Monção)*, Humanidades. Porto. 4, 1984, p. 40-41.

Marques — 1984c: MARQUES, J. A. M. – *Castro da Assunção: trabalhos de 1981.* Informação Arqueológica. Lisboa. N.º 3, 1984.

Marques — 1985: MARQUES, J. A. M. – *Escavações Arquelógicas no Castro de S.ª da Assunção (Barbeita - Monção). Primeiros trabalhos.* Humanidades. Porto. 5, 1985.

Marques — 1987: MARQUES, J. A. M. – *Assentamentos castrejos do concelho de Monção.* Porto, 1987.

Marques et al. — 1988: MARQUES, J. A. M.; SILVA, M. A.; AMARAL, L. M. C. – *Cerâmica da necrópole galaico-romana dos ataúdes (Madalena - Amarante).* Revista de Ciências Históricas. Porto. 3, 1988, p. 135-153.

Martínez Barbosa — 1998:MARTÍNEZ BARBOSA, J. R. – *Bronce Final o Atlántico en el Museo y Castro de Santa Tecla, La Guardia (A Guarda).* Livro de Fiestas de Monte, 1998.

Martínez Tamuxe — 1975: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *La vía romana - "per loca maritima" por el Bajo Miño y Costa Atlântica.* A Guarda, 1975.

Martínez Tamuxe — 1981: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Manifestaciones rupestres en el Monte de Santa Tecla.* A Guarda, 1981.

Martínez Tamuxe — 1982: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Contribución a la carta arqueológica de La Guardia.* Faro de Vigo (11 Agosto 1982).

Martínez Tamuxe — 1983: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Noticias inéditas sobre piezas arqueológicas del Museo de Santa Tecla.* A Guarda, 1983.

Martínez Tamuxe — 1985: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Noticias inéditas sobre piezas arqueológicas del Museo de Santa Tecla.* Revista Pontevedra Arqueológica "Alfredo García Alén". A Guarda, 1985.

Martínez Tamuxe — 1986: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Aportación al estudio de la "típica esvástica del Alto-Miño" luso-galaica.* Colaboración en la «Memoria del Museo y e Archivo Histórico Diocesano – Tuy». 4, 1986.

Martínez Tamuxe — 1995: MARTÍNEZ TAMUXE, X. - *Citania y Museo Arqueológico de Santa Tecla.* A Guarda, 1995

Martínez Tamuxe — 1998: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Citania y Museo Arqueológico de Santa Tecla.* A Guarda, 1998.

Martínez Tamuxe — 1990: MARTÍNEZ TAMUXE, X. – *Guia breve del Museo de Santa Tecla.* A Guarda, 1990.

Martins — 1996: MARTINS, C. M. B. – *Ourivesaria proto-histórica de Portugal.* Porto 1996, p. 48 (tese de mestrado).

Martins-Jorge — 1992: MARTINS, M; JORGE, S. O. - *Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal*, Paleoetnologia de la Península Ibérica, Complutum, 2-3, p. 347-371.

Martins — 1985: MARTINS, M. – *A ocupação do Bronze Final da Citânia de S. Julião, em Vila Verde.* Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. 25: 2-4. Porto, 1985.

Martins — 1990: MARTINS, M. – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cavado.* Braga, 1990. Cadernos de Arqueologia – Monografias 5.

Martins — 1996: MARTINS, M. - *Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a C.* In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 118-133.

Mata — 1986: MATA, J. – *Estudo de alguns materiais inéditos da Cividade de Âncora.* Centro de Estudos Regionais. Boletim Cultural Alto Minho, 1986 p. 152.

Mc Whirr et al. — 1982: MC WHIRR, VNER, L.; WELLS, C. – *Romano-British cemeteries at Cirencester.* Cirencester, 1982.

Meijide Cameselle — 1994: MEIJIDE CAMESELLE, G. – *El concepto de las relaciones atlanticas en la edaddel bronce del Noroeste.* In *Edad del Bronce.* Xinzo de Limia, 1994, p. 195-231.

Meira — 1945: MEIRA, A. R. – *Afife*, Porto, 1945.

Meireles — 1992: MEIRELES, J. – *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto crono-estratigráfico e páleo-ambiental.* Braga: Universidade do Minho, 1992. Cadernos de Arqueologia/Monografias.

Meireles — 1994 MEIRELES, J.– *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. (Portugal) e o seu quadro litoestratigráfico,* Trabalhos de Antopologia e Etnologia. 34: 3-4, 1994, p. 17-42.

Meireles et al. — 1993: MEIRELES, J.; TEXIER, J. – *Actas da Terceira Reunião do Quaternário Ibérico: O Quaternário do litoral do Minho. Uma síntese lito e cronoestratigráfica.* Coimbra, 1993, p. 395-408.

Melo — 1967: MELO, M. F. S. – *Arqueologia do concelho de Ponte de Lima.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967. (dissertação de licenciatura).

Mergelina Luna — 1940: MERGELINA LUNA, C. – *El seudo asturiense de La Guardia*. Boletin del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia. Valladolid, 1940.

Mergelina Luna — 1944: MERGELINA LUNA, C. – *La Citania de Santa Tecla. La Guardia (Pontevedra)*. Boletin del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia. Valladolid. 11, 1944-45 [reed. Pelo Padroado do monte Santa Trega em 2001].

Meslin — 1978: MESLIN, M. – *L'homme romain: des origines aux 1.er siècle de notre ère. Essai d'anthopologie*. Hachette, p. 182-196.

Mesquiriz de Catalan — 1961:MESQUIRIZ DE CATALAN, M. A. – *Terra sigillata hispânica*. Valencia 1961.

Mesquita — 1898: MESQUITA, C. – *O dolmen de Barrosa*. 1898.

Miranda — s/d MIRANDA, J. S. – *Estações inéditas, entre Lima e o Vez, nos contrafortes da Serra do Soajo.*

MNA — 1993: *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Colecção de ourivesaria, 1. Do Calcolítico à Idade do Bronze,* Lisboa, 1993.

MNA — 1997: *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*, Lisboa, 1997.

Moholy — s/d: MOHOLY, S.; MOHOLY,N. – *Urbanismo y sociedad.*

Moita — 1971: MOITA, I. – *Povoados, Santuários e Redutos castrenses.* Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia. Coimbra. I, 1971.

Monteagudo — 1977:MONTEAGUDO, L. – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel. München*. 1977.

Monteagudo — 1981: MONTEAGUDO, L. – *Koiné del Bronce Atlantico.* Actas do I° Colóquio Galaico-minhoto. Ponte de Lima, 1981, p. 365.

Moreira — 1967:MOREIRA, D. A – *Estudo onomástico sobre alguns rios a a Norte e Sul do Douro*, BC- CMP, 50 (1-2). Porto, 1967, p. 123-125.

Moreira — 1981: MOREIRA, M. A. F. – *As "arrugiae" da época romana no vale do Rio Tinto do concelho de Viana do Castelo.* Actas do I° Colóquio Galaico-Minhoto. II. Ponte de Lima, 1981, p. 396;

Moreira — 1982: MOREIRA, M. A. F. – *A romanização do litoral do Minho.* Caminiana. Caminha. 6, 1982, p.31-96.

Mota — 1998: MOTA, M. A. – *A problemática do armazenamento na Proto-história. Cerâmica dolear.* Porto, 1998 (diss. de mestrado).

Neves — 1942: NEVES, L. Q. – *Para a Carta Arqueológica do Minho: depondo um inquérito. O castro do Monte Santinho ou Roques (Viana do Castelo).* Diário do Minho (27 Fevereiro 1942), (12 Abril 1942).

Neves — 1953:NEVES, L. Q. – *O petróglifo de Cambeses (Monção).* Arquivo do Alto Minho. Viana do Castelo. Vol. 4, 1953.

Neves — 1958: NEVES, L. Q. – *O Prof. Doutor José Leite de Vasconcelos no Alto Minho.* Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos. Matosinhos. Vol. 1, 1958 p. 123-128.

Neves — 1959: NEVES, L. Q. – *O castro do Santinho ou Roques, no termo de Viana do Castelo.* Congresso Nacional de Arqueologia,1º, Lisboa 1958- Actas e Memórias. Lisboa ,1959, I, p.389-387.

Neves — 1962: NEVES, L. Q. – *Breve noticia, até ao presente inédita, do achado de instrumentos de bronze no concelho de Melgaço.* Studium Generale. Porto. 9, 1962, p. 94-99.

Neves — 1965: NEVES, L. Q. – *Os castros do Norte de Portugal.* Lucerna. 4, 1965, p. 172-180.

Neves — 1969: NEVES, L. Q. – *Achegas para um possível e necessário rol dos achados da Idade do Bronze no distrito de Viana do Castelo.* Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 21, 1969.

Neves — 1978: NEVES, L. Q. – *Os castros do Norte de Portugal.* MHOP-DGPU, 1978.

Neves et al. — 1959: NEVES, L. Q.; VIANA, A. – *Nota sobre o castro de S. Caetano (Longosvales - Monção).* Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa. Vol. 1, 1959, p. 389-396.

Nolen — 1985: NOLEN, J. U. S. – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

Nunes — 1951-55: NUNES, C. – *Escavações do dolmen de Barrosa.* Revista de Guimarães. Guimarães, 1951-55.

Nunes — 1976: NUNES, H. B. – *Terras de Coura.* Póvoa de Varzim, 1976.

Nunes — 1984: NUNES, H. B. – *Félix Alves Pereira e a Arqueologia do Alto Minho: uma breve introdução à sua obra.* Braga, 1984. Separata da revista «Terra de Valdevez» n.º 4, 1.º semestre de 1982.

Oleiro — 1951: OLEIRO, J. M. B. – *Elementos para o estudo da terra sigillata em Portugal. Marcas de oleiro encontradas no país.* Revista de Guimarães. Guimarães. 61, 1951.

Oleiro — 1951: OLEIRO, J. M. B. – *Elementos para o estudo da terra sigillata em Portugal. II – Vaso Dragendorff 37,de fabricação hispânica, procedente de Conimbriga.*Humanitas, Coimbra, 5-6, 1953-54, p. 76-85.

Oliveira — 1976 (78): OLIVEIRA, A.L. – *Terras do Coura.* Valença do Minho, 1976; Póvoa de Varzim, 1978.

Oliveira — 1984: OLIVEIRA, E. P. – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-69).* Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1984.

Oliveira — 1985:OLIVEIRA, E. P. – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970–79).* Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1985.

Oliveira — 1994: OLIVEIRA, E. P. – *Levantamento arqueológico do concelho de Vila Nova de Cerveira.* Minia. 3ª série: 2, 1994.

Paço — 1929: PAÇO, A. – *Estação paleolítica de Carreço.* Brotéria. IX: III. Setembro, 1929, p. 157-170.

Paço — 1929a: PAÇO, A. – *Estação asturiense de Areosa – Viana do Castelo.* Portucale. Porto 2, 1929, .

Paço — 1930: PAÇO, A. – *Pesos de redes e chumbeiras.* Nós. La Coruña. 12 (78), 1930, p. 108-111; 12 (80), 1930, p. 165.

Paço; Quesado — 1956: PAÇO, A.; QUESADO, A. P. – *Digressões arqueológicas pelo Alto Minho.* Arquivo do Alto Minho. Viana do Castelo. Vol. 6: 2, 1956, p. 168-179.

Paço; Quesado — 1956: PAÇO, A.; QUESADO, A. P. – *Considerações acerca de algumas cerâmicas dos castros de Perre e Nogueira, Viana do Castelo. XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências., 7ª secção, p. 387-393.*

Pascual — 1968; PASCUAL GUASCH, R – Acerca de la fabricaciónde ánforas. Ampurias, XXX, p. 237-248. 1968.

Pascual — 1974: PASCUAL GUASCH, R. – *Las ánforas de la Layetania, Méthodes classiques et méthodes formelles.* 1977, p.46-96.

Patiño Gómez — 1984: PATIÑO GÓMEZ, R. – *Castro de Santa Tecla (Campañas arqueológicas en la provincia de Pontevedra), 1983.* Revista de Arqueologia. 52, 1984.

Paiva — 1993: PAIVA, M. B. C. – *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do Norte de Portugal* (tese de mestrado). Porto 1993.

Patiño Gómez — 1989: PATIÑO GÓMEZ, R. – *El Urbanismo en el poblado castreño de Sta. Tecla, La Guardia – Pontevedra.* Actas del I.er Congreso internacional "Gallaecia". A Guarda, 1989.

Patiño Gómez — 1997: PATIÑO GÓMEZ, R. – *El yacimiento arqueológico del Monte Santa Tecla (La Guardia-Pontevedra).* Vigo, 1997.

Patiño Gómez — PATIÑO GÓMEZ, R. – *Tercera campaña de excavaciones de Santa Trega (La Guardia).* Revista de Arqueologia. 61.

Peacock — 1977: PEACOCK, D. P. S. – *Roman amphorae: typology, fabric and origins, Methodes classiques et methods formelles*, 1977, p. 261-278.

Peacock — 1986: PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F.– *Amphores and the roman economy. An introductory guide.* Londres, 1986.

Pelichet — 1946: PELICHET, E. – *A propos des amphores romaines trouvées à Nyon.* Zeitschriff für Schweizerishe Archäologie und Kunstchichte, VIII. 1946, p. 189-202

Pellicer Catalán — 1992: PELLICER CATALÁN, M.- *Problemática del Bronce e inicios del Hierro en Iberia,* Paleoetnologia de la Península Ibérica, Complutum, 2-3, p. 11-17.

Peña Santos;Patiño G. — 1983: PEÑA SANTOS, A.; PATIÑO GÓMEZ, R. – *Descubrimientos arqueológicos en el Monte de Santa Tecla – A Guarda.* Faro de Vigo. (24 Julho 1983).

Peña Santos — 1986a: PEÑA SANTOS, A. – *El yacimento galaico romano de Santa Trega. Campanha de 1983.* 1986.

Peña Santos — 1986b: PEÑA SANTOS, A. – *Tres años de excavaciones arqueologicas en el yacimento galaico romano de Santa Trega (La Guardia, Pontevedra), 1983-85.* Revista Pontevedra Arqueológica "Alfredo Garcia Alén". Pontevedra. 2, 1986.

Peña Santos — 1987: PEÑA SANTOS, A. – *Tres años de excavaciones en el yacimiento galaico-romano de Santa Tecla.* Revista Pontevedra Arqueológica "Alfredo García Alén. Pontevedra, 1987.

Peña Santos — 1988: PEÑA SANTOS, A. – *Algunas precisiones sobre el poblado galaico-romano de Santa Trega (A Guarda, Pontevedra).* Actas del I.er Congreso Internacional "Gallaecia". A Guarda, 1989.

Peña Santos — 1992a: PEÑA SANTOS, A. – *Castro de Torroso, Mós, Pontevedra.* Arqueoloxia/Memorias. La Coruña. 11, 1992.

Peña Santos — 1992b: PEÑA SANTOS, A.- *El primer milenio a.C. en el área gallega: Génesis y desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología*, Paleoetnologia de la Península Ibérica, Complutum, 2-3, 1992, p. 373-393.

Pereira et al. — 1938: PEREIRA, A.; FOLQMAN, C – *Nomenclatura latina dos objectos mais vulgares e das coisas mais comuns.* Revisão de FIRMINO, N.. Lisboa, 1938.

Pereira — 1895: PEREIRA, F. A. – *Castelo de S. Miguel-o-Anjo.* O Arqueólogo Português. 1, 1895, p. 161.

Pereira — 1898: PEREIRA, F. A. – *Insculturas em rocha no castro de Valdevez (ou vários penedos com pias).* O Arqueólogo Português. 4, 1898, p. 289-303.

Pereira — 1902: PEREIRA, F. A. – *Passeio arqueológico no concelho de Arcos de Valdevez.* O Arqueólogo Português. 7, 1902, p. 193-209.

Pereira — 1906: PEREIRA, F. A. – *Um gróvio autêntico, cippo de Vila Mou.* O Arqueólogo Português. 11, 1906, p. 202-209.

Pereira — 1907: PEREIRA, F. A. – *Ara celtibérica de época romana: um novo génio.* O Arqueólogo Português. 12, 1907, p. 36-52.

Pereira — 1908: PEREIRA, F. A. – *Novo material para o estudo, da estatuária e arquitectura do Alto Minho.* O Arqueólogo Português. 13, 1908, p. 202-244.

Pereira — 1910:PEREIRA, F. A. – *Habitações castrejas do Norte de Portugal: uma hipótese de reconstrução.* Limia., 1910, p. 11-14.

Pereira — 1914: PEREIRA, F. A. – *Estudos do Alto Minho. Habitações castrejas do norte de Portugal.* Limia. 14, 1914.

Pereira — 1915: PEREIRA, F. A. – *Cinegética e Arqueologia.* O Arqueólogo Português, 20. Lisboa, 1915, p. 224-258.

Pereira — 1924: PEREIRA, F. A. – *Rascunho de Velharias de Entre Minho e Lima.* O Arqueólogo Português. 26, 1924, p. 251-282.

Pereira — 1930: PEREIRA, F. A. – *Pé João Dias Lourenço.* Portucale, 3, Porto, 1930, p. 372-373.

Pereira — 1930-31: PEREIRA, F. A. – *Rascunho de Velharias.* O Arqueólogo Português. 29, 1930-31, p. 227-229.

Pereira Garcia et al. — 2000: PEREIRA GARCIA, E.; COSTA GOBERNA, F. J.; HIDALGO CUÑARRO, J. M. – *Petroglifos en los castros gallegos.* Actas do Congresso de Proto-história Europeia. Revista de Guimarães. Guimarães, 2000, p. 793-818.

Pereira Menaut — 1992: PEREIRA MENAUT, G.- *Aproximación crítica al estudio de etnogénesis: la experiencia de Callaecia*, Paleoetnologia de la Península Ibérica, Complutum, 2-3, 1992, p. 35-43.

Perez Ballester — 1995: PEREZ BALLESTER – *Las ánforas Dressel I con datación consular. Una pieza de Cartagena.* Veleia, Cartagena, 1995, p. 175 – 186.

Pérez Losada — 2002: PÉREZ LOSADA, F – *Entre a cidade e a aldea.* Brigantium 13. Coruña 2002.

Pinto — 1928a: PINTO, R. S. – *O asturiense em Portugal.* Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto. 4: 1, 1928, p. 5-44.

Pinto — 1928b: PINTO, R. S. – *Museu de Martins Sarmento.* Revista de Guimarães. Guimarães. 38: 3-4, 1928, p. 192-196.

Pinto — 1929: PINTO, R. S. – *Petróglifos de Sabroso e a arte rupestre em Portugal.* Nós. 11, La Coruña, 1929, p. 19-26.

Pinto — 1932: PINTO, R. S. – *Nota para um plano de estudos geológicos entreo Minho e o Lima.* Anuário do Distrito de Viana do Castelo, I. Viana do Castelo, 1932, p. 27-28.

Ponte — 2001: PONTE, S.- *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal.* (dissert. de dout.). Porto 2001.

Pucci — 1984: PUCCI, G. – *Opus,* III. Recensão de J. H.d'ARMS 1981. Roma, 1984, p. 209-218.

Praxíteles González — 2000: PRAXÍTELES GONZÁLEZ - *A terra de nosas raíces: topónomos e motes de O Rosal e A Guarda.* Pias, 2000.

Queiroga — 1992: QUEIROGA, F. M. V. R. – *War and castros. New approches to the Northwestern Portuguese Iron Age.* Oxford, 1992. (diss. de doutoramento, policop.).

Ramil-Fernández — 1999: *La explotación de los recursos alimenticios en el Noroeste ibérico*, in García Quintela 1999, p. 296-319.

Reis — 1978:REIS, A.A.M. – A romanização no Concelho de Ponte de Lima.. ponte de Lima, 1978.

Rendini et al. — 1992 : RENDINI, P. ; CELUZA, M. G.; CAMBI, F. – *Archeologia Viva. La guerra delle anfora*, Palermo 1992, p. 40.

Rey Castiñeira — 1991: REY CASTIÑEIRA, J. – *Yacimientos castreños de la vertiente atlántica: Análisis dela cerámica indígena.* Santiago de Compostela, 1991 (diss. de doutoramento).

Rey Castiñeira — : 1996REY CASTIÑEIRA, J. – *Referencias de tempo na cultura material dos castros galegos. Cultura castrexa Galega a debate* HIDALGO CUÑARRO, J. M. (coord.). Santiago de Compostela 1996..

Rey Castiñeira — 1996: REY CASTIÑEIRA, J. – *Referencias de tempo na cultura material dos castros galegos.* In HIDALGO CUÑARRO, J. M. (ed.) – *A cultura castrexa galega a debate.* Tui, 1996, p. 157-206.

Ribeiro — 1997: RIBEIRO, J. P. C. – *Os machados de mão no Paleolítico Inferior português.* Portugália. Porto. Nova Série: 17/18, 1996 / 1997, p. 23 – 47.

Ribeiro — 1990: RIBEIRO, J. P. – *Os primeiros habitantes.* In ALARCÃO, J., coord. – *Portugal, das origens à romanização.* Lisboa: Editorial Presença, Colecção Nova História de Portugal, vol 1, 1990, p. 15-74.

Risco — 1979: RISCO, V. – *Etnografía, cultura espiritual.* In *Historia de Galiza, I.* Madrid, 1979.

Rocha — 1994: ROCHA, J. M. – *Vila Nova de Cerveira*. Braga, 1994.

Romero Masiá — 1976: ROMERO MASIÁ, A. – *El habitat castreño.* Santiago de Compostela, 1976.

Ruiz Gálvez — 1993: RUÍZ GÁLVEZ, M.- *El occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterraneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce*, Complutum, 4, 1993, p. 41-68.

Ruiz-Gálvez Priego — 1986: RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO – *Navegación y comercio entre el Atlántico y el Mediterráneo a fines de la Edad del Bronce.* Trabajos de Prehistoria. Madrid. 43, 1986, p. 151-172.

Sá et al — SÁ, M. M. A.; PAIVA, M. B. C. – *Notas sobre a romanização no Alto Minho: as ânforas do castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha) Lucerna, 2ª Série, 3.* Actas do VI Congresso Portuense de Arqueologia, 1987. Porto, 1993, p. 237.

Santos — 1979: SANTOS, L. A. – *Miliários inéditos da Via romana de Braga a Tuy.* Arquivo do Alto Minho. Viana do Castelo. 3ª Série. Vol. 24: 4, 1979, p. 21.

Santos Júnior — 1941: SANTOS JÚNIOR, J. R. – *O pretenso rejuvenescimento do asturiense de La Guardia.* Anais da Faculdade de Ciências do Porto. 26 (4), Porto, 1941, p. 238-242.

Santos Júnior — 1959: SANTOS JÚNIOR, J. R. – *Arte rupestre.* Primeiro Congresso, 1959 p. 329-376.

Sarmento — 1880: SARMENTO, F. M. – *Observações acerca do vale de Âncora.* O Pantheon. I (1), 1880-1881, p. 2-5; I (2), 1880, p. 20-23.

Sarmento — 1882: SARMENTO, F. M. – *Materiais para a Archeologia do districto de Vianna.* Pero Gallego. Viana do Castelo. I (11), 1882, p. 2-3; 1 (13), p. 2-4; 1 (17), p. 4; 1 (21), p. 5; 1 (23), p. 4-5 = Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes. Porto. 4, 1896, p. 23-31; 95-102; 146-149.

Sarmento — 1895: SARMENTO, F. M. – *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899.* Guimarães, 1947.

Sarmento — 1933: SARMENTO, F. M. – *Dispersos (compilação comemorativa do I centenário do nascimento de Martins Sarmento).* Coimbra, 1933, p. 63-67, 89-99, 165-172.

Sarmento — 1999: SARMENTO, F. M. – *Antiqua: apontamentos de Arqueologia* Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1999. [Leitura de António Amaro Neves].

Sciallano et al. — 1994: SCIALLANO, M.; SIBELLA, P. – *Amphores, comment les identifier.* Édisud, 1994.

Senna-Martinez — 1989: SENNA-MARTINEZ. – *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sócio-cultural.* Lisboa, 1989 (diss. de doutoramento).

Séronie Vivien — 1982: SERONIE VIVIEN, M.-R. – *Introduction à l'étude des poteries préhistoriques.* Bordeaux:. Duberga, 1982

Severo — 1908a: SEVERO, R. – *O cemitério romano do Monte de Penouço (Rio Tinto).* Portugalia. 2, Porto, 1908, p. 111-113.

Severo — 1908b: SEVERO, R. – *Necrópoles lusitano-romanas de inumação de Bairral e de Vila Verde.* Portugalia. 2, Porto, 1908, p. 417-431.

Silva — 1981/82: SILVA, A. C. F. – *Novos dados sobre a organização social castreja.* Portugalia. Porto. Nova série: 2-3, 1982, p. 83-94.

Silva — 1983: SILVA, A. C. F. – *A idade dos metais em Portugal.* In SARAIVA, J. H., dir. – *História de Portugal, I.* Lisboa: Publicações Alfa, 1983, p. 100-147.

Silva — 1983/84: SILVA, A. C. F. – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias.* Colóquio inter universitário de Arqueologia do Noroeste, 1983. Portugalia. Porto. Nova série: 3-4, 1984, p. 121-129.

Silva — 1986a: SILVA, A. C. F. – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal.* Paços de Ferreira, 1986. (diss. de doutoramento).Paços de ferreira 1986.

Silva — 1986b: SILVA, A. C. F. – *Paços de Ferreira: as origens do povoamento. Do megalitismo à romanização*, Paços de Ferreira – Estudos Monográficos. Paços de Ferreira, 1986, p. 95-169.

Silva — 1988: SILVA, A. C. F. – Ourivesaria do Norte de Portugal. Ourivesaria pré-romana do Norte de Portugal. (separata). Porto 1988.

Silva — 1990a: SILVA, A. C. F. – *A Idade do Ferro em Portugal.* In ALARCÃO, J., coord. – *Portugal, das origens à romanização.* Lisboa: Editorial Presença, 1990. Colecção Nova História de Portugal, vol 1, p. 256-341.

Silva — 1990b: SILVA, A. C. F. – *Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular.* Estudos Orientais. Lisboa. 1, 1990, p. 135-155.

Silva — 1995: SILVA, A. C. F. – *Social complexity and the development of towns in Iberia, from the Copper Age to the Second Century AD.* Proceedings of the British Academy. Londres. 86, 1995, p. 264-289.

Silva — 1999: SILVA, A.C.F. – *A ocupação do território do Noroeste Peninsular aquando da chegada dos romanos*, Actas da Mesa Redonda "Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica", Porto, 1999, p. 39-52.

Silva — 2003: SILVA, A. C. F. - *Expressões guerreiras da sociedade castreja..* Madrider Mitteilungen, 44, 203. Madrid 2003 p. 41-50.

Silva; Gomes — 1992: SILVA, A. C. F; GOMES, M. V. – *Proto-história de Portugal.* Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

Silva et al. 1983: SILVA, A. C. F; LOPES, A. B.; MACIEL, T. P. – *A necrópole do Bronze Inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos). Primeira notícia.* Separata de «Arquivo do Alto Minho». Viana do Castelo. 26, 1983.

Silva et al. 1993: SILVA, A. C. F. RAPOSO, L. SILVA, C. T. – *Pré-história de Portugal.* Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

Silva 1994: SILVA, A. M. S. P. – *Proto-história e romanização no Entre-Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica.* Porto, 1994. (diss. de mestrado, policop.).

Silva et al. 1994: SILVA, A. C. F.; CENTENO, R.; PARENTE; LOPES, A. B. – *A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar), notícia preliminar.*Portugália, Nova série, IAFLUP, p. 147-150.

Silva et al. 1993: SILVA, C. T. SOARES, J. – *Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia; elementos para um estudo comparado.* In Origens, estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península Ibérica (coord. M. Kunst), Trabalhos de Arqueologia, 7, p. 159- 168.

Silva; Marques 1984: SILVA, E. J. L.; MARQUES, J. A. M. – *Escavações no Monte do Castelo de Moldes, Castelo de Neiva.* Cadernos Vianenses. Viana do Castelo, 1984, p 33- 43.

Silva 1981: SILVA, R. F. M. – *Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas.* Porto, 1981.

Silva 1992: SILVA, F. M. – *Documentos para a carta arqueológica de Paredes de Coura; trícelos e mós rotativas de Favais (Moselos).* Cadernos de Arqueologia e Património, 1, Paredes de Coura, 1992, p. 33.

Silva 1997: SILVA, M. F. – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia superior do rio Coura: Estudo, restauro e divulgação.* Paredes de Coura, 1994.

Silva 1997: SILVA, M. F. – *O povoado fortificado de Cossourado: relatório da primeira campanha de escavações (1993),* Cadernos de Arqueologia e Património, 4/6, p. 39-57.

Silva; Devy 1992: SILVA, R. F. M.; DEVY, N. – *Serras Minhotas: alguns exemplos de espaços rurais.* Porto, 1992.

Sobrino Buhigas 1935: SOBRINO BUHIGAS, J. – *Corpus petroglyphorum Gallaeciae.* Seminário de Estudos Galegos. Santiago, 1935.

Sobrino Lorenzo-Ruza 1946: SOBRINO LORENZO-RUZA, R. – *Los signos podomorfos del petroglifos de Santa Tecla.* Museo de Pontevedra. 4, 1946, p. 151.

Soeiro 1981: SOEIRO, T. – *Castro de Peso em Santa Leocádia de Geraz do Lima.* Arqueologia. Porto. 3, 1981.

Soeiro 1984: SOEIRO, T. – *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana.* Boletim Municipal de Cultura. Penafiel, 1984.

Suárez 2002: SUÁREZ , J. O. – *Die Bronzezeit in Galicien,* Madrider Mitteilunger, 43, 2002, p. 1-21.

Tchernia et al. — 1987: TCHERNIA, A.; AVRAM, A. ; OPAIT, A. – *Le vin, le huile et les amphores dans l'antiquité classique*. Dacia, XXI, 1-2, Bucarest, 1987, p. 139.

Teixeira — 1943: TEIXEIRA, C. – *Cerâmica lusitano-romana de Rossas (Vieira do Minho)*. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 10: 2, Porto, 1943/44, p. 165-167.

Teixeira — 1944: TEIXEIRA, C. – *El Arte de las filigramas en los castros del Miño*. Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria. 19 (1-4). Madrid, 1944, p. 154-161.

Teixeira et al. — 1961: TEIXEIRA, C. et al. – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Notícia explicativa da folha 1-C, Caminha*. Lisboa, 1961.

Teixeira; Medeiros — TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. C. – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Notícia explicativa da folha 5-A, Viana do Castelo* Lisboa, 1972.

Torres Rodríguez — 1982:TORRE RODRÍGUEZ, C. – *La Galicia romana*. La Coruña, 1982.

Tozer — 1935: TOZER, H. F. – *A history of ancient geography*. 2.ª ed. Cambridge, 1935.

Tranoy — 1981: TRANOY, A. – *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, 1981, p. 322-323.

Tranoy — 1981: TRANOY, A. – Du heros au chefe. L'image du guerrier dans les societés indigènes du nord-ouest de la péninsule ibérique (II s. avant J. C. – II s. après J. C.).

Valdez Costas — 1929 : VALDEZ COSTAS, M. F. – AS industrias Iliticas de A Guardia, novas estazóns, Nós, nº 64. Coruña 1929, p. 315.

Vasconcellos — 1881: VASCONCELLOS, J. L. – *À Galliza, (No segundo centenário de Calderon)*. Porto, 1881.

Vasconcellos — 1897-1905-1913: VASCONCELLOS, J. L. – Religiões da Lusitânia. Lisboa 1897 (RL1); 1905 (RL2); 1913 (RL3).

Vasconcellos — 1900: VASCONCELOS, J. L. – *Arqueologia do Alto Minho*. O Arqueólogo Português. 5, 1900, p. 33-40.

Vasconcellos — 1903: VASCONCELLOS, J. L. – *Antigualhas de Monção*. O Arqueólogo Português. 7, 1903, p. 285-288.

Vasconcellos — 1905: VASCONCELLOS J. L. – *Os gróvios*. O Arqueólogo Português. 10, 1905, p. 287-292.

Vasconcellos — 1907: VASCONCELLOS, J. L. – *Estela sepulcral arcaica do Alto Minho*. O Arqueólogo Português. 12, 1907, p. 275-281.

Vasconcellos — 1909: VASCONCELLOS, J. L. – *Dolmens da Boulhosa (Alto-Minho)*. O Arqueólogo Português. 14. 1909, p. 294-296.

Vasconcellos — 1912: VASCONCELLOS, J. L. – *Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques d'après les données de la toponymie*. Mémoire présenté au Congrès International d'Archéologie, session de Rome (Octobre 1912). Lisboa, 1912.

Vasconcellos — 1933:VASCONCELLOS J. L. de, *Os seurros. Povo pré-romano, d'aquém e d'além Minho.* O Arqueólogo Português. 29. 1933, p. 157-163.

Vasconcelos — 1987: VASCONCELOS, J. – *Roteiro do Vale do Âncora.* Vila Praia de Âncora, 1987.

Vazquez Varela — 1983: VAZQUEZ VARELA, J. M. – *La territorialidad de la cultura castreña: una primera impresion metodologia.* II Seminario de Arqueologia del Noroeste -Santiago 1980. Madrid, 1983.

Viana — 1926: VIANA, A. – *Através do Minho, II. A Exploração metódica dos nossos castors.* Gente Minhota. 6, 1926, p. 88-90; 7, 1926, p. 111-113; 1932, p. 162.

Viana — 1928-1929: VIANA, A. – *A estação asturiense de Areosa – Viana-do-Castelo*, 1928, Portucale. Porto. 2 (7), 1929, p. 24-38; 2 (8), 1929, p. 185-212 . (inclui Carreço).

Viana — 1929: VIANA, A. - *As insculturas de Lanhelas (Caminha, Alto-Minho).* Portucale. Porto. 2, 1929, p. 282-290; p. 350-356.

Viana — 1930a: VIANA, A. – *Estações paleolíticas do Alto Minho.* Portucale. Porto. 3 (15), 1930, p. 189-235.

Viana — 1930b: VIANA, A. – *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto Minho.* Viana do Castelo, 1930.

Viana — 1932a: VIANA, A – *Notas etnográficas.* Separata de «Anuário do Distrito de Viana do Castelo. I». Viana do Castelo, 1932.

Viana — 1932b:VIANA, A. – *Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho.* Anuário do Distrito de Viana do Castelo. I. Viana do Castelo, 1932, p. 154-167.

Viana — 1932c: VIANA, A. – *Carta pré e proto-histórica do Distrito de Viana do Castelo.* Anuário do Distrito de Viana do Castelo. I». Viana do Castelo, 1932 (sep.).

Viana — 1937: VIANA, A. – *Achados arqueológicos no Monte de Santo António - Afife, Viana do Castelo: pedra esteliforme.* «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses». Lisboa. 3,1937, p. 75-83.

Viana — 1955a: VIANA, A. – *Cerâmica do Castro de Vilar de Mouros (Caminha - Portugal).* Congreso Nacional de Arqueología. 2, 1955, p. 25-115.

Viana — 1955b: VIANA, A. – *Alguns instrumentos de pedra polida do Alto Minho.* Arquivo do Alto Minho, 5(1), Viana do Castelo,1955, p. 12-24.

Viana — 1955c: VIANA, A – *Um "lapidarius" de Afife (Viana do Castelo).* Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, 1955, p. 525-528.

Viana — 1955d: VIANA, A – *Notas sobre a cerâmica do Castro de Vilar de Mouros (Caminha, Portugal).* Crónica del Congresso Arqueológico Nacional-Galicia 1953. Saragoça, 1955, p. 529-534.

Viana — 1957: VIANA, A – *Molde de fundição para anéis encontrado no castro da Senhora da Cola (Ourique).* Revista de Guimarães. Guimarães. 67, 1957, p. 201-214.

Viana — 1960a: VIANA, A – *Cividade de Âncora: notícia sobre a actividade do II campo internacional de trabalho arqueológico promovido em 1960 pela Associação Académica de Coimbra.* Conimbriga. Coimbra. 2-3, 1960-61, p. 247-270.

Viana — 1960b: VIANA, A – *Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço – Viana do Castelo),* Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense. Orense, 1960, p.209-231.

Viana — 1960-61: VIANA, A.- Cividade de Âncora, Conimbriga, 2-3, Coimbra, 1960-61, p. 247-270.

Viana — 1963: VIANA, A – *Cividade de Âncora: sua importância. Explorações de 1960 e 1961.* Lucerna. Porto. 3, 1963, p. 167-178.

Viana et al. — 1959: VIANA, A.; NEVES, L. G. – *Nota sobre o castro de S. Caetano (Longos Vales Monção).* Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, 1,1959, p. 389-396.

Viegas et al. — 1981: VIEGAS, J. R.; NOLEN, J. U. S.; DIAS, M. L. – *A necrópole de Santo André.* Conimbriga. Coimbra. 20 ,1981, p. .5-180.

Vieira — 1986: VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pitoresco.* Valença, 1986. 2 volumes.

Waters — 1989: WATERS, D. W. – *Reflections upon some navigational and hydrographic problems of the XV the century related to the voyage of Bartholomew Dias, 1487 – 1488.* Actas da VI Reunião Internacional da História da Náutica e Hidrografia. Lisboa, 1989, p. 275.

Whelan — 1930: WHELAN, C. B. – *The flint industry of the Northen irish (25- foot) raised beach; A preliminary study of its relation to the asturien industry of Portugal. Royal Anthropological Institute, LX (January – June. London 1930, p. 169-184.*